

DELICIMAR MARQUES TEODÓZIO

DO SERTÃO À CIDADE
Planejamento urbano em São José do Rio Preto: dos anos 50
aos anos 2000

Tese apresentada à Escola de Engenharia de
São Carlos / USP para obtenção do título de
Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria e História da
Arquitetura e do Urbanismo

Orientadora: Profa. Assoc. Cibele Saliba Rizek

São Carlos
2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

Teodózio, Delcimar Marques
T314s Do sertão à cidade : planejamento urbano em São José do Rio Preto : dos
anos 50 aos 2000 / Delcimar Marques Teodózio ; orientadora Cibele Saliba Rizek. -- São
Carlos, 2008.

Tese (Doutorado-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de
Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) -- Escola de Engenharia de
São Carlos da Universidade de São Paulo, 2008.

1. Planejamento urbano. 2. Plano diretor (São José do Rio Preto). 2. Desenvolvimento
urbano. I. Título.

AGRADECIMENTOS

À orientadora e amiga Profa. Assoc. Cibele Saliba Rizek, pela oportunidade, pelo estímulo permanente, pela crítica certeira, pelo rigor implacável e pela confiança depositada na realização deste trabalho;

Ao Prof. Tit. Renato Anelli e Prof. Dr. Ricardo Siloto, pelas contribuições e sugestões de grande valia oferecidas na Banca do Exame de Qualificação;

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação da EESC-USP, pelos conhecimentos transmitidos;

Ao Lelé Arantes, pelas idéias compartilhadas, pela disposição permanente e, acima de tudo, pela amizade fraterna;

A todos os atores desta história que concederam as entrevistas, em especial, aos arquitetos José Carlos de Lima Bueno e Milton Assis Jr, pelos conhecimentos compartilhados e pelos documentos concedidos;

À arquiteta Angélica Cristina da Silva, pela animação ao trabalho e às pesquisas; à Luciana Godoy, pela presteza na elaboração da capa; e ao Willians A. Telles pelo apoio tecnológico.

Aos funcionários da Hemeroteca, da Câmara Municipal, da Secretaria Municipal de Planejamento e do Arquivo Municipal, pela gentileza e atenção durante o processo de pesquisa;

Aos funcionários e professores do Centro Universitário de Rio Preto - UNIRP, do Centro Universitário Barão de Mauá e das Faculdades D. Pedro II, em especial Maria Cristina P. M. Sanches, Andraci Maria Atique e José Roberto Geraldine Jr, pelo apoio;

Aos amigos Rosa, Vanessa, Gil, Claudia, Regina, Cacilda e toda minha família, pela torcida;

Ao Carlos Sanchez, distante, mas sempre presente, pela compreensão e suporte solidário nos momentos de ausência;

Aos meus pais, referenciais de vida e de amor, que acompanharam o percurso estimulando, confiando e amparando.

“A história escrita rompe com a história contada de gerações. Cada um que conta a mesma história, conta com as suas visões e conceitos do presente”.

“História é razão, é conceito, é razão dialética”.

Cibele Saliba Rizek

RESUMO

Este trabalho trata dos principais elementos da dinâmica do desenvolvimento de São José do Rio Preto, organizados em quatro períodos do planejamento urbano: o primeiro, refere-se à Lei de Zoneamento de 1958 e à idéia de promover o desenvolvimento industrial na cidade; o segundo, a partir da década de 1970, é marcado pela intervenção estratégica do Estado Militar desenvolvimentista, fundamental na configuração do desenvolvimento do município; o terceiro, ocorre no período de redemocratização do país, com a elaboração do Plano Diretor, em 1992, que tem como objetivo definir um padrão de desenvolvimento econômico moderno e preparar a rede físico-territorial para absorver o crescimento da cidade; e, o quarto período, encerra-se com a revisão do plano, denominado Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, em 2006, pós a obrigatoriedade constitucional de inserir a população no processo de planejamento urbano. A participação popular passa, ainda, a ser garantida na gestão do orçamento público, por meio da instituição, em 2001, do Orçamento Participativo local. Um elemento decisivo na configuração do processo de desenvolvimento e de planejamento urbano de São José do Rio Preto, refere-se à ação das elites locais no fortalecimento da posição polarizadora da economia e à utilização da técnica para planejar a cidade.

Palavras-chave: 1. Planejamento urbano. 2. Plano Diretor (São José do Rio Preto) 3. Desenvolvimento urbano.

ABSTRACT

This work treats of the main elements of the dynamics of the development of São José do Rio Preto, organized in four periods of the urban planning: the first, refers to the Law of Zoning of 1958 and the idea of promoting the industrial development in the city; the second, starting from the decade of 1970, is marked by the strategic intervention of the developing Military State, which is fundamental to the configuration of the development of the municipal district; the third, happens in the period of redemocratization of the country, with the elaboration of the Master Plan, in 1992, which aims to define a pattern of modern economical development and to prepare the physical-territorial net to absorb the growth of the city; and, the fourth period, which closes up with the revision of the plan, denominated Master Plan of Maintainable Development, in 2006, after the constitutional compulsory nature of inserting the population in the process of urban planning. The popular participation is guaranteed in the administration of the public budget, through the institution, in 2001, of the local Participative Budget. A decisive element in the configuration of the development process of the urban planning of São José do Rio Preto refers to the action of the local elites in the strengthening of the pole position of the economy and the use of the technique to plan the city.

Key words: 1. Urban planning. 2. Master plan (São José do Rio Preto) 3. Urban development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Primeira planta cadastral feita pelo engenheiro florentino Ugolino Uolini, em 1895.....	29
Figura 2 -	Estação Ferroviária.....	29
Figura 3 -	Comércio da Rua General Glicério na década de 20.....	31
Figura 4 -	Swift do Brasil S.A.....	36
Figura 5 -	Resultado das eleições presidenciais em Rio Preto.....	37
Figura 6 -	Campanha eleitoral de Cenobelino de Barros Serra.....	41
Figura 7 -	Campanha eleitoral de Coutinho Cavalcanti.....	41
Figura 8 -	Resultado das eleições municipais.....	42
Figura 9 -	Anúncio da vinda de Prestes Maia a Rio Preto.....	45
Figura 10 -	Palácio das Águas: captação de água do rio Preto.....	50
Figura 11 -	Matéria publicada sobre a palestra de Luis Saia.....	52
Figura 12 -	Firmado compromisso verbal entre Luís Saia e a Prefeitura Municipal.....	54
Figura 13 -	Saia entrega o plano urbano.....	57
Figura 14 -	Rua Bernardino de Campos e Rua Voluntários de São Paulo.....	59
Figura 15 -	Matéria sobre a visita de Eiras Garcia a Rio Preto.....	65
Figura 16 -	Anúncio da aprovação da Lei de Zoneamento.....	67
Figura 17 -	Aprovação do Projeto de Zoneamento.....	68
Figura 18 -	Foto do Mapa da Cidade de São José do Rio Preto que ilustra a Lei nº 535 /1958 que trata do Zoneamento.....	81
Figura 19 -	Avenida Alberto Andaló em construção sobre o córrego Canela.....	85
Figura 20 -	Entrevista de Eiras Garcia.....	86
Figura 21 -	Foto de Eiras Garcia (em pé, à direita) com vereadores.....	89
Figura 22 -	São José do Rio Preto na década de 60.....	98
Figura 23 -	Reeleição de Gouveia Neto.....	99
Figura 24 -	O presidente da ACIA, Waldemar de Oliveira Verdi, com o prefeito Lotf João Bassitt, em 1966.....	103
Figura 25 -	Comício de Carlos Lacerda.....	105
Figura 26 -	Castelo Branco assumiu a presidência da República.....	106
Figura 27 -	Bosque Municipal.....	110
Figura 28 -	Viaduto Jordão Reis.....	110

Figura 29 - Praça Cívica.....	111
Figura 30 - Coordenadoria de Ação Regional.....	119
Figura 31 - Centro Comercial do Município.....	122
Figura 32 - Mapa do Plano de Sistematização Viária Urbana – PSVU.....	124
Figura 33 - Croqui elaborado por Assis Jr mostrando as ações propostas pelos projetos do PECPM em São José do Rio Preto.....	135
Figura 34 - Mapa da Lei de Zoneamento de 1992.....	153
Figura 35 - Expansão física de São José do Rio Preto de 1980 a 2000.....	156
Figura 36 - Parque da Cidadania.....	158
Figura 37 - Avenida de acesso ao Condomínio Damha, na zona Leste.....	158
Figura 38 - Vista aérea do município de São José do Rio Preto.....	164
Figura 39 - Vista parcial de São José do Rio Preto cortada pela Rodovia SP – 310.....	166
Figura 40 - Distrito Industrial.....	168
Figura 41 - Folheto informativo sobre o Orçamento Participativo local	175
Figura 42 - Organização do Orçamento Participativo.....	177
Figura 43 - Plenária Asa Delta, em 2006.....	182
Figura 44 - Plenária no Distrito de Engenheiro Schimidt, em 2006.....	182
Figura 45 - Plenária no Bairro Solo Sagrado, em 2006.....	183
Figura 46 - Mapa das regiões do Orçamento Participativo.....	185
Figura 47 - Tabela de densidade urbana por regiões administrativas.....	186
Figura 48 - Total de participantes nas plenárias (em %) em 2001.....	187
Figura 49 - Gênero.....	187
Figura 50 - Faixa etária.....	187
Figura 51 - Escolaridade.....	188
Figura 52 - Profissão.....	188
Figura 53 - Macrozoneamento.....	201
Figura 54 - Plenária realizada na ACIRP.....	202
Figura 55 - Plenária realizada na OAB.....	202

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 -	Zonas de Uso.....	73
Tabela 1.2 -	Categoria de Uso.....	74
Tabela 1.3 -	Normatização das zonas residenciais.....	78
Tabela 1.4 -	Normatização das zonas não residenciais.....	79
Tabela 1.5 -	Normatização dos núcleos.....	80
Tabela 2.1 -	Síntese das estratégias de desenvolvimento para São José do Rio Preto proposta pelo PECPM.....	129
Tabela 4.1 -	Número de participantes nas plenárias em 2001.....	178
Tabela 4.2 -	Resumo da participação de 2001 a 2006.....	184

LISTA DE SIGLAS

ABEA	Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo
ACE	Associação Comercial e Empresarial de São Jose do Rio Preto
ACIRP	Associação Comercial e Industrial de Rio Preto
ACIA	Associação Comercial, Industrial e Agrária de Rio Preto
ALARME	Associação Lar de Menores
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARES	Associação Rio-pretense de Educação e Saúde
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNH	Banco Nacional de Habitação
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEPAM	Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal
CER	Comissão de Estradas e Rodagem
CIEP	Centro Integrado de Educação Popular
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
CNPU	Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CONDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CRECI	Conselho Regional dos Corretores de Imóveis
DAE	Departamento de Água e Esgoto
DAESP	Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DPRN	Divisão de Proteção de Reservas Naturais
EBTU	Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos

EFA	Estrada de Ferro Araraquarense
EMCOP	Empresa Municipal de Construções Populares
ERPLAN	Escritórios Regionais de Planejamento
FAAP	Fundação Armando Álvares Penteado
FAFI	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FEF	Fundo de Estabilização Fiscal
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMDS	Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IAPC	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBEC	International Basic Economy Corporation
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBILCE	Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas
IMPP	Instituto Municipal de Pesquisa e Planejamento
JUC	Juventude Universitária Católica
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana -
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONAE	Obras Novas de Água e Esgoto
OP	Orçamento Participativo
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PAITT	Plano de Ação Imediata para Trânsito e Transporte
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PD	Partido Democrático
PDDI	Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado
PDE	Plano Diretor de Esgoto
PDGE	Plano Diretor de Gestão Estratégica

PEA	População Economicamente Ativa
PECPM	Programa Especial Cidades de Porte Médio
PLIMEC	Plano de Integração do Menor e Família na Comunidade
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PP	Partido Popular
PRM	Partido Republicano Mineiro
PRODEI	Programa de Desenvolvimento Industrial
PRP	Partido Republicano Paulista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PSVU	Plano de Sistematização Viária Urbana
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUB	Plano Urbanístico Básico
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. PLANO TÉCNICO PARA SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: CONSULTORIA EXTERNA NA DÉCADA DE 50.....	27
1.1 O processo de desenvolvimento de São José do Rio Preto até a década de 1950.....	27
1.2 A ciência e a técnica para o planejamento urbano de São José do Rio Preto no período democrático (1945 – 1964).....	42
1.3 Contratação da primeira consultoria externa: o plano não aprovado de Luís Saia.....	50
1.4 Contratação da segunda consultoria externa: Heitor José Eiras Garcia.....	62
1.4.1 A Exposição de motivos da Lei de Zoneamento de 1958.....	68
1.4.2 A Lei de Zoneamento de 1958.....	73
1.4.3 Relatório sobre Estudos de Urbanização da Cidade.....	81
1.4.4 Os argumentos de Eiras Garcia na imprensa.....	86
1.5 As referências urbanísticas da lei de zoneamento de 1958.....	89
2. PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL NO GOVERNO MILITAR (1964-1984).....	97
2.1 O fim do período democrático e a produção da cidade.....	97
2.2 Planejamento urbano e regional durante o regime militar.....	111
2.3 Planejamento urbano e regional em São José do Rio Preto.....	119
3. PLANO TÉCNICO ELABORADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA DÉCADA DE 90.....	140
3.1 O período de redemocratização do país.....	140
3.2 Plano Diretor: exigência Constitucional	144
3.3 Plano Diretor de São Jose do Rio Preto de 1992.....	148
3.4 A produção da cidade pós Plano Diretor.....	154
4. PLANEJAMENTO TÉCNICO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS ANOS 2000.....	163
4.1 O município de São José do Rio Preto a partir do ano 2000.....	163
4.2 Orçamento Participativo de São José do Rio Preto.....	172

4.2.1 A metodologia do Orçamento Participativo local	188
4.3 A segunda gestão do governo de Edinho Araújo e os rumos do OP local.....	191
4.4 Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de 2006.....	194
4.5. A participação social no Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável.....	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS	210
BIBLIOGRAFIA	234
FONTES	244
ANEXOS	252

INTRODUÇÃO

Desde o início do Programa de Doutorado, pretendíamos discutir as questões participativas na gestão do planejamento urbano e do orçamento público de São José do Rio Preto, procurando verificar como estavam constituindo-se os instrumentos democráticos de gestão municipal por meio da identificação dos atores envolvidos no governo e na sociedade civil, daqueles envolvidos na elaboração e implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de São José do Rio Preto e do Orçamento Participativo municipal, além de avaliar os instrumentos de participação social como forma de contribuição para uma participação mais ampla e consistente dos cidadãos nas decisões sobre a cidade.

Essa pesquisa inicial deveu-se ao fato de que, nos últimos anos, a pluralidade de experiências e de documentos que surgiram, colocadas em discussão no Fórum Nacional pela Reforma Urbana, no Fórum Social Mundial, em ONGs referentes aos movimentos sociais, entre outros, tem mostrado um cenário e uma maneira de pensar a cidade que se estendem às questões sobre as políticas de inclusão social e de desenvolvimento econômico, a partir, principalmente, de: uma ótica governamental local; a necessidade de assegurar igualdade e desenvolvimento a regiões mais pobres; o fortalecimento da sociedade civil e a construção de espaços públicos com direito à informação e à democratização dos meios de comunicação; a ética e a justiça social. A Constituição Federal de 1988, nos artigos 182 e 183, e o Estatuto da Cidade – Lei 10.257/2001, propiciaram a construção de um marco jurídico e institucional sobre participação social no planejamento urbano em diversas experiências brasileiras.

Para compreender esse conjunto de elementos no marco institucional do planejamento urbano em São José do Rio Preto, buscamos recuperar o percurso histórico onde se deu a formulação do pensamento urbanístico relacionada à forma de participação local. A partir daí, a

pesquisa histórica tomou corpo. Durante a pesquisa sobre o planejamento urbano que parecia se destacar pela evidência dos planos diretores, nosso olhar nos levou a uma abordagem que delimitou os contornos contidos nesta tese. Os planos e seus nexos com a estrutura urbana, o processo de produção dos planos urbanísticos e as suas transformações, a questão do poder local e da administração municipal e de que maneira os planos ganharam sentido nessas relações, nos levou a observar a complexidade da produção da cidade e de suas formas de sua organização, compreendendo a especificidade da história de São José do Rio Preto. A confrontação do contexto social, político, econômico e territorial nas várias fontes documentais e de pesquisa, foi fundamental para compor nosso objeto de estudo.

Reconhecendo em LePetit (2001) que “a cidade é, em si mesma, um objeto complexo em que se manifestam todos os fenômenos de interação, um conjunto que é mais do que a soma de suas partes”, o tema central desta pesquisa se converteu na sistematização e na análise das experiências de planejamento urbano de São José do Rio Preto e na observação da produção e reprodução do espaço social, identificando as relações entre sociedade, economia, política, território sob atuação das elites locais no processo de desenvolvimento urbano.

São José do Rio Preto está situada ao Norte do Estado de São Paulo e seu surgimento está vinculado à ocupação do solo do sertão paulista, em meados do século 19, onde migrantes deram início à exploração agrícola e à criação de animais domésticos. Em 1912, a cidade transformou-se em ponto terminal do transporte ferroviário que escoava a produção agrícola deste e dos poucos municípios vizinhos, dando início ao processo de expansão urbana e à transformação da cidade em sede de sua região, proporcionada pela sua principal atividade econômica, o comércio. Formou-se, nesse período, entre fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais, a classe dominante econômica e política, que atuou fortemente sobre o poder executivo e poder legislativo municipal, desde então, compondo uma classe conservadora ligada ao governo estadual (nas primeiras décadas da República) e com o governo federal (no período militar).

A partir da década de 50, o crescimento geográfico e o desenvolvimento econômico do núcleo urbano foram favorecidos pelo transporte rodoviário, por meio de duas importantes rodovias: uma, que liga o município a São Paulo; outra, que liga Brasília ao sul do país. São José do Rio Preto teve um padrão de desenvolvimento que combinou o abastecimento do comércio e a

oferta de prestação de serviços, transformando a cidade em centro dinâmico da economia regional e de concentração de emprego. Na condição de centro econômico e de serviços, atraiu a população regional ampliando a demanda de estrutura física e a especulação sobre a terra urbana. Assim, vincularam-se crescimento e necessidade de ordenação do território, de modo que, em 1958, foi sancionada a primeira Lei de Zoneamento elaborada fora da administração pública, pela atuação de um consultor.

No período do regime militar (1964 - 1984), o planejamento tecnocrático, com decisões centralizadas, teve um caráter modernizador beneficiando São José do Rio Preto com o Programa de Cidades Médias - PECPM, em 1983, que fazia parte das estratégias da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU, um dos capítulos do II Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil - II PND proposto pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Os recursos do PECPM, ação do Estado de maior impacto sobre o desenvolvimento da cidade, coroou definitivamente o papel de pólo regional de São José do Rio Preto. Essa modernização será investigada com mais cuidado.

No âmbito estadual, o governo reorganizou e modernizou as estruturas e os métodos de trabalho de sua administração para evidenciar o conjunto de tarefas ligadas ao planejamento e controle das obras, além de serviços públicos estaduais. A estratégia foi criar regiões administrativas do Estado, implantando uma rede de Escritórios Regionais de Planejamento – ERPLAN que articulassem a região com o governo estadual. São José do Rio Preto tornou-se a sede da 8ª. Região Administrativa.

Os trabalhos realizados entre prefeitura e ERPLAN resultaram, no final da década de 1970, em um planejamento viário por meio do Plano de Sistematização Viária Urbana – PSVU e na formação de uma equipe técnica para elaborar, em 1981, os projetos do PECPM, que tratava de investimentos nos setores de infra-estrutura urbana e social, com parcerias entre a prefeitura municipal, Governo Federal (Ministério do Interior) e Banco Mundial - BIRD, sob a supervisão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU. A experiência adquirida pela equipe no planejamento da cidade resultou em um corpo técnico que veio atender aos requisitos para a coordenação do planejamento da cidade e na permanência de muitos de seus membros na administração pública até os dias atuais.

As decisões centralizadas do modelo autoritário sobre a organização do espaço e da vida social provocaram reações no período de redemocratização do país, com a substituição da idéia de planejamento pela de gestão. A partir da década de 1980, os debates sobre a questão urbana passaram a valorizar a participação social na política local na tentativa de superar as desigualdades na cidade e a Constituição Federal, de 1988, tornou obrigatório o Plano Diretor para as cidades com mais de 20 mil habitantes, estabelecendo o processo de participação no planejamento. Em 1992, foi aprovado o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento de São José do Rio Preto - Lei Complementar no. 19, instituindo o Conselho de Planejamento – CPDD - e foi elaborado não mais por consultoria externa, mas pelos técnicos vinculados à administração pública.

No ano 2000, São José do Rio Preto estava entre as regiões mais desenvolvidas do País, apresentando IDH de 0,834. Os indicadores demográficos apontaram que, em 2005, o município tinha 406.826 habitantes, sendo que, destes, 94,7% estavam na área urbana. A estimativa da taxa de crescimento populacional, entre 2000 e 2005, foi de 2,56%. Nesse ano, foi instituído o Orçamento Participativo – OP no município e, no ano seguinte, com o Partido dos Trabalhadores na vice-prefeitura, os trabalhos do OP começaram a ser desenvolvidos.

Atendendo as exigências do Estatuto da Cidade que fixava prazo de 5 anos para que o município aprovasse seu plano diretor, a partir da data de entrada em vigor do Estatuto, o governo local instituiu a Lei Complementar No. 224, de 06 de outubro de 2006, que dispôs sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de São José do Rio Preto. O Plano Diretor ampliou a composição do Conselho do Plano Diretor, com membros da sociedade civil organizada e Poder Público. A participação social - prevista por lei na elaboração do Plano Diretor - foi realizada em duas fases: uma, se deu com o Orçamento Participativo, nas plenárias organizadas pelas regiões do OP; a outra, com alguns segmentos da sociedade civil organizada.

Um elemento decisivo na configuração do processo de desenvolvimento e de planejamento urbano de São José do Rio Preto foi a ação das elites locais, nos quatro momentos institucionalizados do planejamento urbano: 1958, 1981-1983, 1992 e 2006, e no fortalecimento da posição polarizadora da economia, na posição política e na reprodução de um determinado

padrão de participação, ou modo de inserção e de integração, na gestão do planejamento e do orçamento de São José do Rio Preto.

Dentro dessa perspectiva histórica exposta em ordem cronológica, surgiram questionamentos sobre o tema: Quais os reais objetivos que se ocultavam nos diversos instrumentos urbanísticos elaborados no município? A tecnocracia atendeu quais interesses? Qual foi o impacto na dinâmica territorial e social provocada pelos instrumentos urbanísticos instituídos? Todos os setores sociais se beneficiaram das inversões feitas no território oriundas dos recursos federais? Nos Planos Diretores elaborados no município, no período de redemocratização do país, houve, nas práticas do planejamento, alternativas ao modelo tecnocrático como forma da gestão urbana? A constituição de espaço público que amplia e democratiza a gestão local se deu nos planos e no orçamento participativo? Quem a experiência participativa mobilizou, ou seja, qual o grau de universalidade contido no número de participantes? Os espaços de ação política se transformaram de fato em caminhos democráticos?

Decidimos investigar essas questões a partir do referencial analítico do espaço social, da dinâmica territorial e da racionalização da técnica na produção dos instrumentos e planos urbanos. Nesse marco, buscamos situar o processo ocorrido no município - a partir da ação das elites e de suas mediações - e procuramos compor o mosaico das dimensões territoriais, econômicas e políticas que interferiram no delineamento da reprodução do padrão de desenvolvimento e de planejamento urbano de São José do Rio Preto.

Nesse quadro conjuntural, tomamos como ponto de partida os seguintes **pressupostos**:

1. O aparato técnico do planejamento serviu para manter padrões ideológicos dominantes, sem resolver a origem dos problemas urbanos.
2. A participação social operou de forma mais efetiva onde havia maior força política organizada e de acordo com a qualidade de governo.

E adotamos como **hipóteses centrais**:

1. A ação das elites locais, nas suas articulações internas e externas, em interação com a dinâmica espacial e política, teve papel fundamental na definição da forma de integração na

modernização capitalista em curso e no padrão de desenvolvimento do município de São José do Rio Preto, no período analisado.

2. O percurso histórico em que estão contidos os modelos de formulação do pensamento urbanístico e a trajetória histórica das concepções de democracia e de cidadania pelas forças das elites locais estão intrinsecamente relacionados.

3. O entendimento de que a participação social na gestão do planejamento urbano e no orçamento público, enquanto instrumento de gestão democrática e método de força política em oposição às coalizões tradicionais, apresentam resultados variados de acordo com os equilíbrios políticos locais e com o nível de mobilização e de organização atingido pela população.

Dessa forma, recortado o quadro composto pelo município objeto de estudo, a pesquisa se baseou em fontes que são representações e não se confundem com a dinâmica do real; são canais de acesso e, por isso mesmo, têm que ser problematizados, assim como os discursos e entrevistas. Em todo momento, fizemos uma leitura da cidade que conferisse plausibilidade ou não para suas fontes.

Para tanto, realizamos a pesquisa qualitativa que trata do material discursivo sobre a contextualização histórica social e sobre as noções teóricas relacionadas, assim como a pesquisa quantitativa que trata dos dados estatísticos históricos para que se possa compreender a dinâmica enfocada.

As informações de **fontes primárias** analisadas referem-se às matérias de jornais de São José do Rio Preto, aos dados estatísticos sobre os aspectos políticos, sócio-econômicos, físico-territoriais e às entrevistas gravadas, que foram transcritas e analisadas.

Os instrumentos de coleta das informações primárias foram: periódicos de São José do Rio Preto; Atas da Câmara Municipal; legislação urbanística do município: Lei de Zoneamento No. 535/58 e o Relatório justificativo; Plano de Sistematização Viária - PSVU; Projeto Especial Cidades de Porte Médio de São José do Rio Preto – PECPM; Plano Diretor de Desenvolvimento – Lei Complementar no. 19/ 92 e a Exposição de Motivos; e Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável – Lei Complementar no. 224/2006 e sua Exposição de Motivos.

Nos periódicos, o foco se dirigiu à dinâmica social e territorial captada na imprensa local, de 1930 até os dias atuais. Foram analisadas reportagens, artigos assinados e editoriais que reproduziam o discurso das elites locais ligadas à agroindústria e ao comércio e serviços - empresários reconhecidos como porta-vozes desses segmentos e frações de classe -, os representantes políticos do Executivo e Legislativo municipal, bem como a atuação dos deputados estaduais e federais rio-pretenses. Além desses, o foco também se dirigiu ao desenvolvimento urbano, aos planos referentes à urbanização da cidade e à atuação dos governos frente ao aparato técnico legal.

Além dos porta-vozes da elite local, foram destacadas matérias dos atores reconhecidos na imprensa como dotados de legitimidade para falar sobre os interesses urbanos, tais como os estratos técnicos ligados ao desenvolvimento urbano, além daqueles que ocuparam cargos públicos municipais e regionais. Foram particularmente valorizados técnicos e jornalistas, pelo papel relevante destes na construção da imagem da cidade, ainda que muitos deles fossem os porta-vozes dos representantes dos grupos dominantes, bem como das autoridades locais. Portanto, as matérias analisadas referiram-se predominantemente sobre as pressões favoráveis ou não, exercidas sobre o desenvolvimento e planejamento urbano local.

Procurou-se nesse material identificar a representação local e analisar o discurso e a estratégia de ação local para construção da cidade. Os discursos silenciados ou menos privilegiados na imprensa, considerados contraditórios ou conflituosos, mas importantes na construção da realidade local, foram obtidos através de entrevistas com atores representativos do processo de planejamento urbano.

A ciência, a técnica e a racionalidade foram os principais temas inseridos nos discursos sobre o planejamento urbano. A partir da década de 1970, o discurso desenvolvimentista passou a ser preponderante e a análise se focou nas ações estratégicas propostas pela elite burocrática nos planos social, econômico e político. Os desdobramentos desse processo, na década de 1990, vão implicar na manutenção da ação local assumida pelos mesmos atores, mas revestidos de uma nova roupagem, em primeiro lugar pela suposta mudança na conjuntura política e, em segundo, em função de um novo discurso relativo a um ideário de um Estado Social, em que ganhava destaque a idéia de participação social na gestão e no planejamento da cidade.

A principais fontes jornalísticas pesquisadas, correspondentes ao período das décadas de 30 a 60, foram: *A Notícia*, *Correio da Araraquarense* e *A Tribuna*. Todos eram administrados e escritos pela elite “intelectualizada” e continham teor similar nas matérias de nosso interesse. O jornal *A Notícia*, extinto no início da década de 1980, é aquele que tem o maior número de exemplares preservados na hemeroteca de Rio Preto e sua origem esteve ligada ao Partido Republicano Paulista (PRP) municipal, que historicamente controlou a política da cidade. Além deste, a partir de 1970, algumas matérias foram extraídas do jornal *Folha de Rio Preto* e *Diário da Região*, este último, fundado em 1950 por um empresário local, tornou-se, nas últimas décadas, um dos maiores jornais do interior do Estado e, atualmente, é aquele que possui o maior número de assinantes e de alcance regional. Matérias esporádicas em outros veículos também foram pesquisadas, tais como jornais ou revistas de associações de profissionais, além da *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, que por alguns anos, mantiveram sucursais em Rio Preto.

As **fontes secundárias** auxiliaram na construção do quadro analítico-teórico, consubstanciando informações que configuraram a periodização dos elementos que compuseram a história dos planos, propiciando o intercâmbio de informações produzidas pelas fontes primárias. As fontes de consultas foram os livros e textos referentes ao tema de pesquisa.

Considerando que “a pesquisa histórica nasce no fim provisório de pesquisas sucessivas” (LEPETIT, 2001), foram definidas características pertinentes das proposições históricas precedentes sobre o município. Nesse aspecto, os autores da história local e regional, tais como Lelé Arantes, José Carlos de Lima Bueno, Agostinho Brandi, Raquel Campos, A. Cavalheiro, Leonardo Gomes, José Eduardo Furlanetto e Osvaldo Tonello, auxiliaram na composição da formação do espaço social de São José do Rio Preto. Soma-se a esses, a bibliografia que permitiu contextualizar os aspectos políticos, sociais e econômicos no âmbito nacional, além daqueles referentes às ciências sociais e políticas, bem como ao planejamento urbano e regional, fundamentais para o “diálogo interdisciplinar” (LEPETIT, 2001) e para a construção do quadro teórico da tese.

Alguns autores foram também significativos na montagem de referências teóricas e históricas, como ser verá ao longo dos capítulos. Merecem destaque trabalhos sobre a história e

as concepções de planejamento no Brasil, como os de S. Feldman e de C. P. Leme. Essas e outras contribuições ancoraram um panorama necessário de contextualização.

Além desses trabalhos, as reflexões de Flávio Villaça foram expressivas. Para o autor, o planejamento urbano tem sido usado como “ideologia, inclusive através de contínuas transformações de sua aparência (normas, formas, conteúdos)”. A razão foi pregada para dirigir o progresso em todos os aspectos e, na medida em que o capitalismo se impôs, muito do conhecimento que a razão produziu, “transmudou-se em ideologia”. A tecnocracia esteve associada ao planejamento urbano; no período ditatorial, pretendeu legitimar a técnica pela ação do Estado, que já havia suprimido a legitimação popular (VILLAÇA, 1999:185).

Diante da dimensão que acabou assumindo a discussão sobre técnica, plano e política, recorremos à concepção de Marcuse, segundo a qual, é possível pensar o conceito de razão técnica como ideologia. A técnica “é dominação metódica, científica, calculada e calculante [...]; a técnica é um projeto histórico-social”, que determina fins e interesses da dominação (Marcuse apud HABERMAS, 2006:62). De acordo com Tafuri (1985:68), a planificação enunciada das teorias arquitetônicas e urbanísticas remete para uma reestruturação da produção e do consumo, ou seja, para uma coordenação planificada da produção. As metrópoles, no século XIX, se organizaram como estruturas primárias da econômica capitalista e “o ‘zoning’ que preside aos desenvolvimentos dessas metrópoles não se preocupa – numa primeira fase – em mascarar o próprio caráter de classe” (TAFURI, 1986:36). Para Marcuse, a dominação tornou-se racional nas sociedades capitalistas avançadas, perdendo o seu caráter explorador e opressor, sem que tenha desvanecido a dominação política¹ (HABERMAS, 2006:47).

A construção da abordagem sobre a configuração espacial urbana e a reprodução do capital foi pautada em diversos autores. Para Lefebvre (1986), as cidades modernas sempre estiveram associadas à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista; há uma relação direta entre a configuração espacial urbana e a reprodução do capital. A industrialização fornece o ponto de partida da reflexão sobre nossa época e pressupõe a ruptura do sistema urbano preexistente, onde entram em conflitos: industrialização e urbanização, crescimento e

¹ As noções de técnica e suas relações com o plano, foram também perseguidas nas contribuições de Tafuri e Habermas, em especial no diálogo que estabeleceu com Max Weber.

desenvolvimento, produção econômica e vida social. O autor analisa que as classes ou frações de classes dirigentes que possuem o capital (os meios de produção) intervêm ativamente no processo, que geram não apenas o emprego econômico do capital e os investimentos produtivos, como também a sociedade inteira, com o emprego de uma parte das riquezas produzidas na “cultura”, na arte, no conhecimento, na ideologia (GOTTDIENER, 1993; HARVEY, 1982; LEFEBVRE, 1986).

A constituição dos partidos políticos e as relações de poder no âmbito nacional; o caráter nacional-desenvolvimentista do Estado brasileiro, desde a década de 30; as bases do planejamento tecnocrático que se instalaram no período democrático com o fim do Estado Novo, em 1945; assim como o período do Estado técnico-burocrático, a partir de 1964, que instituiu diversos programas de ação econômica e criou o Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica - além de instrumentos materiais e legais para implantar um Sistema Nacional de Planejamento que inclui Serfhaú e Fundo de Financiamento de Plano de Desenvolvimento Local Integrado, no BNH – decorrentes da concepção do Estado como fomentador do desenvolvimento; foram temas imprescindíveis para contextualizar os períodos históricos analisados do objeto de estudo (AZEVEDO NETO, 1999; CARONE, 1977; CRUZ, 2003; FAORO, 1993; FARIA, 1978; FAUSTO, 2001; LEAL, 1975; LEME, 1999; MEZZAROBÀ, 1995; OLIVEIRA, 1982; SKIDMORE, 1982; SOUZA, 1999).

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os processos históricos de gestão do planejamento municipal, a racionalização da técnica e a atenção dada à gestão democrática pela administração pública, por meio dos instrumentos de planejamento urbano e de instrumentos de gestão dos recursos. E tem como objetivos específicos propiciar a discussão das diversas formas de representação das forças sociais e de suas relações com o Estado na produção do espaço urbano, nos instrumentos de gestão e de planejamento urbano de São José do Rio Preto.

Identificados quatro períodos com situações políticas diferentes e características semelhantes em relação ao planejamento urbano, a estruturação do trabalho foi organizada em quatro capítulos que relacionam as condições do período histórico selecionado com o processo de planejamento urbano.

O **Capítulo 1** apresenta o processo de urbanização e do planejamento urbano, na década de 1950, que teve consultoria técnica externa de dois arquitetos. O primeiro, foi a proposta não aprovada do plano urbanístico de Luis Saia. O segundo, foi contratado o arquiteto Heitor José Eiras Garcia, que elaborou a primeira Lei de Zoneamento da cidade, em 1958. Apresentamos a justificativa da lei e seus enfoques teórico-metodológicos que pressupunham “a idéia de que a ciência e a técnica resolveriam os problemas urbanos” (VILLAÇA, 1999). Eiras Garcia, funcionário da Prefeitura de São Paulo, propôs uma Lei “facilmente adaptável a um Plano Diretor”, tendo como idéias e práticas urbanísticas aquelas que eram discutidas no Departamento de Urbanismo da prefeitura paulistana e estavam baseadas nas repercussões dos trabalhos desenvolvidos por Anhaia Mello (FELDMAN, 2005).

O **Capítulo 2** trata do período do regime autoritário (1964-1984), na conjuntura do planejamento verticalizado e regionalizado do Estado que objetivava a integração nacional, por meio de planos de desenvolvimento, tal como o II PND, que continha uma proposta de política urbana através da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano -PNDU (SOUZA, 1999). Entre as estratégias do PNDU, o Programa de Cidades Médias beneficiou alguns municípios brasileiros, entre eles, São José do Rio Preto, que recebeu uma verba de US\$ 10 milhões e propiciou diversas obras de infra-estrutura, equipamentos sociais, loteamentos populares e mini-distritos industriais, baseadas em planos setoriais, como o de sistematização viária e áreas verdes e a reformulação da Lei de Zoneamento e Parcelamento do solo urbano, elaborados pela equipe técnica da administração pública.

O **Capítulo 3** apresenta o planejamento técnico formalizado no Plano Diretor de Desenvolvimento, de 1992, elaborado por técnicos e planejadores da administração municipal (equipe formada no período antecedente) e integra os planos setoriais nos objetivos do plano. O Plano Diretor instituiu o Conselho do Plano Diretor (CPDD), que exige uma reflexão enquanto constituição de esfera pública institucionalizada ou instrumento meramente figurativo.

No **Capítulo 4**, os processos de planejamento urbano, seu enfoque metodológico e as experiências de Rio Preto com a participação social no planejamento urbano são apresentados no Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, aprovado em 2006, que reflete estratégias de planejamento e de gestão que subordinam o município às tendências de mercado e na disputa

para atrair investimentos. Por lei, a participação popular na gestão urbana passou também a ser garantida na gestão do orçamento público, através da instituição do Orçamento Participativo local.

A finalização deste trabalho se deu através de **Considerações Finais** extraídas das análises que as precederam; tais considerações buscam refletir sobre seus resultados e ponderar sobre as perspectivas de sua continuidade.

1

PLANO TÉCNICO PARA SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: CONSULTORIA EXTERNA NA DÉCADA DE 50

1.1 O processo de desenvolvimento de São José do Rio Preto até a década de 1950

A formação de São José do Rio Preto foi iniciada no século XIX, com a ocupação do solo do sertão paulista para a exploração agrícola e a criação de animais domésticos. Na historiografia da cidade, de 1820 (ano em que chegaram os pioneiros) a 1930, registra-se - como na história de todas as cidades sertanejas (quase invariavelmente a mesma em toda parte) - o domínio do rural sobre o urbano, o que determinou a pequenez e a pobreza dessas povoações locais. Em São José do Rio Preto, a abertura de estradas e de comunicações fez com que florescesse o comércio ao redor da igreja e a ferrovia que, desde 1912, se tornou a grande responsável pela chegada de imigrantes e pelo primeiro surto de desenvolvimento agrícola da região com a comercialização de produtos agrícolas regionais e de mercadorias vindas da capital.

São José do Rio Preto foi fundada em 19 de março de 1852; mas de 1820 até 1892, poucos lavradores reuniam condições de levar sua produção para os centros urbanos mais próximos, como Jaboticabal e Araraquara, pois a economia do município era incipiente e de subsistência. A ocupação de terras em Rio Preto foi feita pelos migrantes de Minas Gerais, atraídos pela terra devoluta em abundância, e por poucos baianos empregados na derrubada de matas. Era costume a doação de uma área significativa de terras para o santo de devoção (no caso, São José), para a constituição do patrimônio às margens do rio Preto. O predomínio do

catolicismo que marcava a cultura popular atribuía à igreja um papel importante de coesão social e de controle da legalização das transferências das titulações imobiliárias da área urbana em formação (BUENO, 2003). As autoridades civis se respaldaram na religião católica quando, muitas vezes, não havia determinações mais precisas quanto à organização espacial de núcleos urbanos². A estrada aberta em direção ao Mato Grosso, em 1892, estabeleceu uma nova rota de comércio promovida pelas boiadas que vinham daquele Estado.

A emancipação político-administrativa do município, desmembrado de Jaboticabal, ocorreu em 19 de julho de 1894, pela lei nº 294, quando o vilarejo possuía uma zona urbana com cerca de 800 habitantes³. Uma década depois, pela lei nº 903 de 1904, foi criada a Comarca de Rio Preto e o município já registrava aproximadamente 14 mil habitantes.

O primeiro desenho da cidade, em 1895, foi feito pelo engenheiro florentino Ugolino Ugolini, que organizou o sistema de aforamento e projetou o primeiro mapa por encomenda do pároco local, José Bento da Costa (ARANTES, 2001). Conforme mostra a figura 1, Ugolini dividiu a cidade em quadras, como as cidades coloniais descritas por Benévolo,

um tabuleiro de ruas retilíneas, que definem uma série de quarteirões iguais, quase sempre quadrados; no centro da cidade tem-se uma praça sobre a qual se debruçam os edifícios mais importantes: a igreja, o paço municipal, as casas dos mercadores e dos colonos mais ricos [...] um plano regulador bidimensional sem previsão para a ocupação das quadras desenhadas.

Ugolini reservou diversas quadras para o uso de parques e praças, que, posteriormente, foram vendidas ou cedidas pela Prefeitura para construção de instituições públicas e particulares.

² Segundo Murilo Marx (1988), as instituições eclesiásticas, por sua usual clareza, “se impuseram de forma decisiva e, por vezes, quase exclusiva, Condicionaram assim os locais sacros especialmente a céu aberto, a implantação topográfica geral, a trama viária, a significação maior ou menor das parcelas de lote urbano”.

³ A população de Jaboticabal era de 6 mil habitantes, de Araraquara 8 mil e na cidade de São Paulo 25 mil. Em recenseamento feito pelo governo imperial, segundo Arantes (2006), a população do município, em 1872, era de 2.689 habitantes, sendo que destes 209 eram escravos, 153 negros e 356 pardos eram livres.

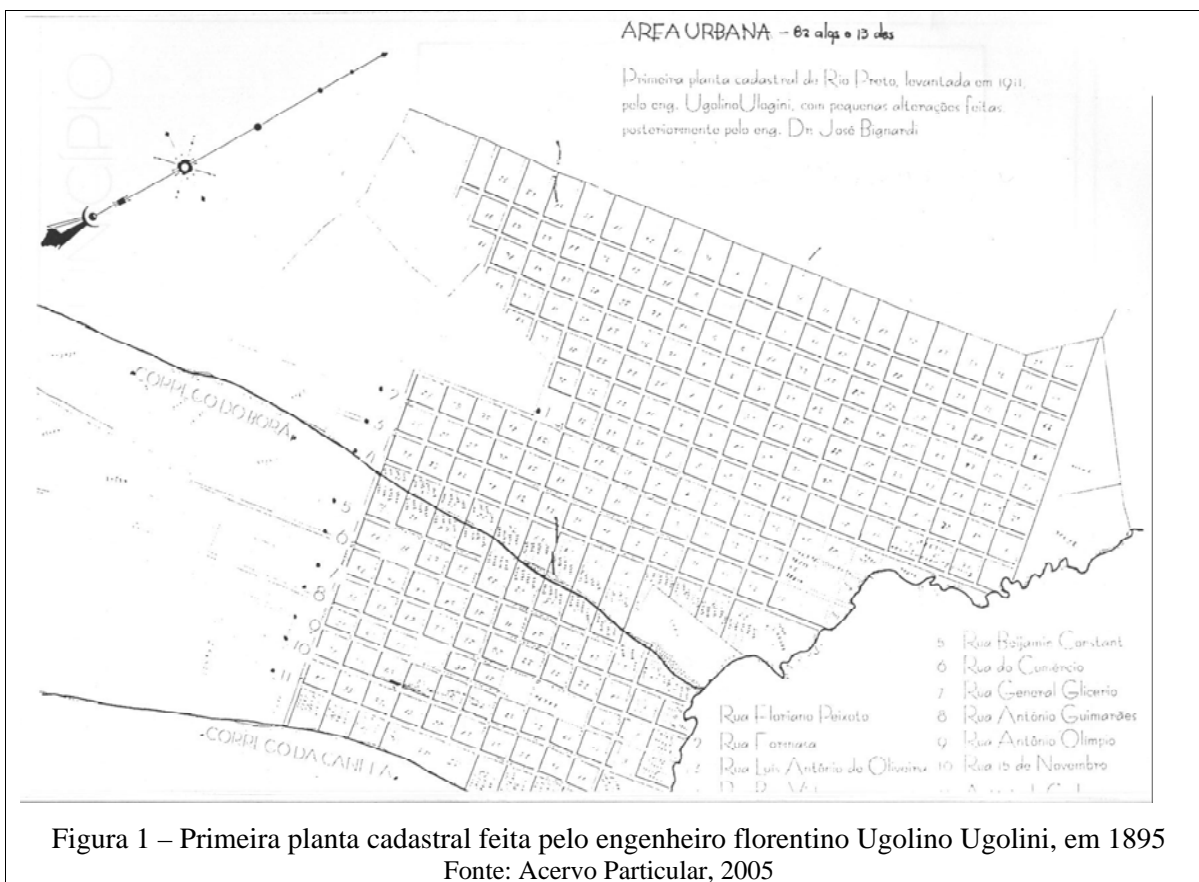


Figura 1 – Primeira planta cadastral feita pelo engenheiro florentino Ugolino Ugolini, em 1895

Fonte: Acervo Particular, 2005

Em 1915, a abertura da Estrada Boiadeira, ligando Barretos ao Porto Taboado, que passava por Rio Preto, possibilitou a expansão da agricultura rio-pretense que foi impulsionada pelo trigo, pelo café - plantado desde 1890 - e pelo algodão, além da criação de gado no começo do séc. XX.

A Estrada de Ferro, instalada em 1912 (ver figura 2), transformou a cidade em ponto terminal do transporte ferroviário, escoando a produção agrícola deste e dos poucos municípios vizinhos. Nesse ano, foi instalada a primeira máquina de benefício de café.



Figura 2 – Estação Ferroviária [192-?]

Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto

A construção da ferrovia pela Estrada de Ferro Araraquarense (EFA) que deveria ligar São Paulo a Cuiabá (MT), escoando a produção para grandes mercados consumidores, ficou paralisada em Rio Preto por 23 anos, o que tornou o município ponta de linha, como a última estação do Estado, para onde convergiam os embarques da produção agropecuária deste e dos municípios da região. Esse foi o principal fator de transformação do comércio na principal atividade econômica da cidade, pois a ferrovia propiciou a transformação de pequenas lavouras em lucrativas plantações agrícolas e fazendas de pecuária, além de fomentar intensa troca comercial com produtos vindos da capital.

A estrada de ferro interligava regiões e pessoas: comerciantes, trabalhadores, imigrantes, marginais, desbravadores e tantos outros tipos paulistas que enunciavam as potencialidades da região e as diferenças de classes sociais. A diminuição das distâncias regionais com a capital do Estado possibilitou o florescimento de novos modos de vida - a vida urbana - que transformavam o cotidiano, real ou idealizado, de uma sociedade em acelerada transformação estrutural, dado pelo caráter eminentemente agroexportador e mais tarde industrial, notadamente no Estado de São Paulo. Os modos de vida e o processo de urbanização tinham como exemplos a serem seguidos (ou mesmo repudiados), tais como os grandes centros europeus, como Londres e Paris, ou norte-americanos, como Nova Iorque, ou principalmente São Paulo, facilmente acessível e ícone do progresso nacional, segundo os “letrados” que viviam no interior. A região de Rio Preto foi a última do Estado a inserir-se na expansão do complexo cafeeiro, atraindo transeuntes de localidades vizinhas, que vinham passar o dia fazendo compras, mas também pessoas que fixavam moradia. Constituiu-se os primeiros núcleos de profissionais liberais da cidade: advogados, médicos, farmacêuticos, professores, dentre outros, que se deslocavam do Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais, atraídos pelas oportunidades de enriquecimento que o sudeste brasileiro propiciava. A migração atraiu brasileiros de outras regiões e estrangeiros (CAMPOS, 2004: 32-42).

Os imigrantes que povoaram o município eram pobres e se adaptavam às ofertas profissionais propiciadas pelo crescimento econômico do município⁴. O comércio (ver figura 3), principal atividade econômica da cidade, era dominado pelos imigrantes árabes que tinham mais

⁴ Artigo da historiadora Dinorath do Valle, do Suplemento Especial 19 de março de 1996, publicado pelo jornal Diário da Região.

de 60% dos estabelecimentos comerciais; os italianos instalaram-se na cidade para atuar na construção civil e nas fazendas de café da região; os espanhóis tiveram destaque na vida política e social na primeira metade do século; e os japoneses, assentados inicialmente em uma colônia rural, realizavam na cidade atividades comerciais no ramo de alimentos (ARANTES, 2001).



Figura 3 – Comércio da Rua General Glicério [192-?]
Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto

Segundo Campos (2004:39), não existem dados específicos referentes ao número de imigrantes que chegaram, em Rio Preto, nas primeiras décadas do século XX; entretanto, as crônicas dos jornais locais construíam a imagem de uma população estrangeira que se “integrava perfeitamente ao tipo nacional”: os espanhóis eram os “legítimos herdeiros dos “conquistadores” ibéricos do século XV”; os italianos, excluindo os fascistas, em “trabalhadores ordeiros”; os sírios, os responsáveis históricos pelo desenvolvimento comercial; e os portugueses seriam os legítimos sucessores dos primeiros “brasileiros brancos”. A população negra era retratada como um povo “simples”, trabalhador” e obediente” que estava a serviço dos “verdadeiros rio-pretenses”, não sendo considerada parte constitutiva da sociedade local.

Os coronéis atuaram politicamente em São José do Rio Preto durante a República Velha, período em que se afirmaram com as oligarquias estaduais, entrando em declínio na década de 1930⁵. Nesta região, os coronéis⁶ tinham o perfil do “coronel tradicional”, chefe político, com

⁵ O município era governado por um intendente, um vice-intendente e pela Câmara Municipal, que tinha na figura do seu presidente o domínio político da cidade. A partir de 1908, desapareceu a figura do intendente e surgiu a do prefeito, escolhido entre seus pares na Câmara. Até 1930, os prefeitos, assim como os intendentes, tiveram mandato de um ano. Os coronéis, quando não estiveram diretamente nos cargos de intendentes ou prefeitos, manifestavam

estilo de vida social à altura de seu dinheiro, e tinha função burocrática e política, conforme descrito por Faoro (1993). Havia o homem rico por excelência, na sociedade agrária - o fazendeiro, dono da terra - que exercia poder político, mas havia também coronéis remediados, assim como de outras categorias, não só as territoriais, que podiam ocupar a posição de coronel: “o coronel advogado; o coronel comerciante; o coronel médico; o coronel padre; com investidura do governo estadual ou do grupo que o controla”. O “coronelismo” se integrava no poder estadual, “constituindo o governador a espinha dorsal da vida política”, e delegava poderes públicos no campo privado, corporificando “aspecto de domínio não burocrático da sociedade”⁷. O poder público “operava sua supremacia tuteladora através do particular que exercia, por investidura ou reconhecimento oficial, funções públicas. O coronel fazia a política e complementava a administração pública, no âmbito municipal, dentro do partido; partido único, mas não monolítico, tumultuado na base por dissensões de famílias e grupos sedentos da conquista do poder. Ainda que figuras incompatíveis com as forças urbanas, aliavam-se às preocupações comerciais, não raro próximas aos seus cuidados e ao seu intercâmbio exportador” (FAORO, 1993).

indiretamente seu poder político. Segundo Carone (1977:143), após 1930 houve uma modificação do domínio quase linear agrário. Embora continuassem preponderantes, estas classes se dividiram e subdividiram, o que as enfraqueceu. De 1930 a 1933, muitos Estados foram governados por tenentistas (classe média), nem sempre apoiados pelas forças coronelísticas locais e seus partidos estaduais. Com as eleições de 1933 e 1934, os coronéis voltaram a dominar os poderes estaduais, recuando o tenentismo, mas com jogo de forças diferentes. A Revolução de 1930 quebrou o sistema de domínio baseado na existência dos poderes locais e estaduais dos fazendeiros, na preponderância dos grandes Estados (São Paulo-Minas Gerais) sobre os pequenos, permitiu a ascensão do Rio Grande do Sul e a manifestação das classes médias e do proletariado, abafadas e proibidas de se manifestarem organizadamente antes de 1930. As classes agrárias dominavam, apesar de divididas e das lutas intensas entre si, mas foram obrigadas a aceitar a presença de outras classes.

⁶ Dentre os coronéis da região, destacamos três para ilustrar este período da história: 1) Coronel Pedro do Amaral Campos, intendente e presidente da Câmara, em 1899, e principal comerciante da cidade. Para defender seus interesses, aprovou leis que cobravam pesados impostos aos mascates, majoritariamente turcos. O vereador Capitão Porfírio de Alcântara Pimentel, em 1906, fez indicação na Câmara para que se multasse todos os turcos que falassem na língua turca perto de um brasileiro (Os chamados “turcos” em Rio Preto eram sírios e libaneses que tinham passaportes expedidos com carimbo da Turquia, pois a Síria e o Líbano faziam parte do Império Otomano) (ARANTES e PARISE, 2000:15); 2) Coronel Victor Cândido Souza, prefeito de Rio Preto de 1924 a 1925 e vereador de 1917 a 1925; prefeito de Mirassol em 1925, 1926 e 1928, presidente do PRP de Mirassol de 1925 a 1930; 3) Tenente-coronel Adolpho Guimarães Correa, afilhado de casamento do Cel Pedro do Amaral Campos e seu adversário político, advogado, prefeito de Rio Preto de 1908 a 1914, vereador de 1902 a 1916 e 1928, foi presidente da Câmara de 1902 a 1907 e, em 1928, fundou a loja maçônica Cosmos e o primeiro jornal da cidade. Dominou o município politicamente por 12 anos, no início do século imaginava a construção de avenidas ao longo dos córregos Canela e Borá como fator de desenvolvimento econômico da cidade. Formado em Direito pela USP, em 1923 (ARANTES, 2001).

⁷ Segundo Faoro (1993), o compadre-mor, o coronel, se entrosava econômica e politicamente com as categorias estaduais. Ele lida com a política, com a justiça, com o cobrador de impostos, obtém uma estrada, pleiteia obras (pontes, estradas), tornando-se a figura do “padrinho” capaz de recomendar o “pobre cidadão, mal alfabetizado e sem maneiras”.

Em São José do Rio Preto, formou-se, entre fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais, a classe dominante econômica e política, que foi representada por uma associação fundada em 17 de outubro de 1920, denominada Associação Comercial, Industrial e Agrária de Rio Preto⁸ (ACIA) para defender os interesses do comércio, da agropecuária - ambos em pleno desenvolvimento - e da indústria, ainda incipiente. A associação atuou fortemente sobre o poder executivo e poder legislativo municipal exercendo influência nas decisões locais, reduzindo ou revogando impostos e reivindicando melhorias na cidade. Diversos associados se elegeram em cargos políticos no município, alguns foram eleitos deputados e, em algumas ocasiões, a associação atuou diretamente com outras instâncias de governo, reclamando de abusos fiscais, solicitando redução de impostos federais, solicitando providências no combate a epidemias e construção de escola pública e de hospital ao governo estadual (ARANTES e PARISE, 2000:23).

A atuação dos membros da ACIA remetia a uma roupagem de “coloração coronelista”⁹. Segundo Faoro (1993:636), “a decantação dos traços empíricos, historicamente filtrados, dos coronéis permite a **tipificação sociológica**. Eles são, essencialmente, *honoratioren*, pessoas que, graças à sua situação econômica, podem dirigir um grupo como profissão acessória não retribuída, ou mediante retribuição nominal ou honorária, sustentados pelo apreço comum, de modo a gozar da confiança do seu círculo social. A origem de seu poder, mais que a situação

⁸ Fundada em 17 de outubro de 1920, como *Associação Commercial Rio Preto*, foi denominada dois anos depois como Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Rio Preto – ACIA. Em 1982, esta entidade adotou a denominação de Associação Comercial e Industrial de Rio Preto - ACIRP e, atualmente, é denominada Associação Comercial e Empresarial de São Jose do Rio Preto - ACE, embora a população continue referindo-se a ela como ACIRP. A associação teve como mentor intelectual Benedicto Costa Netto, natural de Macaé (RJ), advogado, maçom, se estabeleceu em Rio Preto de 1920 a 1928, foi um dos líderes da Revolução Constitucionalista de 1932, procurador – geral do Estado de São Paulo em 1941, deputado federal em 1945, relator-geral da Constituinte de 1946, ministro da Justiça e dos Negócios do Interior do governo Eurico Gaspar Dutra (ARANTES, 1997; 2000).

⁹ Barbosa Lima Sobrinho, no prefácio do livro *Coronelismo, enxada e voto*, de Vitor Nunes Leal (1975:XVI), apontou as transformações do “coronelismo” ao longo das décadas: “Dia a dia o fenômeno social se transforma, numa evolução natural, em que há que considerar a expansão do Urbanismo, que liberta massas rurais vindas do campo, além de modificações profundas nos meios de comunicação. A faixa do prestígio e da influência do “Coronel” vai minguando, pela presença de outras forças, em torno das quais se vão estruturando novas lideranças, em torno de profissões liberais, de indústrias ou de comércios venturosos. O que não quer dizer que tenha acabado o “Coronelismo”. Foi, de fato, recuando e cedendo terreno a essas novas lideranças. Mas a do “Coronel” continua, apoiada aos mesmo fatores que a criaram ou produziram. Que importa que o “Coronel” tenha passado a “Doutor” ou que a fazenda se tenha transformado em fábrica? Ou que os seus auxiliares tenham passado a assessores ou a técnicos? A realidade subjacente não se altera, nas áreas a que ficou confinada. O fenômeno do “Coronelismo” persiste, até mesmo como reflexo de uma situação de distribuição de renda, em que a condição econômica dos proletários mal chega a distinguir-se da miséria. O desamparo em que vive o cidadão, privado de todos os direitos e de todas as garantias, concorre para a continuação do “Coronelismo”, arvorado em protetor ou defensor natural de um homem sem direitos”.

econômica, deriva do prestígio, da honra social, tradicionalmente reconhecido”. O partido, sempre governista no âmbito estadual, seria de caráter tradicionalista, voltado para a apropriação das vantagens do poder, “que se aperfeiçoam, mesmo numa etapa superior, em *partido de quadros*, de acordo com terminologia consagrada . Dessa realidade não será possível a formação do partido ideológico, de massa ou burocratizado. A circulação vertical dos chefes, desde o plano municipal até os planos estadual e federal, mostra profundas incongruências”. Os “coronéis urbanos” mantinham apoio incondicional ao governo estadual, alguns representavam os interesses regionais, outros, eram homens de talento e cultura, mas sem prestígio, que compunham as chapas. Desta forma, não representam o eleitor, mas a oligarquia. O vocábulo “coronelismo” penetrou “na evolução político-social do nosso país, particularmente na atividade partidária dos municípios brasileiros”.

Rio Preto passou a conviver com os adventos típicos da modernidade: imprensa, luz elétrica, empresa de água e esgotos, cinemas, bares, que compunham o novo cenário urbano, mas o desenvolvimento era descompassado com a higiene deficitária, a falta de grandes indústrias, ruas sem asfaltamento e vida cultural ainda incipiente. Nesse cenário, surgiu entre os profissionais liberais, a geração dos “homens letrados”, a imprensa matutina que se tornou o espaço privilegiado para a exposição dos problemas, apresentação das soluções, criação e difusão dos padrões entendidos como corretos para a cidade, reflexões sobre assuntos que estavam ligados direta ou indiretamente à “modernização” da cidade. “Civilização, progresso, ciência e nacionalismo conviviam nas páginas diárias com imagens de doença, pauperismo, catástrofe, tomando contornos próprios no imaginário dos cronistas da cidade”. Esses profissionais pleiteavam para si a autoridade moral e científica, e elaboravam, por meio de textos jornalísticos, modelos idealizados do que deveria ser a cidade e o cidadão rio-pretense. As idéias difundidas pelo meio de comunicação eram mais abrangentes que os problemas ou propostas ao município, envolvia também as esferas nacionais e mundiais. A imprensa local difundia e recriava os projetos e idéias que as elites nacionais e locais entendiam como necessárias para o Brasil. Diversos periódicos¹⁰ desta época abordavam assuntos diversos: artes, literatura, educação,

¹⁰ Em 1902, surgiu a revista *Cosmos*, fundada pela loja maçônica, com direção do Coronel Adolpho Guimarães Corrêa; em 1903, o coronel fundou o jornal *O Porvir*, quando era presidente da Câmara e lutava pela instalação da Comarca, haja vista que a justiça precisava de um órgão de imprensa para publicação dos atos oficiais. Os jornais diários surgiram na década de 20: *Diário de Rio Preto*, *A Notícia*, *O Rio Preto*, *o Poder Moderador*, dentre outros, que eram fundados e dirigidos por advogados, professores, médicos, empresários etc (ARANTES, 2006).

ciências, moda, política, agricultura, religião, música, urbanização, medicina, entre outros, voltados para o aprimoramento cultural das elites e para a educação das massas (CAMPOS, 2004:44). O jornal *A Notícia*¹¹, importante fonte para nossa pesquisa histórica a partir da década de 1930, pelo fato de ter o maior número de exemplares preservados na hemeroteca de Rio Preto, é emblemático nesse aspecto, pois era administrado e escrito pela elite “intelectualizada” e sua origem estava ligada ao Partido Republicano Paulista (PRP) municipal, que historicamente controlou a política da cidade¹².

Em 1929, o município de Rio Preto contava com 27.800 habitantes¹³. A partir de 1936, a economia impulsionada pela produção de algodão na região marcou o início da industrialização da cidade com a instalação da Companhia Swift do Brasil¹⁴ (ver figura 4) que fabricava óleo de caroço de algodão, e das algodozeiras Anderson Clayton, Francisco Matarazzo, Sanbra e Saad, impulsionadas pela ascensão da indústria têxtil na capital do Estado (sobretudo a de tecido de algodão) e pela exportação. Para atrair a implantação de indústrias, o município isentava os impostos e doava os terrenos. Um projeto de lei, rejeitado pela Câmara, propunha ainda subsídios em dinheiro para incentivar a vinda de indústrias para o município¹⁵.

¹¹ O proprietário do jornal era Nelson Veiga, advogado mineiro, vereador eleito pelo PRP. Segundo Campos (2004), as tentativas de Veiga para apresentar uma postura aparentemente independente ao PRP municipal foram verificadas em alguns momentos de sua agitada vida pública, como quando tentou eleger-se vereador na cidade, em 1922, sem o apoio da legenda hegemônica, tendo sido derrotado. Depois disso, lançou-se candidato pelo PRP, iniciando sua vida política. A formação acadêmica dos colaboradores do jornal remetia a projetos educativos para a cidade: médicos alertavam sobre doenças físicas e morais, combatiam os males rurais (malária, tracoma, entre outras) e os males urbanos (tuberculose, alcoolismo, sífilis etc), dialogando com as proposições dos médicos sanitaristas de expressão nacional; literatos discutiam grandes obras literárias; engenheiros pretendiam remodelar a cidade defendendo planos urbanísticos; farmacêuticos explicavam as origens científicas dos remédios etc, todos envolvidos de alguma forma com o poder municipal, distanciando-se das brigas políticas locais.

¹² O jornal foi à falência em 1981 e o *Diário da Região*, fundado por Euphy Jalles em 1950, tornou-se um dos maiores jornais do interior do Estado. Jalles era engenheiro civil e foi membro da diretoria da ACIA, presidente da Associação Rural e presidente de associações sociais, desportistas e profissionais. Seu sucessor desde 1965, Norberto Buzzini, é advogado e jornalista, foi vereador em 1964, candidato a prefeito pelo MDB, conselheiro da ACIA e ocupou cargos na diretoria de clubes esportivos.

¹³ Conjuntura Econômica de 2006.

¹⁴ Segundo Arantes (2001), a Swift inaugurou seus prédios, com arquitetura industrial inglesa, em uma área de 40 mil metros quadrados, às margens dos trilhos da Estrada de Ferro Araraquarense (EFA) em 14/4/1944.

¹⁵ Em 1926, a Câmara e o Executivo Municipais concederam isenção de impostos por 10 anos para a instalação de uma fábrica de tecidos. Entretanto, isto não foi suficiente para impulsionar o surgimento de indústrias para o município, que ocorreu uma década depois (ARANTES, 2001).



Figura 4 - Swift do Brasil S.A.
Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto [2007]

Foi também nesse período que se inaugurou a linha aérea da VASP, em um campo de aviação, ligando a cidade com Ribeirão Preto, Uberaba e São Paulo. O café concentrava riqueza nas mãos de poucos coronéis, mas a quebra deste produto, em 1929, favoreceu a partição dos 26 latifúndios¹⁶, mudando o perfil agrícola da região. O algodão, que teve seu preço elevado durante a Segunda Guerra Mundial, proporcionou o desenvolvimento de propriedades menores e dos investimentos industriais e comerciais de Rio Preto, pois a cidade propiciava atividades voltadas ao artesanato, ao comércio de rua, às pequenas fábricas de fundo de quintal, aos pequenos construtores e aos profissionais liberais. Os pequenos sitiantes suscitavam o desenvolvimento da função comercial e industrial das capitais regionais, bem como das novas propriedades rurais, fazendo emergir uma classe média rural que sustentaria o desenvolvimento econômico urbano¹⁷.

No cenário político nacional de 1930, Júlio Prestes surgiu como candidato situacionista à sucessão do Presidente Washington Luís, quebrando o eixo São Paulo - Minas Gerais,

¹⁶ O município tinha 23 mil quilômetros quadrados, limitando-se aos rios Tietê, Grande, Paraná e Cubatão.

¹⁷ A decomposição da fazenda pelas crises econômicas abriu o retalhamento e instalação da pequena propriedade. A produção de hortifrutigranjeiros para o abastecimento dos maiores centros urbanos foi de grande importância para a implantação da pequena propriedade. As terras depreciadas pelo esgotamento de grandes lavouras do café foram, muitas vezes, aproveitadas pelas categorias mais modestas da população rural que nelas se instalaram com pequenas propriedades. Mas a concentração da propriedade rural não diminuiu rapidamente, pois, ainda que decadentes, as grandes fazendas substituíram a agricultura pela pecuária, e o algodão foi fator que também conduziu à manutenção ou à recomposição de grandes propriedades, impedindo que as existentes se desmembrassem (como seria o desenvolvimento da pecuária, ou a introdução da grande exploração tipicamente capitalista, empregando técnica avançada). Foram cada vez mais desfavoráveis as condições de subsistência da grande propriedade, pela precariedade das três grandes lavouras extensivas do país: cana-de-açúcar, café e algodão (LEAL, 1975:26-28).

representados pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e Partido Republicano Mineiro (PRM), que se revezavam no poder, representando os interesses das oligarquias ligadas à cafeicultura e à pecuária e, por isso, chamada de política de “café com leite”.

Júlio Prestes venceu o candidato oposicionista Getúlio Vargas (Aliança Democrática), mas nunca tomou posse em virtude do golpe que depôs Washington Luís, em 24 de outubro daquele ano, e constituiu um Governo Provisório em 03 de novembro, resultado do movimento revolucionário que teve adesões de diversos Estados. O resultado das eleições na comarca de Rio Preto corrobora para ilustrar o apoio dos paulistas à candidatura Prestes: 1.793 votos contra 235 votos para Getúlio Vargas (Figura 5). No Estado de São Paulo, Prestes venceu com 530 mil votos contra 130 mil votos para Getúlio¹⁸.

PARA PRESIDENTE DA REPUBLICA	
Dr. Julio Prestes	1793 votos
Dr. Getulio Vargas	235 votos
PARA VICE-PRESIDENTE	
Dr. Vital Soares	1795 votos
Dr. João Pessoa	233 votos
PARA SENADOR FEDERAL	
Dr. Manoel Pedro Villaboim	1805 votos
General Candido Rodrigues	223 votos
PARA DEPUTADOS FEDERAES	
Dr. Alvaro de Carvalho	1595 votos
Dr. Cezar Vergueiro	1508 «
Dr. Eloy Chaves	1438 «
Dr. Carvalhal Filho	1589 «
Cel. Marcolino Barreto	1591 «
João Sampaio	1468 «
Dr. Francisco Morato	1064 «

Figura 5 - Resultado das eleições presidenciais em Rio Preto
Fonte: Jornal A Notícia de 01/03/1930

Com as eleições da Assembléia Constituinte, em 15 de novembro de 1933, Getúlio Vargas foi eleito presidente pelo Congresso, após ser promulgada a Constituição, em 16 de julho de 1934. Na era Vargas, iniciou-se uma reforma administrativa com o intuito de modernizar o serviço público federal e uma predominância do referencial americano sobre a teoria administrativa brasileira¹⁹ que influenciaria, inclusive, a organização administrativa no setor de urbanismo. A introdução do modelo americano exerceu influência, entre outros, na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, onde o engenheiro Anhaia Mello²⁰ foi professor de 1918 a 1968, além de ter sido prefeito da cidade de São Paulo por um curto período, em 1931,

¹⁸ Jornal A Notícia, de 03/03/1930.

¹⁹ Segundo Feldman (2005), em 1938, foi criado o DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público – moldado na reforma do serviço público americano do início do século e nas Comissões de Eficiência do governo Hoover, na década de 1920. Este departamento era incumbido de efetuar a reforma da administração pública federal, e operava também nos estados e nos municípios por meio das agências locais, chamados de Daspinhos.

²⁰ Luis Inácio de Anhaia Mello (1891-1974) pertencia ao Partido Democrático (PD); foi um dos fundadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

quando Getúlio era presidente provisório e secretário de Estado, em 1941, durante o Estado Novo (FELDMAN, 2005: 46 - 76).

Entre 1930 e 1945, os prefeitos foram nomeados pelos interventores federais nos Estados. O sistema de interventorias, característica do Estado Novo, apareceu como fenômeno essencial num quadro de crescente centralização burocrático-administrativa, que sobrepunha elementos sem raízes políticas antigas nos estados e, por isso, desligados da velha república com suas estruturas eleitorais coronelistas. “A carreira dos interventores dependia diretamente da indicação do Executivo Federal, tornando possível ao governo central controlar a administração estadual e restringir a ampla autonomia da política dos governadores” (SOUZA, 1999:41).

Em 1940²¹, Getúlio Vargas determinou que as atividades econômicas deveriam ser sindicalizadas por categorias. A Associação Comercial, Industrial e Agrária de Rio Preto (ACIA), seguindo o modelo da Associação de São Paulo, patrocinou a criação de três sindicatos para evitar que “elementos estranhos aos interesses da classe” e “forças antagônicas” à entidade formassem os sindicatos, que poderiam colocar em risco a estrutura patrimonial da associação. Foi fundado o Sindicato dos Contadores, a Associação Profissional do Comércio Varejista e a Associação das Empresas de Turismo e Hospitalidade, declaradas sindicatos dois anos depois, que funcionavam na sede da ACIA. A atuação da associação se ligou também ao apoio na campanha iniciada pelo jornal local, para colocar fim às sanções e restrições impostas à colônia italiana pelo governo brasileiro durante a Segunda Guerra, haja vista que o salvo-conduto exigido aos italianos, que moravam nas fazendas de café da região, para entrar na cidade acarretava efeitos negativos: primeiro, por afetar o comércio local; segundo, pelo fato de diversos italianos ou seus descendentes fazerem parte da diretoria das entidades e de clubes rio-pretenses.

Dentro do cenário político partidário em São José do Rio Preto, os comunistas²² eram da elite intelectual da cidade, representados principalmente pelo médico Joaquim Nunes Coutinho

²¹ Nesse ano, o censo registrou 74.359 habitantes em Rio Preto, dos quais 51% eram homens e 49% mulheres, segundo o jornal *Diário da Região*, de 01/03/1994.

²² Segundo Faoro (1993:675), o Partido Comunista foi fundado em 1922, “dominado por intelectuais e cortado de dissidências e rivalidades, sem atuação no movimento operário. Lentamente, entretanto, a ideologia marxista-leninista sobrepuja o anarquismo, infiltrando-se nos sindicatos, ainda embrionários na época”.

Cavalcanti²³ e pelo delegado de polícia e escritor Tavares de Almeida, que presidiram o Automóvel Clube, onde se reunia a classe mais abastada da cidade, e, este último, recepcionou o líder comunista Luiz Carlos Prestes, em 23 de dezembro de 1946, candidato ao senado pelo PCB. Na Associação Comercial de Rio Preto, estava o principal reduto anticomunista e simpatizante de Carlos Lacerda, antigetulista e “contra o populismo político”. Desde 1924, os fascistas estiveram agrupados uma seção do Partido Fascista até 1926 e por um grêmio que existiu até 1928. Em 1930, foi fundada a Associação Colônia Italiana do Fascio que esteve em atividade até 1939. A Frente Única de Rio Preto, que integrava o Partido Republicano Paulista – PRP, representado pela classe dominante de fazendeiros e de orientação liberal-oligárquica, e o Partido Democrático (PD)²⁴, com um programa liberal, mobilizou algumas lideranças, entre eles Cenobelino de Barros Serra, para combaterem na Revolução Constitucionalista de 1932. Cenobelino de Barros Serra, prefeito de Rio Preto desde 1928, foi também coronel-comandante da Coluna Legalista, formada em 09 de outubro de 1930, para defender Washington Luís, mas com a vitória de Getúlio Vargas, foi destituído do cargo de prefeito (ARANTES, 2006).

A partir de 1945, houve gradativa restauração das liberdades democráticas com a retomada do Estado de Direito, consolidado pela eleição direta para presidente nesse mesmo ano e pela Constituição de 1946. Em 1945, surgiram três partidos principais que existiram no período 1945-1964. Dois grandes partidos foram estruturados a partir do eixo polarizador do sistema de interventorias (SOUZA, 1999:41). O primeiro foi a União Democrática Nacional (UDN), formado em abril, reuniu os políticos desalojados das interventorias, originários da antiga oposição liberal herdeira da tradição dos partidos democráticos estaduais e adversária do Estado Novo. A UDN reuniu também, a princípio, “um grupo reduzido de socialistas democráticos e uns poucos comunistas”. O segundo partido foi o Partido Social Democrático (PSD), que surgiu em

²³ Liderou o Partido Constitucionalista que tinha entre seus filiados associados da ACIA, foi eleito vereador em 1936, legislatura que foi interrompida em 08 de novembro de 1937, pelo golpe do Estado Novo. Assumiu a prefeitura por 17 dias, em abril de 1935; foi candidato a prefeito em 1947 e 1955; foi eleito deputado federal em 1951, 1955 e 1959. Foi autor do projeto de lei 04389 de 14/04/1954, arquivado em 1971, que instituiu a Reforma Agrária no Brasil.

²⁴ Segundo Fausto (2001:177), o Partido Democrático surgiu em 1926 e tinha como objetivo básico “a reforma política através do voto secreto e obrigatório, a representação da minoria, a independência dos três poderes, a atribuição ao Judiciário da fiscalização eleitoral. Pelo menos até 1930, os quadros dirigentes do PD, em sua maioria, constituíam-se de profissionais liberais de prestígio e jovens filhos de fazendeiros de café. Para presidir o partido, foi escolhido o respeitado conselheiro Antônio Prado, representante da grande burguesia paulista e velho adversário do “perrepsismo”. O PD atraiu alguns imigrantes, mas a linha de seu jornal – *O Diário Nacional* – indica que suas bases estavam na classe média tradicional”.

junho de 1945 a partir da máquina do Estado, por iniciativa de Getúlio Vargas, da burocracia estatal e dos políticos que se encontravam na liderança das interventorias (FAUSTO, 2001:213). O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi fundado em setembro de 1945, originando-se da burocracia sindical, do Ministério do Trabalho, tendo como objetivo reunir as massas trabalhadoras urbanas sob a bandeira getulista. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) surgiu em 1946 como o quarto partido do País, mas teve os mandatos de seus senadores, deputados e vereadores cassados, quando o partido entrou na clandestinidade, em 1948, propiciado pelo “peso das concepções conservadoras, do crescimento desse partido e da modificação das relações internacionais entre as grandes potências” (FAUSTO, 2001:221). A eleição direta para presidente, em 1945, teve como resultado a vitória de Dutra, mostrando que a mesma elite política, que comandava o regime deposto, liderou o processo de redemocratização e formulou a Carta Constitucional de 1946. A eleição presidencial revelou ainda “a força da máquina eleitoral montada pelo PSD, o prestígio de Getúlio entre os trabalhadores e o repúdio da grande massa ao antigetulismo, associado ao interesse dos ricos” (SOUZA, 1999:46).

As eleições municipais ocorreram em 1947 e em 1948, Cenobelino de Barros Serra²⁵ (PSP²⁶) tomou posse novamente no Executivo como o primeiro prefeito eleito por voto direto, disputando as eleições com Coutinho Cavalcanti, candidato da coligação UDN - PSD²⁷ (ver figuras 6 e 7) .

²⁵ Cenobelino B. Serra assumiu a prefeitura seis vezes, entre 1926 e 1951, perfazendo ao todo oito anos e três meses de mandato como prefeito. Formou-se em medicina pela Universidade de Genebra, na Suíça, em 1913, e atuou na Cruz Vermelha Internacional, entre 1915 e 1916, prestando serviços na Sérvia, durante a I Guerra Mundial (ARANTES, 2001).

²⁶ Partido Social Progressista, considerado como um partido populista de direita, que surgiu a partir de um projeto pessoal de Adhemar de Barros. Era um partido forte em São Paulo e abrigava dissidentes do PSD (NUNES, 2005).

²⁷ União Democrática Nacional e Partido Social Democrático - embora partidos historicamente rivais, a coligação UDN e PSD, nesse contexto, indicava a rejeição desses partidos à Ademar de Barros. Segundo Fausto (2001:223), Ademar começou sua carreira no PRP, foi interventor em São Paulo durante o Estado Novo e soube como captar votos de uma grande massa eleitoral. “Ademar montou uma máquina partidária, o PSP, cuja razão de ser concentrava-se em sua pessoa. Sem desenvolver nada que se assemelhasse a um programa ideologicamente consistente, divulgou a imagem de uma suposta capacidade administrativa e de ausência de moralismo político”. Era odiado pelos partidários da UDN, que insistiam no tema da moralidade dos negócios públicos. Segundo Mezzaroba (1995:62), o PSD, a UDN e o PTB eram partidos que se destacavam eleitoralmente, mas “foram criados de cima para baixo, sem grandes vínculos sociais, e caracterizavam-se pela artificialidade, sendo que as disputas eleitorais concentravam-se basicamente no controle da máquina estatal e em práticas clientelistas”.



Figura 6 - Campanha eleitoral de Cenobelino de Barros Serra

Fonte: Jornal *A Notícia* de 30/10/1947



Figura 7 - Campanha eleitoral de Coutinho Cavalcanti

Fonte: Jornal *A Notícia* de 30/10/1947

Além do prefeito, foram eleitos 25 vereadores para a Câmara Municipal (ver figura 8), entre eles, Felício Ferreira (PSP), ex-presidente da ACIA e então Primeiro-secretário, configurando no âmbito do Poder Legislativo uma tendência política acentuadamente conservadora, no período de redemocratização (1945-1964). Entre os suplentes, figuravam o atual e dois ex- presidentes da ACIA, Hélio Negrelli (UDN)²⁸, Antonio Ramos de Oliveira e José Felício Miziara (PSP). Alguns vereadores eleitos em 1948, viriam se tornar políticos que se sobressaíram nos pleitos eleitorais posteriores como chefes do executivo, tais como Domingos Sinibaldi (PSP), Alberto Andaló (PSD) e Valdomiro Lopes da Silva (PSD)²⁹.

Nesse ano, Rio Preto tinha 1.040 estabelecimentos comerciais e 363 industriais, em sua maioria de bens de consumo não-durável³⁰ fortemente ligados a seu setor agrícola, época em que começou a discussão da adoção da semana inglesa: jornada de trabalho de 44 horas e fechamento do comércio às 13 horas aos sábados, o que só foi aprovada pela Câmara em 1957, apesar de todos os esforços, ao longo desses anos, da Associação Comercial e do Sindicato do Comércio Varejista que pressionaram pela rejeição do projeto de lei (ARANTES, 2001:77).

²⁸ Hélio Negrelli foi eleito vice-prefeito na gestão 1952 – 1955, pela coligação do Partido de Representação Popular (PRP) e União Democrática Nacional (UDN) (ARANTES e PARISE, 2000: 175).

²⁹ Sinibaldi assumiu a prefeitura entre 28/08/51 a 31/12/51, por motivo da renúncia de Barros Serra que se tornou deputado estadual; Andaló governou Rio Preto entre 01/01/1956 a 02/11/1959; e Silva desta data até 01/01/1960, com o falecimento de Andaló.

³⁰ Indústrias produtoras de bens de consumo não-durável agrupam os ramos de mobiliário, farmacêutico, perfumaria, têxtil, produtos alimentares, bebidas, fumo, editorial e gráfica.

Como vai funcionar a administração Municipal de Rio Preto

A partir de 1º de Janeiro de 1948

A não ser que surjam desistências ou se dêem acontecimentos imprevisíveis, — das eleições verificadas a 9 do corrente, temos

que a administração municipal de Rio Preto, durante o quadriênio que começa a 1º de Janeiro de 1948, estará assim constituída:

PREFEITO:
Dr. Cenobelino de Barros Serra
P. S. P.

VEREADORES:
P. S. P.

Dr. José Jorge Junior
Dr. Bady Basit
Dr. Waldemiro Niffah
Maj. João Batista França
Dr. José Arroyo
Dario de Jesus
José Diniz
Francisco Curti
Domingos Simba'di
Sebastião Freitas
João Mangini
Mário A. Mendonça
Aristides Corradini
Falcio Ferreira

P. S. D.

Waldemiro Lopes da Silva
Maurício Tadini
Zulmiro Braga
Dr. Alberto Andaló
João Bernardino de Souza
Dr. Francisco Gutierrez
Pedro Dutra da Silva

U. D. N.

Dr. Renor Peretra Braga
Ivo Higinio Beolohi
Antonio Tavares P. Lima

GOLICAÇÃO
Tull José da Costa

Dr. Cenobelino de Barros Serra, eleito Prefeito de Rio Preto para o quadriênio de 1º de Janeiro de 1948 a 31 de Dezembro de 1951.

Nota: Os nomes acima estão rigorosamente colocados de acordo com a votação que obtiveram.



Figura 8 - Resultado das eleições municipais
Jornal A Notícia de 18/11/1947

1.2 A ciência e a técnica para o planejamento urbano de São José do Rio Preto no período democrático (1945 – 1964)

O desenvolvimento urbano de Rio Preto e a defesa de um plano regulador para a cidade, junto à opinião pública, por meio dos jornais locais e do discurso dos vereadores, começaram a ficar em evidência no final da década de 1940. Segundo Ata da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, de 20 de março de 1948, os vereadores e advogados rio-pretenses Felipe Lacerda, Alberto Andaló e Francisco Gutierrez sugeriram ao prefeito municipal Cenobelino de Barros Serra que solicitasse à Prefeitura Municipal de São Paulo o envio de um engenheiro-urbanista a Rio Preto, a fim de traçar um “projeto urbanístico” para a cidade - considerado indispensável por Felipe Lacerda - para que fossem “localizadas as zonas industriais, comerciais e residenciais”.

A idéia de se planejar o desenvolvimento da cidade estaria relacionada a alguns fatores. O primeiro referia-se às barreiras físicas existentes, devido ao sítio geográfico em que foi implantada a cidade. Construída sobre o espigão entre os córregos Canela e Borá e o rio Preto, a cidade, desde 1915, aproximadamente, foi se expandindo em direção a outro espigão (atualmente Bairro Boa Vista), transpondo o córrego Borá. A literatura sobre o município, que retratava as primeiras décadas do século XX, revelou que os terrenos no fundo de vale formavam um grande alagadiço, um “pantanal alagado em época de chuvas”, e poucas pontes ou pinguelas de madeira transpunham os córregos, o que dificultava o acesso da população aos bairros que surgiam na margem oposta aos fundos de vales. As terras próximas aos córregos eram ocupadas por chácaras que cultivavam hortaliças e pomares, que abasteciam a população local. A margem esquerda do rio Preto foi aterrada, por intervenção do Estado, para se colocar os trilhos da Estrada de Ferro. Na confluência com o córrego Borá, o “aterro do lamaçal” proporcionou o surgimento de um campo de futebol e, na confluência com o córrego Canela, criou-se uma represa. As barreiras físicas que dificultavam o desenvolvimento da cidade eram, portanto, os córregos e o rio que, nas épocas de chuvas, alagavam os terrenos fronteiros, e a “larga região de baixa topografia” na confluência do córrego Borá com o rio Preto, que se estendia até o córrego Piedade e o córrego dos Macacos, por onde “havia muito mato e aguapé prendendo as águas [...] toda essa extensa região formava um grande alagadiço, que na época, sem nenhuma intervenção humana, nenhum saneamento, formava um verdadeiro pantanal” (TONELLO, 2006). A Estrada de Ferro, implantada no fundo de vale do rio Preto e do córrego Piedade, também se tornou barreira física para a expansão da cidade.

Outro fator que remetia ao planejamento urbano, era a necessidade de ampliação da rede de abastecimento de água e de captação de esgotos³¹, o que demandava, inclusive, o levantamento topográfico da área urbana. Segundo Arantes (2006:16), em 1948, São José do Rio Preto tinha 5.648 prédios na zona urbana, sendo que destes, 75% tinham ligações domiciliares de água e apenas 28% estavam ligados à rede coletora de esgotos. Soma-se a isso, a “circulação de idéias” e de fatos através dos jornais locais que reproduziam matérias publicadas nos periódicos da capital do Estado de São Paulo, relacionadas à ineficiência dos serviços de água e esgoto daquela cidade, ao elevado custo da taxa desses serviços, à inoperância do governo local em expandir a rede, à abordagem da Câmara Municipal de São Paulo sobre abertura de novos loteamentos, que promoviam o surgimento de vazios urbanos e a necessidade de se elaborar um plano urbano para controle do crescimento da cidade. Essas idéias eram difundidas como modelos idealizados e seriam recriadas pelos jornais e pelos vereadores (muitos deles colaboradores dos jornais) de Rio Preto³².

Por último, no âmbito nacional, sob o aspecto socioeconômico, o Estado Novo tinha dado início à política de substituição de importações pela produção interna, ao estabelecimento de uma indústria de base e ao projeto de modernização do país e da administração pública³³. As bases do

³¹ Em 1922, foi fundada a companhia Melhoramentos R.P. Água Exgottos S.A., com sede em Rio Claro, que construiu uma usina de elevação, tanques de decantação e captação de superfície (CAVALHEIRO, 1929). Em 1929, embora a cidade tivesse 22.250 metros de rede de água e 20 mil metros de rede de esgoto, a rede de água servia apenas 50% dos prédios da cidade (ARANTES, 2006:16). Segundo Tonello (2006:79), o serviço de água abastece o centro da cidade, com captação de água do córrego Borá, bombeada para o depósito localizado na Fazenda Bastos, hoje Vila Redentora, e desta, por gravidade, para o centro da cidade. Aqueles que não se beneficiavam da rede de água e esgoto, tinham água de cisterna e fossa higiênica no fundo do quintal.

³² De acordo com Tafuri (1985:57), “a ideologia do consumo aparece ao público como ideologia da correta utilização da cidade”.

³³ O projeto de modernização estava atrelado à conjuntura nacional que, no período correspondente ao Estado Novo, o aspecto socioeconômico representava uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, que tinha como objetivo comum imediato a promoção da industrialização do país. Entre 1930 e 1937, o governo equilibrou-se entre diferentes interesses, inclusive agrários, mas, a partir de 1937, o Estado estabeleceu uma política de substituição de importações pela produção interna e de estabelecimento de uma indústria de base. Numa versão histórica do país, o Estado Novo apresentou-se como a conseqüência lógica da Revolução de 1930, quando houve “um corte radical entre o velho Brasil desunido, dominado pelo latifúndio e pelas oligarquias, e o Brasil que nasceu com a revolução” Os objetivos revolucionários de integração nacional da entrada do país nos tempos modernos foram realizados no Estado Novo, que procurou reformar a administração pública, transformando-a em um agente de modernização, contrária à política clientelista da Primeira República. A elite burocrática devotada apenas aos interesses nacionais, deveria introduzir critérios de eficiência, economia e racionalidade. No início da década de 1950, as medidas governistas destinavam-se a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização, e a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, tinha como propósito acelerar o processo de diversificação industrial (FAUSTO: 2001:208-225).

planejamento tecnocrático estavam instaladas no período democrático com o fim do Estado Novo, em 1945 (FELDMAN, 2005).

Em 09 de junho de 1948, o jornal *A Notícia* (ver figura 9), ao relatar a reunião da Câmara Municipal, anunciou em primeira página a visita de Prestes Maia³⁴ a Rio Preto para elaborar “*graciosamente*” um plano urbanístico para a cidade, que seria trazido pela empresa Byington & Cia, de São Paulo, com a qual o prefeito estaria negociando, para executar os serviços de água e esgotos da cidade.

O termo **plano urbanístico** ou **plano regulador** significava o que os urbanistas em São Paulo denominavam **Plano Ordenador da Cidade**, **Plano de Organização do Crescimento da Cidade** ou **Plano da Cidade**, que propunha, entre outros, a melhoria na circulação viária, parques, jardins, loteamentos e o zoneamento, este último definido por Prestes Maia como “a regulamentação das construções urbanas sob o ponto de vista do uso, da superfície coberta, da altura, do volume e da silhueta dos prédios”, que organiza de forma “perfeita, lógica e conexa a cidade em bairros, distritos, núcleos etc, homogêneos, perfeitamente proporcionados e relacionados entre si” (BARONE, 2007:69).



Figura 9 - Anúncio da vinda de Prestes Maia a Rio Preto

³⁴ Francisco Prestes Maia (1896-1965), engenheiro civil e político, foi professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e prefeito de São Paulo por dois mandatos: de 1938 a 1945 e de 1961 a 1965. Como prefeito, entre suas obras de maior destaque, estão as avenidas, pontes e viadutos, implementados segundo seu Plano de Avenidas de 1930 (BARONE, 2007).

Fonte: *Jornal A Notícia* de 09/06/1948

Com a revelação da possível contratação da Byington & Cia para executar os serviços de água e esgoto, feita pelo vereador Naffah (PSP), os vereadores entusiasmaram-se com a notícia sobre a visita de Prestes Maia:

[...] Prossegue o dr. Naffah em explicações sobre as atividades do dr. Barros em São Paulo. Disse que visitando a Byington & Cia., empresa com a qual se firmará contrato para a execução dos serviços de água e esgotos locais, o seu diretor-presidente assegurar a S. Excia que aceitava todas as sugestões aprovadas pela Câmara em seu relatório sobre os estudos feitos para um contrato, não desejando outros lucros que os 13% sobre o total da empreitada. Além disso, como uma notícia alvissareira para a Casa disse o dr. Naffah que a Byinton & Cia. trará a Rio Preto, por ocasião da execução dos serviços projetados, afim de elaborar e executar, graciosamente, um plano urbanístico geral para a cidade, o notável engenheiro e urbanista, Preste Maia, até bem pouco tempo prefeito de São Paulo.³⁵

O anúncio da vinda de Prestes Maia foi novamente destacado no dia seguinte, pelo mesmo jornal, quando seria assinado, em uma semana, entre a Municipalidade e a Byington & Cia, o contrato dos serviços de remodelação e de ampliação da rede de água e esgotos da cidade. A notícia tratava de uma reunião no gabinete do prefeito, no dia 09 de junho de 1948, com os vereadores Bady Bassitt, Waldemiro Naffah, Felipe Lacerda, José J. Junior, Francisco Curti e Tufih José da Costa, em que o prefeito relatou sua recente atividade em São Paulo,

para o bom êxito de um contrato com a Byington & Cia., sobre os serviços de remodelação e ampliação da rede de água e esgotos, observadas as condições aprovadas pela Câmara local, no que concordou aquela grande empresa, se prontificando ainda a trazer a Rio Preto, a fim de executar um plano urbanístico, o eminente engenheiro Prestes Maia³⁶.

Foi ainda deliberado que o prefeito convocaria a Comissão Especial de Vereadores na ocasião da assinatura do contrato. A vinda de Prestes Maia só ocorreu em 27 de junho de 1950, para realizar comício político, por ocasião de sua campanha para governador do Estado, que contou com o apoio dos partidários da UDN, PSB e PR³⁷.

³⁵ *Jornal A Notícia* de 09/06/1948.

³⁶ *Jornal A Notícia* de 10/06/1948.

³⁷ *Jornal A Notícia* de 23/06/1950.

Entretanto, no dia 07 de julho de 1948, a manchete do jornal anunciava: “Um plano urbanístico vai agora ser elaborado para Rio Preto. Acham-se na cidade os engenheiros urbanistas incumbidos de o delinear”. Tratava-se dos engenheiros Carlos Brasil Lodi³⁸, chefe da Divisão de Urbanismo da Prefeitura de São Paulo, e Luiz Carlos Berrini Junior, também da prefeitura paulistana, que tinham vindo a Rio Preto, em comissão, com a finalidade de examinarem e elaborarem um plano geral para a cidade, tratando de colher elementos para esse fim, percorrendo a área da cidade e circunvizinhanças e conhecendo as principais características e traços dominantes locais. O jornal destacava a

autoridade e experiência de técnicos aptos a orientarem o desenvolvimento da cidade, em sentido que lhe apontem os **preceitos da ciência e arte urbanística** – de tal forma que se ponha termo, em definitivo, à fase de **empirismo e capricho**, que durou inexplicavelmente até o presente.

A matéria explicava que seria necessário fazer um perfeito levantamento topográfico, um plano completo de reconstrução e construção da cidade e um código de obras, a ser adotado pela cidade sede e pelos distritos.

O levantamento topográfico seria indispensável para o plano de ampliação das redes de água e esgotos³⁹ e, quanto ao código de obras, o jornal informou que inúmeros municípios paulistas adotaram um padrão semelhante àquele preparado pelo Departamento das Municipalidades, o que não ofereceria ao município obstáculos para dar corpo ao seu. Sobre o plano urbanístico, o jornal defendeu que este depende mais de **concepção artística** para ser assentado do que de elementos topográficos minuciosos e destacava: “uma vez feito, Rio Preto se desenvolverá, doravante, harmoniosamente e em conformidade com **os lineamentos traçados pela ciência e técnica urbanística** desses jovens engenheiros”⁴⁰. Enfatizou também que o plano era indispensável e que não seria possível descansar enquanto a Prefeitura não o dispusesse, visto

³⁸ Nasceu em 1907, em São Paulo, formou-se engenheiro-arquiteto na Escola Politécnica, em 1933. Trabalhou sempre na prefeitura municipal e manteve escritório próprio de projetos de loteamentos. Durante a primeira gestão de Prestes Maia na prefeitura (1938-1945), trabalhou no detalhamento de suas propostas urbanísticas. De 1950 em diante, dirigiu a Divisão de Planejamento Geral da Cidade, do Departamento de Urbanismo. Com Léo Ribeiro de Moraes organizou o Centro de Estudos e Debates de Urbanismo do Instituto de Arquitetura do Brasil (SP). Em 1957, elaborou um plano diretor para a cidade de São Paulo, que incluía um sistema de metrô. Em 1955, foi um dos fundadores do Centro de Estudos e Debates de Urbanismo do IAB/SP. Nesse mesmo ano, participou da diretoria da Divisão de Urbanismo do Instituto de Engenharia (LEME, 1999: 510).

³⁹Sobre os fatos relacionados às redes de água e esgoto, confira em Arantes (2006:16).

⁴⁰ Jornal *A Notícia* de 11/07/1948.

que, “se uma casa depende de um plano, não é possível consentir que uma cidade grande cresça sem que haja um simples esboço do que logicamente ela deve ser”⁴¹.

Carlos Brasil Lodi já fazia parte do quadro de funcionários do Setor de Obras⁴² da prefeitura paulistana antes de assumir a Divisão de Planejamento Geral do Departamento de Urbanismo⁴³ onde, entre 1947 e 1961, um grupo de engenheiros municipais assumiu cargos de direção. Entre eles estavam: Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, Rogério César de Andrade Filho e Heitor José Eiras Garcia, que estiveram na direção da Divisão de Pesquisas, Regulamentação e Divulgação e da Divisão do Desenvolvimento do Plano. Luis Carlos Berrini dirigiu o departamento em 1954. Segundo Feldman (2005:78), esses engenheiros se empenhavam

na introdução de práticas vinculadas ao conceito de planejamento, envolvendo novas metodologias de trabalho, a formação de um novo perfil de profissional, a elaboração de um plano para a cidade e a formulação de novos instrumentos urbanísticos. Não são figuras que se destacam pelo brilhantismo no debate, não aspiram cargos políticos e têm atuação restrita ao departamento. As idéias e práticas que introduzem e discutem no departamento são repercussões dos trabalhos desenvolvidos por Anhaia Mello, Prestes Maia e pelo Padre Lebet.

Apesar de noticiada a visita de Prestes Maia, Carlos Lodi e Luis Carlos Berrini, nas atas da Câmara não há registros da efetivação do trabalho desses engenheiros de São Paulo em Rio Preto, tampouco da contratação da Byington & Cia. A pesquisa realizada entre 1948 e 1949, nas atas da Câmara e nos jornais locais, indica que a contratação do plano urbanístico, nesse período, estava vinculada ao contrato da execução de melhoria da rede de água e esgoto na cidade. Dias depois da visita de Lodi e Berrini, o governo municipal decidiu executar, por administração

⁴¹ Jornal *A Notícia* de 11/07/1948.

⁴² O Setor de Obras foi reestruturado em 1935 e passou a Departamento de Obras Públicas e a Seção de Urbanismo a Divisão de Urbanismo. Esta última era constituída por duas subdivisões: a de Topografia e Cadastro, responsável pelos serviços topográficos, fixação de alinhamentos, cadastro e planta da cidade; e a do Plano da Cidade, responsável pelos estudos relativos à estética da cidade (parques, jardins, loteamentos, zoneamento, entre outros) (FELDMAN, 2005:43).

⁴³ A estrutura do Departamento de Urbanismo, criado em 1947 e que organizou a Secretaria de Obras e Serviços Municipais, passou a identificar-se com a organização do *planning* que se desenvolveu nos Estados Unidos, nas primeiras décadas do século XX, e foi difundido por Anhaia Mello em palestras e textos publicados. O prefeito de São Paulo, nesse período, era o arquiteto Christiano Stockler das Neves que também tinha forte vinculação com os Estados Unidos. A penetração das idéias defendidas por Anhaia Mello na administração paulistana ocorreu no período de 1945 a 1961, entre as duas administrações de Prestes Maia. Ambos têm vinculação com a máquina administrativa por meio da participação em comissões. (FELDMAN, 2005:46 - 78).

própria⁴⁴, as obras de extensão e modernização das redes de água e esgoto, que custariam aproximadamente 25 milhões de cruzeiros, pelo fato de não disporem da verba para empreitarem e pagarem a obra em sua totalidade⁴⁵. Segundo atas da Câmara⁴⁶, há registro de que o prefeito fez “pedido de dois engenheiros da Secretaria de Viação que fizeram estudos sobre o plano dos serviços e sugeriram que o local da captação da água não distasse 700 metros da estação de tratamento [...] em virtude do custo elevado dos tubos condutores e sua instalação”, assim como o posto de captação da água, pelo plano apresentado por aqueles engenheiros, distaria 90 metros da estação de tratamento, por motivo de racionalização dos custos. Entre as obras de infra-estrutura que seriam executadas nesse período, estava sendo iniciada a retificação do Rio Preto. Três meses depois, a ata⁴⁷ registrou a visita do engenheiro Canuto A. Moura, contratado para dirigir a obra, denominando-o à superintendência dos serviços de águas e esgotos; este pretendia fornecer à população, no prazo de quatro meses, água limpa e abundante, por meio de um serviço provisório que realizaria. A previsão das obras para captação e tratamento da água era de dois anos. Um plano de emergência foi instituído em meados de 1950 para fornecer água potável à população, por meio de processos químicos, pois a nova rede de infra-estrutura demoraria a ser concluída⁴⁸. As obras foram definitivamente executadas quando, três anos depois, em 07 de março de 1952, a Câmara aprovou o recebimento de empréstimo do governo estadual de 32 milhões de cruzeiros, depois de uma reunião realizada na sede da ACIA, no dia primeiro do mês, “entre elementos marcantes na vida política e administrativa de Rio Preto” que decidiram discutir o assunto e resolveram que os deputados Cenobelino de Barros Serra, Alberto Andaló, Coutinho Cavalcanti, e o prefeito Philadelpho Gouveia Netto teriam novos entendimentos com o governador, conseguindo “cláusulas mais benignas para empréstimo”⁴⁹. O contrato foi formalizado pelo

⁴⁴ Segundo Arantes, Yarak e Rey (2006:16), o prefeito Cenobelino B. Serra criou a empresa municipal chamada Obras Novas de Água e Esgoto (ONAE) e deu início à construção do Palácio das Águas (estação de captação e tratamento da água do rio Preto) e da represa municipal.

⁴⁵ *Jornal A Notícia* de 27/07/1948.

⁴⁶ 16ª. Sessão Extraordinária, realizada em 04/12/1948, fl. 03. Livro de Atas de 04 de Dezembro de 1948 a 31 de maio de 1949.

⁴⁷ 12ª. Sessão Ordinária realizada em 22 de março de 1949. fl. 58.

⁴⁸ *Jornal Diário da Região* de 30/07/1950.

⁴⁹ “Nesta reunião compareceram o deputado Alberto Andaló, o prof. Francisco Felipe Caputo, representando o deputado Cenobelino de Barros Serra; o prefeito; os vereadores dr Aloísio Nunes Ferreira, dr Fabio Homem de Mello e dr Helio Negrelli; José Ferreira Guimarães, vice presidente do Rotary Club; dr Hernani Domingues, presidente do Automóvel Clube; sr Eduardo Nunes da Silva, presidente da A.R.T; Julio Martinez, secretario da Associação Rural de Rio Preto; Célio Correia de Almeida, presidente da Associação Bancária; jornalistas dr Waldemiro Naffah, Antenor Godinho e Leonardo Gomes; e o sr José Beolchi, presidente da Associação Comercial, que presidiu a reunião”. *Jornal A Notícia*, de 01/03/1952.

governador no dia em 18 do mesmo mês⁵⁰, e a Estação de Tratamento de Água de São José do Rio Preto, denominada Palácio das Águas, foi inaugurada em 1955 (ver figura 10).



Figura 10 – Palácio das Águas: captação de água do rio Preto
Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto [2007]

1.3 Contratação da primeira consultoria externa: o plano não aprovado de Luís Saia

Na noite de 21 de janeiro de 1950, a convite de Coutinho Cavalcanti⁵¹ e iniciativa do Aeroclube de Rio Preto, o arquiteto Luís Saia⁵² proferiu palestra sobre arquitetura e urbanismo no salão da Sociedade de Medicina. Segundo o jornal *A Notícia*, “o ilustre conferencista examinou com precisão e clareza alguns pontos interessantes da sua especialidade aplicados a Rio Preto como centro de convergência regional, além de cidade de calor inclemente, de tráfego intenso etc”. O jornal anunciou ainda que esse conhecido engenheiro e diretor da seção paulista do

⁵⁰ Jornal *A Notícia* de 08, 16 e 23 /03/1952,

⁵¹ O médico C. Cavalcanti foi um dos fundadores e membro do conselho fiscal do Aeroclube Rio Preto, em 1936.

⁵² Luis Saia (1911- 1975) formou-se engenheiro-arquiteto pela Escola Politécnica da USP, em 1948. Em 1937, ingressou no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e assumiu a diretoria em 1946, como substituto de Mário de Andrade, permanecendo no cargo até 1975 (Anais do XI Simpósio Multidisciplinar da USJT, 2005). A partir de 1950, começou a dedicar-se ao planejamento urbano, realizando os planos diretores de Lins, Águas de Lindóia e Goiânia. Foi professor da cadeira “Arquitetura no Brasil” da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Era livre-docente da Escola de Arquitetura de Belo Horizonte. Organizou e ministrou curso especial de Planejamento da Faculdade de Arquitetura Mackenzie, o curso extensivo de Planejamento do IAB/SP e o curso de especialização em Restauro e Conservação de Monumentos Arquitetônicos. Lecionou nas faculdades de Arquitetura de Salvador, Porto Alegre e Recife (LEME, 1999: 519).

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – viria a Rio Preto dentro de poucos dias, a fim de atender à outra solicitação do Aeroclube para instalar nessa cidade a “Exposição de Arquitetura e Urbanismo Modernos”, que, por sua vez, tinha por objetivo expor maquetes e estudos sobre as “realizações mais bonitas, arrojadas e práticas” da arquitetura e do urbanismo brasileiros. Com essa notícia, o jornal local criticou a administração pública e, indiretamente, a ausência de um plano urbano na cidade, anunciando que, na ocasião da exposição, o arquiteto realizaria palestras

de grande interesse para todos nós que ainda não aprendemos – inclusive os administradores, principalmente os administradores – que um centro urbano como o nosso pode e deve evoluir acompanhando as últimas conquistas da arte e da ciência, sem necessidade de continuar indefinidamente um traçado antiquado: ruas despidas de vegetação, bairros sem parques e jardins, tal como se construíam cidades há séculos atrás. Por tudo isso, dr. Luis Saya precisa ser ouvido⁵³.

Em 11 de março de 1950, no terceiro ano de mandato do prefeito Barros Serra, o jornal *A Notícia*, ao publicar a pauta discutida na reunião da Câmara Municipal do dia 07 do mesmo mês, apontou a pressão dos vereadores sobre o executivo em relação à “questão do plano urbanístico”, relatando o discurso do vereador Felipe Lacerda (PSD) sobre as providências para a realização de um plano urbanístico, solicitado há muito tempo para evitar que o crescimento da cidade fosse “a la diable”, informando também, que estava inclusa, no orçamento anual, uma verba de 50 mil cruzeiros, para a contratação de um urbanista “para fazer um levantamento da cidade”.

A exposição de arquitetura foi inaugurada em 21 de março do mesmo ano, no salão da Sociedade de Medicina, com a presença de Saia e de Eduardo Kneese de Melo, presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB⁵⁴, seção de São Paulo. Os arquitetos foram homenageados pela Câmara Municipal; no dia 22, Saia proferiu palestra sobre arquitetura e urbanismo, relacionando “os problemas capitais com que hoje se defrontam as grandes cidades brasileiras e seu crescente e espantoso desenvolvimento”. Segundo publicação no jornal local, estiveram presentes na palestra, o prefeito, diversos vereadores, autoridades representantes de associações diversas e pessoas de representação da vida econômica local; e o arquiteto ilustrou a

⁵³ Jornal *A Notícia* de 21/01/1950.

⁵⁴ Esse instituto, entre outras entidades, a partir de 1949, promovia palestras por ocasião das comemorações do Dia de Urbanismo. Esta entidade de classe participou do debate urbanístico de São Paulo, após a gestão de Prestes Maia, de 1938 a 1945, que envolvia a configuração metropolitana, o uso extensivo do espaço, a proliferação de arranha-céus, de indústrias, do comércio etc. (FELDMAN, 2005:82;19).

palestra com explicações e exemplos num quadro negro, por meio de uma linguagem ao alcance de qualquer leigo, destacando a necessidade de se traçar um plano urbanístico para todas as cidades do interior, a fim de que pudessem se desenvolver dentro de normas preestabelecidas, conforme matéria na figura 11.

Pronunciou ontem magnífica palestra sobre arquitetura e urbanismo no recinto da edilidade

O notável arquiteto patricio, que ora nos visita, dr. Luiz Saya.—Numerosas autoridades presentes á reunião

Realizou-se ontem, às 20 e 30, conforme havíamos noticiado, no recinto da Câmara de Vereadores, a esperada conferência do ilustre engenheiro brasileiro, que ora nos visita, dr. Luiz Saya, diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o qual, realiza no elegante salão da Sociedade de Medicina e Cirurgia concorrida exposição sobre arquitetura.

Tomaram assento à mesa o presidente da edilidade dr. Bady Bassitt, o prefeito sr. Conobellino de Barros Sá e o conferencista, achando-se também presentes à reunião, os vereadores dr. Alípio de Casilho, dr. José Jorge Junior, Zulmiro Braga, dr. Alberto Auda, Aristides Corradini, dr. Felipe Lacerda, dr. José Arroio Martins, João Bernardino de Souza, Francisco Curti, Domingos Sinibaldi e dr. Francisco Gutierrez.

exmas. autoridades representantes de associações diversas, e pessoas de representação da vida econômica local.

O dr. Luiz Saya pronunciou magnífica conferência sobre arquitetura e urbanismo, relacionando à sua exposição, clara e objetiva, os problemas capitais com que hoje se defrontam as grandes cidades brasileiras e o seu crescimento e desenvolvimento. A conferência, brilhante sob todos os aspectos, foi ilustrada com explicações e exemplos num quadro negro, tendo sido o dr. Luiz Saya bastante cumprimentado.

Incumbido de importante missão política no Rio o sr. Novelli Junior

O vice-governador do Estado é portador de uma proposta do sr. Adhemar de Barros á alta direção do PSD

São Paulo — 23 SE — Divulga-se hoje em São Paulo, que o vice-governador do Estado sr. Novelli Junior, que ontem viajou com destino ao Rio, incumbido de importante missão política, é portador de uma proposta do sr. Adhemar de Barros á alta direção do PSD

O Tribunal Regional Eleitoral decidiu hoje, por 3 votos contra 2, manter a inscrição do deputado Juvenal Sayon, da UDN, como cidadão brasileiro para se candidatar á sucessão presidencial.

Mantida a inscrição de Juvenal Sayon

São Paulo — 23 — SE — A sessão foi presidida pelo desembargador Mario Guimarães.

Figura 11 - Matéria publicada sobre a palestra de Luis Saia

Fonte: Jornal A Notícia de 22/03/1950

A visita de Saia resultou em um convite do prefeito ao arquiteto, para realizar o plano urbanístico de Rio Preto; este foi oficializado em reunião no gabinete do prefeito, na presença do presidente da Câmara e diversos vereadores, no dia 23 de março de 1950. Na ocasião, Saia teve

oportunidade de conhecer diversos dados estatísticos sobre aspectos econômicos e sociais da cidade, além de plantas cadastrais e planta fotogramétrica.

[...] numa visão de conjunto [...] afirmou que o plano de urbanização de São José do Rio Preto tem que encarar conjuntamente as necessidades imediatas e urgentes e as necessidades mais remotas, num período de 20 anos pelo menos [...] e que a urbanização da cidade deve ser vista do ponto de vista do plano geral ao particular⁵⁵.

Saia aceitou o encargo de elaborar o plano, que seria iniciado na semana seguinte. O jornal ressaltou a boa vontade demonstrada pelo prefeito, mas atribui o êxito, tanto da realização da palestra na Câmara Municipal como da contratação do arquiteto pelo executivo, aos esforços do vereador Felipe Lacerda que, desde 1948, veio sugerindo ao prefeito a elaboração do plano da cidade (figura 12).

A minuta de contrato de serviço, que seria firmado entre Prefeitura Municipal e o arquiteto Luís Saia, tramitou na Câmara nos meses seguintes, foi modificada em alguns itens, conforme citação nas atas da 30ª e 32ª Sessões Ordinárias (fls 07 e 13) de 1950⁵⁶ e na 6ª. Sessão Ordinária de 1951. Nessa última, o vereador Mário Alves Mendonça criticou a morosidade na aprovação do contrato pela ausência de uma assessoria técnica:

Referiu-se o orador sobre a necessidade de ser instalada, nesta Câmara, uma assessoria técnica em vista desta Câmara ter aprovado várias leis institucionais, lembrando à casa que o sr. Prefeito Municipal acabara de devolver a minuta do contrato para a elaboração do plano urbanístico de nossa cidade, a ser assinado com o arquiteto Luiz Saia [sugerindo a substituição de um dos itens do contrato]. Que para evitar essas falhas, propunha, fosse instalada a assessoria técnica. Felipe Lacerda, disse que, se houve erro, cabia ao sr. Prefeito Municipal ter enviado o projeto à Câmara sem ter ouvido o Diretor de Obras e pediu que se enviasse à Comissão de Justiça para os devidos estudos⁵⁷.

⁵⁵ Jornal *A Notícia* de 24/03/1950.

⁵⁶ Segundo a Ata da Câmara Municipal (fl. 13), as sessões foram realizadas em 14/11/ 1950.

⁵⁷ Ata da 6ª. Sessão ordinária realizada em 27 de março de 1951, folhas 61 e 62.

Assentados os entendimentos para o levantamento do plano urbanístico de Rio Preto

LEVADA A EFEITO, ONTEM, NA PREFEITURA MUNICIPAL, IMPORTANTE REUNIÃO COM A PRESENÇA DO PREFEITO, DO DR. LUÍS SAYA E DE DIVERSOS VEREADORES

Podemos afirmar com absoluta segurança que estão já definitivamente assentados os entendimentos para o levantamento do plano urbanístico de Rio Preto.

Conforme havíamos noticiado realizou-se ante-ontem, no salão de debates da Câmara dos Vereadores, uma esplêndida conferência sobre problemas de urbanismo, pelo dr. Luís Saya, diretor do Sertão do Matrimônio Histórico e Artístico Nacional, na presença do sr. prefeito municipal, dr. Cenobélino de Barros Serra, de grande número de vereadores, pessoas gradadas, imprensa e o povo em geral, que lotavam quasi completamente as galerias da edilidade.

O assunto foi detalhadamente tratado, numa linguagem tão acessível a qualquer leigo e focalizado de maneira, pelo notável arquiteto, que pôs em relevo a necessidade de se traçar um plano urbanístico para todas as cidades interiores, afirmando que elas pudessem desenvolver-se dentro de normas preestabelecidas, que resultou num convite que lhe fez o dr. prefeito municipal para uma reunião em seu gabinete, com o objetivo de entrar em entendimentos para o levantamento do plano urbano da cidade.

O convite, feito através do dr. Eady Bassitt, presidente da edilidade, foi extensivo aos srs. vereadores que se interessavam pelo assunto.

Dr. Cenobélino de Barros Serra, Prefeito Municipal

é tão vasta que, quanto mais ouvimos sobre o assunto, tanto mais nos convencemos de que a oportunidade de sua visita a esta cidade foi verdadeiramente propiciatória. Por isso, não podemos deixar de louvar, embora de passagem, a perseverança e persistência com que o vereador Felipe Lacerda que desde 1945, vem tratando do assunto na Câmara Municipal, o encorajou na sessão de terça-feira passada, endereçando à Mesa da edilidade duas indicações: uma sugerindo ao sr. prefeito municipal convidasse o dr. Luís Saya para pronunciar uma conferência na Câmara; e, outra, no sentido de se oficializar o sr. prefeito municipal sugerindo-lhe a conveniência de aproveitar a permanência de tão ilustre urbanista entre nós, para entrar com ele em entendimentos sobre o plano da cidade.

Ambedas as indicações foram aprovadas e imediatamente postas em prática. A reunião de ontem foi precisamente aquela provida pelo sr. prefeito municipal para tratar de tão relevante questão.

O dr. Luís Saya teve oportunidade de conhecer diversas dados estatísticos sobre a nossa vida comercial, industrial, agrícola e educacional, e bem assim, trabalhos de grande valor para o levantamento do plano fotogramétrico da cidade e as suas diversas plantas, em geral e outras por seções.

Foram dados de tal relevância e de tamanha oportunidade que o dr. Luís Saya afirmou que as mesmas plantas, organizadas há dez anos, e outras, atualizadas, constituiriam material de segura criação para os trabalhos que a administração municipal tem em vista realizar.

Além disto, dados estatísticos foram fornecidos ao ilustre urbanista que, numa visão de conjunto, pôde fazer uma ideia do que representa São José do Rio Preto, não simplesmente como uma cidade do interior, mas como uma verdadeira capital de zona.

Desenvolvendo as suas impressões e respondendo a diversas questões formuladas, pelo sr. prefeito municipal, ora pelos vereadores, teve oportunidade o dr. Luís Saya de afirmar que o plano de urbanização de São José do Rio Preto, tem que encerrar conjuntamente as necessidades imediatas e urgentes e as necessidades mais remotas, num período de vinte anos pelo menos. Ou melhor, a urbanização da nossa cidade tem que ser feita do ponto de vista do plano geral e do particular.

A reunião produziu os mais promissoras resultados.

O sr. prefeito municipal manifestou o desejo do dr. Luís Saya encarregar-se da elaboração do plano da cidade, no que ajudou o ilustre engenheiro aco-




banização de uma cidade como São José do Rio Preto lhe era verdadeiramente apaixonante.

Os entendimentos não decorreram a estalhes.

Na próxima semana, o dr. Luís Saya, que se encontra na cidade, onde veio inaugurar a exposição de arquitetura no interior do Estado, dará início aos seus trabalhos, coligindo todos os elementos indispensáveis para o estudo do levantamento do plano urbanístico.

Não podemos deixar de ressaltar aqui a boa vontade demonstrada pelo exmo. sr. prefeito municipal na solução deste palpante problema.

Voltamos ao assunto oportunamente com outras notas.

Vereador dr. Felipe Lacerda

Compre uma Camisa

Manteiga SABOR
Padrão de honestidade
Do produtor ao Consumidor
Chira S/A

Figura 12 - Firmado compromisso verbal entre Luís Saia e a Prefeitura Municipal
Jornal A Notícia de 24/03/1950

O contrato foi assinado em 23 de junho de 1951 e, nessa data, o jornal estampou, na primeira página, a matéria com o título *Não deve a prefeitura insistir em fazer qualquer obra nova de urbanismo sem antes ter sido elaborado o plano diretor que há muito pleiteamos*. A matéria referia-se a possível abertura de uma avenida na rua Bernardino de Campos, próximo ao aeroporto, que, segundo o jornal, embora uma obra desse porte seja sempre “melhoramento elogiável”, a cidade, “que já é tão grande e tão feia”, não deveria desenvolver-se ao “capricho da administração municipal desajudada de qualquer plano e ao sabor do interesse sempre exclusivista dos particulares”. A crença de que o plano técnico poderia sobrepor as decisões políticas, para o desenvolvimento da cidade, esteve expressa na matéria:

[...] Isto nos leva ao debatido e repisado tema da necessidade de plano urbanístico, urgente e inadiável. Não nos arreceamos de afirmar, de modo enfático e categórico, que a administração municipal não tem o direito de construir mais nada, nada absolutamente, sem antes achar-se de posse do plano de construção e de melhoramento da cidade, transformado em lei. A cidade não está sendo criada por nós, mas principalmente para os que vierem depois de nós. Se não nos for possível, como não será, fazer tudo quando convém a uma cidade moderna, corre-nos o dever de preparar bases racionais, amplas e sólidas, sobre as quais os porvindouros levem a cabo este magnífico empreendimento humano que é Rio Preto. Por que há de a Prefeitura teimar em fazer, segundo fantasias ou critérios particulares e ocasionais, obras de vulto, que requerem por sua natureza o enquadramento do sistema geral e duradouro? Como quer que seja, se a administração municipal que ora se aproxima de seu ocaso, não teve tempo nem meios de empenhar-se em realizações urbanas de vulto, hora não é por certo de o fazer, quando deverá transmitir a vara do governo a outrem. O futuro governo, qualquer que seja, não acertará se, antes de mais nada, não conseguir o plano segundo o qual se processe o crescimento desta vigorosa cidade.⁵⁸

Três dias antes de vencer o prazo para entrega do plano urbanístico, Saia e o prefeito Domingos Sinibaldi (PSP)⁵⁹ foram à 31ª. Sessão Ordinária da Câmara Municipal, em 20 de novembro de 1951, para que os vereadores, terminada a sessão ordinária, tomassem conhecimento da necessidade de se conceder mais tempo para a conclusão do trabalho do arquiteto, que estava “já elaborado e em vias de conclusão”⁶⁰. Nessa reunião, foi deliberado que o plano deveria ser dividido em duas partes: uma parte para ser executada imediatamente; e a outra, para ser posta em execução “num futuro distante”. Ficou acordado que o pedido de prorrogação de prazo fosse feito por escrito para aprovação da Câmara e que a discussão do plano fosse realizada no ano seguinte⁶¹.

Em 1952, a cidade passou a ser governada pelo prefeito Philadelpho Manoel Gouveia Neto⁶² e pelo vice prefeito Hélio Negrelli, eleitos pela coligação UDN – PTB-PRP. Na Câmara Municipal, apenas quatro reelegeram-se para a nova gestão: Domingos Sinibaldi e José Jorge Junior do PSP; Francisco Gutierrez do PTB e Valdomiro Lopes da Silva do PSD. Em 29 de

⁵⁸ Jornal *A Notícia* de 23/06/1951.

⁵⁹ Sinibaldi governou Rio Preto durante um mês, entre 06 de julho e 06 de agosto de 1951, por motivo de licença de Cenobelino de Barros Serra; e entre 28 de agosto e 31 de dezembro de 1951, quando foi eleito pelos vereadores para assumir a prefeitura no lugar de Barros Serra, que renunciou ao mandato para assumir a cadeira de deputado estadual na Assembléia Legislativa. No Partido Social Progressista (PSP) estava Ademar de Barros, eleito governador do Estado de São Paulo, em 1947.

⁶⁰ Ata da Câmara de 20/11/1951, fl. 147.

⁶¹ Jornal *Diário da Região* de 22/11/1951.

⁶² Advogado, governou Rio Preto de 01/01/1952 a 31/12/1955 e, reeleito, de 01/01/1960 a 31/12/1963.

janeiro desse ano, o vereador Hélio Bottura fez uma indicação, sugerindo ao Executivo Municipal medidas enérgicas para que fosse construída uma ponte de madeira sobre o córrego do Borá, no sentido de forçar o engenheiro-arquiteto, Dr. Luís Saia, a cumprir os compromissos assumidos com a Prefeitura, em relação à execução do Plano Urbanístico. O vereador justificou-se declarando que, em 23 de junho de 1951, a prefeitura, devidamente autorizada pelo Legislativo, celebrou contrato com Saia para a execução do plano urbanístico e que, entre as disposições contratuais, ficou estabelecido que a entrega seria em 5 meses. O vereador justificou ainda que “o referido arquiteto recebeu na ocasião da assinatura do contrato a metade da quantia estipulada e que só compareceu a esta cidade para pleitear a prorrogação do prazo”⁶³. A indicação, submetida à deliberação da casa, foi aprovada.

Saia retornou a Rio Preto em 21 de março de 1952, a convite do deputado Coutinho Cavalcanti, para realizar palestra na ACIA – na qual estava presente o prefeito Gouveia Neto – expondo sobre as casas que o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC) construiria para os comerciários associados da cidade⁶⁴.

O plano foi entregue em 09 de abril de 1952, quando Saia, na presença do prefeito, de vereadores de diversas representações partidárias, de jornalistas e outras pessoas “de influência na vida local”, explicou as partes principais do plano com mapas e desenhos ilustrativos, apontando o plano como “obra de sólido bom senso e perfeitamente realizável” para a “evolução progressiva”⁶⁵ da cidade (figura 13).

⁶³ Ata da Câmara Municipal, 2ª Sessão Ordinária realizada em 29/01/1952, folha 168.

⁶⁴ Jornal *A Notícia* de 22/03/1952. Segundo Arantes e Parise (2000), foram construídas 48 casas, sem rede de água e esgoto, sem transporte coletivo que ligasse o bairro até o centro. Em 1960, as casas foram vendidas para os comerciários, e o governo local providenciou os serviços urbanos até o local; atualmente, corresponde ao Jardim Alto Rio Preto, bairro de população de renda média alta.

⁶⁵ Jornal *A Notícia* de 13/04/1952.



Figura 13 - Saia entrega o plano urbano
Jornal A Notícia de 13/04/1952

Dois dias depois, o mesmo jornal explicou que no plano de Saia havia uma solução prática para o trânsito interno, “ajustada à realidade urbana e financeira do município”. Esta solução fazia referência à planta elaborada por Ugolino Ugolini, em 1895, que projetou a cidade em quadras; entre as ruas Bernardino de Campos e Voluntários de São Paulo, no cume do espigão formado entre os córregos Canela e Borá, as quadras são mais estreitas, o que dava a impressão de se formar uma grande avenida central pelo fato de existirem praças em algumas quadras deste

eixo⁶⁶. Esta configuração projetada foi descaracterizada ao longo dos anos, porque, segundo o jornal⁶⁷, “a curteza de visão dos homens que vieram após esse urbanista antigo sacrificou tão belo plano” permitiu que fossem construídos edifícios em diversas quadras, que compunham o canteiro central dessa avenida projetada. Por esse motivo, segundo a matéria, a cidade virou uma trama de xadrez de ruelas: por onde “o tráfego de veículos se processa com dificuldade e [...] prejudicará o movimento futuro, quando Rio Preto tiver cem mil habitantes”. Para resolver o problema de trânsito, Saia propunha, então, que o alinhamento do térreo, dos edifícios do lado ímpar da rua Bernardino de Campos e do lado par da rua Voluntários de São Paulo, estivesse recuado em três metros da atual divisa frontal. Dessa forma, ao somar os três metros de calçada aos sete metros do leito carroçável, este passaria a ter dez metros e os pedestres ganhariam uma calçada coberta pelos edifícios, entre o trecho da rua Jorge Tibiriçá e Rua Marechal Deodoro. Alguns prédios desse período foram implantados segundo essas diretrizes de projeto, como ilustra a figura 14.

Nas 10^{a.} e 12^{a.} Sessões Ordinárias da Câmara, em 15 e 29 de abril de 1952, respectivamente, o vereador Fábio Homem de Mello (PSB)⁶⁸ fez a indicação do projeto de Lei nº 36/52⁶⁹, que tratava da “necessidade de serem alargadas as ruas Bernardino de Campos e Voluntários de São Paulo, nos trechos das praças Rio Branco, Rui Barbosa e Dom José Marcondes, fazendo recuar três metros o meio fio das referidas ruas”. O vereador frisava que essa medida era parte “também do plano urbanístico do Engenheiro Luís Saia” e era “medida inadiável, vindo a desafogar o trânsito [...] e embelezar consideravelmente o centro urbano”. A proposta foi rejeitada mediante defesa contrária de alguns vereadores pelo fato do projeto nunca ter sido apresentado à Câmara e, portanto, desconhecem o plano e considerarem que seria necessário estudo detalhado para a sua aprovação⁷⁰.

⁶⁶ Embora não tenha sido encontrado nenhum registro que confirmasse esta informação, é do senso comum que o engenheiro italiano projetou uma “grande avenida central” para a cidade, onde as quadras seriam ocupadas alternadamente com praças e edifícios.

⁶⁷ Jornal *A Notícia* de 15/04/1952.

⁶⁸ Partido Socialista Brasileiro - PSB.

⁶⁹ Jornal *A Notícia* de 10/04/1952.

⁷⁰ Ata da Câmara Municipal, 1952, fls 92-93.



Figura 14 - Rua Bernardino de Campos (acima) e Rua Voluntários de São Paulo (abaixo)
Fonte: Fotos da autora, 10/11/2007

O embate político partidário e seus interesses específicos, que supostamente estariam atrapalhando a aprovação das medidas especificadas no plano de Saia, ficaram evidentes nas edições dos jornais das semanas seguintes. A crítica se pautava na interferência dos chefes e orientadores de partidos políticos na política administrativa municipal:

[...] o pensar e o sentir geral da população é que se os partidos e os políticos desaparecessem dum momento para o outro, não se perderia coisa nenhuma, mas, ao contrário, tudo deveria andar muito melhor. [...] O que o povo quer [...] é que os administradores façam boa administração e que os políticos os ajudem nesse trabalho, em vez de atrapalharem⁷¹.

Dessa forma, formava-se a opinião de que os representantes políticos sobrepujam interesses próprios, ou dos partidos, aos da administração, haja vista que, naquele momento:

[...] corre por aí a voz de que desentendimentos e choque de interesses estariam comprometendo a coligação partidária [UDN-PTB-PRP] que forma a base do poder executivo, na Câmara Municipal. Não queremos acreditar que isto possa corresponder de veras a uma perspectiva real, pois que constituiria em desserviço para Rio Preto e um espetáculo perante o povo do município.[...] não é de admitir-se que dentro da administração municipal homens mudem de posição e de compromissos com o povo, criando assim entraves e dificuldades para o governo local⁷².

Além da crítica à atuação dos políticos, os jornais⁷³ mantinham-se em defesa do plano urbanístico. Em uma edição⁷⁴, apontou que os problemas futuros da cidade poderiam ser resolvidos com o plano urbanístico que “estatua regras para as construções, normas para o traçado de novas vias públicas, prescrições para o melhoramento das atuais, previsões para futuras praças e artérias capazes de permitir o trânsito de veículos e pedestres quanto à situação e estrutura e outras qualidades dos edifícios”. Afirmou ainda que, se não aprovar o plano e admitir que a cidade continuará seu desenvolvimento, os rio-pretenses terão que se resignar a morar em uma cidade “mesquinha, desconfortável e feia, ou haverão de despender rios de dinheiro para

⁷¹ Cabe ressaltar aqui que desde fevereiro, na ocasião das negociações para se firmar contrato com o governo estadual para obtenção do empréstimo de 32 milhões de cruzeiros que ampliaria a rede de água e esgoto, os vereadores do PSP, partido do ex-prefeito Cenobelino de Barros Serra, dificultaram e retardaram o processo de aprovação da lei do empréstimo, valendo-se, segundo o jornal *A Notícia* (29/02/1952), “de argumentos e subterfúgios inteiramente despropositados”. A realização de um plano urbanístico para Rio Preto sempre esteve vinculada ao projeto de ampliação da rede de infra-estrutura.

⁷² *Jornal A Notícia* de 10/05/1952.

⁷³ O espanhol Leonardo Gomes era diretor e proprietário do jornal *A Notícia* e suplente de vereador, de 1952 a 1955, assumindo uma cadeira na Câmara Municipal de setembro a outubro de 1955. Assim como Coutinho Cavalcanti - quem primeiro convidou Saia para vir a Rio Preto - Gomes foi um dos fundadores e primeiro tesoureiro (1939) do Aeroclube de Rio Preto. O jornal *A Notícia*, por diversas vezes, enalteceu o arquiteto Luís Saia e os vereadores Felipe Lacerda (advogado pernambucano, vereador, redator do *Diário da Araraquarense*, candidato a vice na chapa de Bady Bassitt (PSP), em 1951) e Fábio Marcondes Homem de Mello (advogado e vereador pelo PSB, de 1952 a 1955, 1956 a 1959 e 1961 a 1962 como suplente) por terem se empenhado pela efetivação e realização dos trabalhos de Luís Saia na cidade, entre os quais: convite para proferir palestra na Câmara; sugestão da contratação do arquiteto pelo prefeito municipal; e proposta de projeto de lei que considerava os parâmetros urbanísticos propostos por Saia.

⁷⁴ *Jornal A Notícia* de 25/05/1952.

acomodá-la a seu tempo e às suas aspirações”. Em outra edição⁷⁵, apontou a falta de vontade política da Câmara Municipal em aprovar a orientação contida no plano urbanístico de Saia, criticando a atuação dos vereadores que “esqueciam” de colocar em pauta deliberação de matéria de suma importância, tal como a decisão sobre o projeto de alargamento da rua Bernardino de Campos, pois a falta de decisão sobre o assunto poderia “prejudicar grandemente o centro da cidade”:

Reconhecemos que as corporações legislativas não primam mesmo pela celeridade do trabalho e a verdade é até que, em se tratando de matérias de importância indiscutível, as decisões não devem ser tomadas sem maior ponderação e esta é pouco compatível com a pressa. Mas devemos observar, por outro lado, que no caso de nossa ilustre Câmara a lentidão do trabalho não decorre da gravidade com que os legisladores examinam as questões que lhes caem na alçada, mas sim, do excessivo verbalismo – aliás vazio – de uns poucos edis, que imaginam o recinto da Câmara uma arena para as suas logomaquias [...] Tivemos ocasião de pedir à preclara Câmara Municipal que decidisse com presteza sobre esse projeto de alargamento da rua Bernardino de Campos. Não nos preocupa propriamente, a decisão que venha a ser tomada – mas achamos que não convém que seja retardada, pois que isso causaria sérios prejuízos à cidade, como é evidente. Todavia, a sessão escoou-se inteira sem que houvesse sequer referência a assunto de tão grande monta! Vamos aguardar que a questão seja incluída na pauta da próxima sessão.

Aquele que seria o primeiro plano urbanístico para São José do Rio Preto, elaborado pelo arquiteto Luís Saia, em que constava o primeiro levantamento aerofotogramétrico da cidade, não foi votado pela Câmara Municipal, que havia sido renovada pelas eleições de 1951, e permaneceu na gaveta do chefe do executivo. Nesse sentido, sem registro oficial, não foi possível localizar a proposta do plano, sobre o qual somente conseguimos referências de sua existência quando mencionado nas atas de reunião da Câmara Municipal e pelas notas divulgadas no jornal local, pois, no Arquivo Municipal de São José do Rio Preto e com a família⁷⁶ de Luís Saia, não foi encontrado o referido plano.

⁷⁵ Jornal *A Notícia* de 14/06/1952.

⁷⁶ Entramos em contato, por telefone, com os filhos de Luís Saia, a arquiteta Helena Saia, em 23/10/2005, e o arquiteto José Saia Neto, funcionário do SPHAN, em 08/11/2007. Este último informou que os planos elaborados pelo pai, tais como o de Lindóia, Rio Preto, Lins e Goiânia, eram entregues os originais e, possivelmente, uma cópia, pois, na época, além da dificuldade de reprodução dos planos, isto implicava em custo muito elevado. Saia Neto afirmou que não possui cópias dos planos e tampouco material indireto que faça referência a eles.

O primeiro plano urbanístico de Rio Preto só foi aprovado em 1958, quando o arquiteto e urbanista Heitor José Eiras Garcia, funcionário da Prefeitura de São Paulo, foi enviado para Rio Preto pelo prefeito paulistano Lino de Mattos para elaborar a primeira Lei de Zoneamento da cidade.

1.4 Contratação da segunda consultoria externa: Heitor José Eiras Garcia

Na década de 50, a agricultura apresentou algum grau de mecanização, o escoamento da produção agrícola e o abastecimento comercial atendidos principalmente pela ferrovia, passaram a ser favorecidos pela pavimentação, entre 1954 e 1956, da rodovia Washington Luís - SP 310 que liga Rio Preto a São Paulo. Esta rodovia estadual e a rodovia federal BR-134, impulsionaram o crescimento geográfico e contribuíram no desenvolvimento econômico do núcleo urbano, principalmente nas décadas seguintes. O censo demográfico, nessa década, apontou a área urbana com 36.942 habitantes e o município de Rio Preto com 67.209 moradores. A emancipação política de alguns municípios vizinhos fez com que diminuísse em 9,6% da população em relação à década anterior.

O Brasil, desde a década de 50, vivia um período de industrialização tendo o Estado de São Paulo como centro dinâmico da economia e, conseqüentemente, aumentava-se a escala de produção e ocorria uma mudança tecnológica nas indústrias tradicionais de bens de consumo com a presença forte do Estado e o afluxo de subsidiárias estrangeiras. Em Rio Preto, a indústria tendeu ao declínio uma vez que o município não recebeu investimentos do Governo Federal, no Plano de Metas⁷⁷ de 1956 a 1959, para promoção do desenvolvimento industrial nessa região do Estado de São Paulo. Este cenário se alterou relativamente nas décadas posteriores com a expansão da indústria de bens de capital e do segmento de bens intermediários, desenvolvendo ramos pré-existentes e instalando outros novos⁷⁸, embora permanecendo, nas décadas seguintes, com dinamismo limitado frente às regiões industrializadas do Estado.

⁷⁷ Política econômica definida no governo de Juscelino Kubitschek que teve resultados impressionantes, sobretudo no setor industrial, com destaque para as indústrias do aço, mecânicas, de eletricidade e comunicações, de material e transporte e automobilística.

⁷⁸ São chamados ramos novos: mecânica, metalurgia, material elétrico, de comunicações, de transporte e química.

Este período foi marcado também pelo crescimento demográfico nas áreas metropolitanas e em diversos centros regionais e locais, surgindo aumento da demanda por terrenos e habitações, pela provisão de serviços, inaugurando a era dos grandes projetos viários e o assentamento, desde os anos 40, da população de baixa renda nas periferias das cidades.

São José do Rio Preto, centro dinâmico da economia regional e de concentração de emprego, passou a receber uma parcela do fluxo migratório interno causado pelo êxodo rural e a expansão urbana passou a ocorrer também em loteamentos irregulares na zona rural. Como centro regional, Rio Preto era o principal centro de abastecimento de comércio e de oferta de prestação de serviços e contava com clubes sociais, clubes de serviços, associações e agremiações esportivas e culturais, três cinemas e diversos bares, cafés, casas de chá e restaurantes que fomentavam a vida sócio-cultural da cidade. Foi também nessa década que surgiu a primeira instituição de ensino superior, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI⁷⁹, na cidade de São José do Rio Preto.

O advogado Alberto Andaló⁸⁰ (UDN) assumiu a prefeitura em 1º de janeiro de 1956 e deu início a diversas obras, que marcariam seu mandato como um dos mais empreendedores na história de Rio Preto, recebendo do presidente Juscelino Kubitschek, ainda nesse ano, diploma conferido à cidade pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), como o “Município de Maior Progresso” do Brasil⁸¹ (ARANTES, 2006). Nos primeiros meses de governo, Andaló declarou que canalizaria os córregos Canela e Borá, haja vista que a cidade havia crescido até suas margens⁸² e executou obras de alargamento das ruas do centro da cidade, nos trechos das praças Rui Barbosa e Dom José Marcondes, tal como descreveu o ex-vereador Fábio Homem de Mello durante as sessões da Câmara, em abril de 1952, referindo-se ao plano urbano de Luís Saia. O alargamento das ruas resultou na derrubada de árvores e, conseqüentemente, alterou o desenho original das praças do centro da cidade, descritas por

⁷⁹ A FAFI foi encampada pelo Estado em 1959 e, atualmente, é o Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – IBILCE, subordinado à UNESP. Uma década depois foi criada a Faculdade de Medicina de Rio Preto, estadualizada em 1994.

⁸⁰ Governou Rio Preto de 01/01/1956 a 02/11/1959, data de seu falecimento. Foi deputado estadual pelo PTB, desligando-se do partido em 20/11/1951. A União Democrática Nacional congregava a burguesia e a classe média urbana favoráveis ao capital estrangeiro e à iniciativa privada.

⁸¹ O vereador Fábio Marcondes Homem de Mello levou ao prefeito Andaló, de quem era líder no Legislativo, o cupom de inscrição de Rio Preto para o concurso aberto pelo IBAM, para escolha do município e maior progresso do Brasil. Dividiu com Andaló o tempo de discurso perante o presidente Juscelino Kubitschek (ARANTES, 2001:466).

⁸² *Jornal A Tribuna* de 02/03/1956.

Aristides Lopes⁸³ como antiquadas, embora com “aspecto aceitável” pela vegetação e roseiras bem cuidadas. Por esse motivo, o prefeito anunciara que, em breve, estaria na cidade o urbanista Heitor José Eiras Garcia, a fim de dar nova feição aos jardins de Rio Preto. O embelezamento das praças, segundo Lopes, devia acompanhar o desenvolvimento da cidade, pois Rio Preto apresentava “maior crescimento em todos os setores de suas atividades [...] sua riqueza e poderio econômico começa a se espelhar na arquitetura, no comércio, na indústria e no agigantamento das realizações de cunho público”. Assim, as praças deveriam acompanhar esse engrandecimento, desde que obedecidos “a planos rigorosamente técnicos”⁸⁴.

Os jornais locais destacavam a cidade como “verdadeiro exemplo de progresso”, como descreveu esta coluna do jornal *A Tribuna*:

Quem conheceu Rio Preto aí por volta de 1938 ou 40, não poderia pensar que esta cidade teria um desenvolvimento intenso como o que realmente experimenta na atualidade [...] No dizer dos homens de negócios, Rio Preto não cresce, explode. Bairros que há dez anos não tinham mais que duas dezenas de casas, se agigantaram, dobraram os espigões fronteiros. Lugares em que há dois lustros se apanhava gabioba nos fins de ano, existem centenas de casas. Novos bairros foram se aglutinando em toda a periferia da cidade [...] Rio Preto é mesmo um milagre de progresso [...] Isto que hoje estamos vendo é princípio. Centro rodoviário de grande importância, parada obrigatória de todos que demandam os Estados de Mato Grosso, Goiás e Triângulo Mineiro, a “Capital da Araraquarense” está fadada tornar-se uma grande metrópole. E notem os leitores que Rio Preto já possui todos os requisitos necessários a esse *boom* espetacular. Telefone automático, excelente serviço de água e esgotos e ruas asfaltadas, são os trunfos de que Rio Preto dispõe para marchar com segurança para o futuro grandioso⁸⁵.

O jornal *A Notícia*, em 07 de março de 1956, em primeira página (figura 15), descreve as mudanças em curso, a ousadia do prefeito em “modernizar a cidade [...] destruir velharias”, e a vinda de Eiras Garcia, “cidadão afeito as lides intelectuais e urbanísticas e que tem uma grande folha de serviços prestados ao embelezamento da capital do Estado”.

⁸³ Colunista do Jornal *A Tribuna*, em 1956, Lopes era advogado e jornalista, foi presidente do Rotary Club de 1963 a 1964, presidente do Programa de Desenvolvimento Industrial – PRODEI, na década de 70, autor da coluna “Artigo do Dia” no jornal *A Tribuna*, em 1956, e redator do jornal *A Notícia* (ARANTES, 2001).

⁸⁴ Jornal *A Tribuna* de 06/03/1956.

⁸⁵ Jornal *A Tribuna* de 11/03/1956.

nova Tabela de Preços para a venda de pão, a-
irão se reunir nesta qu-
dade, na próxima quinta
Excm., apresentando-se de Cr\$ 1,00 por quilo de
os nossos melhores agra-
pão.

Roupa nova para a cidade
Em Rio Preto o engenheiro urbanista que remodelará ruas e jardins AN 7-3-56

Chama-se Heitor José Eiras Garcia e pertence á prefeitura de São Paulo—Dentro em breve, Rio Preto apresentará novo e magnifico aspectos

Não há quem possa negar a presente vontade do atual Prefeito, de fazer de Rio Preto uma cidade verdadeiramente moderna e verdadeiramente bonita.

Começou agindo com destemor, derrubou árvores, sofreu críticas, recebeu por alguns considerações drásticas (a das tabuletas e a dos passeios), mas prosseguiu. Não ouviu aos que o criticavam e hoje a cidade apresenta outro aspecto.

O verbo do atual Prefeito, ao que parece, é modernizar. Modernizar tudo, quebrar rotinas, destruir velharias. Talvez pense ele se está certo que se Rio Preto cresce economicamente, deve crescer também na sua fisionomia. É por isso que está o que fez, para quem tiver olhos e quiser vê-lo.

A cidade mudou, não de árvores, um pouco quente á tarde, é verdade, mas ampla, clara, útil. A cidade rejuvenesceu. A Bernardino apresenta agora um aspecto de trabalho ativo, as ruas abertas, tratores funcionando, asfalto á vista. E os jardins vão aos poucos perdendo aquele aspecto de

norte florestal, toda cidade enfim se remodela, renasce para a beleza do moderno urbanismo.

E a revolução toda inicia-se pelo Prefeito abrindo ruas, derrubando árvores e encurtando calçadas, al agora ter o seu grande general. É ele o ar.

Heitor José Eiras Garcia, engenheiro urbanista da Prefeitura de São Paulo. Cidadão afeito as lides intelectuais e urbanísticas e que tem uma grande folha de serviços prestados ao embelezamento da capital do Estado.

O dr. Heitor José Eiras Garcia já está planejando a sua ação com referência aos jardins e tudo indica que muito breve todas as praças estarão de roupa nova, como diria o poeta.

CONGELADOS OS PREÇOS
Das tinturarias da cidade

Em reunião realizada ontem pela Comissão Municipal de Abastecimento de Preços, ficou deliberada a fixação dos seguintes preços para as tinturarias da cidade:

Terno lavado e passado	Cr\$ 35,00
Terno passado	Cr\$ 25,00
Paletó lavado e passado	Cr\$ 20,00
Calça lavada e passada	Cr\$ 12,00

Estes preços estão em vigor desde Novembro de 55, pelo que a tabela acima nada mais faz que congelá-los.

Policimento ostensivo
Limpeza geral na cidade

A DELEGACIA DE POLICIA, PREFEITURA E POLICIA MILITAR UNEM-SE PARA COMBATER OS DEPREDADORES E ENGRAÇADINHOS QUE INFESTAM A CIDADE — PROVEITOSA A BATIDA DE ONTEM

A Polícia Civil, na presença do delegado adjunto, Sr. Homero Honório Ferreira, a Prefeitura Municipal, realizou uma batida de limpeza ostensiva e eficiente.

A batida teve efeitos magníficos.

RESISTENCIA PARA FOGÃO CR\$ 30,00 SO NA ELETRICA PAU

LISTA — Rua C. Spino la 3.212 Fone 1-2-3-1

Figura 15 – Matéria sobre a visita de Eiras Garcia a Rio Preto
Fonte: Jornal A Notícia de 07/03/1956

Em 15 de março de 1956, o prefeito Andaló pronunciou na Câmara Municipal que o prefeito de São Paulo, Lino de Mattos, enviaria a Rio Preto o arquiteto Heitor José Eiras Garcia para fazer um levantamento e estudos das condições da cidade.

Eiras Garcia fazia parte do Departamento de Urbanismo da Prefeitura de São Paulo, que foi criado em 1947, tendo Anhaia Mello na concepção da organização e das idéias do setor de urbanismo, com fortes vinculações com os Estados Unidos⁸⁶.

Anhaia Melo foi o grande difusor do modelo americano em São Paulo. Ao ilustrar os regulamentos das grandes cidades americanas, com parâmetros de aproveitamento e ocupação do solo, de alturas máximas, do controle da densidade e da proteção aos bairros jardins, Anhaia Mello defendia o zoneamento como um instrumento legal que corrigia “os inconvenientes” do crescimento descontrolado da cidade, “ordenava o caos”, defendia a estética urbana e estabilizava os valores urbanos. Para o urbanista, o zoneamento salvaguardava os direitos dos proprietários contra vizinhos desvalorizadores (BARONE, 2007: 75; FELDMAN, 2005: 32).

Funcionário do Setor de Obras, Eiras Garcia era um dos membros estáveis que se revezavam na direção do Departamento de Urbanismo, da Divisão de Pesquisas, Regulamentação e Divulgação e da Divisão de Desenvolvimento do Plano (FELDMAN, 2005). Em março de 1957, o arquiteto apresentou à Câmara a primeira Lei de Zoneamento de São José do Rio Preto, discutido entre os vereadores em Sessão Ordinária, em 7 de maio do mesmo ano, e aprovada em Sessão Extraordinária, em 11 de fevereiro de 1958, convocada imediatamente à Sessão Ordinária, especialmente para votar o projeto 57/57 do Executivo, que tratava do “zoneamento urbano e suburbano de São José do Rio Preto”. O projeto, alterado apenas por duas emendas propostas pelos vereadores Benedito Lisboa e Francisco Curti, foi aprovado de forma global, pois se tratava de “matéria que se encontrava em regime de preferência e urgência e, por isso, bastou a primeira votação para a aprovação total”, conforme noticiou o Jornal *Correio da Araraquarense* de 12/02/1958 (Figura 16) e o Jornal *A Notícia* (Figura 17) na mesma data. O jornal enalteceu a

⁸⁶ Segundo Feldman, a cidade como objeto global passou a ser vista como nova ordem de disciplina institucionalizada por congressos e pesquisas, que ocorreram no final do século XIX na Alemanha, e, entre 1900 e 1910, na Inglaterra e Estados Unidos, assim como em países como França e Holanda, surgiram planos de expansão urbana. No Brasil, Vitor da Silva Freire, engenheiro da administração pública de São Paulo, que conduziu a Diretoria de Obras da Prefeitura de 1899 a 1926, e professor da Politécnica, divulgou as idéias externas, trouxe o termo **planejamento urbano** e introduziu as bases do urbanismo, que vinha sendo praticado na Europa e que aliava aos princípios técnico-sanitaristas, os princípios técnico-viários. Os planos, até então, eram de embelezamento e saneamento. Em cada país, as formas de institucionalização tiveram uma especificidade diferente dentro do Estado, nas instituições de ensino, etc. No caso brasileiro, o processo de institucionalização do urbanismo se deu nas secretarias e coordenadorias de planejamento, sucedidas pelo setor de obras públicas. Na Escola Politécnica, os engenheiros atuaram na racionalidade do espaço urbano. Entre as décadas de 30 e 40, a formação do urbanista era generalista e multidisciplinar (Notas de aula da disciplina *Urbanismo e Planejamento no Brasil pós-40*, ministrada pela Profa. Dra. Sarah Feldman, em 13/08/03).

opinião dos mais “abalizados técnicos” no assunto, que disseram que, por meio da implantação de um plano de zoneamento, se constituía o passo mais avançado que uma municipalidade pode dar, principalmente por prever o progresso e desenvolvimento futuro, e congratulou os políticos do Legislativo e do Executivo pela realização do feito que orientaria o crescimento da cidade, baseado na ciência e na técnica.



Figura 16 - Anúncio da aprovação da Lei de Zoneamento

Fonte: Jornal *Correio da Araraquarense* de 12/02/1958

A Lei nº 535, sancionada em 25 de fevereiro de 1958 pelo prefeito Alberto Andaló, se originou fora da administração pública, pela atuação de um consultor externo.

Consta nos arquivos da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura Municipal, uma cópia da Lei nº 535 e do Relatório sobre Estudos de Urbanização da Cidade. A exposição de motivos e o projeto de lei foram encontrados no Arquivo Municipal de São José do Rio Preto, mas, quanto à planta de zoneamento, obtivemos acesso a um acervo particular, do qual utilizamos alguns materiais para ilustrar nosso trabalho, entre eles as fotos da década de 1950.

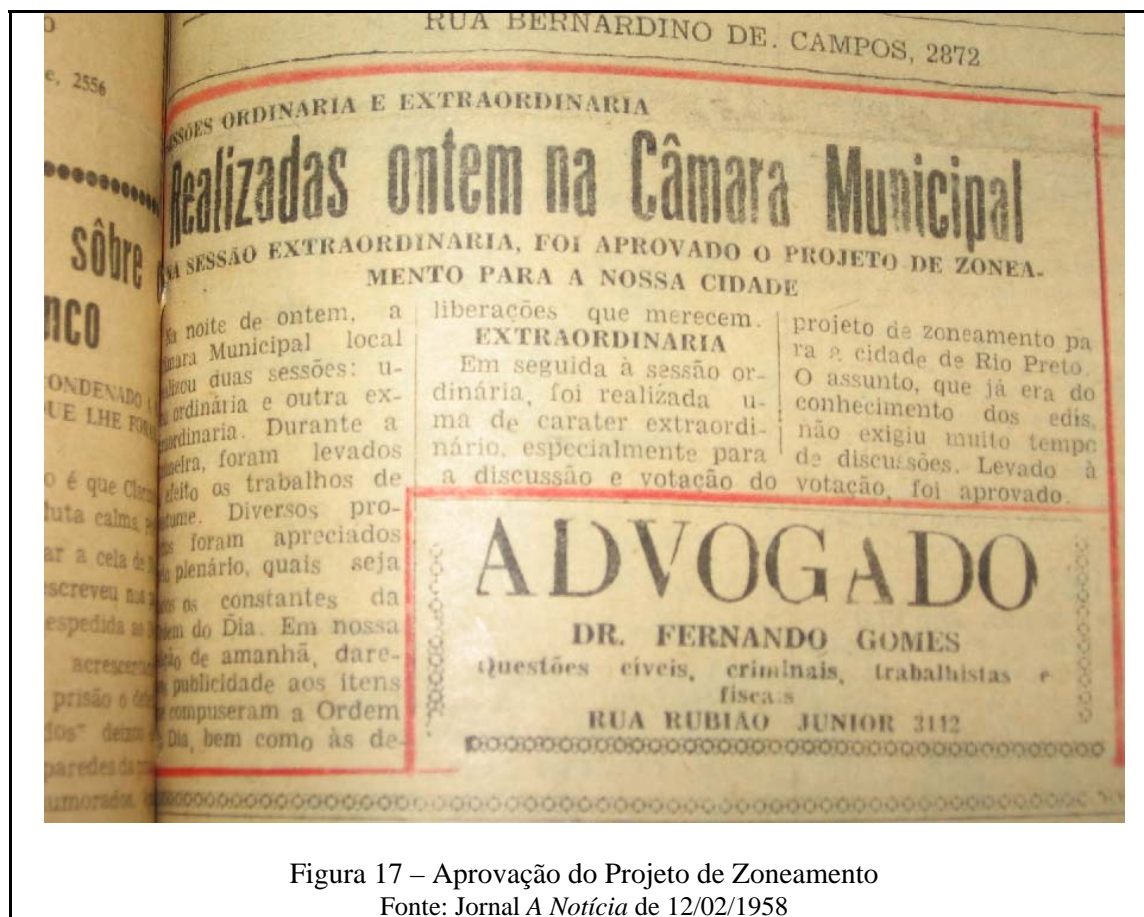


Figura 17 – Aprovação do Projeto de Zoneamento
Fonte: Jornal A Notícia de 12/02/1958

1.4.1 A Exposição de motivos da Lei de Zoneamento de 1958

No ofício nº 699/57, de 16 de novembro de 1957, enviado ao presidente da Câmara Municipal por ocasião do encaminhamento do projeto de Lei do Zoneamento de Rio Preto, o prefeito Andaló ressaltou que, no início de sua gestão, procurou técnicos que pudessem orientar a planificação dos trabalhos administrativos, haja vista que o executivo municipal não poderia “enfrentar os graves problemas que assoberbavam o Município, pelos nulos conhecimentos que temos de urbanização ou engenharia”. O prefeito afirmou que “conseguiu com que viesse a Rio Preto” o arquiteto Heitor José Eiras Garcia, “cujos trabalhos são por demais conhecidos de todos, já que as praças prontas foram por ele desenhadas, inclusive plataforma para retretas, recanto

infantil, vaso luminoso, abrigo de ônibus na Praça D. José Marcondes, remodelação das praças São José e Rio Branco, além de outros”. E justificou que a proposta da lei de zoneamento era a de “harmonizar a cidade”, tal como vinham fazendo “os países civilizados – Estados Unidos da América do Norte, Suíça e Inglaterra – que costumavam enfrentar seriamente e fazer as coisas, pelo adiantamento de sua cultura”. Por harmonizar a cidade, o prefeito entendia que esta vivesse em função do homem, e não o homem em função dela⁸⁷, “como ocorreu em São Paulo e no Rio de Janeiro, cuja luta é por demais sabida hodiernamente, para vencer erros já cometidos”. Para ele tratava-se do “*zoning*” *que conforme os ingleses e norte-americanos*, foi o primeiro passo para um futuro plano diretor. O prefeito considerava que, nesses países, o problema era encarado de maneira elevada e defendeu os técnicos para resolver os problemas urbanos:

[...] bastaria sabermos que todos os urbanistas do mundo vêm se preocupando com o assunto para, desde logo, nós que somos leigos, sentirmos a agudeza da controvérsia, exigindo providências urgentes e enérgicas por parte do Poder Público.

O ofício esclarecia ainda que o projeto de lei, redigido por Eiras Garcia, foi primeiro **submetido à Associação de Engenheiros de Rio Preto**; esta apresentou uma série de emendas que foram, majoritariamente, aceitas e, por isso, foi imprescindível fazer nova redação da lei. O prefeito solicitava ao presidente da Câmara urgência para que os vereadores conhecessem o assunto sobre o projeto de lei, substituindo o ante-projeto enviado anteriormente, “evitando incidentes que têm sido criados à nossa situação”, e para proporcionar “melhor padrão de vida para a cidade e possibilitar um futuro que se demonstra realmente promissor”.

A **Exposição de Motivos** do projeto de Lei de Zoneamento apontou três objetivos principais para promover a organização e o desenvolvimento da cidade, relacionados a seguir:

1- copiar um **modelo** de princípios urbanísticos - o zoneamento - que serviam de base para as grandes cidades, nacionais ou estrangeiras, e era utilizado por urbanistas do mundo todo.

⁸⁷ Identificamos aqui uma transposição das idéias da metrópole européia e da própria experiência metropolitana, da qual Walter Benjamin considerou sobre as relações entre Baudelaire e a presença secreta da massa parisiense: “Tal presença, ou antes, imanência das relações de produção reais no comportamento do “público”, **que usa a cidade sendo inconscientemente usado por ela**, identifica-se com a própria presença de um observador - como Baudelaire - que é constrangido a reconhecer a sua insustentável posição de participante de uma mercantilização cada vez mais generalizada [...] As metrópoles se organizam, no século XIX, como estruturas primárias da economia capitalista e o “zoning” que preside aos desenvolvimentos dessas metrópoles não se preocupa - numa primeira fase - em mascarar o próprio caráter de classe”(TAFURI, 1985:36-57).

O modelo, segundo a **técnica e a razão**⁸⁸, serviria para combater os problemas urbanos, entre eles a formação de vazios, a especulação imobiliária, a contenção da expansão desordenada da cidade e o controle de densidade elevada.

2 – promover a **industrialização** na cidade;

3 – dar início ao processo de elaboração do **Plano Diretor**.

A Exposição de Motivos iniciou com um compendioso histórico sobre o zoneamento: o início do *Town Planning*, em 1909, na Inglaterra; o êxito do zoneamento nos Estados Unidos, iniciado em 1916, onde mais de 120 cidades já possuíam o dispositivo legal, em vigor e em funcionamento desde 1924; e menção de diversos países europeus, sul americanos e novas cidades africanas e australianas, onde o zoneamento estava sendo aplicado. A definição de **zoneamento** foi apresentada, segundo Morris Knowle, Prof. Rober Auzelle do Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris e Engenheiro José Paz Maroto, chefe da Secção de Engenharia Sanitária e Engenheiro Diretor de obras Sanitárias do Agrupamento de Madrid. O primeiro definia o zoneamento como a criação, por lei, de distritos com diferentes regulamentos que impediriam construções impróprias, prejudiciais ou inadequadas das edificações. O segundo defendia que o zoneamento não se baseava em considerações puramente técnicas ou materiais, mas sua finalidade essencial era “assegurar aos habitantes melhores condições de salubridade física e tranqüilidade moral”. E, por último, o espanhol expressava sobre o zoneamento a divisão do município em zonas de usos diferenciados, para que ajudasse a estabelecer as necessárias condições de higiene de modo permanente e evitasse “a especulação escandalosa dos terrenos, o que, não raras vezes, permite colocar os interesses particulares acima dos interesses coletivos”.

⁸⁸ Os critérios da ciência e da técnica, associados à ação racional do empresário capitalista e do trabalhador industrial, que Max Weber chamou de “racionalização”, tem implicações para Marcuse, em nome da racionalidade, numa forma determinada de dominação política oculta. “Esta racionalidade estende-se apenas às situações de emprego possível da técnica e exige um tipo de ação que implica dominação sobre a sociedade. A ação racional dirigida a fins é, segundo a sua própria estrutura, exercício de controles [...] a razão técnica de um sistema social de ação racional dirigida a fins não abandona o seu conteúdo político”. Para Marcuse, “o conceito de razão técnica é talvez também em si mesmo ideologia. Não só a sua aplicação, mas já a própria técnica é dominação metódica, científica, calculada e calculante (sobre a natureza e sobre o homem) [...] a técnica é, em cada caso, um projeto histórico-social; nele se projeta o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pensam fazer com os homens e com as coisas. Um tal fim de dominação é ‘material’ e, neste sentido, pertence à própria forma da razão técnica”(HABERMAS, 2006:46).

Estas três referências transcritas de urbanistas de renome mundial, segundo o documento, sintetizava os benefícios que o zoneamento traria à cidade, sob diversos pontos de vista.

A divisão do município em distritos residenciais, comerciais e industriais foi elaborada conforme observação dos **princípios urbanísticos que serviram de base aos zoneamentos das grandes cidades**. Ainda que Rio Preto não fosse polinucleada, esse “sistema de zoneamento” era indicado para esta cidade, pois a futura criação de unidades de vizinhança ou distritos se processaria naturalmente com a evolução dos núcleos comerciais previstos e novos serviços públicos descentralizados. A decretação da lei de zoneamento era de caráter urgente, para amparar o crescimento e conter a expansão desordenada da cidade, o que podia trazer graves conseqüências para a saúde e tranqüilidade da população, caso não houvesse uma “**legislação racional**”. Esta lei evitava “os males oriundos da **exagerada concentração humana** em certos bairros, de tão nocivos resultados à saúde pública”, embora, nessa época, não houvesse bairros adensados em São José do Rio Preto, a qual tinha uma população de aproximadamente 80 mil habitantes. A distribuição racional da população foi realizada com a aplicação dos índices fixados nessa lei; estes eram liberais e obedeciam aos critérios seguido em zoneamentos, já aplicados em várias partes do mundo.

Os índices de aproveitamento propostos pela lei serviam para evitar alta densidade e garantiam a salubridade da edificação. Um dos “maiores benefícios do zoneamento” era proteger os cidadãos contra a **exploração imobiliária**⁸⁹, que, segundo o documento, já se acentuava no município, e, de outro lado, as restrições urbanísticas serviam para “valorizar o terreno urbano, dando-lhe o seu verdadeiro valor”, haja vista que a falta de regulamentação de uso e ocupação do solo proporcionava a depreciação dos imóveis residenciais “com a proximidade de uma indústria, comércio ou mesmo de prédios de apartamentos”. Por esse motivo, o zoneamento proposto estava

⁸⁹ Segundo Tafuri (1985:51), em uma ótica particular, Rathenau prognosticou uma cidade planejada, isenta de especulação, totalmente coletiva. A *Nova Economia* de Walther Rathenau, em 1918, lançou as bases do “capitalismo democrático” no âmbito da econômica e do ordenamento das cidades: “o ordenamento a que chegaremos será um sistema de economia privada, como a atual, mas não de econômica privada sem freios. Deverá estar imbuída de uma vontade coletiva, a mesma vontade que hoje é inerente a qualquer obra humana solidária. O novo bem-estar das cidades deve ter o seu fundamento no solo citadino, que não existe nem para o construtor de milhões, nem para o açambarcador de terrenos, especuladores da construção e tiranos do aluguel [...]. Pelo contrário, o solo citadino sobre o qual se perfilam as novas construções deverá tornar-se, ao fim de algumas gerações, livre propriedade de todos”. Para Tafuri (1985:51), “o capital produtivo sente claramente a necessidade imperiosa de separar-se do capital improdutivo e parasitário: o que Rathenau reclama coincide assim com as exigências reivindicadas pela cultura urbanística”.

baseado, principalmente, nas condições presentes da cidade e nas tendências que se acentuavam quanto aos usos e à ocupação dos terrenos urbanos do Município.

Os vazios urbanos foram apontados quando se fez referência ao perímetro urbano, que pouco se estendeu, pois já era “bastante grande”, fato determinado pelo elevado número de “arruamentos”, que foram executados ou aprovados sem infra-estrutura, cabendo ao poder público a execução de tais serviços que não dispunha de verbas para acompanhar a iniciativa privada. Além disso, havia diversos loteamentos distantes dos “melhoramentos públicos” e muitos lotes vendidos sem construções, “prestando-se apenas a especulações imobiliárias”. Por esse motivo, a legislação rigorosa deveria impedir o desaparecimento da zona rural do município, que vinha sendo retalhada à espera de futura valorização e, conseqüentemente, perderia sua destinação de abastecimento da cidade.

Diversos trechos deste documento justificam o desejo implícito de se industrializar Rio Preto, entre eles, a defesa do zoneamento proposto que estabelecia “normas gerais para uma melhor e mais adequada localização das **indústrias**”. A localização estava restrita às proximidades do córrego Piedade e dos Armazéns da E.F.A, mas, para ampliar a área industrial, a justificativa era a de que seria necessária uma longa pesquisa, de caráter regional e “impossível no momento”, pois não podia basear-se no “quadro atual da indústria de São José do Rio Preto”. A crença de que a indústria se desenvolveria, com rapidez, no município estava baseada em fatores externos, tais como: “a descentralização industrial que toma vulto na Capital do Estado, as novas usinas elétricas que o governo estadual se propõe a construir, a melhoria de transportes, a maior facilidade de mão de obra e outras circunstâncias [não explicitadas] que contribuirão para tal desenvolvimento”. A industrialização não era a vocação do município, haja vista que seu desenvolvimento estava baseado na atividade dos setores primário e terciário.

Para a elaboração do Plano Diretor, ficou expresso no documento a falta de “elementos de estatística” para que se pudessem estabelecer diretrizes para o plano da cidade. A lei de zoneamento não tinha “caráter estático das leis em geral”, era a espinha dorsal da urbanização planejada e consciente da cidade e essa urbanização era a aplicação de uma **ciência** que tenderia a evoluir, pois, segundo o documento:

Tal sucedeu em **todos os grandes centros**, e continuará forçosamente a acontecer. Poderíamos mesmo apontar falhas em planos como os de New York, que contavam na sua elaboração com pesquisas e estatísticas precisas; não houve falha de previsão, mas sim mudança do quadro, o que se deu pelo simples fato de ser o Urbanismo ciência evolutiva. Infelizmente, não possuímos um serviço amplo de pesquisas urbanísticas, o que nos forneceria, sem dúvida, dados mais precisos para a elaboração do Plano Diretor da Cidade. Pelos motivos expostos ficou estabelecido que a presente lei valerá até a aprovação do Plano Diretor da Cidade, que virá a ser elaborado um dia, baseado nas pesquisas e estatísticas já referidas, quando então será o Zoneamento revisto e alterado no que for necessário.

O zoneamento proposto e, conseqüentemente, o controle do crescimento da cidade, deveriam vigorar até a aprovação do Plano Diretor da cidade, quando poderiam ser introduzidas modificações e melhorias na Zona Industrial.

Por fim, o documento encerra explicando que o estudo para elaboração do projeto de Lei de Zoneamento teve início em agosto de 1956 e foi concluído “após metuculoso exame e após as reuniões levadas a efeito com os engenheiros radicados na cidade”.

1.4.2 A Lei de Zoneamento de 1958

A Lei nº 535 aprovou o zoneamento e a respectiva regulamentação, de usos, ocupação do solo e volumes das edificações, nas diversas zonas em que ficou dividido o município. Na superfície abrangida pelo perímetro urbano, estavam divididas 7 zonas (tabela 1.1) e 2 núcleos: Núcleo Comercial e Núcleo Industrial; e, na área exterior ao perímetro, era considerada Zona Rural ou Agrícola (A).

Tabela 1.1 - Zonas de Uso

Lei nº 535 de 25/02/1958 (art. 4º.)
Zona Residencial – R1
Zona Residencial - R2
Zona Residencial – R3
Zona Residencial – R4
Zona Mista – M
Zona Comercial – C
Zona Industrial – I

O zoneamento definiu 35 categorias de uso do solo, descritas na tabela 1.2, classificado como permitido e não permitido, e definiu os parâmetros urbanísticos, tais como lote mínimo, taxa de ocupação, altura máxima dos edifícios e recuos, para as zonas e os 2 núcleos estabelecidos na lei, conforme descritos nas tabelas 1.3, 1.4 e 1.5.

Tabela 1.2 - Categoria de Uso

Lei nº 535 de 25/02/1958 (art. 9º.)	
1) Habitações isoladas	21) Instituições de assistência social
2) Habitações geminadas	22) Lavanderias (inclusive tinturarias não industriais)
3) Habitações agrupadas	23) Estabelecimentos de acondicionamento de bebidas ou leite
4) Habitações superpostas	24) Depósito de mercadorias
5) Apartamentos	25) Garage e serviços de transportes
6) Atividades profissionais domiciliares	26) Postos de abastecimento e serviços de veículos a motor
7) Pensões	27) Oficinas de reparação de veículos
8) Hotéis	28) Manufatura (indústria ligeira)
9) Templos	29) Indústria leve
10) Ambulatórios e Clínicas	30) Indústria pesada
11) Hospitais	31) Indústria nociva ou perigosa
12) Sanatórios	32) Depósito de inflamáveis
13) Instituições culturais ou associações	33) Cocheiras e estábulos
14) Escolas e anexos	34) Entrepostos (verduras, aves, carnes etc)
15) Edifícios Públicos Administrativos	35) Escritórios
16) Chácaras	
17) Casas de diversão	
18) Clubes	
19) Comércio	
20) Comércio local	

Analisando a normatização das zonas, observou-se que as zonas residências R1, R2 e R4 tinham taxa de ocupação e recuo de fundo iguais, eram as zonas onde se localizavam os lotes habitacionais com dimensões maiores (450m² para R1 e 360 m² para R2 e R4), mas apenas R1 e R4 eram de baixa densidade com gabarito máximo de 2,5 pavimentos.

A zona R2 tinha uma configuração de ocupação de baixa a média densidade com restrições construtivas menores e gabarito para edifícios habitacionais de até 6 pavimentos. Se houvesse predomínio de habitações verticalizadas nessa zona, ela tenderia a ter densidade urbana

semelhante a R3. Para os edifícios habitacionais, os apartamentos deveriam possuir, no mínimo, “2 dormitórios, 1 sala, cozinha, banheiro e terraço de serviço” (Artigo 26).

A zona residencial R2 e a R3 tinham usos permitidos semelhantes, mas R3 era considerada de média densidade, pois o gabarito máximo permitido para todos os usos era de 6 pavimentos, o lote mínimo era de 250 metros quadrados e recuo frontal de 3 metros, metragens reduzidas para aumentar a ocupação do solo, se comparado com as outras zonas residenciais.

A zona residencial R4 tinha a menor restrição de usos em relação às outras zonas residenciais. Entretanto, pode-se considerar uma zona de média densidade dado o tamanho mínimo de 360 metros quadrados do lote, a testada de 12 metros, a taxa de ocupação similar à R2, e, principalmente, pela proibição da verticalidade, pois a altura máxima permitida das edificações é de 2,5 pavimentos.

A Zona Comercial é de alta densidade, com elevada taxa de ocupação (80% a 90%), gabarito de 10 pavimentos, índice de aproveitamento 6, sem restrições de recuos e de dimensões mínimas de lote, mas com testada mínima de 10 metros.

A Zona Mista representa uma combinação de usos permitidos da zona R4 e do núcleo industrial secundário, tem média densidade, pois a taxa de ocupação é de 60%, a altura máxima é de 3 pavimentos, as dimensões dos lotes são de 250 metros quadrados e 10 metros lineares.

A atividade industrial apresenta duas categorias: a Zona Industrial destinada à instalação de indústrias, mas restritivas quanto ao uso residencial e comercial; e o Núcleo Industrial Secundário, que permite uso para habitação isolada, geminada, agrupada e superposta. Os núcleos industriais secundários localizam-se próximos a áreas habitacionais e, nesse setor, estão incluídos também os usos de habitações, atividades profissionais domiciliares, templos, entrepostos e escritórios.

Os Núcleos Comerciais foram estabelecidos nos corredores preferenciais de trânsito, da malha urbana e ao longo das rodovias, e foram vetados os estabelecimentos que produzam fumaça, odor, poeira, ruído ou trepidação perceptíveis nos lotes residenciais vizinhos e nas Zonas Residenciais adjacentes.

A Zona Agrícola é de baixa densidade, pois permite apenas habitações isoladas em lotes com dimensões mínimas de 4 mil m², mas, em relação ao uso, compreende inclusive aqueles destinados à zona industrial. A zona agrícola está situada entre o perímetro urbano e a divisa do município. De acordo com o Artigo 34º, a zona agrícola “A” é destinada principalmente para as atividades agrícolas e pecuárias, mas poderão ser admitidas formações de núcleos de vida autônoma, inclusive com a presença de indústria nociva ou perigosa e de depósito de inflamáveis, desde que aprovados por repartição competente da Prefeitura municipal. Os novos arruamentos devem ser dotados de infra-estrutura (pavimentação de ruas, abastecimento de água, rede coletora de esgoto, energia elétrica e galeria de águas pluviais) e executados às expensas do empreendedor, sob fiscalização da Prefeitura. As habitações devem ter no máximo 2,5 pavimentos, recuo mínimo de 5 metros das linhas perimetrais do lote, testada não inferior a 40 metros e taxa de ocupação de 30%. No caso de formação de núcleo, a lei estabelece que o comércio só poderá existir mediante aprovação prévia da Câmara Municipal.

Além do zoneamento (e as normas de uso e ocupação do solo), a lei dispõe ainda de restrições de ocupação das edificações, que permitem visualizar um desenho urbano pré-estabelecido pelo engenheiro arquiteto. Disso trata-se o parágrafo 5º, do Artigo 10º, que deixa a critério da Prefeitura a proibição da construção de muretas de fecho em certos logradouros, incorporando-se o recuo de frente ao passeio, formando ajardinamento contínuo. Este parágrafo determina ainda que os edifícios não fiquem vedados visualmente para a rua, determinando, quando a construção tiver recuo frontal, mureta de fechamento na fachada não superior à altura de 1,20 metro. Acima disso, a vedação poderá ser feita com gradil ou elementos vazados até a altura máxima de 1,90 metro (par.5º, Art. 10º),

A garantia de salubridade na edificação está disposta no parágrafo 2º, Artigo 11º, que trata das restrições de ocupação das edificações, exigindo que em qualquer zona, mantidas as áreas mínimas de insolação, ventilação e iluminação vigentes (nos dispositivos municipais, estaduais ou federais) os compartimentos que tiverem suas janelas ou vãos de insolação, ventilação ou iluminação voltadas para as divisas laterais dos lotes, delas ficarão afastados, no mínimo, 2 metros quando se destinarem a dormitórios, salas, escritórios, copas e cozinhas, e 1,5 metro quando destinados a compartimentos sanitários (artigo 11).

Na construção de apartamentos residenciais, há a obrigatoriedade de se construir, no mínimo, 6 ambientes (2 dormitórios, 1 sala, cozinha, banheiro e terraço de serviço), conforme descrito na Zona R2 (Art. 26), estabelecendo que os empreendimentos imobiliários verticais sejam, no mínimo, para uma faixa de renda pré-estabelecida.

Quando as edificações já existentes estiverem em desacordo com a aplicação da Lei nº 535, não serão permitidos reformas ou acréscimos, exceto em relação ao uso do solo, quando apresentarem melhoria das condições de higiene ou segurança, não podendo acrescer mais do que 20% da construção.

A densidade urbana é estimulada pelo desdobro. A lei permite que os lotes habitacionais isolados já existentes e que tenham profundidade mínima de 44 metros sejam desdobrados, originando um lote de frente e outro de fundo, que terá acesso à via pública, através de uma passagem lateral no primeiro, com largura não inferior a 1,60 metro, recuo frontal de 4 metros para os dois lotes, recuo lateral de 3 metros, 50% de taxa de ocupação e altura máxima de 2 pavimentos.

A lei determina aplicação de multas progressivas no tempo aos infratores, que variam de 2 a 10 mil cruzeiros, e cassação de alvarás das indústrias, oficinas, postos de gasolina, casas comerciais, hospitais ou estabelecimentos congêneres que estiverem situados em zona proibida nos termos da Lei. O desenho da cidade fica assim estabelecido pela lei, segundo a figura 18, que ilustra as divisões das zonas.

Tabela 1.3 - Normatização das zonas residenciais

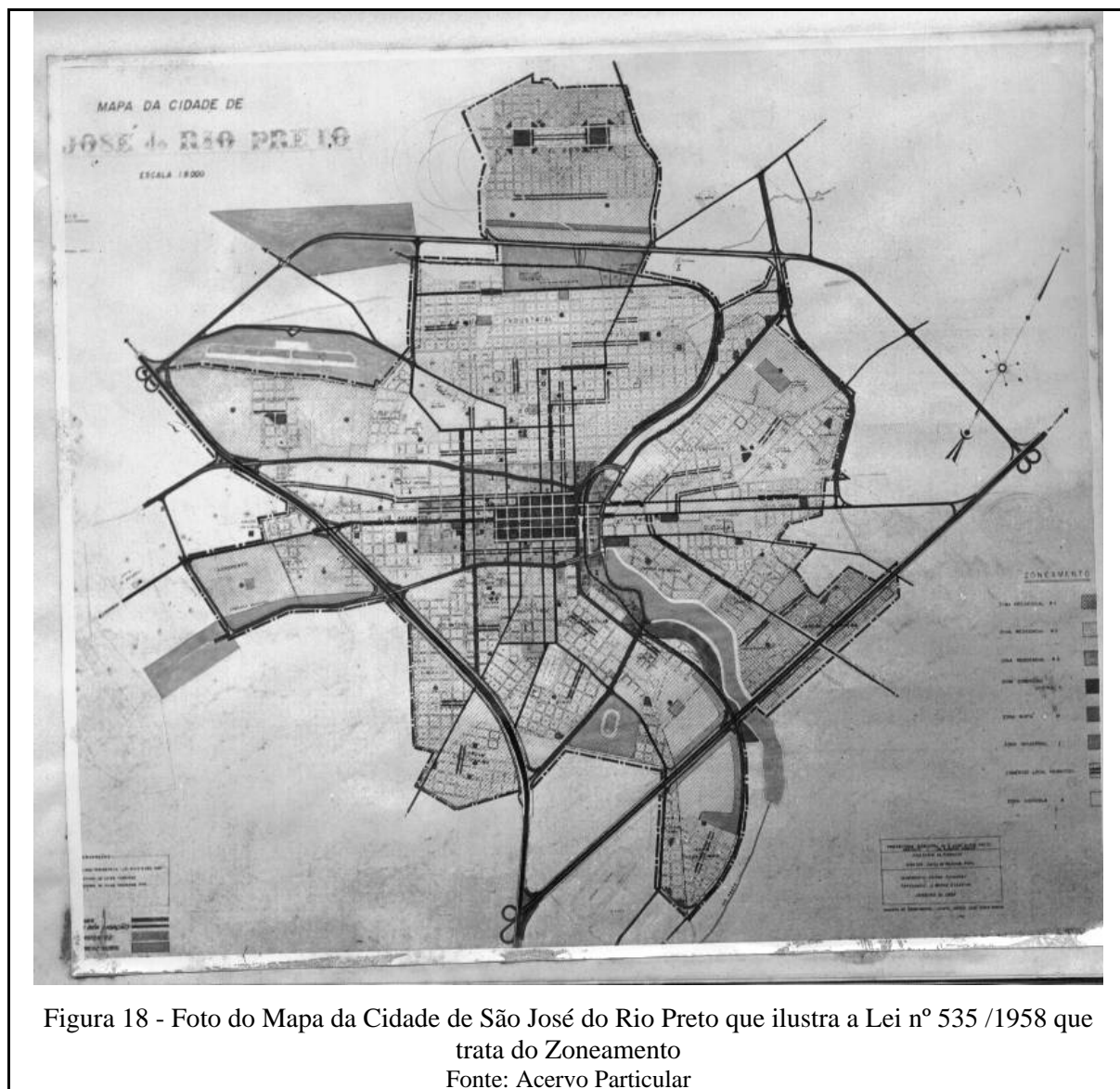
ZONA	R1	R2	R3	R4
USOS PERMITIDOS	Habitações isoladas, atividades profissionais domiciliares; templos e escolas.	Idem à zona R1, incluindo habitações geminadas, agrupadas ou superpostas; apartamentos; pensões; ambulatórios e clínicas; hospitais; instituições culturais; edifícios públicos administrativos; clubes; Instituições de assistência social.	Idem à zona R2, exceto hospitais e incluindo hotéis e associações.	Idem à zona R3, incluindo hospitais; chácaras de frutas ou flores; clubes; comércio local; lavanderias; estabelecimentos de condicionamento de bebidas; depósito de mercadorias; garagem e serviços de transporte; oficinas de reparação de veículos; manufatura (<i>indústria ligeira</i>); indústria leve; entrepostos; escritórios.
LOTE MÍNIMO / testada mínima (para novos loteamentos)	450 m ² / 15 metros	360m ² 12m	250 m ² / 10 metros	360 m ² 12 metros
TAXA OCUPAÇÃO	30% para edificação principal e 10% para dependências; 45% quando as dependências forem incorporadas à edificação; 60% (casa térrea com dependência incorporada na edificação principal);	30% para edificação principal e 10% para dependências; 45% para edificações com dependências incorporadas à edificação principal. 50% para edificação térrea e 10% para as dependências; 60% para edificações térreas com dependências incorporadas à edificação principal.	50% para edificação principal e 10% para dependências; 65% quando as dependências forem incorporadas à edificação;	30% para edificação principal e 10% para as dependências. 45% para edificações com edículas incorporadas à edificação principal; 60% para edificações térreas e edículas somadas. Se a dependência for isolada poderá ocupar 10% do lote.
AL.TURA MÁXIMA	2,5 pavimentos para edificação principal e 2 para dependências.	3 pavimentos para o edifício principal e 2 pavimentos para as dependências. 6 pavimentos para edifícios de uso habitacional.	6 pavimentos para o edifício principal e 2 pavimentos para as dependências.	2,5 pavimentos para edificações e 2 pavimentos para as dependências.
INDICE APROVEITAMENTO	3	3	3,5	
RECUOS	Frontal: 6,0m; Fundo: 3 + 0,3 (P-18), onde (P) é a profundidade do lote; Laterais: 4,0m (mínimo de 1,5m em uma lateral)	Frontal: 4,0 m; Fundo: 3 + 0,3 (P-18), onde (P) é a profundidade do lote; Laterais: 2,5m de uma das divisas laterais do lote.	Frontal: 3,0m; Fundo: 3 + 0,3 (P-18), onde (P) é a profundidade do lote; Laterais: 4,0m (mínimo de 1,5m em uma lateral)	Frontal: 4,0 metros; Fundo: 3 + 0,3 (P-18), onde (P) é a profundidade do lote; Lateral: 2,0 metros de uma das divisas laterais.

Tabela 1.4 - Normatização das zonas não residenciais

ZONA	COMERCIAL	MISTA	INDUSTRIAL	AGRÍCOLA
USOS PERMITIDOS	Habitacões, apartamentos, atividades profissionais domiciliares; pensões, hotéis, templos, ambulatórios e clínicas; instituições culturais ou associações, escolas e anexos, edifícios públicos, casas de diversões; clubes (sedes), comércio, comércio local, lavanderias, estabelecimentos de acondicionamento de bebidas ou leite, manufaturas; escritórios.	Habitacões; apartamentos; atividades profissionais domiciliares; templos; pensões; hotéis; ambulatórios e clínicas; hospitais; instituições culturais ou associações, escolas e anexos; edifícios públicos administrativos; clubes; comércio; instituições de assistência social; lavanderias; inclusive tinturarias não industriais; estabelecimentos de acondicionamento de bebidas ou leite; depósito de mercadorias; garagens e serviços de transporte; postos de abastecimento e serviços de reparação de veículos a motor; oficinas de reparação de veículos a motor; manufatura – indústria leveira, indústria leve; e escritórios.	Indústria ligeira ou manufatura; indústria leve; indústria pesada; ambulatórios e clínicas; chácaras; lavanderias; inclusive tinturarias; estabelecimentos de acondicionamento de bebidas; depósito de mercadorias; garagens e serviços de transporte; postos de abastecimento e serviços de veículos a motor; oficinas de reparação de veículos a motor.	Habitacões isoladas; atividades profissionais domiciliares; hotéis; templos; hospitais; sanatórios; instituições culturais ou associações; escolas e anexos; edifícios públicos; chácaras; clubes; instituições de assistência social; lavanderias; estabelecimentos de acondicionamento de bebidas ou leite; depósito de mercadorias; garagens e serviços de transporte; postos de abastecimento e serviços de veículos a motor; oficinas de reparação de veículos a motor; manufatura e indústrias ligeiras; indústria leve; indústria pesada; indústria nociva ou perigosa; depósito de inflamáveis; cocheiras e estábulos; entrepostos.
LOTE MÍNIMO / testada mínima (para novos loteamentos)	Frete mínima de 10 metros	250 m ² / 10 metros	450 m ² / 15 metros e 18 metros em novas aberturas de ruas.	4.000,00 m ² / 40 metros
TAXA OCUPAÇÃO	80% para edificação principal e 10% para dependências;	60% para edificação incluindo as dependências. Se estas não estiverem incorporadas à edificação principal, não ocuparão mais de 10% da área do lote.		30%
ALTURA MÁXIMA	10 pavimentos.	3 pavimentos para edificação principal e 2 para dependências.	4 pavimentos	2, 3 pavimentos para habitações; 4 pavimentos somente para hotéis, hospitais, sanatórios, instituições culturais ou associações; escolas; indústrias em geral.
ÍNDICE APROV.	6	2		
RECUOS	Dispensados, salvo em casos específicos, quando a juízo da Prefeitura estes se fizerem necessários para a solução de problemas de ordem técnica ou urbanística (artigo 30º - E).	Frete: 3,0m; Fundo: 3 + 0,3 (P-18), onde (P) é a profundidade do lote.	Frete: 6,0m Fundo: 6,0m Laterais: 2,0 m de cada divisa.	5,0 metros de cada divisa.

Tabela 1.5 - Normatização dos núcleos

ZONA	NÚCLEOS INDUSTRIAIS SECUNDÁRIOS	NÚCLEOS COMERCIAIS
USOS PERMITIDOS	Habitações; atividades profissionais domiciliares; templos; indústria ligeira ou manufatura, indústria leve, indústria pesada, ambulatórios e clínicas; chácaras; lavanderias, inclusive tinturarias não industriais; estabelecimentos de acondicionamento de bebidas; depósito de mercadorias; garagens e serviços de transporte; postos de abastecimento de veículos a motor, oficinas de reparação de veículos a motor; entrepostos; escritórios.	Idem Z4, exceto hospitais, chácaras de frutas ou flores e entrepostos, e inclusive tinturarias não industriais, estabelecimentos de acondicionamento de bebidas ou leite, posto de abastecimento de combustíveis.
LOTE MÍNIMO / testada mínima (para novos loteamentos)	450 m ² / 15 metros	A mesma dimensão exigida para a zona em que se situar o núcleo comercial
TAXA OCUPAÇÃO	40% para a edificação principal e 10% para dependências. 50% para edificação com dependências incorporadas à edificação principal.	60% para edificação principal e 10% para dependências; 70% de ocupação quando as dependências estiverem incorporadas à edificação principal.
ALTURA MÁXIMA	3 pavimentos	3 pavimentos em R1, R2 e R4; 6 pavimentos em R3 e 2 pavimentos na zona agrícola.
RECUOS	Fronte: 6,0m Fundo: 6,0 m Laterais: 2,0 m de cada divisa	Frontal: os mesmo estabelecidos para as zonas em que se situar o núcleo; Fundo: 3 + 0,3 (P-18), onde (P) é a profundidade do lote; Laterais: 2,5m somente quando fizer divisa com lote residencial.



1.4.3 Relatório sobre Estudos de Urbanização da Cidade

No “Relatório sobre Estudos de Urbanização da Cidade”, Eiras Garcia apontou São José do Rio Preto com aspecto de capital da região⁹⁰, “possuindo problemas de urbanismo em fase já adiantada”, dos quais explicitou: era grande o número de pessoas e veículos em trânsito; já existia

⁹⁰ A centralidade de Rio Preto era decorrente da atividade agrícola ocorrida na região, da ferrovia que favorecia o escoamento da produção agrícola e o abastecimento comercial, além dos eixos rodoviários - Rodovia Washington Luís e BR 153 – que propiciaram o crescimento geográfico e o desenvolvimento econômico do núcleo urbano.

especulação imobiliária com a subdivisão de lotes, fato originado pelas péssimas dimensões das quadras que possuíam 88 metros de profundidade; as ruas eram estreitas, com 13,20 metros de largura, salvo pouquíssimas exceções; havia “contrastos berrantes” no uso e ocupação do solo, como era o caso do loteamento Eldorado, localizado na região Norte, distante do centro e sem infra-estrutura; observava-se “a desaconselhável utilização do sistema ortogonal no traçado da cidade”; a localização de espaços livres que “via de regra era a mais desaconselhável possível”, ainda que datasse de poucos meses “a exigência de áreas reservadas a espaço livre (10% de área a arruar)” como imposição do Código Sanitário do Estado; o tráfego de veículos na cidade era feito, em mão única, na maioria das ruas em “caixas carroçáveis deficientes, algumas das quais foram alargadas há pouco tempo, em prejuízo da largura dos passeios e, conseqüentemente, do trânsito de pedestres”; era alarmante a falta de espaços livres, sendo que a cidade dispõe apenas de aproximadamente 204 mil metros quadrados; era insuficiente o número de escolas primárias; e ocorria a ausência completa de recantos e parques infantis.

No relatório que justifica suas propostas urbanísticas, Eiras Garcia mostrou as influências européias e norte-americanas nas concepções e práticas do planejamento urbano no Brasil, na década de 50. Em vista disto, ele apontou critérios urbanísticos e ambientais que poderiam ser adotados por Rio Preto, exemplificando o caso de Londres, onde o critério estabelecido era de 16 m² de área verde por habitante; e os Estados Unidos, onde 13,8% da zona residencial eram destinadas a espaços livres. Dos estudos internacionais, o urbanista aponta como modelo o *Plano de Detroit* e o *Plano Gosplan*, da Rússia⁹¹. O primeiro previa a distribuição de espaços livres de tal forma que, de um parque ao outro, não tivesse mais que 4.800 metros de distância, propiciando que nenhuma residência da cidade tivesse distância maior que 2.800 metros de uma grande praça; e o segundo previa a existência de 60 metros quadrados de área livre por habitante.

Eiras Garcia apontou que uma das maiores falhas de planejamento de Rio Preto era a falta de espaços livres e indicou, na lei de zoneamento, a construção de grandes praças e parques públicos, jamais construídos de forma a atender o projeto original. Em defesa do plano, o urbanista frisou que a cidade só tinha 1% de seu perímetro urbano transformado em área verde, o

⁹¹ Segundo Ribeiro (1996), “um dos aspectos recorrentes das idéias e práticas presentes no universo do urbanismo/planejamento é a importação de modelos formulados nos países centrais [...] estende-se do higienismo do início do século ao macroplanejamento da urbanização brasileira dos anos 70”. Mas as idéias estrangeiras não se fizeram sem determinadas adaptações.

que significava 3,60 metros quadrados por habitante, sustentando que era “uma situação alarmante que deveria ser sanada de imediato, pois quanto mais tempo decorrer, mais difícil seria remediar o mal”. Na justificativa da lei, Eiras Garcia escreveu que:

indiscutivelmente, torna-se imperioso implantar mais áreas destinadas a parques públicos, principalmente no que diz a respeito à recreação infantil [...] É comum ver-se as crianças brincando na rua, expostas a toda sorte de perigos, emprestando um aspecto triste à cidade [...] Se desejarmos que nas novas gerações repouse um futuro seguro, é preciso que se amparem essas novas gerações desde a mais tenra idade.

Na tentativa de defender suas idéias contra a ação dos especuladores imobiliários, Garcia ressaltou que a imposição, por parte da prefeitura, para a localização dos espaços livres, a qual “não prejudicaria absolutamente o projeto de arruamentos particulares”, uma vez que o poder público estava amparado pelo Código de Obras Artur Saboya⁹². O urbanista fez referências a Gaston Bardet⁹³ para justificar as propostas de desenvolvimento social, especialmente àquelas referentes ao espaço da criança junto à sociedade e seu habitat, estabelecendo parâmetros para a construção de “escolas primárias e pré-primárias”⁹⁴ e a distância máxima de 500 metros que a criança deveria percorrer a pé entre a sua casa e a escola.

Para os futuros loteamentos, a solução apresentada para maximizar o aproveitamento das áreas a serem loteadas veio do exemplo de um plano que estava sendo executado em Manágua, Nicarágua, que remodelava o bairro de Bolonia, eliminando os traçados quadriculados, considerados por Eiras Garcia um “comodismo dos profissionais que os projetaram”.

⁹² Adotado no município desde 04 de janeiro de 1949, quando o projeto de lei nº 1/49, do vereador Francisco Gutierrez, teve pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças, aprovado pela Câmara Municipal em 1ª e 2ª discussão na 1ª Sessão Extraordinária realizada nesta data. (Ata da Câmara, fl 14).

⁹³ Nasceu em 1906 e faleceu em 1989. Arquiteto formado no Instituto de Urbanismo de Paris. É de uma geração que já encontra o urbanismo consolidado enquanto ensino e campo de atuação profissional. Na sua formação tem papel importante a filosofia *bergsoniana*, a tradição das cidades-jardins e o método *civic survey* iniciado por Patrick Geddes. Elaborou uma série de estudos sobre urbanismo, entre eles o plano de extensão da Vichy, em 1939, e foi muito crítico em relação aos princípios da Carta de Atenas e de Le Corbusier. Fundou em Bruxelas, após a guerra e marginalizado pelo meio intelectual francês, o Instituto Superior de Urbanismo Aplicado, onde formou muitos latino-americanos, que se constituíram em uma nova rede de relações profissionais. Fez trabalhos de urbanismo para Argentina e Venezuela. No Brasil, ministrou um curso intensivo de urbanismo na Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, dirigido a alunos e professores, com duração de quatro meses. Em São Paulo, pronunciou uma série de conferências na Escola de Sociologia e Política sobre sociologia e urbanismo, escala comunitária, nova estrutura rural, e simbiose cidade campo. Projetou a cidade-jardim de Rheu, França. Sua obra e publicações tiveram papel importante para o Movimento Economia e Humanismo. Representou a possibilidade de espacialização dos princípios de ação social do padre Lebreton. (LEME, 1999:548)

⁹⁴ A primeira unidade pré-escolar de Rio Preto foi implantada em 1949, pelo prefeito Alberto Andaló (Jornal *Diário da Região* de 19 de março de 1994).

A regulamentação de usos e ocupação do solo era defendida como forma de evitar que se continuem os inconvenientes por falta de legislação adequada, trazendo vantagens para a cidade. O perímetro urbano passou a incorporar os loteamentos irregulares da zona rural que teriam sido a forma de expansão urbana do município, inclusive nas décadas posteriores. A localização das zonas obedeceu aproximadamente ao quadro existente, respeitando as tendências de uso e ocupação do solo. Eiras Garcia afirmou ter procurado adotar para os novos loteamentos, “o critério usado no Plano Regional de Chicago, ou seja, 15 metros lineares de testada de estabelecimentos comerciais para cada grupo de 15 (quinze) habitantes”. A localização da zona industrial estava em área situada junto aos armazéns e pátio de triagem da estrada de ferro e ao córrego Piedade, que podia funcionar como abastecedor de água, com captação à montante e esgoto à jusante. “Os desvios e armazéns da E.F.A. apresentavam facilidades já existentes para implantação da indústria, assim como a facilidade de comunicação da área com as rodovias Federal e Estadual”. O zoneamento proposto previa uma população máxima de 270 mil habitantes em área aproximada de 20.654.000 metros quadrados. Desses apenas “308 mil metros quadrados constituíam a área ocupada pela água da represa, restando 20.346.000 metros quadrados ou 2.034,60 hectares”.

O relatório apresentou ainda o “Anteprojeto para o sistema viário verde e futuros centros de unidades de vizinhança”. O autor afirmou que a lei de zoneamento era “uma solução de emergência” que visava solucionar os problemas atuais, prevendo uma adaptação oportuna no caso de ser estabelecido o Plano Diretor da Cidade. Nesse aspecto, explica que os problemas da cidade se entrelaçavam com os de âmbito regional, e que precisavam buscar soluções exequíveis. Por isso, alegou que o zoneamento e o anteprojeto proposto constituíam “a plataforma da oportuna elaboração do plano diretor”.

O Sistema viário geral da cidade, contido no anteprojeto, propunha estabelecer um mínimo de ligações viárias que, quando executadas, desviariam “o tráfego do centro da cidade, problema que tende a se agravar rapidamente”. O plano viário previa a construção de 10 avenidas com larguras de 29, 32 e 36 metros, dois viadutos sobre os trilhos da ferrovia e o alargamento da rua José Bonifácio. Todas as obras viárias foram executadas, exceto a avenida Pedro Amaral, já considerada no plano como o local de maior vulto para expropriações. Foi nessa rua que Garcia

localizou a estação rodoviária, na proximidade da ferroviária, construída no final da década de 70, sem que a rua tivesse sido transformada em avenida.

Em 11 de fevereiro de 1958, a Câmara aprovou o Plano de Zoneamento de Área Urbana e Suburbana de Rio Preto. Depois de promulgada a lei, os córregos Canela e Borá foram canalizados para a construção das avenidas Alberto Andaló e Bady Bassit, principais eixos viários da cidade. Das idéias originais de Eiras Garcia sobre a preservação de grandes áreas verdes, apenas um parque foi projetado após duas décadas: o Parque Setorial, ao longo das margens do rio Preto e córrego Piedade. A figura 19 mostra a construção da avenida Alberto Andaló, em foto tirada por Jaime Colagiovani, fotógrafo da prefeitura, nesse período. Em primeiro plano aparece a rua Pedro Amaral, na parte inferior da foto.



Figura 19 - Avenida Alberto Andaló em construção sobre o córrego Canela
Fonte: Foto de Jaime Colagiovani [195 -]

O relatório da Lei nº 535 de 1958, objetivou conter a expansão desmedida da cidade, organizar a distribuição dos usos em seu interior e conter a excessiva ocupação dos lotes urbanos. As características que expressam o “descaso” com a cidade, segundo Eiras Garcia, eram: a falta

de preocupação dos profissionais (arquitetos e engenheiros) ao projetarem os arruamentos; as larguras muito estreitas das vias públicas; a falta de áreas livres de domínio público; e as dimensões impróprias das quadras e lotes, que expressavam o aproveitamento da terra urbana, como um produto para investimentos dos loteadores privados.

Por meio da regulação dos coeficientes de aproveitamento dos lotes urbanos, Eiras Garcia estabeleceu a concentração da verticalização na área central da cidade, expandindo-a para os bairros lindeiros e para os corredores comerciais. Nos distritos e nos bairros próximos ao perímetro urbano, a lei estabeleceu uma taxa de ocupação baixa, protegendo as zonas residenciais exclusivas, os bairros de elite, ajardinadas, ensolaradas e arejadas.

1.4.4 Os argumentos de Eiras Garcia na imprensa

A lei de zoneamento já estava em vigor quando Eiras Garcia concedeu entrevista ao jornal *Correio da Araraquarense*, em 04 de março de 1958 (figura 20).



Figura 20 - Entrevista de Eiras Garcia.
Fonte: Jornal *Correio da Araraquarense* de 04/03/1958

Considerado como “medida de engenharia moderna, criticada por uns e elogiada pela maioria”, a aprovação do zoneamento, segundo opinião do jornal, era muito oportuna para o desenvolvimento racional da cidade. Ao elucidar a lei, Eiras Garcia declarou que o zoneamento previa uma ocupação física nos terrenos de maneira a proporcionar luz, sol e vegetação às habitações.

Além disso, era o instrumento de controle da iniciativa particular em relação às construções e aos loteamentos, preocupação *de todos os governos municipais do mundo*. O

zoneamento conduziria o crescimento da cidade em rumo certo, com a devida previsão futura, a fim de evitar que a cidade se desenvolvesse “anarquicamente”:

Favorecerá, sem dúvida, o progresso físico e espiritual da cidade, uma vez que orientará as atividades particulares, no tocante às edificações e arruamentos, e estabelecerá, certos limites ao uso da propriedade particular no interesse do público em geral. [...] Contribuirá para melhorar as condições de saúde, segurança e conforto dos cidadãos, visto que regulamentará as proporções que deverão observar as construções em relação às superfícies dos respectivos terrenos, evitando dessa forma o adensamento demográfico causador de males dos mais graves. [...] a exploração imobiliária, condenável e criminosa sob todos os aspectos, que deverá ser reprimida, de modo enérgico pelo governo municipal. Colocará, finalmente, os interesses do povo acima dos interesses individuais.

Ao ser indagado sobre quais cidades no mundo já haviam elaborado a lei de zoneamento, Eiras Garcia declarou que “a enumeração dos centros urbanos que já adotaram uma regulamentação sobre os usos e ocupação do solo (zoneamento), seria longa, exaustiva e desnecessária”, mas explicou sobre o início do zoneamento na Inglaterra e nos Estados Unidos e acrescentou que:

Atualmente aplica-se o zoneamento intensamente na França, Bélgica, Itália, Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Holanda e outras tantas nações civilizadas. Não há cidade nova que não tenha o seu zoneamento, como Lapur, Knala e Ipoh, na Malásia; Casablanca, na África e Jass – Camberra, na Austrália, Espanha, no regime vigente, desenvolve grande atividade em prol do zoneamento, tendo promulgado recentemente o Código do Regime do Solo e Ordenação Urbana, visando a disciplina da utilização das áreas urbanas. Porto Rico, Ciudad Trujillo, Montevideu, Buenos Aires e muitas outras cidades latino-americanas não descuidaram do zoneamento. No Brasil, temos exemplos eloqüentes de aplicação, com êxito, com resultados práticos os mais favoráveis do zoneamento, como Rio de Janeiro (Agache e Decreto n.6.000); São Paulo, com numerosas leis de zoneamento parcial a caminho de seu zoneamento geral, já pronto para ser submetido ao legislativo municipal; Recife, Salvador, Belo Horizonte, Florianópolis, Santos, Blumenau e outras várias cidades.

Quanto às críticas de alguns munícipes, que achavam que o zoneamento prejudicaria ou obstruiria o desenvolvimento da cidade, o urbanista questionou as necessidades que Rio Preto teria no futuro, para que a população gozasse dos benefícios do “progresso e da civilização”:

Evidentemente, governantes e governados, na melhor das intenções, desejam uma “cidade progressista”, de ambiente higiênico, confortável, onde a vida possa transcorrer agradável. Se desejassem que a cidade possuísse somente arranha céus, enormes blocos arquitetônicos, de concreto armado, e ruas

entupidas de casas e de trânsito de veículos, é claro que não teriam porque se preocupar, uma vez que bastaria tempo e a iniciativa particular, dinâmica como é, para transformar Rio Preto numa cidade grande, de proporções gigantescas. Para isso, bastaria deixar o desenvolvimento urbano e exclusivamente à mercê da iniciativa particular. Mas, não é apenas o progresso material que interessa ao homem da cidade. É preciso que o governo municipal cuide do meio ambiente da cidade, de suas condições de salubridade e conforto, para que os cidadãos tenham o “habitat” decente e digno a que eles têm direito.

Para Eiras Garcia, a criação do ambiente propício ao homem é a finalidade essencial do urbanismo e os urbanistas lutam intensamente pelo seu estabelecimento em várias partes do mundo.

A “**Carta de Atenas**”⁹⁵, defendida e aprovada há longos anos atrás no Congresso Internacional de Arquitetos Modernos, condensa magnificamente as aspirações da doutrina urbanística, profundamente humana: nas cidades, por mais adiantadas que sejam, por maior que seja o seu progresso material, não devem faltar esses elementos da natureza indispensáveis à vida humana: o ar, o sol e a vegetação. Só há um meio para se obter esse ideal: fiscalizar as atividades privadas, para que os interesses da coletividade não sejam prejudicados ou colocados em plano inferior. Esse controle será possibilitado pelo zoneamento.

O urbanista explica que é urgente, preliminarmente, “promover a renovação da mentalidade vigente que pensa que o progresso consiste na ocupação integral dos terrenos com edificações” ou, então, no retalhamento das glebas rurais em lotes para transformá-las em bairros.

Infelizmente, essa concepção errônea de progresso e civilização ainda predomina entre nós e constituirá, por certo, o maior entrave que terá que vencer o zoneamento. Isto ocorre aqui em Rio Preto como em qualquer outra parte do País. Torna-se preciso que os governos municipais esclareçam a opinião pública sobre os princípios sociológicos e democráticos em que se baseia o zoneamento, os quais, em resumo, podem ser assim formulados: todos os seres humanos, pobres ou ricos, ilustrados ou leigos, têm o direito de viver em contacto perene com a natureza, em ambientes saudáveis e alegres, seja no campo ou nas cidades. É preciso que todos saibam, com conhecimento de causa, que o zoneamento ajudará a geração presente a construir a cidade de amanhã para servir às gerações vindouras com o perigo de se tornar decadente ou obsoleta.

Eiras Garcia encerrou a entrevista na defesa do zoneamento:

⁹⁵ Segundo Villaça (1999:187), “todo o pensamento urbanístico produzido pelos socialistas utópicos (Owen ou Fourier) e pelos tecnocratas, como Ebenezer Howard, Le Corbusier, Agache, Doxiadis, ou pela *Carta de Atenas*, que veio nutrir a ideologia do plano diretor, todo esse pensamento baseia-se na crença de que na ciência (o diagnóstico e o prognóstico científicos) e na técnica (o plano diretor) é que estava a chave para a solução dos ditos “problemas urbanos”. A *Carta de Atenas* tinha como preceito as funções urbanas: trabalhar, habitar, recrear e circular.

O zoneamento é a única arma legal de que poderá lançar mão o governo municipal, dentro das disposições da Constituição Federal, no sentido de impedir que a expansão urbana desordenada de Rio Preto contribua para que a cidade perca o seu sentido humano, isto é, se distancie a escala humana.

Por fim, o jornal congratulou o governo municipal pela aprovação da lei “porque essa providencia de caráter urbanístico demonstra que o Executivo e o Legislativo (figura 21) rio-pretense tem capacidade para dirigir convenientemente, com inteligência e patriotismo, os destinos da cidade” e agradeceu ao Eiras Garcia pela “verdadeira aula de urbanismo e zoneamento” dada aos leitores.



Figura 21 - Foto de Eiras Garcia (em pé, à direita) com vereadores
Fonte: Jornal *Correio da Araraquarense* de 04/03/1958

1.5 As referências urbanísticas da lei de zoneamento de 1958

A atuação profissional de Eiras Garcia no Departamento de Urbanismo de São Paulo, a exposição de motivos, a justificativa da lei de zoneamento e a entrevista concedida por ele ao jornal local foram as bases para identificar a influência das idéias difundidas por Anhaia Mello e suas referências estrangeiras, principalmente as americanas, e as evidências dos textos publicados pelos engenheiros e engenheiros-arquitetos que dirigiram o Departamento de Urbanismo, entre

1947 e 1961, que apresentava “um discurso laudatório da necessidade de um plano para solução dos problemas da cidade [...] e a colocação da legislação como único recurso efetivo para resolver os problemas da cidade”, que tem, entre seus aspectos, a necessidade de controle da expansão da cidade contra os loteamentos clandestinos (FELDMAN, 2005).

Eiras Garcia desenvolveu legislação urbana com preocupação viária abrindo as principais avenidas da cidade sobre rios e córregos que nortearam o crescimento urbano. Com influência de vertentes internacionais do urbanismo⁹⁶, deu as diretrizes urbanísticas básicas para o zoneamento da cidade como uma solução, segundo ele, “aos graves problemas que surgiam com o crescimento desordenado de Rio Preto”, determinando taxas de ocupação e alargamento de ruas comerciais, que serviam como eixos importantes na hierarquia viária, e obedecendo às modernas propostas de divisão da cidade em funções urbanas, tal como a Carta de Atenas. O controle do crescimento urbano de Rio Preto estaria sendo efetivado pela Lei de Zoneamento e Parcelamento do solo urbano e pelos eixos viários, áreas verdes e unidades escolares que orientariam as ações do poder público municipal na construção da cidade.

Necessidade de espaços livres, aumento do número de escolas primárias, construção de recantos e parques infantis, sistema viário geral da cidade, combate à especulação imobiliária, construção de grandes praças e parques públicos, novos loteamentos, anteprojeto para o sistema viário, centros de unidades de vizinhança, **racionalização**⁹⁷ da área urbana e rural para impedir exagerada concentração humana, higiene urbana propiciando habitação ideal com luz, sol e vegetação, e o zoneamento como solução para controle da construção da cidade são preceitos citados na Lei de Zoneamento de São José do Rio Preto que correspondiam às questões urbanas, debatidas por Anhaia Mello e Prestes Maia na defesa de um Plano Regulador para São Paulo, em

⁹⁶ *Town Planning*, da Inglaterra; Carta de Atenas; Plano de Detroit; Plano Gosplan; Plano Regional de Chicago, conforme a Exposição de Motivos e o Relatório sobre Estudos de Urbanização da Cidade.

⁹⁷ O conceito de racionalidade foi introduzido por Max Weber para “definir a forma da atividade econômica capitalista, do tráfego social regido pelo direito privado burguês e da dominação burocrática. Racionalização, significa, em primeiro lugar, a ampliação das esferas sociais, que ficam submetidas aos critérios da decisão racional. A isto corresponde a industrialização do trabalho social com a conseqüência de que os critérios da ação instrumental penetram também noutros âmbitos da vida (urbanização das formas de existência, tecnificação do tráfego e da comunicação) [...] A racionalização progressiva da sociedade depende da institucionalização do progresso científico e técnico” (HABERMAS, 2006:45).

meados de 1930, nas referências de cidade jardim e unidade de vizinhança propagadas por Anhaia Mello e nas práticas e realizações do Departamento de Urbanismo na década de 1950⁹⁸.

Para Prestes Maia, o zoneamento contemplava “todos os principais aspectos da vida da comunidade: homogeneidade dos bairros, relação entre eles, proporção conveniente das áreas, acesso e tráfego, amenidade, facilidade e economia dos serviços públicos etc” e servia para combater com regras o “abuso da propriedade”, garantindo “o crescimento harmônico, a eficiência da luz e os direitos mais sagrados da população, que são o direito ao sol, à luz e ao sossego”. No entanto, para o engenheiro, o zoneamento era apenas um aspecto a ser estabelecido em um plano geral das cidades e se dava em três diferentes níveis: “uso (divisão em zona comercial, residencial, indústria e livre), superfície (fração máxima dos lotes) e altura (visando garantir sol e luz e uniformização estética)”.⁹⁹

Anhaia Mello defendia o zoneamento, mas era contrário às idéias de verticalização da cidade propostas por Prestes Maia. Segundo Anhaia Mello, o zoneamento era “um dos instrumentos legais que o urbanismo oferecia para corrigir “os inconvenientes” do crescimento descontrolado da cidade” e baseava-se nos regulamentos das grandes cidades americanas que permitiam construções de até 10,5 metros de altura. O Plano Regulador da Cidade dividiria a cidade em zonas, prevendo espaços livres e regras gerais de construção. Os espaços livres eram entendidos como elementos estruturais de contenção da expansão da cidade, além de serem indispensáveis para o usufruto da população.¹⁰⁰ Anhaia Mello difundiu a idéia de unidade de vizinhança como “a preservação da vida comunitária por meio da criação de unidades autônomas”, onde estão previstas funções elementares para a vida doméstica, que devem contar com escolas primárias, comércio local e igrejas¹⁰¹. Por recomendação de Anhaia Mello, o Departamento de Urbanismo revisou a proposta de zoneamento de 1949, utilizando como referências os padrões adotados, em 1945, pela *City Managers Association of Chicago*.¹⁰²

Segundo Feldman (2005), o Departamento de Urbanismo, a partir de 1947, consolidou a idéia do zoneamento como instrumento de planejamento por excelência. Dividiam a cidade em

⁹⁸ Confira Feldman (2005), a atuação e as práticas do Departamento de Urbanismo, suas permanências e inovações.

⁹⁹ Barone, 2007, p. 69 - 71.

¹⁰⁰ Idem, p. 73

¹⁰¹ Feldman, 2005. p 129 - 131.

¹⁰² Idem, p. 192.

zonas diferenciadas e nelas controlavam a altura e o volume das edificações, o uso das edificações e do solo, a densidade populacional e articulavam em cada zona todos os parâmetros urbanísticos. De caráter compreensivo, “o zoneamento é entendido como instrumento de planejamento que deve atuar como ordenador da utilização do solo urbano no conjunto da cidade”. Além disso, o zoneamento era admitido como um instrumento que controlava os processos econômicos ligados à utilização do solo. A partir dos anos de 1940, o zoneamento praticado em São Paulo era o modelo desenvolvido pelos Estados Unidos. Anhaia Mello enfatizava o *zoning* do urbanismo americano por meio de conferências realizadas, em 1928, e ignorava as críticas de alguns urbanistas americanos, que tratavam o *zoning* como um instrumento de especulação imobiliária e de proteção de valores imobiliários, que restringiam áreas com potencial especulativo¹⁰³.

Ao relacionar a proposta de Eiras Garcia com as realizações e práticas do Departamento de Urbanismo, observa-se enfoques semelhantes quanto à concepção dos estudos de urbanização da cidade, tais como: o plano viário, a estrutura urbana e a legislação. O plano viário abrange vias expressas, vias principais, articulação com a rodovia, conforme o urbanismo viário preconizado por Prestes Maia; a estrutura urbana desconcentra as atividades urbanas, induzindo a estruturação da cidade, no caso de Rio Preto, por núcleos comerciais ao longo dos corredores preferenciais de trânsito e no setor norte da cidade. A divisão da cidade em de zonas funcionais, determinando o uso e a ocupação do solo, o estabelecimento de coeficiente de aproveitamento, a demarcação do limite da zona urbana, uso e ocupação do solo da zona rural, a necessidade de controle da expansão da cidade contra os loteamentos clandestinos e sua regularização contemplam a elaboração da lei de zoneamento.

Eiras Garcia estabeleceu para Rio Preto o zoneamento com a divisão da cidade, a classificação de zonas e uma progressiva ampliação das listagens de usos e inclusão de novos parâmetros, tal como era realizado pelos engenheiros-arquitetos do Departamento de Urbanismo,

¹⁰³ Para Feldman (2005:117), em São Paulo o processo de construção do zoneamento teve caráter diferenciado do americano: limitação da Comissão Orientadora do Plano Diretor; desvinculação de outras políticas de intervenção na cidade; não envolvimento de equipes de técnicos de diferentes especialidades e de consultores especializados em assuntos imobiliários; as decisões e negociações do zoneamento não ultrapassavam os gabinetes técnicos, exceto pelas interferências diretas do prefeito.

em 1955, que também foram influenciados por Anhaia Mello com a idéia de unidade de vizinhança, tal como incluída na lei de Rio Preto.

Observou-se, ainda, que algumas recomendações da lei, tais como: plano de sistema de artérias de tráfego, de parques e praças, retificação do rio; indicações da necessidade de distinguir, mais especificamente, os usos das propriedades, das questões de uso da luz e do ar; maiores restrições à parcela do lote, que pode ser ocupada por um prédio; demarcação das áreas destinadas aos centros locais de comércio varejista; elaboração de mapa representando a distribuição das diferentes zonas funcionais, das áreas e alturas dos edifícios. Tudo isso foi referenciado no relatório “Programa de Melhoramentos Públicos para a Cidade de São Paulo”, realizado em 1950 pela IBEC – *International Basic Economy Corporation*¹⁰⁴, contratada pelo prefeito Lineu Prestes.

O zoneamento de Rio Preto estabeleceu diferentes zonas de uso e ocupação do solo, com lotes mínimos de 450 metros quadrados, zonas mistas com lote mínimo de 350 metros quadrados, e zonas com o menor lote de 250 metros quadrados em um município que já apresentava loteamentos irregulares na zona rural, os quais deveriam ser incorporados pelo perímetro urbano nesta lei. A lei privilegiou o instrumento do qual se acreditava que a regulamentação, pautada na demarcação de espaços diferenciados, garantiria uma ordem espacial. Essa demarcação reforçava a desigualdade territorial e, conseqüentemente, a desigualdade de poder político e econômico, existente em São José do Rio Preto, características que foram reproduzidas nos planos posteriores. A lei de Eiras Garcia elevou relativamente o preço da terra na zona urbana criando zonas restritivas com lotes com grandes dimensões, inatingível pela população de baixa renda, e formulou como política a alternativa de moradia para a população pobre incorporando a ocupação não regulada da zona rural. Segundo Bueno (2002: 48),

a lei, à primeira vista, abstraiu a diversificação sócioeconômica vigente e considerou São José do Rio Preto como sendo constituída de uma sociedade economicamente equânime, em que o atendimento ideal das condições de moradia fosse possível a todos. Considerou-se que os novos contingentes populacionais e migratórios, ou se acomodariam normalmente nas áreas já

¹⁰⁴ “Sociedade comercial dirigida por Nelson Rockfeller, com sede em Nova York, para elaborar um relatório sobre o planejamento geral de obras públicas para São Paulo, sob a direção de Robert Moses, o anteprojeto de lei de zoneamento de 1949 é submetido à sua avaliação” (FELDMAN, 2005:192).

loteadas ou se transformariam em potenciais compradores de um lote de 450m², totalmente equipado com água, luz, esgoto e pavimentação em suas ruas.

A lei de zoneamento de Rio Preto se inseriu no contexto da supremacia do conhecimento técnico e científico como guia da ação política, que, segundo Villaça (2005 e 1999:182-187), configurava-se na ideologia da tecnocracia que tinha, no planejamento, características como: o urbanismo moderno, com ênfase na funcionalidade urbana de habitar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e o espírito (preceitos da Carta de Atenas citada por Eiras Garcia em entrevista ao jornal local); a valorização do conhecimento técnico-científico fundamentado em metodologias de análise e de implantação, controlando todo o funcionamento dos aspectos da realidade urbana; a hierarquização e separação das funções e atividades urbanas; a solução padronizada, de massa, em grande escala baseada na estandardização do homem.

A crença na ciência e na técnica urbanística para resolver os problemas causados pelo desenvolvimento urbano foi, desde 1948, sustentada pelos vereadores e prefeitos que representavam a classe dominante local e eram apoiados pela ACIA, além de pertencerem a partidos políticos de vertente conservadora. A mídia local foi a propagadora das idéias da ideologia dominante, que sustentava a supremacia do conhecimento técnico e científico como, guia da ação política, tal como define Villaça (2005): “a visão é a de que os problemas são causados pelo rápido crescimento das cidades, e não pela desigualdade de riqueza e de poder político da sua população, pelo desemprego, pela miséria, pelas más condições de saneamento, de saúde, moradia e educação da maioria”.

As autoridades e políticos locais aceitaram o plano baseado no sistema viário como “uma visão desenvolvimentista da cidade já que nos anos 50”, segundo José Arroyo Martins¹⁰⁵, “Rio Preto se parecia com um vilarejo”:

“até quando se pensou em fazer um plano urbanístico, um código de posturas à altura de uma cidade como São Carlos, Araraquara, ou Campinas. Ele [Eiras Garcia] gostou de Rio Preto porque a ondulação [topografia] onde se assenta a cidade, entre os córregos, favorecia o plano viário proposto. Isso fez com que ele pensasse em cada uma das avenidas sobre os córregos, avenidas largas. Eu,

¹⁰⁵ Nasceu em 1913, foi vereador rio-pretense de 1948 a 1951 e liderança política como fundador e presidente da Sociedade Amigos da Cidade, de 1946 a 1962; vice-cônsul interino da Espanha; médico e diretor superintendente da Maternidade Nossa Senhora das Graças, desde 1962, e do Hospital das Clínicas, de 1967 a 1970; além de diversos cargos em associação comercial e clube de serviços (ARANTES, 2001).

naquela ocasião, não pensaria em avenidas tão largas e bonitas. Ele fez avenidas que embelezou Rio Preto, modificou Rio Preto de uma maneira incrível. Ficou bonito. Há cinco ou seis avenidas nessa cidade, todas planejadas pelo Eiras. Ele era um homem de visão [...] E aqui, então, ele fez essa visão bonita de aproveitar a ondulação [topografia] da cidade. Além disso, Rio Preto está numa altitude baixa, com a estação [ferroviária] no ponto mais baixo ainda. Muitas casas, muitos armazéns naquela baixada eram inundadas na época de chuvas. Era uma enchente brutal”¹⁰⁶.

A influência européia no Brasil, nesta época, é também notada em outras áreas técnicas, por meio do relato de Martins, médico que, durante o período em que foi vereador e candidato a prefeito, contou que propôs obras de infra-estrutura que sanariam o atual problema de drenagem¹⁰⁷ e de esgoto de Rio Preto, citando como exemplo, obras de infra-estrutura urbana de Paris, das quais teve conhecimento quando estudante da faculdade de medicina no Rio de Janeiro. As propostas apresentadas por ele foram rechaçadas pela Câmara porque “achavam que era poesia, ou obra muito avançada e cara para a cidade”.

Nesse sentido, Martins afirma que “Eiras Garcia tinha uma visão de futuro ao planejar a cidade com magnitude”. A atuação do urbanista se estendeu na década seguinte, na gestão do prefeito reeleito Philadelpho Manoel Gouveia Neto, entre 1960 e 1963, quando desenvolveu diversos projetos de edifícios públicos, entre eles, o Paço Municipal, a Câmara, o Teatro, o Estádio Alberto Andaló, reforma do Estádio Mário Alves Mendonça, reforma das praças D. José Marcondes, Ruy Barbosa e São José, e projeto de escolas infantis. Nos anos que se seguiram, Garcia foi consultado, por diversas vezes, sobre o desenvolvimento da cidade.

O zoneamento e o anteprojeto viário, propostos por Eiras Garcia, constituíam a plataforma da elaboração do Plano Diretor da Cidade. A lei e seu extenso relatório de justificativas facilmente adaptável a um Plano Diretor, ainda levam muitos munícipes, inclusive arquitetos e urbanistas, a denominá-la como tal¹⁰⁸. Muitas normas da lei de zoneamento foram,

¹⁰⁶ José Arroyo Martins, entrevistado em 03/01/2004.

¹⁰⁷ As enchentes causadas pelo transbordamento do rio Preto causavam grandes prejuízos ao comércio e aos moradores ribeirinhos, inclusive ao comércio atacadista que estava situado próximo à ferrovia, fazendo com que, em 1951, a ACIA convocasse os engenheiros estabelecidos na cidade para opinarem sobre uma solução técnica para resolver o problema e, em 1956, exigindo providências à diretoria da EFA, que executou obras de alargamento de galerias de águas pluviais (ARANTES e PARISE, 2000).

¹⁰⁸ Aqui adotaremos o conceito de Flávio Villaça sobre as diferenças entre Plano Diretor e Zoneamento que têm grande importância, menos acadêmico-teórica do que social, ideológica e política. Segundo o autor, técnicos e leigos apresentam o Plano Diretor como um instrumento muito mais poderoso e abrangente que o Zoneamento. O Plano Diretor abrange todos os problemas fundamentais da cidade inclusive e principalmente os de transportes,

posteriormente, rechaçadas pela Câmara e pelas estratégias dos empreendedores imobiliários no desenvolvimento da cidade, para facilitar a prática de extensão do perímetro urbano conforme interesse do mercado.

saneamento, enchentes, educação, saúde, habitação, poluição do ar e das águas etc. e até mesmo questões ligadas ao desenvolvimento econômico e social do município. Alguns acreditam que o Plano Diretor, apesar de ser aprovado por uma lei municipal, deveria abranger também problemas cujas soluções são das alçadas dos governos estaduais e federal. Quanto ao Zoneamento, mesmo que tendo objetivos de natureza social e econômica, só se refere ao controle do uso do solo e é executado através de leis auto-aplicáveis (VILLAÇA, 2005: 8).

2

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL NO GOVERNO MILITAR (1964-1984)

2.1 O fim do período democrático e a produção da cidade

O declínio do ciclo do algodão, na década de 60¹⁰⁹, ocasionou o período de estagnação da industrialização local, com a perda de várias fábricas do ramo algodoeiro - época em que foram construídos os armazéns de café para o Instituto Brasileiro do Café - IBC¹¹⁰; quando a lavoura cafeeira floresceu e se expandiu novamente, substituiu o algodão. Os preços alcançados pelo café¹¹¹, nesse período, e a acumulação de capital subsequente, refletiram no desenvolvimento de S. J. Rio Preto (figura 22), que, na condição de centro econômico e de serviços, atraía a população regional ampliando a demanda de serviços de infra-estrutura física e a especulação da terra urbana.

O ano de 1960 iniciou com a posse do prefeito reeleito, o advogado Philadelpho Manoel Gouveia Neto¹¹², e do vice Hélio Negrelli¹¹³, ambos políticos da coligação PDC – UDN – PRP

¹⁰⁹ Em 1960, dados censitários apontaram o município com 84.039 habitantes, sendo 49% compostos por homens e 51% de mulheres.

¹¹⁰ Em 1937, o Departamento Nacional do Café solicitou à prefeitura a doação de terreno para construção de armazéns, mas só foi atendido em 1959, pelo prefeito Valdomiro Lopes da Silva. O IBC foi desativado em 1990, pelo então presidente da República Fernando Collor de Melo e, em 1995, o terreno e os armazéns foram incorporados ao patrimônio do município.

¹¹¹ A atividade produtora do café expandiu o sistema bancário e desenvolveu atividades criadoras de infra-estrutura e atividades inerentes à urbanização, como o comércio.

¹¹² O segundo mandato foi de 01/01/1960 a 31/12/1963. *Correio da Araraquarense e Diário da Região* de 06/10/1959.

(figura 23). Para o legislativo, foram eleitos: 6 vereadores da Frente Trabalhista Municipal (PTB – PTN – PRT); 5 vereadores da coligação PSP – PSB; 4 vereadores da UDN, dentre eles, o mais votado, Heitor Botura; 3 da coligação PDC – PRP; 2 do PR; e um do PSD.

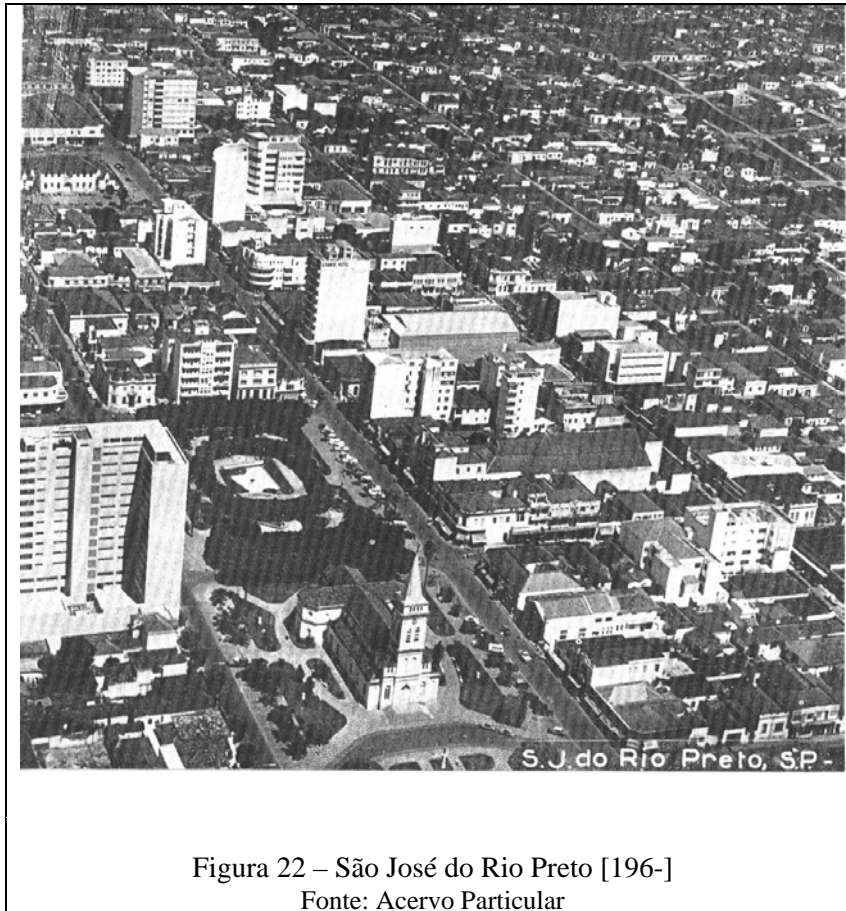


Figura 22 – São José do Rio Preto [196-]
Fonte: Acervo Particular

No âmbito federal, Jânio Quadros esteve na presidência da república, apoiado pela UDN, até 24 de agosto de 1961, quando renunciou ao cargo assumido por seu vice, João Goulart¹¹⁴, em 7 de setembro do mesmo ano, depois do impasse com os militares que rejeitavam sua posse, negando a legalidade instituída pela Constituição Federal.

¹¹³ Comerciante, ex-vereador em três legislaturas, presidente municipal da União Democrática Nacional (UDN), em 1961. Na ACIA, foi presidente (1949-1951), segundo tesoureiro (1945, 1956-1959) e conselheiro (1953-1957 e 1972-1973); presidente do Rotary Club S. J. Rio Preto de 1955 a 1956 e de 1961 a 1962.

¹¹⁴ Participou da chapa de Kubitschek, em 1955, e do marechal Lott, em 1960, pela legenda PSD-PTB. Seu passado tinha ligações populistas, herdeiro da política tradicional de Vargas; era inaceitável para os militares, mas tinha o apoio dos políticos do PSD, que controlavam o Congresso Nacional, nessa ocasião. Com os militares divididos pela dissensão do general Machado Lopes, do Terceiro Exército no Rio Grande do Sul, apoiado por Leonel Brizola, governador deste Estado, Jango assumiu a presidência em 07/09/1961, fazendo valer a Constituição de 1946 (SKIDMORE, 1982).

DIÁRIO MATUTINO
Rua Cel. Spínola, 284
Redação: Fone, 1040
Direção: Fone, 3434
S. JOSÉ DO RIO PRETO (SP)
Caixa Postal, 119

Correio

DA ARARAQUARENSE

ASSINATURAS:
Ano R\$ 500,00
Semestre R\$ 290,00
NUMERO AVULSO
De dia R\$ 3,00
Atrasado R\$ 4,00

ANO IV - Diretor: ANTONOR POUSA GOMINHO - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, TERÇA-FEIRA, 6 DE OUTUBRO DE 1959 - EDIÇÃO DE HOJE 6 PAG. N.º 1111

O dr. Philadelpho Gouveia Neto obteve nova consagração nas urnas

Descreve-se da possibilidade da obtenção do café sintético

S. PAULO, 5 (Da Sucursal) — Será realmente desastrosa para o Brasil se os Estados Unidos encontrarem um meio, eficiente e econômico, de produzir o precioso café sintético. Abundando a maior parte da nossa produção, a América do Norte é o nosso melhor mercado e sua perda equivaleria a um estouro. Mas essa possibilidade nem de leve é levantada, não julgando acredita seja possível obter-se um sintético com qualidades do café natural.

Dr. Moisés Tenenba, pesquisador de economia da FAESP, o deposita do problema levantado em as notícias de que o governo dos Estados Unidos estaria anelando a pesquisa de um processo de utilização do café sintético.

Explicou a seguir que o café sintético e, nos Estados Unidos, o produto de importação tem melhor tratamento. Nas taxas e impostos alfândega desproporcionais e circun-

foi comprovado, a nada leviana é praticamente impossível obter-se um café sintético com o mesmo gosto e qualidade do natural. Por outro lado, as dificuldades da hipótese, há de um desastre econômico na América Latina, já que o café é o sustentáculo da economia brasileira e da colombiana, além de ser instrumento de importação na economia de outros países. A provocação de tal desastre teria consequências altíssimas nas relações "de boa vizinhança" pregadas pelos EUA até agora.

Na opinião de tais círculos o "onda" levantada em torno do café sintético tem o endereço certo de esfriar os ânimos dos que defendem o tratamento favorável de rádios, conexões com a URSS e os países da área socialista, pois é um assunto antigo e completamente superado, creditam tais círculos que o que pelas evidências emanadas. A se faz e amarr com se possibilidade de causar um desastre econômico ao Brasil, como se precisava ao restabelecimento do comércio com as zonas de influência vizinha.

Uma entrevista a seu epíteto, uma das mais movimentadas eleições de que foi palco o nosso município e que culminou com a vitória do sr. Philadelpho Gouveia Neto e do sr. Heilo Negrelli para os cargos de prefeito e vice-prefeito respectivamente.

Se de certo modo, o sr. Philadelpho Gouveia Neto era o favorito neste pleito eleitoral não chamado por sua maior surpresa a sua vitória, entretanto, o sr. Heilo Negrelli deturpou todas as previsões do diretor o sr. Valdemir Lopes da Silva. Ambos estão de parabéns pelo triunfo.

Os resultados finais, foram os seguintes:

SR. PHILADELPHO G. NETO

PARA PREFEITO	
Philadelpho Gouveia Neto	7.288 votos
Loth João Bassitt	5.705 votos
Maurício Goulart	4.114 votos
Daud Jorge Simão	939 votos

Chegou ao Rio o sr. Antoine Pinay

RIO, 5 (Da Sucursal) — Após participar das reuniões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, em Nova Iorque, desembarcou hoje, às 14 horas, no Aeroporto do Galeão, o sr. Antoine Pinay, ministro da Fazenda de França.

O sr. Pinay deverá ser recebido amanhã no Senado Nacional e depois de amanhã, quarta-feira, concederá entrevista coletiva à imprensa, na sede da A.D.I.

VISITA A BRASÍLIA
RIO, 5 (Da Sucursal)

Figura 23 - Reeleição de Gouveia Neto
Fonte: *Jornal Correio da Araraquarense* de 06/10/1959

A maioria dos vereadores da Câmara Municipal de Rio Preto apoiava os militares e preferiam uma solução não democrática para o impasse nacional. Do pequeno grupo oposicionista, algumas manifestações foram registradas em favor da legalidade e do cumprimento da Constituição. Benedito Rodrigues Lisboa¹¹⁵ (PTB) apresentou, em 29 de agosto, um requerimento protestando contra “qualquer solução extralegal” que impedisse a posse de Goulart e fez registrar em ata, em virtude da censura, a ausência da rádio PRB 8 - usualmente transmissora das sessões da Câmara -, pois tal fato, pareceria que a democracia corria “sério risco de sobrevivência no Brasil”. Gumercindo Sanches Filho, de tendência socialista, apresentou moção “contra a violação das franquias democráticas e dos direitos constitucionais”. Em 5 de setembro, Lisboa, então presidente municipal do PTB, apresentou requerimento congratulando-se com o governador Leonel Brizola e com o general Machado Lopes, pela ação a favor da legalidade da posse de João Goulart (ARANTES; YARAK; REY, 2006).

¹¹⁵ Foi vereador durante 16 anos, de 1952 a 1972, e cassado em 1964. Em 16/02/1956, foi o autor do requerimento que congratulava com João Goulart pela vice-presidência, documento que foi rejeitado pela Câmara e que teve como principal opositor Fábio Homem de Mello. Raul Francisco Tauyr, representante do Integralismo na Câmara, também era grande opositor das idéias de Lisboa, na Câmara. (ARANTES; YARAK; REY, 2006)

No governo de J. Goulart, os movimentos sociais incitaram o surgimento de novos atores, principalmente nos setores do campo, surgindo o movimento das Ligas Camponesas¹¹⁶, que tinha o apoio de classes e grupos aliados: operários, estudantes, intelectuais revolucionários e a pequena burguesia. A organização da massa rural era feita por membros das Ligas e por dirigentes comunistas, cuja base maior se encontrava entre os assalariados agrícolas de São Paulo e Paraná. A mobilização cresceu em outros setores, tais como os estudantes, por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da Juventude Universitária Católica (JUC) que assumiu posições socialistas e entrou em choque com a hierarquia eclesiástica (FAUSTO, 2001).

Em dezembro de 1961, a ACIA, atendendo ao pedido das Associações Comerciais de São Paulo e Rio de Janeiro, lançou documento às entidades de classe, culturais e sociais, pedindo manifestação de apoio a um movimento que objetivava preservar a ordem e as instituições democráticas, tendo em vista as “atividades consideradas subversivas de agitadores e desordeiros” que estavam acontecendo no País. O documento foi remetido às seguintes entidades: OAB; Associação Profissional dos Contabilistas; Círculo Operário Riopretano; Consórcio de Menores (Alarme); Associação Regional Odontológica¹¹⁷ - essas, de imediato, se manifestaram favorável ao apoio; Sociedade dos Engenheiros; Associação Rural; Associação dos Funcionários Públicos Municipais; Rotary Club; Lyons Club; Sociedade de Medicina e Cirurgia; Sindicato do Comércio Varejista; Sociedade Amigos de Rio Preto; Sociedade Amigos do Seminário, Santa Casa e Sindicato de Hotéis e Similares.

O tema da reforma urbana surgiu no Brasil ligado à plataforma de luta que emergiu no campo das Reformas de Base, das quais o governo João Goulart pretendia implantar no intuito de democratizar as relações socioeconômicas no País. Reforma agrária, direito de voto aos analfabetos, nacionalização das empresas concessionárias de serviço público, estreita regulamentação da remessa de lucros para o exterior, entre outras, eram medidas que buscavam tentativas de modernizar o capitalismo e reduzir as desigualdades sociais do País, a partir da ação do Estado, mas essas grandes mudanças tiveram forte resistência das classes dominantes. “Enquanto o governo federal se abria aos dirigentes sindicais, o governador paulista Ademar de Barros reprimia duramente as greves” (FAUSTO, 2001: 247).

¹¹⁶ Surgiram no final de 1955 e propunham defender os camponeses contra a expulsão da terra e a elevação dos arrendamentos. As Ligas surgiram em vários pontos do País, sobretudo no Nordeste (FAUSTO, 2001).

¹¹⁷ O presidente desta associação, Adail Vettorazzo, foi eleito prefeito pela ARENA, em 1969 e 1977.

A crise política do País foi preocupação da ACIA, quando, em 1963, o vice-presidente da associação, Waldemar Verdi, seguindo as movimentações políticas adotadas pelo Conselho de Associações Filiadas, em São Paulo, declarou que

o conselho tinha feito uma análise do momento político nacional e chegara à conclusão de que a situação era muito crítica, havendo suma necessidade de cada qual tomar uma posição, já que na esfera federal o problema é alarmante, onde o governo se encontra cercado por elementos declaradamente comunistas, o que nos obriga a tomar uma posição aberta, dando apoio incondicional a qualquer iniciativa de cunho patriótico (ARANTES e PARISE, 2000: 296).

Para tanto, Verdi, de acordo com o modelo de proposta política da associação de São Paulo, coordenou o lançamento do “Movimento Cívico Eleitoral da ACIA”, para selecionar candidatos ao pleito municipal que assinassem uma carta de princípios, cujos ideais políticos e linha de conduta merecessem a aprovação e confiança da entidade, representando “condignamente as classes produtoras e conservadoras” de Rio Preto no combate ao esquerdismo e ao comunismo imperantes, que trariam à nação um verdadeiro sobressalto, conforme havia anunciado o governador Ademar de Barros. Em reunião com os diretórios políticos e a imprensa, a diretoria que apresentou a Carta de Princípios para eleger “homens probos e honestos”, teve apoio irrestrito manifestado, dentre outros, por: Benedito Rodrigues Lisboa, do PTB; Lotf João Bassitt, do PSD; e Washington Pirozzi, do PSP. O movimento pró-eleitoral formou três comissões para organizar a propaganda política, a escolha de candidatos e as finanças. Em 05 de junho de 1963, na presença de representantes de diretórios políticos, da imprensa e de convidados, foi lançada a Carta de Princípios do movimento proposto pela ACIA, em que constava:

- 1º. Situar os interesses do Município, sempre acima de quaisquer interesses particulares, sejam de pessoas ou de grupos;
- 2º. Negar apoio a qualquer iniciativa ou movimento que não seja baseado fielmente nos princípios democráticos e cristãos;
- 3º. Cumprir e respeitar as decisões emanadas dos poderes constituídos e autoridades competentes;
- 4º. Repelir qualquer discriminação entre as diferentes classes profissionais ou sociais;

- 5°. Fortalecer o prestígio do sistema representativo democrático entre o povo, através de rigorosa moralização da Administração Pública;
- 6°. Dar todo apoio às reivindicações sociais ou de classe que sejam justas;
- 7°. Racionalizar as normas de atuação do aparelho fiscal, impedindo qualquer desigualdade no tratamento dos contribuintes;
- 8°. Orientar a Administração Municipal para o atendimento dos reclamos da justiça social, mediante a criação de serviços de suplementação das deficiências individuais;
- 9°. Reformar e modernizar a Administração Pública Municipal;
- 10°. Valorizar o trabalho legislativo local pela presença constante, ação objetiva e medidas oportunas, com inteira exclusão de motivos demagógicos¹¹⁸.

A disputa pela prefeitura foi entre as duplas Lotf João Bassitt e Linneo de Alcântara Gil, da coligação PSP-PSD-PTB, e Heitor Botura e Eduardo Ferreira Fontes, da coligação PRT-PDC-PR. Hélio Negrelli disputou a vice-prefeitura pela coligação UDN-PTN. Em janeiro de 1964, tomaram posse Loft J. Bassitt (figura 24) e Linneo A. Gil¹¹⁹, que governaram até 01 de fevereiro de 1969. O discurso de Bassitt era de combate à ação de sindicatos e organizações subversivas

com danosa infiltração de esquerda que feria o sentido de liberdade da democracia, disfarçando com sua roupagem de reforma de base e reforma agrária, gerando confusão e anarquia [...] e se infiltrando inescrupulosamente no meio estudantil, abusando do espírito de independência dos jovens¹²⁰.

Foram eleitos 5 vereadores do PSD, 3 da coligação UDN-PTN, 3 do PTB, 2 da coligação PDC-PRT, e um do PR. Os diretores da ACIA declararam-se satisfeitos com o resultado da composição da Câmara Municipal nestas eleições municipais e com os trabalhos realizados pelo movimento cívico eleitoral desta associação¹²¹.

¹¹⁸ Jornal *Diário da Região* de 06/06/1963.

¹¹⁹ Gil e Bassitt eram médicos. Bassitt também era empreendedor imobiliário e primeiro-tesoureiro da ACIA.

¹²⁰ Jornal *A Notícia* de 08/10/1963.

¹²¹ Jornais: *Diário da Região*, *Diário da Tarde*, *A Notícia* de 03/01/1964..



Figura 24 - O presidente da ACIA, Waldemar de Oliveira Verdi, com o prefeito Lotf João Bassitt, em 1966

Fonte: Arantes, 2000:543

Os atores que lutavam pela reforma agrária marcaram presença na região de Rio Preto, quando foram invadidas terras no município de Auriflama, fato que foi fortemente combatido pelo governador Adhemar de Barros. Segundo o jornal local, o governador revelou que a invasão “contou com cerca de 200 homens armados de foices, facões, garruchas e espingardas”¹²², tendo sido comandada pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Auriflama, conhecido pelo apelido de “Zezé Caolho”, foragido naquele momento da polícia. O delegado regional de polícia de Rio Preto havia visitado o local, por determinação do governador, levando soldados da Força Pública e elementos da polícia técnica para realizar levantamento da fazenda invadida, a fim de constatar os danos praticados pelos agitadores durante sua permanência nas terras. O delegado informou, ainda, que novas invasões ocorreriam na região, assim que o presidente da República assinasse o decreto dispondo sobre desapropriações. Adhemar de Barros declarou estar atento, observando os núcleos mais atuantes de agitadores que se localizavam entre várias cidades da região, entre elas Jales, Marília, Tupã, Fernandópolis e Santa Fé do Sul.

¹²² Jornal *A Notícia* de 14/03/1964.

Em 21 de março de 1964, a Câmara Municipal recebeu Carlos Lacerda, governador da Guanabara, por meio de convite da ACIA, para mostrar, ao prestigiar Lacerda, que os rio-pretenses defendiam os “ideais de democracia e liberdade” desejados pelas classes conservadoras (Figura 25).

Em 23 de março do mesmo ano, o presidente da ACIA, Waldemar Verdi, enviou telegrama aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, representando “o pensamento unânime da classe conservadora e produtora” da região de Rio Preto, para manifestar irrestrita solidariedade

pela tomada de posição destemida e patriótica em favor da preservação do regime democrático e das garantias constitucionais, quando, lamentavelmente, constata-se com pesar que são exatamente as figuras mas irresponsáveis pela preservação da ordem e da harmonia da família brasileira que se lançam contra as instituições democráticas.¹²³

Portanto, a associação entendia que era um dever, junto com os políticos que ocupavam cargos de representação popular, lutar para que a ordem e as garantias constitucionais fossem mantidas, demonstrando “amor à liberdade e à democracia” e apoiando “a atitude digna e patriótica destas instituições”, e para que o país voltasse ao clima de tranquilidade e progresso, trazendo “paz ao seio da família brasileira”¹²⁴. Três dias depois, um de seus associados denunciou a presença de comunistas na Faculdade de Filosofia (FAFI)¹²⁵ e, deflagrado o Golpe Militar em 31 de março, Waldemar Verdi pediu vigilância em relação à influência comunista sobre os trabalhadores rurais, considerados por ele homens de “condição de subdesenvolvimento cultural”. Para evitar o êxodo rural, Verdi pediu aos fazendeiros que oferecessem condições de vida mais digna aos empregados, pois “a alegria e satisfação desses homens honrados e humildes [...] responsáveis pela grandeza de nosso país” garantiriam o repúdio aos comunistas. Neste mesmo ano, a ACIA comemorou o sucesso da campanha “Ouro para o bem do Brasil”, organizada pelo Rotary Club, Lions Club, Acifer e Radio Independência (ARANTES e PARISE, 2000).

¹²³ Jornal *A Notícia* de 23/03/1964.

¹²⁴ *Ibidem*.

¹²⁵ Segundo Arantes, Yarak e Rey (2006), quando ocorreu o golpe militar de 1964, a repressão recaiu sobre a Faculdade de Filosofia (hoje UNESP), considerada um celeiro de comunistas, que teve mais de dez professores expulsos ou remanejados.

liberdade, de garantia das famílias e das instituições”; e Adail Vetorazzo hipotecou “inteira solidariedade à indicação do general Castelo Branco à Presidência da República”. Ao votar, Alberto Targas Filho declarou que “seria preferível perder a vida do que perder a liberdade” e que se expurgasse o comunismo ateu com cautela, para que o país não se inclinasse “ao extremado capitalismo de direita, espoliador”¹²⁸.



Figura 26 - Castelo Branco assumiu a presidência da República
Fonte: Jornal A Notícia de 16/04/1964

Dentre os treze partidos políticos que se destacavam nos primeiros anos da década de 60, estavam o PSD, a UDN e o PTB, que não se caracterizavam pela consolidação da representação partidária junto à sociedade, mas pelo controle da máquina estatal e por práticas clientelistas. Os partidos foram extintos, em outubro de 1965, pelo governo militar que estabeleceu, em novembro do mesmo ano, o bipartidarismo, surgindo dois organismos políticos: um bloco de apoio ao Governo, denominado Aliança Renovadora Nacional (ARENA); e um bloco oposicionista, configurado no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (MEZZAROBBA, 1995).

¹²⁸ Ata da Câmara de 06/04/1964.

A partir da segunda metade da década de 60, os investimentos no setor secundário foram incentivados com a instalação, em 1967, da delegacia regional do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) em São José do Rio Preto; o Censo do IBGE, deste ano, apontou 387 estabelecimentos de indústrias¹²⁹ no município, que incluíam, além das tradicionais, indústrias produtoras de bens intermediários e de bens de capital.

Os setores representativos da indústria local, alocados na ACIA, acreditavam que a posição geoeconômica do município, favorecido pelo entroncamento viário de duas importantes rodovias, poderia atrair novas indústrias; em 09 de abril de 1968, receberam três estudantes¹³⁰ de arquitetura da Universidade de Brasília que apresentaram suas pesquisas sobre o crescimento urbano de Rio Preto. Os estudantes apontaram que, dentro de quinze anos, mantendo o ritmo acelerado de desenvolvimento local, previa-se que o município estaria entre os três mais importantes do Estado de São Paulo, caso incentivasse a implantação de pequenas e médias indústrias ligadas à produção de matéria-prima regional.

Em 1969, o prefeito municipal, Adail Vetorazzo¹³¹, nomeou uma Comissão Municipal de Industrialização¹³², composta por empresários e diretores de empresas vinculadas a ACIA, para elaborar e executar um plano municipal de industrialização. A comissão sugeriu a implantação de um Distrito Industrial de 50 alqueires, em área próxima à rodovia Washington Luis, à ferrovia e ao aeroporto. A área sugerida pertencia ao Estado, mas por intermédio do prefeito, cuja legenda

¹²⁹ O Censo apontou que: 123 eram indústrias de alimentação, incluindo as panificadoras que eram classificadas na categoria industrial; 72 de minerais; 36 do mobiliário; 33 do vestuário; 24 de metalúrgica; 18 de madeira; 15 químicas; 15 editoriais e gráficas; 7 de perfumaria e sabão; 6 de borracha; 6 de couro e peles; 4 de mecânica; 4 de produtos têxteis; 3 de papel e papelão; 2 de material elétrico; uma de produtos farmacêuticos; uma de matérias plásticas; e oito não especificadas (ARANTES, 2001).

¹³⁰ Caio Tabajara Lima, Carlos Peres Coelho e o rio-pretense José Carlos de Lima Bueno.

¹³¹ Prefeito municipal na legenda ARENA por duas gestões: 1969-1973 e 1977-1982. Nasceu em 1932; era cirurgião dentista e professor; foi deputado federal, de 1982 a 1986; deputado estadual, de 1975 a 1977; vereador, de 1964 a 1968; Secretário Municipal da Família e Bem-Estar Social, de 1993 a 1997; presidente da Associação Regional Odontológica, de 1960 a 1964 (ARANTES; YARAK; REY, 2006).

¹³² A comissão era composta por: Anésio Vetorasso; Carlos Roberto de Oliveira (diretor do frigorífico Bordon); Celso Silva Melo; Darcy Arantes (diretor da Coca-Cola e vice presidente da ACIRP); Fadl Al-Haj (empresário, fundador da Delegacia Regional do Ciesp); José Arroyo Martins (ex-vereador e diretor de hospital); José Pedro Salomão (delegado da Secretaria da Fazenda e diretor da Cafealta); Labieno Teixeira de Mendonça; Raul de Castro (gerente regional da CPFL e secretário da ACIRP); Rudolph Lenhard; e Waldemar de Oliveira Verdi (empresário e presidente da ACIRP) (ARANTES, 1997).

pertencia à ARENA (partido do governo), o município recebeu 42 alqueires em doação¹³³. Em 25 de setembro de 1970, o prefeito promulgou a Lei nº 1.496, criando o Projeto para Desenvolvimento Industrial (PRODEI), que se destinava a incentivar a instalação e ampliação de indústrias no município, por meio da doação ou cedência de bens imóveis do patrimônio municipal e da concessão de benefícios fiscais. As empresas que se estabelecessem no Distrito Industrial ficariam isentas de todos os impostos municipais, no prazo de 10 anos. Para as empresas já existentes no município, a partir de 1972, a redução dos impostos municipais seria por 5 anos, aplicados em uma tabela decrescente que iniciava em 30% de redução, no primeiro ano, a 10%, no quinto ano. A lei garantia que a prefeitura estendesse, às suas expensas, até o Distrito Industrial, as redes de energia elétrica, telefone, água, esgoto e galerias pluviais, colocando a infra-estrutura à disposição das indústrias. O município prestava, ainda, os seguintes serviços: fornecimento de materiais produzidos pelo Município, mediante preços regulares; execução de serviços de limpeza de terreno e de terraplenagem gratuitos, para fins de início de obras; execução de vias de acesso que se fizessem necessárias para adaptar-se a área do terreno; fornecimento de projetos de arquitetura, desde que atendessem aos padrões estabelecidos pela Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal; e isenção de emolumentos relativos à aprovação de projetos¹³⁴. A partir de 1971, as dotações orçamentárias seriam anualmente fixadas, para continuidade do PRODEI.

O prefeito nomeou o primeiro Conselho Diretor do PRODEI, formado por sete membros¹³⁵ não remunerados, que representavam: Câmara Municipal; Ciesp; ACIA; Associação dos Engenheiros; além de três pessoas de livre escolha do prefeito, dentre elas, dois industriais. O presidente do Conselho era designado pelo prefeito e competia aos membros analisar e aprovar os pedidos de terrenos do Distrito Industrial. As áreas doadas não poderiam ser vendidas, no prazo de 5 anos, sem autorização do Conselho Diretor e os ramos de atividades não poderiam oferecer qualquer perigo à saúde pública ou a poluição do ar e mananciais, ficando a empresa obrigada ao tratamento dos resíduos. As exigências técnicas de localização, construção e instalação eram examinadas pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, que submeteria

¹³³ Doação feita pelo Decreto Lei No. 1.296 de 18/03/1970.

¹³⁴ A prestação desses serviços foi revogada pela Lei nº 02021 de 13/05/1976.

¹³⁵ O Conselho era composto por: José Barbar Cury; Walter Aiello; Anatol Konarski (ACIA); Rapiel Parsekian; Waldemar de Oliveira Verdi; José Carlos de Lima Bueno; e Celso Silva Melo.

parecer à apreciação do Conselho. Cinco anos depois de instituído o PRODEI¹³⁶, 35 indústrias estavam instaladas no local.

Entre 1973 e 1976, a cidade foi governada pelo prefeito Wilson Romano Calil¹³⁷ (ARENA). Seguindo a atuação “desenvolvimentista” e com o apoio da classe dominante, como seus antecessores, Calil realizou uma série de obras de infra-estrutura no município. No início de seu mandato, em 15 de junho de 1973, o prefeito, junto de sua assessoria, expôs seu plano de governo a ACIA e declarou que sua administração atenderia as reivindicações desta entidade, “agradecendo a cobertura que vinha recebendo da população e das entidades de classe, para a execução das obras necessárias [...] e solução dos problemas mais agudos enfrentados pela cidade, como o do fornecimento de água” (ARANTES e PARISE, 2000:398). Entre as obras executadas, estão: bosque municipal (figura 27); os viadutos sobre os trilhos da ferrovia e do rio preto, que ligam o centro e o lado leste da cidade (figura 28); praça cívica (figura 29); piscinas públicas; escola experimental; casa de permanência para menores infratores; e canalização de trecho do rio Preto, entre a represa municipal e a avenida Bady Bassitt. Em seu governo, foram doados terrenos para construção do primeiro conjunto habitacional da cidade e foi implantado o loteamento Jardim Bordon (ARANTES; YARAK; REY, 2006).

¹³⁶ A Lei nº 02129, de 24/06/1977, estabeleceu que o PRODEI passava a denominar-se Programa de Desenvolvimento Industrial, revogando a Lei nº 1296/70. Essa lei manteve a doação dos terrenos e os incentivos fiscais por 10 anos, para as indústrias que se instalassem no Distrito Industrial, excluindo os incentivos para as indústrias existentes em outros locais. O conselho do PRODEI foi ampliado para 9 membros: três da Câmara Municipal; um do Ciesp; um da ACIRP; um da Associação dos Engenheiros; um do Conselho Regional de Economia; um do Sindicato Rural; e um de livre escolha do Prefeito. O PRODEI foi extinto pela lei 06.631, de 16/06/1997, passando suas funções e atividades para a Secretaria Municipal da Indústria e Comércio.

¹³⁷ Médico, advogado, escritor e professor de oratória na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Gama Filho e Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, de 1955 a 1958; nasceu em 1932, foi prefeito de 1973 a 1976, com o vice Raul de Aguiar Ribeiro; em 1982 foi candidato a prefeito pelo PMDB (ARANTES; YARAK; REY, 2006).

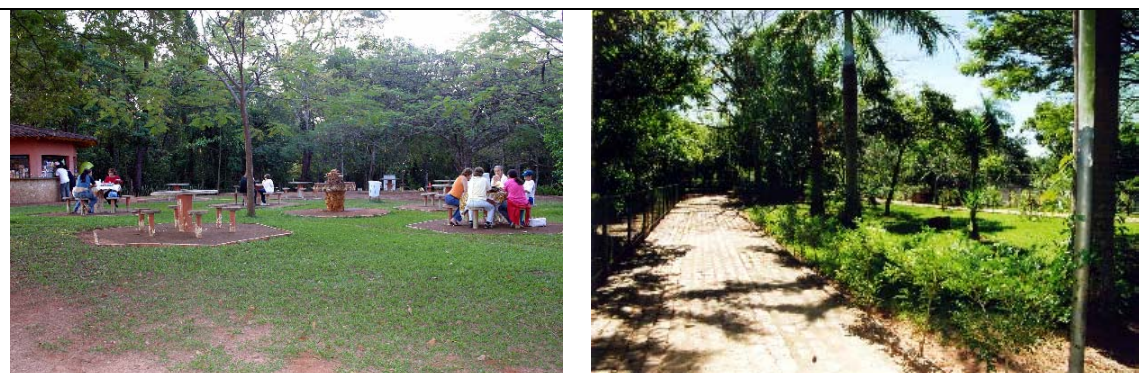


Figura 27 - Bosque Municipal
Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto [2007]



Figura 28 - Viaduto *Jordão Reis*
Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto [2007]



Figura 29 - Praça Cívica

Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto [2007]

2.2 Planejamento urbano e regional durante o regime militar

A participação do Estado brasileiro na economia, desde a década de 1930, teve um caráter nacional-desenvolvimentista¹³⁸, já que suas funções foram cada vez mais complexas no conjunto da economia, formulando regras de desenvolvimento, criando e mantendo empresas estatais. A experiência do planejamento, no âmbito econômico, ocorria também em outras nações desenvolvidas, em desenvolvimento ou socialistas. Em 1964, o governo Castelo Branco instituiu o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que tinha como objetivos principais

¹³⁸ Segundo Cruz (2003:44), “a idéia de desenvolvimento ganhou corpo no pós-Segunda Guerra Mundial, no esforço dos Estados nacionais dos países periféricos, então denominados subdesenvolvidos, em atingir o padrão dos países capitalistas centrais. Foram mobilizados apoios dos organismos internacionais multilaterais e teorias aplicadas à situações particulares – como a da CEPAL, para a América Latina – tendo como centro estratégias de industrialização/modernização, associadas, em maior ou menor grau, à implantação de filiais de empresas multinacionais e aos empréstimos dos organismos financeiros recém-criados, como o FMI e o Banco Mundial. Após a década de 70 vieram à tona os problemas e impasses dessas estratégias no modelo capitalista central, ante resultados que aprofundaram a desigualdade entre as nações, além dos problemas de pobreza e do desemprego/subemprego, na periferia. Em decorrência, muitos estudiosos se recusam a adotar o termo *desenvolvimento*, na medida em que um dos pilares da concepção hegemônica é o crescimento econômico, pura e simplesmente, como variável exclusiva e suficiente para produzir o desenvolvimento”.

acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico, conter progressivamente o processo inflacionário, atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais e assegurar oportunidades de emprego, além de corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos. O planejamento da década de 1960, após o golpe militar, foi institucionalizado com a criação do Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica¹³⁹ e suas respectivas secretarias estaduais. Em consequência, o governo passou a dispor de instrumentos materiais e legais para implantar um Sistema Nacional de Planejamento, verticalizado, de maneira que o Plano Nacional fixasse as grandes linhas que seriam adotadas no Plano Regional – por meio das superintendências regionais como SUDAM, SUDENE, SUDECO e SUDESUL.

O governo militar priorizou o planejamento tecnocrático, com decisões centralizadas, e as propostas pela Reforma Urbana foram abandonadas. Em 1964, foram criados o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - Serfhau, regulamentado em 1966, e o Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado, no Banco Nacional de Habitação - BNH, para financiar planos locais, desde que os municípios ou regiões tivessem órgãos de planejamento e desenvolvimento local e, por isso, pudessem realizar a contratação externa de planos (FELDMAN, 2005). O Serfhau destinava-se a estabelecer normas técnicas para a elaboração de planos diretores municipais, surgindo, então, os Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado - PDDI, com planejamento rígido e centralizador, e a participação social temida nos regimes autoritários (AZEVEDO NETO, 1999). Surgiram, ainda, os “superplanos”, como o Plano Doxiadis¹⁴⁰ para o Rio de Janeiro e o Plano Urbanístico Básico (PUB) de São Paulo, considerados por Villaça (1999:216), “peças da mais pura tecnocracia, elaborados por especialistas de escritórios privados. Essa prática dominou o período do Serfhau”.

¹³⁹ Em 1967, foi instituída a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Fundação IBGE, vinculado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, para coordenar as atividades do sistema estatístico nacional, bem como as de natureza geográfica e cartográfica, realizando levantamentos e estudos naqueles campos. Foram instituídos o Plano Nacional de Estatística e o Plano Nacional de Geografia e Cartografia Terrestre, que compreendiam o conjunto de informações e levantamentos necessários ao conhecimento da realidade econômica, social, cultural e física do país, coordenados pelo IBGE, para servir ao planejamento econômico e social do país e à segurança nacional (Decreto-lei no. 161/67).

¹⁴⁰ “Constantinos A. Doxiadis nasceu em 1914, na Grécia, e foi um dos mais importantes arquitetos estrangeiros que atuaram no Brasil. Em 1955, elaborou a teoria da Equística e fundou a *World Society of Ekistics*. Em 1966, elaborou seu livro *Entre distopia e utopia*, como professor convidado do Trinity College, onde abordou suas teorias sobre o urbanismo. Em 1964, elaborou seu projeto de remodelação, melhoramentos e expansão da cidade do Rio de Janeiro” (LEME, 1999:549).

Em 1965, a Lei de Zoneamento¹⁴¹ de São José do Rio Preto foi revisada e favoreceu a atuação especulativa da iniciativa privada. A nova Lei de Zoneamento – no. 1.143/1965 – ampliou o perímetro urbano, regularizou loteamentos, eliminou as exigências de infra-estrutura de água, esgoto e pavimentação das ruas para novos loteamentos - tarefa que passou a ser atribuída à administração pública - e atribuiu ao loteador a designação das dimensões dos lotes e da classificação da Zona do futuro empreendimento. Nesse contexto, a Câmara aprovou, por quase duas décadas, a expansão do perímetro urbano para que loteamentos sem infra-estrutura fossem implantados (BUENO, 2003).

A integração da economia brasileira na nova divisão internacional do trabalho afirmou-se após 1967, armando o tripé empresa estatal-empresa privada-empresa privada multinacional, e as áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo adquiriram porte considerável (FARIA, 1978). O governo federal lançou o I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND – (1971-1974), no mandato do presidente Médici, para reequilibrar as finanças e combater a inflação. O tripé do I PND era a integração nacional, o desenvolvimento econômico e a justiça social. A implementação dos Pólos de Desenvolvimento no Nordeste, no Centro-Oeste e na Amazônia, tinha como objetivo o desenvolvimento regional - base de operação para a integração nacional - e a criação de um mercado interno capaz de promover o desenvolvimento e a descentralização econômica, para evitar a continuidade dos fluxos migratórios para o Centro-Sul. As experiências de planejamento, em nível nacional, eram decorrência da concepção do Estado como fomentador do desenvolvimento (SOUZA, 1999).

A combinação do extraordinário crescimento econômico com as taxas relativamente baixas de inflação que ocorreu entre 1969 e 1973, ficou conhecida como período do “milagre” econômico, caracterizado por: empréstimos externos; investimento de capital estrangeiro (especialmente o da indústria automobilística que liderou o crescimento industrial, com taxas anuais acima de 30%, ampliação do crédito ao consumidor e fabricação de carros de tamanho médio); expansão do comércio exterior (tanto das importações como das exportações); esforço pela diversificação, visando tornar o Brasil menos dependente de um único produto (como o café, nas últimas décadas); maior arrecadação de tributos por parte do governo, contribuindo para a redução do déficit público e da inflação; excessiva dependência do sistema financeiro e do

¹⁴¹ Lei no. 535 de 1958.

comércio internacional. A expansão da indústria favoreceu as classes de renda alta e média, mas os salários dos trabalhadores de baixa qualificação foram comprimidos, acentuando a concentração de renda que já ocorria nos anos anteriores (FAUSTO, 2001). É possível apontar, então, como fazem alguns autores, uma defasagem entre o avanço econômico e os programas sociais pelo Estado, tais como saúde, educação e habitação – isso fez parte do padrão de acumulação.

Em 1974, no governo do general Geisel, foi lançado o II PND que buscava completar o processo de substituição de importações, com autonomia da indústria de insumos básicos (petróleo, aço, alumínio, fertilizantes, etc) e da indústria de bens de capital, sustentadas por grandes empresas estatais. A preocupação com o problema energético fez avançar a pesquisa de petróleo, o programa nuclear, a substituição parcial da gasolina pelo álcool e a construção de hidrelétricas. O II PND incentivou os investimentos da grande empresa privada na produção de bens de capital, com incentivos e créditos do BNDE. Houve aumento da dívida externa, elevada taxa internacional de juros, aumento da dívida interna e surgiram conseqüências negativas por meio de indústrias que consumiam elevado grau de energia e eram altamente poluentes.

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU - que contou com a participação, em sua elaboração, da geógrafa paulista Maria Adélia A. de Souza e do arquiteto Jorge Francisconi (primeiro Secretário Executivo da Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas - CNPU) -, é um dos capítulos constituintes do II PND, que foi elaborado como um modelo territorial, definindo áreas com diretrizes de atuação para cada uma delas e um conjunto de ações setoriais, técnicas, administrativas e institucionais (FURLANETTO, 2008). Segundo Maria Adélia A. de Souza (1999:121), “o desenvolvimento urbano no Brasil era assumido como função de quatro fatores básicos: investimento na infra-estrutura econômica; o sistema urbano existente; a política setorial de investimento no meio urbano; a política fiscal e financeira do setor público”. Acreditava-se, de acordo com a autora, que esses quatro fatores “implicavam transformações no meio urbano, fazendo variar a taxa de crescimento da população, do processo migratório, da distribuição de renda, da absorção e da mão de obra”, com implicações “na denominada qualidade de vida, no padrão cultural e de serviços à disposição da população urbana”. O PNDU constituía em uma proposta de política urbana, a partir da definição de um modelo de ocupação territorial ajustado à política nacional de desenvolvimento intra-urbanos, com definição de normas e critérios para sua aplicação. Havia um antagonismo entre as

diretrizes da política urbana de caráter descentralizador (da sociedade e do espaço) e as diretrizes do plano de caráter centralizador, ou seja, a política alertava para as áreas de dinamização e promoção, enquanto o II PND defendia os grandes investimentos na região sudeste. O Programa de Cidades Médias era uma das estratégias defendidas pela geógrafa Maria Adélia A. de Souza, como grande instrumento de descentralização dos investimentos e do emprego pelo país (SOUZA, 1999).

O PNDU conduziu as ações sobre o urbano até os anos 80, quando extinguiu a Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas - CNPU - e promoveu uma reforma administrativa, criando o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU - no Ministério do Interior.

No âmbito estadual, o governo reorganizou e modernizou as estruturas e os métodos de trabalho de sua administração para evidenciar o conjunto de tarefas ligadas ao planejamento e controle das obras e serviços públicos estaduais. A reforma administrativa foi iniciada na Secretaria de Economia e Planejamento, pelo Decreto no. 52.548, de 29 de outubro de 1970, que instituiu a Coordenadoria de Ação Regional como órgão responsável pela introdução da dimensão espacial no processo de planejamento governamental do Estado de São Paulo. No Plano de Reforma Administrativa, a estratégia foi a criação de regiões administrativas do Estado, implantando uma rede de Escritórios Regionais de Planejamento – ERPLAN - que articulassem a região com o governo estadual¹⁴².

A Secretaria de Economia e Planejamento criou unidades territoriais polarizadas, que servissem à finalidade de regionalização da ação governamental e de seu planejamento, por meio do Decreto No. 52.576, de 12 de dezembro de 1970, no governo de Roberto Costa de Abreu Sodré (03/1967 a 03/1971). Seus objetivos foram: criar divisões geográficas para fins de planejamento, favorecendo um tratamento mais coerente do conjunto dos problemas sócio-econômicos de cada comunidade; adotar critérios de localização para instalações e atividades da Administração Estadual, a fim de proporcionar maior rendimento, eficiência e adequação às realidades regionais, evitando a excessiva centralização administrativa; organizar o território do Estado e os seus equipamentos de infra-estrutura segundo uma visão de conjunto, de forma a atender peculiares exigências de desenvolvimento de cada região sócio-econômica do Estado,

¹⁴² A pesquisa sobre o ERPLAN foi realizada por meio do documento *Ação Regional* do Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Economia e Planejamento [S.l.:s.n.], disponível na biblioteca da FFLCH-USP.

notadamente no que diz respeito à urbanização e à industrialização; e facilitar o diálogo e colaboração entre Estado e Municípios, por meio de unidades territoriais visando o desenvolvimento local.

As unidades regionais foram definidas por áreas geográficas, associadas a um pólo urbano principal, totalizando 11 unidades regionais¹⁴³ e 48 unidades sub-regionais. São José do Rio Preto tornou-se a sede da 8ª. Região Administrativa¹⁴⁴, que compreendia as Sub-Regiões de: São José do Rio Preto, contendo 36 municípios; Catanduva, com 15 municípios; Votuporanga, com 8 municípios; Fernandópolis, com 11 municípios; e Jales, com 15 municípios. A figura 30 ilustra a estrutura da Coordenadoria de Ação Regional.

Jackson Gouveia de Barros foi o coordenador da Ação Regional que foi precedida de estudos técnicos básicos; estes definiram conceitos e fixaram orientações programáticas, realizados por: Clementina De Ambrosi; Flávio Villaça; Horácio Martins de Carvalho; José Geraldo da Costa; Lenina Pomeranz; Luiz Carlos Costa e Domingos Theodoro de Azevedo Neto. A Ação Regional contou ainda com: Maria Adélia A. de Souza, na Assessoria de Estudos e Pesquisas – a geógrafa também foi responsável pelo Escritório Regional de São José do Rio Preto; Horácio Martins de Carvalho, na Assessoria de Programação Regional; e José Geraldo da Costa, na Assessoria de Organização e Recursos.

O ERPLAN, desde que assegurada a especificidade de cada região, tinha como objetivo desempenhar diversas dimensões. A dimensão mobilizadora deveria aglutinar e orientar os principais agentes do desenvolvimento, entre eles, prefeituras, órgãos regionais (estaduais, federais e intermunicipais), instituições de ensino superior, grupos particulares representativos da população (federações, associações, grupos profissionais, sindicatos, entidades religiosas etc), para ativar e estimular as potencialidades da cultura regional em suas peculiaridades, por meio da promoção de encontros, debates, seminários, congressos, conferências, concursos, exposições e atividades correlatas. A dimensão política operaria em bases predominantemente técnicas para aproximar populações regionais e altos escalões de decisão governamental, promovendo o diálogo regional. A dimensão técnica seria a peça fundamental na identificação, organização,

¹⁴³ Em 2008, a Secretaria de Estado de Economia e Planejamento possui 14 escritórios regionais. A Secretaria foi reorganizada pelo [Decreto nº 49568 de 26 de Abril de 2005](http://www.planejamento.sp.gov.br/secretaria/Erplans.asp). Dado disponível em <http://www.planejamento.sp.gov.br/secretaria/Erplans.asp>; consultado em 07/01/2008.

¹⁴⁴ Foram criadas onze Regiões Administrativas: Grande São Paulo (com sede em São Paulo); Litoral (com sede em Santos); Vale do Paraíba (com sede em São José dos Campos); Sorocaba; Campinas; Ribeirão Preto; Bauru; São José do Rio Preto; Araçatuba; Presidente Prudente; e Marília.

atualização e divulgação das informações técnicas sobre a região, realizando levantamentos, estudos e pesquisas para caracterizar os aspectos social, econômico e político-administrativo de cada região, com o intuito de montar planos e programas de ação, bem como aferir os resultados quanto ao desenvolvimento regional. A dimensão de informação articulava entre as diferentes unidades regionais do Estado, entre prefeituras e estas com entidades estaduais e outras agências públicas, técnicas e institucionais. A dimensão da assessoria técnica prestaria assistência técnica sobre diversos aspectos da Administração Pública, versando sobre problemas técnicos, administrativos ou legais, ligados ao sistema e ao processo de planejamento governamental, para evitar o atendimento casuístico e promover a articulação e a mobilização da mútua cooperação. O ERPLAN funcionava com uma estrutura básica: uma unidade burocrática responsável pelo expediente e arquivo; duas unidades técnicas; e uma unidade colegiada, integrada pelos dirigentes das unidades regionais e do Diretor do Escritório, este último, atribuído ao apoio operacional. Em São José do Rio Preto, o cargo de Diretor do Escritório foi ocupado pelo economista Roberto Lopes de Souza¹⁴⁵.

O plano regional de desenvolvimento era um documento que pretendia consubstanciar os objetivos econômicos e sociais a serem atingidos num determinado tempo, por meio dos instrumentos mais adequados para alcançá-los, propiciando o processo contínuo e uma forma permanente de administração. Os objetivos do plano regional de desenvolvimento eram fixados a partir da análise da problemática regional, por meio de um diagnóstico e prognóstico de desenvolvimento econômico e social.

Na segunda metade da década de 70, no governo de Paulo Egydio Martins (03/1975 – 03/1979), Maria Adélia A. de Souza assumiu a Coordenadoria de Ação Regional da Secretaria de Economia e Planejamento, do Governo do Estado de São Paulo. Maria Adélia A. de Souza havia participado do II PND, do Governo Federal, e conseguiu incluir o Estado e São Paulo na primeira fase do Programa Nacional de Cidades de Porte Médio (FURLANETTO, 2008). Nesse período,

¹⁴⁵ Economista, auditor, consultor empresarial e de administração pública. Foi vice-prefeito, de 1977 a 1982; assumiu a prefeitura de maio a dezembro de 1982, por ocasião da candidatura de Adail Vetorazzo a deputado federal; foi Secretário Municipal de Planejamento, de 1977 a 1979; Secretário Municipal de Finanças em 1979; Diretor da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, de 1979 a 1980; presidente da Empresa Municipal Estação Rodoviária (EMER), de 1971 a 1974; coordenador do programa Município-Escola Serphau/Prefeitura de Rio Preto, em 1972; presidente do Mobral, de 1969 a 1974, professor nas Faculdades D. Pedro II, de 1973 a 1983; professor na UNIRP (ARANTES; YARAK; REY, 2006).

para o cargo de Diretor do Escritório Regional de São José do Rio Preto foi indicado o arquiteto e urbanista José Carlos de Lima Bueno¹⁴⁶.

Apesar de todo o aparato técnico-institucional e do clima de “milagre brasileiro”, nos anos 70, as cidades brasileiras exibiam problemáticas marcadas por tensões sociais, provocadas por exigências de habitação, segurança, estabilidade no emprego, educação, saúde e melhores salários (SANTOS, 1996). O processo de favelização se agravou com a falta de acesso da população de baixa renda ao mercado imobiliário e aos financiamentos estatais (BONDUKI, 1994). A urbanização se realizou por meio de interesses entre um grupo minoritário da elite econômica e o Estado, alimentando um clientelismo que teve na especulação imobiliária um grande instrumento de ação política entre pequenos empresários e a classe média proprietária de imóveis¹⁴⁷. Os técnicos ligados ao regime militar se valeram do “planejamento urbano tecnocrático” (KOWARICK, 1979) para sustentar o modelo de desenvolvimento econômico, por meio da reprodução do padrão de ocupação periférica que, de um lado instalava indústrias e pólos de desenvolvimento, e de outro, reproduzia os fenômenos típicos da exclusão social e territorial. Segundo Kowarick (1979), as conseqüências desse processo de produção, ocupação e gestão urbana seriam os fenômenos de segregação e espoliação urbanas.

¹⁴⁶ Arquiteto pela UnB, em 1969, mestre pela EESC – USP e doutor pela FAU-USP, em 2003; foi vereador riopretense, de 1993 a 1996; Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, de 2002 a 2006; Secretário Municipal de Planejamento, de 1979 a 1982; coordenador do Programa Especial Cidades de Porte Médio para Rio Preto de 1979 a 1982; membro do Conselho Municipal de Políticas Públicas, a partir de 2001; foi candidato a prefeito de Rio Preto, em 1982, e a vice-prefeito, em 2000; foi vice-presidente estadual do IAB de São Paulo e presidente do IAB-núcleo Rio Preto; foi conselheiro do CREA/SP; Coordenador-geral de Planejamento da Secretaria de Planejamento do Estado do Mato Grosso do Sul, em 1983; diretor regional em Rio Preto da Secretaria de Economia e Planejamento, de 1975 a 1982; assessor de planejamento das prefeituras de Catanduva e Araçatuba; Diretor da Associação de Escritórios de Arquitetura, em 1997; orador da Sociedade dos Engenheiros, de 1970 a 1971; integrante da Comissão Municipal de Preservação do Meio Ambiente, em 1976; coordenador do curso de Arquitetura da UNIRP, de 1999 a 2003; coordenador do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Campo Grande, MS, em 1983; foi vice-diretor e professor de Planejamento Urbano e Administração Municipal nos cursos de Arquitetura e Engenharia das Faculdades D. Pedro II, nas décadas de 80 e meados de 90; coordenador do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIP em São José do Rio Preto desde 2005 (ARANTES; YARAK; REY, 2006).

¹⁴⁷ De acordo com Cândido M. Campos (1989), a especulação imobiliária é o fenômeno de ganho privado pelo proprietário de imóveis à custa de um investimento da comunidade, por meio, inclusive, da ação estatal. A distribuição da população e das atividades econômicas no solo urbano se localiza de acordo com quem tem maior poder aquisitivo e pode se localizar onde há empregos, serviços urbanos, comércio, lazer e cultura. As áreas centrais são as que recebem os maiores investimentos públicos e se verticalizam, tornando ainda maior sua valorização imobiliária. Os empreendedores pressionam o Poder Público para construir cada vez mais nos terrenos centrais e a infra-estrutura, que não suporta mais adensamento, tem de ser substituída, o que é feito com dinheiro pago pelo conjunto da população.

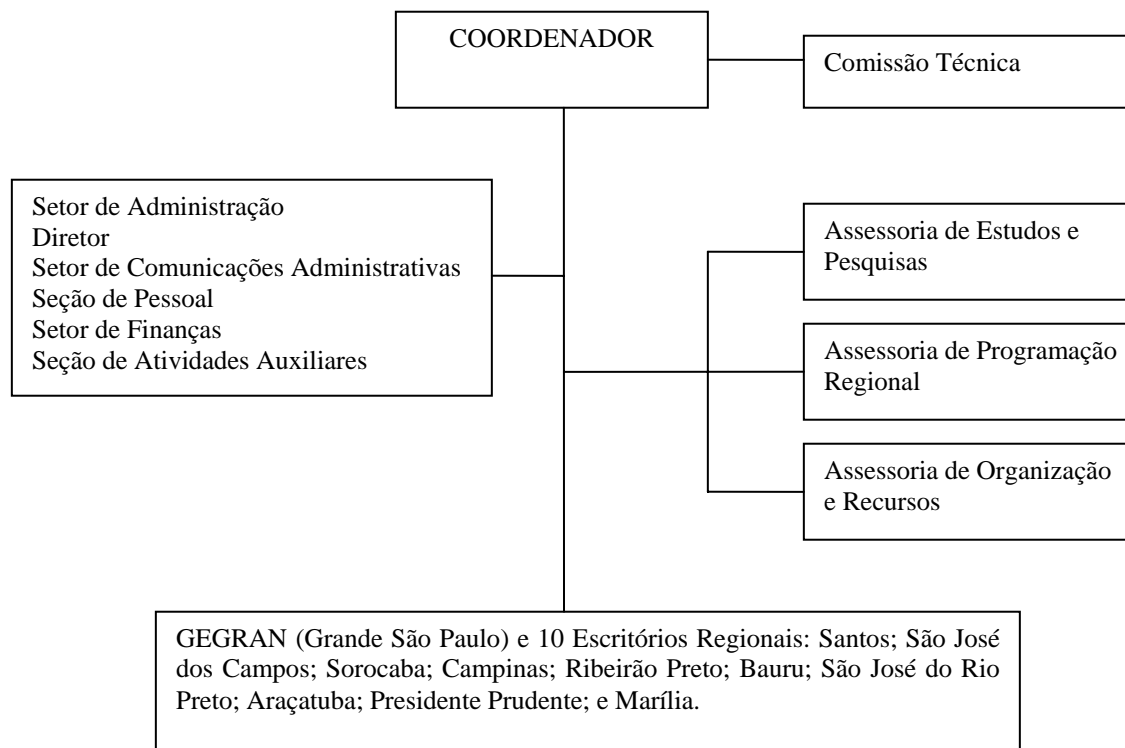


Figura 30 - Coordenadoria de Ação Regional

Fonte: *Ação Regional* – Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento

2.3 Planejamento urbano e regional em São José do Rio Preto

No final da década de 70, a prefeitura municipal de São José do Rio Preto começou a exigir dos loteadores a infra-estrutura e pavimentação de ruas, amparada na Lei Federal nº 6.015/77¹⁴⁸ e na Lei Federal nº 6.766/79¹⁴⁹, fornecendo diretrizes viárias e as localizações preferenciais para as áreas públicas, além das devidas aprovações nos âmbitos municipal e estadual¹⁵⁰.

¹⁴⁸ Lei que estabelece as matrículas individualizadas e normatiza todos os procedimentos para escrituração e registro dos loteamentos.

¹⁴⁹ A Lei Lehman – Lei Federal nº 6.766/1979 - regularizou o solo dispondo sobre o parcelamento do solo urbano, na tentativa de proteger da ação antrópica as áreas em terrenos alagadiços, sujeitas a inundações, de declividade acentuada e de preservação ecológica.

¹⁵⁰ Segundo Bueno (2003), a partir da aprovação da lei 1.143/65, dezenas de Leis de extensão do perímetro urbano facilitaram os interesses de mercado, assim como reduziram os investimentos dos loteadores na produção de novos loteamentos. Apesar da implantação do Departamento de Engenharia da Secretaria da Saúde e do escritório regional

Adail Vetorazzo (ARENA – PDS) foi reeleito para ocupar o cargo de prefeito, em 1977, e, para vice-prefeito, foi eleito o economista Roberto Lopes de Souza (ex-diretor do ERPLAN; assumiu a Secretaria Municipal de Planejamento até meados de 1979 e a de Finanças a partir desse mesmo ano) que daria uma ênfase econômica e financeira ao planejamento urbano da cidade. Ainda nesse ano, Vetorazzo solicitou a Lima Bueno (diretor do ERPLAN, desde 1975), que coordenasse um plano para solucionar os problemas causados pelo trânsito no centro da cidade, em virtude do acelerado crescimento urbano. O arquiteto designou uma equipe de assessores em engenharia de tráfego para traçar diretrizes que organizassem o trânsito local, sugerindo ao prefeito, a contratação de um arquiteto para a função específica de sistematizar o novo plano viário¹⁵¹. A assessoria técnica foi realizada pelo escritório ENGECONCEX Engenharia, Consultoria e Execução Ltda, que apresentou um relatório estabelecendo prioridades para os deslocamentos nas vias da cidade e dando preferência à circulação de pedestres, responsáveis pela grande movimentação da área central da cidade; o arquiteto contratado para sistematizar o plano, foi Milton Faria de Assis Junior¹⁵², presidente do IAB (1977-1979) – núcleo de São José do Rio Preto¹⁵³.

Assis Jr. estava entre as lideranças profissionais que vinham tendo destaque nos jornais da cidade ao denunciar o “crescimento desordenado”¹⁵⁴ da cidade provocado pelo interesse imobiliário de pequenos grupos que exerciam o poder de pressão sobre o executivo e legislativo local. Por crescimento desordenado, Assis Jr. declarou ser o resultado da ação de empreendedores imobiliários que, por meio da atuação de vereadores que aprovavam a ampliação do perímetro

da CETESB, em 1977, que deveriam atuar junto do procedimento municipal para aprovação de loteamentos, estes órgãos não estavam integrados com a prefeitura municipal para o controle da expansão dos loteamentos.

¹⁵¹ Revista *Primeira Edição*. São José do Rio Preto, fevereiro de 1979; Ano II; no. 06.

¹⁵² Milton Faria de Assis Junior, arquiteto e urbanista, foi gerente do PECPM de 1978 a 1990; presidente da Comissão de Elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento de 1990 a 1991; Secretário de Planejamento em 1992; diretor do Serviço Municipal de Trânsito de 1987 a 1992; primeiro Gerente da Cidade de 1997 a 2000.

¹⁵³ O IAB de São José do Rio Preto, nesse período, era solicitado pelo governo local para emitir pareceres sobre alterações na lei de zoneamento e, entre suas atividades de associação de classe, organizava debates regionais sobre a cidade, tal como ocorreu em 05/10/1978, na ocasião da visita do presidente do IAB - Departamento de São Paulo, Pedro Tadei Neto, que proferiu palestra sobre “Ecologia Urbana”, onde foi discutida a atuação do IAB nas áreas de: política habitacional; tecnologia; ecologia; política urbana; e patrimônio cultural (Jornal *Diário da Região* de 05/10/1978 e 01/04/1979; e Jornal *Correio da Araraquarense* de 09/11/1978).

¹⁵⁴ Segundo Villaça (1999:183), há uma visão, desde a década de 30, da qual os problemas que se manifestam nas cidades são causados pelo seu crescimento caótico, sem planejamento, e que seria solucionado por um planejamento “integrado”, segundo técnicas e métodos bem-definidos. As classes dominantes, segundo o autor, interpretam que é papel do planejamento urbano solucionar os problemas sociais (habitação, transportes, saneamento e meio ambiente) e que tal idéia “visa ocultar as verdadeiras origens daqueles problemas, assim como o fracasso daquelas classes e do Estado em resolvê-los. Com isso a dominação é facilitada”.

urbano, provocava a formação de vazios urbanos em áreas onde havia infra-estrutura e, conseqüentemente, encarecia o valor da terra urbana, inacessível para a população de renda mais baixa¹⁵⁵.

Como agravante do processo de especulação imobiliária, em 1965, a Lei nº 1.143¹⁵⁶ apresentou uma revisão da lei de zoneamento de 1958, isentando os loteadores da exigência de infra-estrutura de água, esgoto e pavimentação das ruas. Além disso, ficava a critério do loteador definir as dimensões dos lotes e designar a classificação da Zona em relação ao uso e ocupação do solo. Com o crescimento demográfico de 6% ao ano, no final da década de 1970, e a expansão física da cidade sob a ação desenfreada da iniciativa privada, surgiu em São José do Rio Preto um movimento de profissionais que, através de suas associações de classe – IAB e Sociedade dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de São José do Rio Preto – passou a denunciar os desequilíbrios na organização espacial da cidade (concentração de edifícios no centro, ausência de áreas livres nos bairros periféricos e surgimento de favelas) e a pressionar o Executivo a alterar a lei de zoneamento e a reduzir o déficit habitacional. Segundo levantamento de Assis Jr., constatou-se que até 1982, o déficit de residências seria, aproximadamente, de 10 mil, para famílias de 1 a 5 salários mínimos¹⁵⁷.

Os trabalhos realizados entre prefeitura e ERPLAN¹⁵⁸ resultaram em um planejamento viário, no final da década de 70, elaborado pelos arquitetos Assis Jr e Lima Bueno (Coordenador Especial de Planejamento e Obras da prefeitura municipal, e Secretário Municipal de

¹⁵⁵ Jornal *Diário da Região* de 26/06/1979.

¹⁵⁶ Para regularizar loteamentos que surgiram fora do perímetro urbano, esta lei ampliou o perímetro urbano e regulamentou os usos, a ocupação do solo e o volume das edificações. Havia em comum com a lei 535/58, as exigências em relação à área pública: colocação de guias e sarjetas; colocação de galerias de águas pluviais; e construção de pontes, bueiros ou tubulações necessárias à travessia ou captações de córregos ou águas pluviais de fundos de vales que atravessassem a gleba a arruar. Portanto, a prática era a abertura de ruas por parte dos loteadores, sem a execução de qualquer outra melhoria. Em 1969, a Lei 1411 eliminou a exigência de guias e sarjetas com o objetivo de reduzir ao loteador os investimentos na produção de novos loteamentos (BUENO, 2003).

¹⁵⁷ Jornal *Diário da Região* de 26/06/1979.

¹⁵⁸ Segundo o arquiteto Assis Jr, “o Escritório Regional de Planejamento (ERPLAN) estava muito ativo e atuante na época do governo Paulo Egídio, quando o secretário era o arquiteto Jorge Wilhelm e começou a despontar alguns planos regionais, tais como Jales, Fernandópolis e Rio Preto, que apresentavam levantamentos e algumas propostas, entre elas a criação de conselhos regionais. Quando o Maluf assumiu o governo do Estado, isso foi dissolvido. Para exemplificar, o plano regional mencionava a ponte [rodo-ferroviária que liga os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, construída na década de 2000] e, posteriormente, talvez pelo plano ou pelo desejo [político] regional, acabou sendo construída. Mas, [...] depois do Maluf - e mesmo no governo do MDB, com o Montoro, que dividiu e subdividiu essa região em pequenas regiões de governo -, não havia mais a visão de planejamento de uma forma um pouco mais regionalizada” (Entrevistado em 01/12/2007).

Planejamento, a partir de 1979¹⁵⁹). Os técnicos do município implantaram os primeiros corredores de trânsito da cidade e transformaram o centro comercial da cidade em área pedestrianizada¹⁶⁰ (figura 31), por meio do Plano de Sistematização Viária Urbana – PSVU.



O PSVU estabeleceu a hierarquia viária na malha urbana - com vias arteriais, coletoras e expressas - e implantou a área pedestrianizada denominada “calçadões”, criando uma “Ilha de Pedestres” que tinha como objetivo gerar medidas restritivas ao uso do transporte individual no centro da cidade. Os “calçadões” foram construídos nas vias de um quadrilátero - de três quadras por quatro (300 metros X 400 metros) - ao redor do qual a circulação de veículos dava-se em uma rôtula e em uma contra-rôtula. Nesse quadrilátero foram interligadas três praças - de 90m X 90m, cada - e implantado o terminal de ônibus urbanos que serviam 42 linhas, através de 14 pontos, para oferecer segurança aos usuários. “Foram também introduzidas gradualmente, ao longo de quatro anos, outras medidas visando dar prioridade aos transportes coletivos, tais como: sinalização de corredores naturais de ônibus; a implantação de um anel pericentral e de um anel interbairros; pavimentação e sinalização de vias de coletivos; implantação de abrigos; e pequenas obras viárias”¹⁶¹. Essas medidas foram realizadas para a melhoria da oferta de transportes, com ações sobre o transporte individual e coletivo e sobre o sistema geral de transportes coletivos,

¹⁵⁹ Conforme Nota de Rodapé 146.

¹⁶⁰ A construção da área pedestrianizada, projeto de Lima Bueno, proporcionou mais vitalidade ao comércio, mas uma década depois, com o surgimento do shopping centre, entrou em declínio e sua revitalização, até nos dias atuais, é objeto de discussão entre comerciantes e administração pública.

¹⁶¹ ASSIS JR, M. F. “Transportes Urbanos em São José do Rio Preto”. *Revista dos Transportes Públicos* – ANTP. Ano 5, dezembro de 1982, no. 18.

iniciadas em 1979, de acordo com o Plano de Ação Imediata para Trânsito e Transporte (PAITT) – posteriormente denominado PSVU - realizado pela Coordenadoria de Planejamento da Prefeitura Municipal.

A justificativa do PSVU e o mapa (figura 32) que ilustra a proposta do sistema viário - com os anéis central e interbairros, as vias expressas (anel viário) e coletoras - foram amplamente divulgados pela imprensa e as mudanças tiveram aceitação da maioria da população¹⁶².

Em 1977, o prefeito contratou os arquitetos Jamil José Kfoury¹⁶³ e Mithes Baffi¹⁶⁴ para realizarem o Planejamento Paisagístico Municipal de Rio Preto. Os arquitetos - que já tinham elaborado o projeto da praça Cívica, no governo anterior - realizaram o Plano de Áreas Verdes que compunha um conjunto de projetos e medidas para a proteção ambiental do rio Preto e do córrego Piedade, inclusive o uso conservacionista em vários trechos ao longo do vale, tais como o projeto do Parque Setorial e o Parque da Represa, este último projetado em 1982¹⁶⁵.

Ainda na década de 70, foi inaugurado o trecho entre Rio Preto e Marília da Rodovia BR-153¹⁶⁶. O censo de 1970 computou 122.134 habitantes, e o censo de 1980, 188.599 habitantes, registrando, no município, uma média de crescimento populacional de 54%, em uma década¹⁶⁷.

¹⁶² Em nossa pesquisa, encontramos diversas matérias, entrevistas e notas que se referiam ao trânsito, à implantação do “calçadão” e da ciclovia, por meio dos jornais: *Diário da Região* de 29/12/78; 09/02/79; 17/02/79; 13/03/79; 21/03/79; 19/07/79; *A Notícia* de 18/02/1979; *Revista Primeira Edição* de maio de 1979, no. 08, Ano II; e *Jornal do Engenheiro* de 12/04/1980.

¹⁶³ Arquiteto pela FAU-USP, em 1972, integrante do Setor de Paisagismo do Departamento de Projetos do Fundo de Construção da Universidade de São Paulo – Fundusp, de 1972 a 1974; arquiteto do Setor de Parques e Áreas Verdes do Departamento de Planejamento da Prefeitura de Mauá, de 1974 a 1976; autor de trabalhos publicados nos *Cadernos Brasileiros de Arquitetura* e em revistas especializadas (ARANTES, 2001).

¹⁶⁴ Arquiteta pela Universidade Machenzie, em 1968, foi coordenadora do Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo/Igepac, de 1987 a 1988; coordenadora do Grupo Executivo do Projeto “Eixo Sé-Arouche”, de 1991 a 1993; diretora da Divisão de Preservação do Departamento do patrimônio Histórico Municipal de São Paulo, de 1988 a 1989 (ARANTES, 2001).

¹⁶⁵ O projeto do Parque Setorial fez parte do Plano Diretor de Desenvolvimento de 1992.

¹⁶⁶ Rodovia construída pela unidade do Exército Brasileiro, por meio da Comissão de Estradas e Rodagem (CER2), que fazia parte de um plano rodoviário nacional de integração entre as regiões Norte e Sul do país, tendo início no Rio Grande do Sul e término no Pará, cortando os Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Maranhão. Do sul do país até a capital Federal, a rodovia é denominada Transbrasiliana; de Anápolis (GO) até Belém (PA) a denominação é Rodovia Belém-Brasília.

¹⁶⁷ Há pouca variação de gênero nessa década. Em 1980, do total da população, foram computados 48,8% de homens e 51,2 % de mulheres.

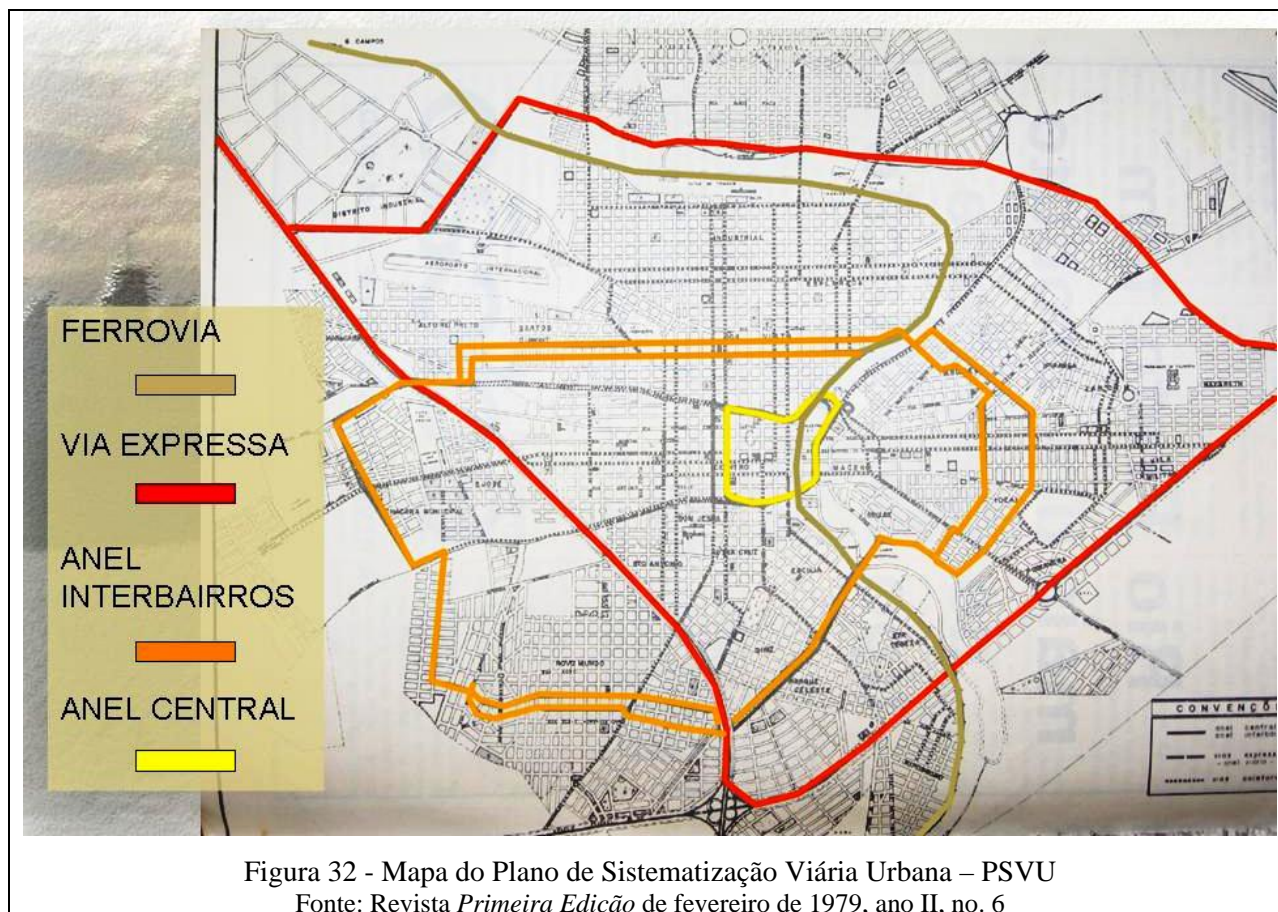


Figura 32 - Mapa do Plano de Sistematização Viária Urbana – PSVU

Fonte: Revista *Primeira Edição* de fevereiro de 1979, ano II, no. 6

Na segunda gestão de Vetorazzo (ARENA) - de 1977 a 1982 -, foi pleiteada a participação do município no Programa Especial Cidades de Porte Médio - PECPM, que tratava de investimentos nos setores de infra-estrutura urbana e social, com parcerias entre a prefeitura municipal, Governo Federal (Ministério do Interior) e Banco Mundial - BIRD, sob a supervisão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU.

Segundo Cruz (2003), o PECPM fazia parte da estratégia do BIRD para o terceiro mundo, de fortalecimento das cidades médias para reter as migrações para as metrópoles, após o surto metropolitano dos anos 70, devido à industrialização das metrópoles e à modernização da agricultura. O governo federal instituiu o PECPM influenciado pelas prioridades definidas pelo BIRD para as economias periféricas, dentre elas, o ataque aos problemas decorrentes da urbanização acelerada e descontrolada que criou periferias urbanas caóticas nas grandes metrópoles. O objetivo do programa era ordenar o crescimento das cidades médias e equipá-las

para barrar os fluxos migratórios campo-cidade e interior-capitais, tendo sido realizado entre 1983 e 1985. Inicialmente, o PECPM se destinava a cidades de porte médio do país, situadas na região mais pobre, especialmente do Nordeste, pois o foco da nova tendência nacional de ação regional era instituir políticas sociais. Entretanto, o programa se expandiu para cidades médias de outras regiões do país, por polarizarem regiões caracterizadas pela migração e pela pobreza. Dentre as 22 cidades do país contempladas no programa, São José do Rio Preto foi a décima cidade brasileira e a única do Estado de São Paulo a participar, com o objetivo estratégico de criar alternativas para atração de migrantes, inclusive da população regional, que rumavam para as regiões metropolitanas e para Rio Preto, se instalando em favelas e loteamentos precários crescentes, devido às transformações que vinham ocorrendo das relações de trabalho no campo. Na década de 80, a agricultura regional foi impulsionada pelo cultivo da laranja e da cana de açúcar, pelas indústrias citricultoras, que exportavam seus produtos, e pelas usinas de etanol, estimuladas pelo Programa Nacional do Alcool¹⁶⁸.

No Estado de São Paulo, quatro cidades foram selecionadas para participarem do PECPM: Presidente Prudente; Bauru; Araçatuba; e São José do Rio Preto; pois eram sedes de regiões que apresentaram percentuais de retração populacional, na década de 1960, causados pela atração de empregos urbanos nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas. As cidades de Ribeirão Preto e de Rio Claro foram selecionadas posteriormente; a primeira, apresentava equilíbrio populacional e evidente potencial econômico; a segunda, situada na região de Campinas, já se firmava economicamente com indústrias de autos e tratores. Baseados em estudos técnicos realizados por uma equipe técnica - designada pela Coordenadoria de Ação Regional que avaliaria os resultados -, estas cidades disputaram a única vaga do Estado de São Paulo na primeira fase do Programa. Com o apoio do prefeito Adail Vetorazzo, o trabalho técnico em São José do Rio Preto foi liderado por Lima Bueno (diretor regional do ERPLAN) e contou com a participação de uma equipe do próprio escritório regional, composta por: Marília Fontana Garcia - socióloga; Antonio Fernando Bonvino - economista; e Nelson José Geromel - administrador de empresa. A secretária estadual de Economia e Planejamento, Maria Adélia A.

¹⁶⁸ Criado em 14 de novembro de 1975, pelo decreto no. 76.593, o Pró-álcool tinha como objetivo estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos. O governo federal passou a estimular a produção de etanol a partir da cana de açúcar, em substituição à gasolina pura, com o objetivo de reduzir as importações de petróleo que tinha um grande peso na balança comercial externa, gerado pelo elevado preço do barril de petróleo na importação brasileira, com as chamadas crises do petróleo de 1974 e 1979. Fonte: www.biodieselbr.com consultado em 07/04/2007.

de Souza, junto de sua equipe, considerou que Rio Preto reunia as condições necessárias para atender aos objetivos do Programa Federal e os projetos preliminares - encaminhados ao Coordenador Nacional do Programa, o economista Waldemar Ottani - foram aprovados pelo Governo Federal, passando para a segunda etapa de desenvolvimento. Os recursos do PECPM eram tecnicamente programados em curto e médio prazo para desenvolver as condições de infra-estruturas física, social, econômica e de modernização administrativa municipal, que acelerassem a criação de empregos e o aumento de renda da população (FURLANETTO, 2008).

A primeira fase do PECPM referia-se a diagnóstico e fichas de projetos de intervenção, elaborados por uma equipe técnica local, com recursos alocados na Prefeitura Municipal. A proposta de intervenção baseava-se numa concepção de **Planejamento Municipal Integrado**, pelo qual as estratégias para o desenvolvimento absorvessem as atividades econômicas marginais e retivessem a população recém-liberada do campo. Segundo Cruz (2003:231), a proposta do projeto incluía a realização de diagnóstico completo dos problemas municipais, “com ênfase na legislação urbana, organização administrativa, provimento de infra-estrutura básica – incluindo macro e micro drenagem e saneamento – e no setor informal, terminando com a elaboração de um conjunto de fichas técnicas de projetos”, inclusive o estudo de viabilidade e a relação custo-benefício. “Os resultados eram colocados à disposição das prefeituras para sua implementação, com recursos próprios ou através de parcerias”, haja vista que havia um compromisso do governo federal ser parceiro do Banco Mundial na fase de implementação dos projetos. A partir desse ano, os recursos foram suspensos na conjuntura da hiperinflação, endividamento e esvaziamento de recursos do Estado, no Governo Sarney e, portanto, no início do período de redemocratização do país.

Nesse programa, inicialmente, havia uma previsão de investimentos, em São José do Rio Preto, de US\$ 25 milhões a fundo perdido - com contrapartida de 30% pelo município - e os projetos ficariam sob a coordenação do arquiteto e urbanista José Carlos de Lima Bueno. Entretanto, em março de 1979, Paulo Salim Maluf assumiu o Governo do Estado São Paulo e as relações políticas entre o governador e o Governo Federal promoveram o desinteresse, por parte da União, da manutenção do Estado de São Paulo no PECPM, sob a alegação de que o Estado paulista já possuía um nível muito expressivo de desenvolvimento em relação ao restante do país. Nesse período, Maria Adélia A. de Souza deixou o cargo da Secretaria de Economia e

Planejamento e as negociações para manter Rio Preto no programa dependeram da relação direta entre município e Governo Federal. O prefeito Adail Vetorazzo, por intermédio de suas relações com Antonio Delfim Neto, então Ministro da Agricultura no governo do presidente João Batista Figueiredo (03/1979 – 03/1985), conseguiu que o relatório técnico justificando a inclusão de Rio Preto no PEPCM chegasse até o Ministro do Interior, Mário Andreazza. Ainda nesse ano, Delfim Neto assumiu o Ministério do Planejamento e, definitivamente, a cidade foi incluída no Programa. A prefeitura foi autorizada pelo Secretário Executivo da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - CNPU, Militão de Moraes Ricardo, a implantar um órgão técnico fora de sua estrutura convencional para desenvolver os planos e projetos (FURLANETTO, 2008).

Com os recursos federais, surgiu o Instituto Municipal de Pesquisa e Planejamento - IMPP, dirigido por Lima Bueno, com quatro gerências: Infra-estrutura Urbana, sob o comando do arquiteto Milton Assis Jr; Infra-estrutura Comunitária, com a assistente social e economista Márcia Affini Bagdasaryan¹⁶⁹; Emprego e Renda, com o economista e administrador de empresas Antonio Fernando Bonvino¹⁷⁰; e Administração Municipal de Sub-projetos, gerenciado pelo economista, administrador de empresas e advogado Nelson José Geromel¹⁷¹. A constituição da

¹⁶⁹ Coordenadora do levantamento sócio-econômico de Rio Preto para implantação e operacionalização do PEPCM, de 1978 a 1982; gerente da área de infra-estrutura comunitária do PEPCM, de 1982 a 1984; foi secretária do Bem-Estar Social, de 1985 a 1988 e de 1990 a 1996; presidente da Empresa Municipal de Construções populares (Emcop), de 1993 a 1996; e da Fundação Rio-pretense de Assistência Social (Fras), de 1986 a 1997; assessora da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social, de 1981 a 1982; coordenadora de implantação do Plano de Integração do Menor e Família na Comunidade - Plimec, de 1976 a 1980. Formada pela Faculdade de Serviço Social de Lins, em 1969; em Ciências Econômicas e Administração de Empresas, pelas Faculdades Dom Pedro II, em 1974 (ARANTES; YARAK; REY, 2006).

¹⁷⁰ Gerente de Negócios e Ações Coletivas do Sebrae, em 1997; consultor em Planejamento Estratégico do Sebrae, de 1995 a 1997; gerente regional do Sebrae, de 1991 a 1994; presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento do Turismo do Noroeste Paulista/Contunor – SP, desde 1994; conselheiro do PRODEI, entre 1975 e 1979; integrante da equipe técnica do PEPCM, de 1980 a 1982; autor do Plano Turístico dos Municípios de Rubinéia, Santa Fé do Sul e Três Fronteiras. Formado em Economia, em 1974, e Administração de Empresas, em 1976; pós-graduado em Planejamento e marketing Turístico, em 1996; cursou Gestão Hoteleira e Urbanismo Turístico na Escuela Superior de Turismo de Baleares, Espanha, em 1997 (ARANTES, 1997).

¹⁷¹ Assessor da Secretaria Municipal de Finanças, desde 2001; foi presidente da Empresa Municipal de Processamento de Dados - Empro, de maio a dezembro de 1996; e diretor administrativo e financeiro, de 1997 a 2001; diretor presidente da Empresa Municipal de Construções Populares - Emcop, de 1987 a 1992, e diretor-administrativo, de outubro a dezembro de 1992; assessor do PRODEI, de 1993 a 1996; assessor do Departamento de Água e Esgoto – DAE, de janeiro a julho de 1992; gerente financeiro do PEPCM na Secretaria Municipal de Planejamento, de 1981 a 1987; técnico em planejamento no ERPLAN, de 1976 a 1980; e oficial de administração do Ministério da Agricultura e Divisão Regional Agrícola, de 1966 a 1980; Coordenador de Apoio Técnico e Articulação com os municípios, na Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Mato Grosso do Sul, de março a junho de 1979; assessor da Presidência das Centrais Elétricas de Rondônia – Ceron, em 1982.

equipe técnica era uma exigência do programa e, além destes, foram contratados diversos jovens profissionais para trabalhar na elaboração e conclusão de 32 projetos. Como consequência, Assis Jr¹⁷² afirmou que a estruturação e o desenvolvimento dos trabalhos “teve um efeito multiplicador” com a experiência adquirida pela equipe no planejamento da cidade, da qual resultou em um corpo técnico que veio atender aos requisitos para a coordenação do planejamento da cidade e a permanência de muitos de seus membros na administração pública até os dias atuais. “O plano não é mais elaborado por urbanistas ilustres, mas pelos técnicos vinculados à administração pública” (FELDMAN, 2005:212)¹⁷³.

Segundo Assis Jr¹⁷⁴, dois ou três anos antes do início do PECPM, havia uma organização dentro da prefeitura, especialmente no setor de obras, que mantinha dados cadastrais atualizados sobre todas as quadras da cidade, em fichas de cartolina, assim como havia a preocupação em manter esses dados atualizados, haja vista que as fichas iam sendo alteradas na medida em que entrava um projeto de construção ou reforma. Além disso, o programa Município Escola do Governo Federal, que funcionava no 9º andar da prefeitura e promovia cursos para funcionários das prefeituras da região, tinha “mapas temáticos” que informavam a implantação de escolas, hospitais e unidades de saúde, ajudando como arranque nos trabalhos iniciais para o diagnóstico do município.

Na primeira fase do PECPM, iniciada em agosto de 1981, foram elaborados o diagnóstico completo do município e os pré-projetos, sob a forma de fichas de projetos - nas áreas de infraestrutura urbana, emprego e renda, infraestrutura comunitária e administração municipal - que eram submetidos à avaliação da equipe. Os trabalhos foram supervisionados pelo CNDU e pelos seguintes órgãos setoriais federais: EBTU, BNH, SEBRAE e COBAL. A tabela 2.1 apresenta as estratégias para o desenvolvimento sócio-econômico de São José do Rio Preto, propostas pelas

Formado em Administração de Empresas, Economia e Direito, com pós-graduação em Planejamento Estratégico pela Escola de Engenharia de São Carlos – USP (ARANTES; YARAK; REY, 2006).

¹⁷² Entrevistado em 01/12/2007.

¹⁷³ Feldman (2005), relata as mudanças em curso na prefeitura de São Paulo, em 1967, quando foi resgatado o discurso do planejamento como processo permanente e dinâmico na criação do Grupo Executivo de Planejamento - GEP, órgão transitório, diretamente subordinado ao prefeito, que tinha como função reunir, analisar e coordenar os estudos, projetos e legislação existente e os em andamento nas unidades especializadas da Prefeitura, ligados ao planejamento urbano, físico, econômico e social.

¹⁷⁴ Entrevistado em 01/12/2007.

gerências do IMPP. Em anexo da tese, encontra-se o quadro síntese com estratégias, diretrizes e linhas de ação.

Tabela 2.1 - Síntese das estratégias de desenvolvimento para São José do Rio Preto proposta pelo PECPM

GERÊNCIA	ESTRATÉGIAS
Emprego e Renda	Implantação da Rede Somar de Abastecimento; Apoio ao desenvolvimento da Horticultura Local; Implantação de Horticultura nas Escolas Públicas e Associações Comunitárias; Implantação do Distrito Industrial II; Implantação do Mini-Distrito Integrado; Apoio Técnico às Micro, Pequenas e Médias Empresas; Implantação das Centrais de Compras e Serviços.
Infra Estrutura Urbana	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água; Ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário; Elaboração do Plano Diretor de Abastecimento de Água e Drenagem Urbana; Implantação de Obras de Drenagem; Sistemas de Transportes Urbanos: <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria em vias que servem de itinerário para o transporte coletivo em bairros de baixa renda; • Passagem sob os trilhos da FEPASA; • Ciclovia nos vales do Rio Preto e Córrego Piedade; • Ponte sobre o rio Preto. Melhoria do Sistema de Limpeza Urbana; Implantação de Conjuntos Habitacionais.
Infra Estrutura Comunitária	Implantação de Unidades de Medicina Social; Implantação de Pré-Escolas; Implantação de Áreas de Lazer; Implantação de Creches; Implantação de Centros Comunitários.
Administração e Controle Financeiro	Implantação e Operação da Unidade de Administração do Subprojeto (UAS); Modernização Administrativa da Prefeitura; Implantação do Sistema Cartográfico; Implantação de Cadastro do Município; Implantação do Sistema de Informações Gerenciais; Implantação do Sistema de Avaliação de Eficácia.

De acordo com Assis Jr, praticamente todos os projetos das fichas foram acatados, exceto o que tratava da reformulação da coleta de lixo e do aterro sanitário e aquele que se referia à rede de abastecimento pela Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL¹⁷⁵.

No campo da promoção da geração de emprego e renda, o Programa Nacional de Cidades de Porte Médio estabelecia a necessidade de atuar sobre a informalidade dos trabalhadores do país, especialmente nas atividades que não requeriam qualificação formal, entre as quais, as lavadeiras, os carroceiros e os pescadores. Em Rio Preto, a proposta do IMPP para geração de emprego e renda partiu do princípio de que havia um elevado número de micro e pequenas empresas de fundo de quintal - que fabricavam produtos de limpeza, caixilharia, móveis, jóias e roupas - e grande parte delas trabalhavam na informalidade. Desta constatação, ficou evidenciado que o programa de industrialização, iniciado na primeira gestão de Vetorazzo com a implantação do Distrito Industrial, deveria se estender, naquele momento, dentro da realidade local, surgindo então, os mini-distritos propostos por Lima Bueno, em que se previa: organização das micro e pequenas empresas em associações, por segmento de interesses, para avaliar as oportunidades de mercado; compra coletiva de matérias primas; aprimoramento da gestão das empresas; implantação de loteamentos, entre 10 mil e 200 mil metros quadrados, para esse fim, dentro do perímetro urbano, com tamanhos variáveis para atender necessidades específicas e próximos a loteamentos residenciais de baixa renda; e, finalmente, implantação de células incubadoras para os empresários iniciantes, informais ou que necessitassem de apoio e de acompanhamento técnico empresarial.

Em 1982, foram realizadas eleições municipais e o resultado refletiu as mudanças políticas em curso no país, da década anterior, com o início da abertura política e do avanço do MDB nas prefeituras e Câmaras Municipais, sobretudo nas grandes cidades e nos Estados mais

¹⁷⁵ Competia à COBAL, pelo art. 2º da Lei Delegada nº 6, de 26 de setembro de 1962, agir como elemento regular do mercado ou para servir, da forma supletiva em áreas não suficientemente atendidas por empresas comerciais privadas em regime competitivo. O Decreto No. 55.898, de 07 de abril de 1965, criou na COBAL o Fundo para Melhoria da Distribuição de Gêneros alimentícios para facilitar a disseminação no País de empórios comerciais capazes de suprir gêneros alimentícios em grande escala e preços acessíveis diretamente à população. Os recursos do Fundo serão aplicados no financiamento da implantação, ampliação e operação de empórios comerciais para a venda ao público de gêneros alimentícios por processos racionalizados e de baixo custo operacional, de preferência nas áreas em que mais se fizer sentir a deficiência do sistema de distribuição. Fonte: <http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=187660> - 9k , acessado em 15/12/2007.

desenvolvidos¹⁷⁶. As eleições de 1982 foram um marco na história da democracia brasileira¹⁷⁷. Foi instituído o voto vinculado e, na mesma cédula, votava-se nos candidatos a prefeito, vereadores, senadores, deputados estadual e federal, e governadores dos Estados; estes últimos, eleitos pelo voto direto pela primeira vez, desde 1965. Apesar do PDS ter vencido na maioria dos Estados, a oposição teve vitória expressiva em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Em Rio Preto, dez candidatos disputaram a prefeitura: 3 do PMDB; 3 do PTB; 2 do PDS; um do PDT; e um do PT. Dois líderes políticos rio-pretenses migraram da antiga ARENA para o PMDB: o vice-prefeito Antonio Figueiredo de Oliveira e Manoel Antunes, candidato que saiu vitorioso nas urnas desse ano, com 35,5% dos votos válidos. O segundo colocado foi Lima Bueno¹⁷⁸, candidato favorito da cúpula do PDS e do prefeito Adail Vetorazzo, que havia renunciado ao cargo, nesse ano, para ser eleito deputado federal (último cargo político que exerceu, pois perderia todas eleições que disputou, daí em diante)¹⁷⁹.

A vitória do PMDB nas urnas de Rio Preto representou o fim do período de legendas conservadoras, que sempre governaram a cidade, e da manutenção do partido por 14 anos consecutivos na prefeitura.

¹⁷⁶ Na década de 1970, teve início a abertura política no governo do presidente Geisel, eleito pelo Colégio Eleitoral em 1974. As eleições legislativas de novembro de 1974 se realizaram com relativa liberdade - com acesso dos partidos ao rádio e televisão - e os resultados assinalaram um considerável avanço do MDB, sobretudo nas grandes cidades e nos Estados mais desenvolvidos, conquistando prefeituras e maioria nas Câmaras Municipais em quase 60% das maiores cidades do país. Nas eleições legislativas, de 1978, o MDB novamente alcançou bons resultados, tornando-se o canal político de expressão dos descontentamentos da população (FAUSTO, 2001).

¹⁷⁷ Em 1979, uma nova reforma eleitoral promovida pelo governo militar aboliu o bipartidarismo e introduziu exigências rígidas para a formação de novos Partidos, surgindo, de imediato, o PDS (antiga ARENA), o PMDB (antigo MDB) e o PP (Partido Popular). O sindicalismo urbano e rural, os setores da Igreja e da classe média profissional, foram as bases que constituíram o Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1984, o Colégio Eleitoral escolheu Tancredo Neves, da Aliança Democrática para presidente da República, desencadeando uma nova ordem política no país e a construção de um novo modelo partidário que, em 1985, através da Emenda Constitucional no. 25, possibilitou o registro de diversas legendas partidárias (MEZZARROBA, 1995).

¹⁷⁸ Lima Bueno assumiu a Coordenação Geral de Planejamento do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e voltou à cena política rio-pretense, em 1993, quando foi eleito vereador pelo PT.

¹⁷⁹ Em dois artigos do jornal *Diário da Região*, em 2004, o jornalista Lelé Arantes publicou os seguintes dados da eleição municipal, de 1982: Antunes (PMDB) recebeu 29.236 votos (35,5% dos votos válidos); Lima Bueno (PDS) recebeu 14.921 votos (16,3%); Wilson Romano Calil (PMDB) teve 11.117 votos; Zaia Tarraf (PDS), 9.996; José Eduardo Rodrigues (PMDB), 9.907; João Carlos da Costa Bueno (PT), 2.506; Walter Circuitane (PTB), 2.261; Jacintho Conforti (PTB), 1.280; Fuad Miguel Pachá (PTB), 754; e Radovir Antonio dos Santos (PDT), 147. Do PMDB, Octacílio Alves de Almeida elegeu-se deputado federal com 86.450 votos, enquanto Aloysio Nunes Ferreira Filho foi eleito deputado estadual com 46.545 votos. O PDS, por sua vez, elegeu, para deputado federal, Adail Vetorazzo, com 64.591 votos; e para estadual: Sylvio Benito Martini, com 78.302, e Vergílio Dalla Pria Neto com 51.755 votos.

Em 1983, no primeiro ano de seu mandato, o prefeito Manoel Antunes¹⁸⁰ (PMDB) - com a ajuda do deputado federal Vetorazzo para firmar o Convênio Prefeitura-Ministério do Interior - recebeu do PECPM a liberação da verba de US\$ 10 milhões. A coordenação dos projetos foi atribuída ao economista e Secretário do Planejamento, Orlando José Bolçone¹⁸¹, e o gerenciamento coube ao arquiteto Assis Jr.

Em 1984, iniciaram-se os investimentos em infra-estrutura e equipamentos sociais, entre os quais: implantação do programa de loteamentos públicos populares e dos mini-distritos; construção de unidades básicas de saúde, creche e centro comunitário; asfaltamento de avenidas; serviço de macro-drenagem; obras de infra-estrutura urbana em bairro de população de baixa renda e em dois mini distritos, viabilizando-se a implantação de outros dois mini distritos; e emissário de esgotos em um bairro (ARANTES, 2001). Na área administrativa municipal, foram realizados os planos diretores de abastecimento de água e de drenagem, além de ter sido reformulada a Lei de Zoneamento e Parcelamento para adaptar as alterações no uso do solo, criadas pela localização dos projetos do PECPM. Na área habitacional, houve investimento na construção de quatro loteamentos infra-estruturados para população de baixa renda, para assentar população favelada.

O desfavelamento teve início em 26 de junho de 1986, com as retiradas das famílias das favelas Gogó do Sapo e do Triângulo. As 200 famílias foram assentadas em casas populares no loteamento Solo Sagrado. Segundo Bueno (2003:33), esse foi o período em que o município vivenciou um aporte surpreendente de investimentos dirigidos à habitação destinada à população mais pobre, contando com

¹⁸⁰ Professor, foi prefeito de 1983 a 1988 e de 1993 a 1996, foi vereador de 1973 a 1982.

¹⁸¹ Economista, professor e contabilista, é secretário municipal de Planejamento e Gestão Estratégica, desde 2001. Foi secretário de Planejamento, de 1983 a 1988, e de 1992 a 1996; presidente do Conselho Municipal do Plano Diretor – CPDD; do Conselho Fiscal da EMCOP (empresa municipal de capital misto criada em 22/09/1979, pelo prefeito Adail Vetorazzo, para dar suporte ao programa de desfavelamento e com a finalidade de estudar e executar projetos de habitação popular); integrante do Conselho Municipal de Habitação; do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia; do Conselho Municipal da Saúde; e do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, de 1993 a 1996; foi superintendente do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo – DAESP, de 1991 a 1992; e diretor de administração da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU, em 1990. Coordenou a implantação do Pólo Tecnológico- Cidade Industrial *Ulisses Guimarães* e a implantação do Programa de Mini Distritos Industriais de Serviços, em 1986; foi o idealizador, em 1984, da publicação oficial sobre a economia municipal “Conjuntura Econômica”(ARANTES, 2001).

um dos ambiciosos programas de loteamentos populares no Estado. Para um total de cerca de 60.000 famílias residentes em São José do Rio Preto, naquela época, a Prefeitura por sua iniciativa, lança no mercado cerca de 12.000 lotes populares infra-estruturados, ou seja, o correspondente de 20% da população. O programa, subsidiado, destinava-se exclusivamente às famílias de menor renda. Somando-se a esses loteamentos populares, outros programas de origem estadual e federal lançaram mais de 2.000 unidades construídas e dirigidas ao mesmo público: os mais pobres.

O PECPM tratava da elaboração de projetos necessários apontados pelo diagnóstico que levantava os principais problemas da cidade. De acordo com Assis Jr, o montante de dinheiro era suficiente para a execução das obras, principalmente para uma cidade com aproximadamente 150 mil habitantes:

“Pela constituição da equipe e das gerências, que era pra atacar tanto a questão da base social e econômica - uma gerência tinha um caráter bem social que era a da Márcia Affini, assistente social, com outros profissionais, era uma equipe multidisciplinar, levantou todas as carências, as necessidades [sociais]. Na época, a cidade tinha uma ‘favelinha’ ou outra, mas, enfim, carências e deficiências perduram pelos anos afora, mas ela fez a radiografia. Depois, aconteceram as obras [...] Na área econômica, era bem claro esse ponto de emprego e renda. Aí que se pensou nos primeiros mini-distritos da cidade. A minha [gerência] era de infra-estrutura urbana. Só que também não era infra-estrutura de sair por aí enterrando cano e resolvendo água e esgoto, ou coisa assim. A de sistema viário [...] teve um projeto específico que foi de transportes urbanos, transporte coletivo, implicava acessibilidade. Eu me lembro que, em uma das obras [executadas], o estudo apontou um certo isolamento daquela região da Vila Toninho [zona sudoeste], essa avenida que hoje liga por trás da chamada CAIC [conjunto habitacional], era uma estrada de terra e era até uma avenida chamada *De Maio*. Ela foi um dos projetos posteriores que a gente fez a ligação extra-rodovia [...] e aí, já havia essa idéia de vazios urbanos”¹⁸².

O projeto de acessibilidade e transportes do PECPM foi elaborado de acordo com o planejamento viário, que propiciava a expansão urbana por meio do Plano de Sistematização Viária - PSVU. A elaboração do projeto de acessibilidade e transportes deveu-se, ainda, à formação de Assis Jr¹⁸³, arquiteto pela Universidade de Brasília, em 1976, que obteve o título de Mestre, em julho de 1985, com dissertação intitulada “Avaliação do desempenho e adequação de sistemas de transporte público de cidades de porte médio em relação a sua estrutura urbana”, no Departamento de Pós Graduação em Arquitetura da Escola de Engenharia de São Carlos – USP,

¹⁸² Milton Assis Jr, entrevistado em 01/12/2007.

¹⁸³ Quando o PECPM chegou ao fim, Assis Jr foi nomeado Diretor Municipal de Trânsito, cargo que ocupou por 12 anos.

sob orientação do Prof. Dr. Lafael Petroni e co-orientação do Prof. Dr. Jaime Waisman¹⁸⁴. A dissertação de Assis Jr apontava a necessidade de ocupação dos vazios urbanos resultantes do processo especulativo, causado pela ampliação do perímetro urbano de S. J. do Rio Preto.

A aprovação dos projetos do PECPM não estava vinculada à Câmara Municipal e as decisões eram baseadas em estudos técnicos, o que favoreceu, no vazio urbano da zona sudoeste, a implantação de um mini-distrito industrial próximo ao bairro “Conjunto Integrado Habitação”, ocupado por população de renda baixa:

“Então, pelo menos a gente ocupou um vazio que estava ali nas duas paralelas: a rodovia Washington Luis [SP-310], que na época ainda não era duplicada - logo em seguida ela veio a ser - com a paralela que essa era avenida De Maio. E ocupou aquele vazio, com um conjunto integrado habitacional, junto com o atual distrito [industrial] Tancredo Neves, que fica de frente para a rodovia. Eles foram concomitantes. Aí tem essa correlação, eu falo muito disso [na dissertação de mestrado] [...] que seria do ponto de vista da atuação mais do arquiteto do que do engenheiro civil, quando atua em transporte; a engenharia de tráfego atua mais na oferta dos transportes, em que ela vem criar corredores de transportes [...] e que nós, arquitetos, temos por obrigação e atuamos por formação, na demanda, na organização da demanda espacial, entendendo os fenômenos etc. Então, ali, a idéia era reduzir as necessidades de deslocamentos na cidade, colocando próximos zonas de trabalho com zonas de habitação, e uma zona de transição entre as duas. Somam-se, também, os equipamentos públicos que evitariam necessidade de viagens. Então, ali, o conjunto já nasceu com creche, com escola, com unidade de saúde, todas pagas, inclusive as próprias casas e a infra-estrutura do loteamento, pelo Banco Mundial”¹⁸⁵.

As ações do PECPM - para a modificação da demanda no espaço e por redução da necessidade de deslocamento - foram instituídas pela proposta de: dois conjuntos integrados, que conjugavam Habitação e Mini-distrito para as Micro e Pequena Empresas não poluidoras; e um distrito maior para médias e grandes indústrias, aprovado próximo aos bairros Eldorado e Anchieta (zona Norte), ocupados por população de baixa renda. Quanto aos dois conjuntos integrados, um estava situado próximo à Vila Toninho (zona Sudoeste) e, o outro, na região conhecida por baixa Anchieta (zona Norte), chamada “Fazenda Velha”; esses conjuntos dariam continuidade à malha viária do entorno (áreas loteadas de baixas densidades). A ligação viária foi

¹⁸⁴ O arquiteto recebeu, ainda, bolsa de estudos concedida pelo Programa de Apoio a Teses na Área de Transportes urbanos, com apoio da CAPES e da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos – EBTU. Depois do mestrado, Assis Jr deu início, embora sem concluir, ao programa de doutorado na área de transportes e estrutura urbana, sob orientação e co-orientação do arquiteto Prof. Dr. Celso Lamparelli e do engenheiro Prof. Dr. Jair Vagner.

¹⁸⁵ Milton Assis Jr, entrevistado em 01/12/2007.

feita por meio da extensão da marginal do rio Preto (que se inicia na área central), da implantação da marginal do Córrego Piedade até o Distrito Industrial I, e da ligação de ambas, por meio de uma ponte que favoreceu o aumento de densidade nos setores e a ligação com o centro urbano. Acompanhando o traçado das vias de interligação, foi proposta uma ciclovia bidirecional. A figura 33 ilustra as ações descritas acima.

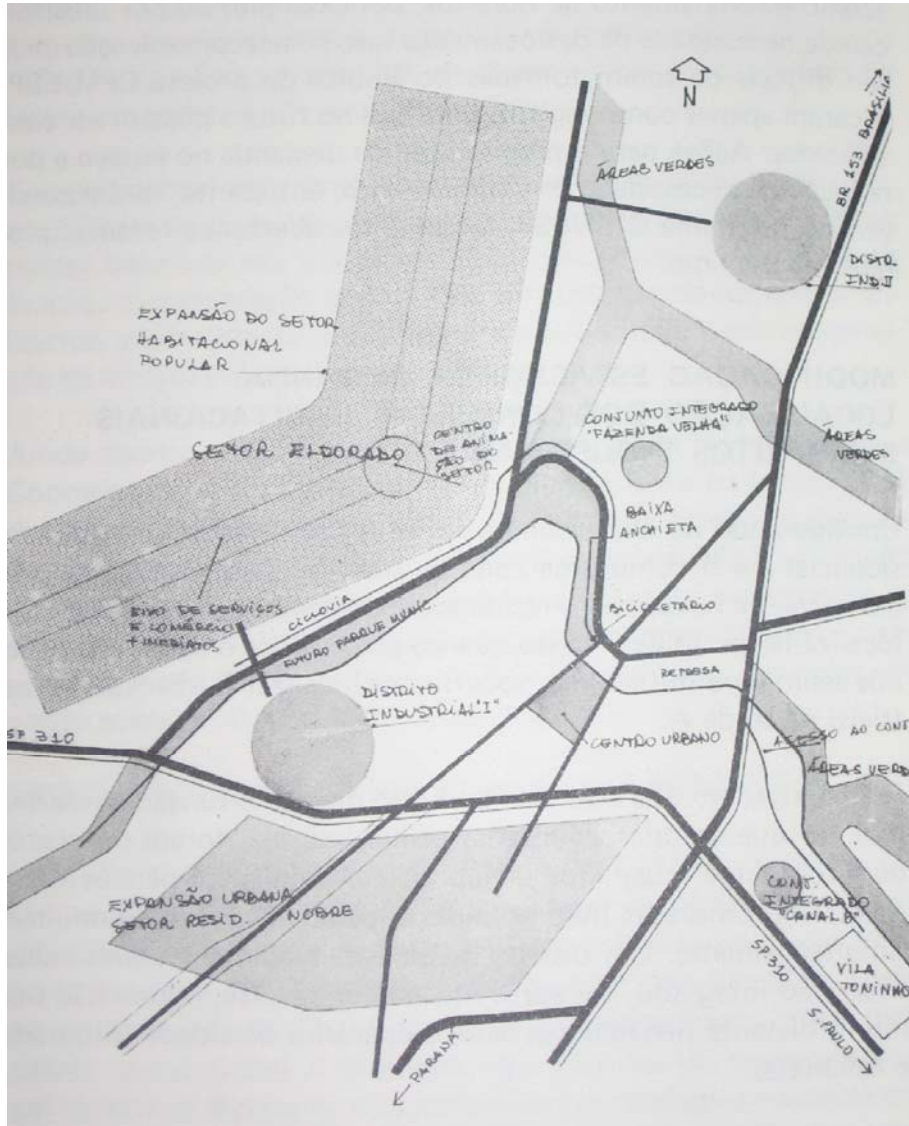


Figura 33 - Croqui elaborado por Assis Jr mostrando as ações propostas pelos projetos do PECPM em São José do Rio Preto

Fonte: ASSIS JR, M. F. *Transportes Urbanos em São José do Rio Preto*. Revista dos Transportes Públicos – ANTP. Ano 5, dezembro de 1982, no 18

O projeto previu ainda a implantação, reforma, ampliação e manutenção de equipamentos comunitários, tais como creches, escolas, centros comunitários e unidades médico-odontológicas

nos bairros periféricos objetivando reduzir os deslocamentos ao centro da cidade e fortalecendo a relação habitação/trabalho pulverizada nos setores da cidade. Complementado tais medidas, foi previsto ainda a alteração na Lei de Zoneamento para implantar unidades comerciais e de prestação de serviços nas imediações destes equipamentos, induzindo a criação de núcleos e a polarização de atividades no interior dos bairros.

Na avaliação de Assis Jr, o impacto econômico e social dos mini-distritos foi tão proficiente que ultrapassou o período do PECPM, tendo sido implantados diversos nas décadas posteriores, resultando em 13 mini-distritos industriais, atualmente: “Apesar da Câmara ter a prerrogativa de expansão do perímetro urbano, e aí vai bastante ao sabor da especulação imobiliária, o governo local foi o indutor de um crescimento urbano mais compacto”¹⁸⁶.

Ainda com o término do PECPM e da extinção do BNH, o prefeito Manoel Antunes continuou a executar algumas ações do programa com recursos próprios do município, tal como tentar diminuir o déficit habitacional com a construção do conjunto habitacional Solo Sagrado e João Paulo, ambos na zona norte da cidade. No entanto, os investimentos não foram suficientes para atender a demanda por habitações, já que, nesse período, surgiram, ainda, inúmeros loteamentos ilegais na área rural do município. Segundo Bueno (2003:35),

esses parcelamentos eram localizados distantes do mercado de trabalho, com ruas em terra, esburacadas e intransitáveis na época das chuvas. Esses bairros não contavam com qualquer equipamento social e alguns deles não possuíam infraestrutura de saneamento. Reforçando essa deficiência, pesquisas realizadas pela UNESP local demonstravam contaminações comuns das águas dos poços, pelas fossas negras. Essa precariedade do parcelamento urbano na zona rural ampliou-se na década seguinte.

A organização espacial das cidades se deu no meio de minuciosa legislação urbanística e de uma zona intermediária entre o legal e o ilegal¹⁸⁷. Na linguagem administrativa e política, esses assentamentos foram classificados como favelas, cortiços, loteamentos clandestinos ou

¹⁸⁶ Entrevistado em 01/12/2007.

¹⁸⁷ Maricato (2002) e Rolnik (1999) fazem crítica ao planejamento burocrático segregador e excludente. Segundo dados apresentados no Fórum Social Mundial de 2002, Ermínia Maricato apontou que, no Brasil, entre 1995 e 1999, da produção de 4,4 milhões de moradias, apenas 700 mil tiveram planta aprovada na prefeitura. “As restantes foram feitas fora da lei, em territórios sem leis urbanísticas, sem leis para a produção da cidade, mas para a resolução de conflitos. Não há regras para as relações sociais ou para a ocupação do espaço. Trata-se de uma sociedade em que uma série de necessidades fundamentais sociais não é resolvida no mercado, trata-se de amontoados de casas em algum lugar que podemos chamar de não-cidade e, muitas vezes, não-casas”, afirma a autora.

irregulares e casas sem alvará e aparecem nos circuitos de decisão dos governos por meio de atuações do aparato fiscalizador ou de demandas por serviços, regularização e consolidação. Na ordem jurídico-urbanística, a cidade ilegal não estaria inserida na legislação de uso e ocupação do solo em vigor. Na crítica aos planos e ao planejamento técnico-burocrático, Rolnik (1999) afirmou que o efeito urbanístico era de milhares de hectares de terrenos e quilômetros de vias públicas que não se sabia se seriam partes integrantes da cidade, se deveriam ser objeto de investimentos públicos, se poderiam ser integrados às redes de serviços, informação, saúde etc, tratados como se os assentamentos irregulares fossem provisórios.

De acordo com Lipietz (1996), a evolução das relações salariais na cidade determinou as relações de peso entre as cidades de uma mesma sociedade, bem como a estrutura interna de cada cidade¹⁸⁸. Para Souza (2002:29), a lógica da ação do Estado intervencionista tendeu a reproduzir a ordem vigente, “perpetuando de forma renovada as contradições e conflitos da dominação, por diversos meios como a legislação e recursos vultuosos, onde o planejamento sempre foi criticado por contribuir para a reprodução do *status quo*, em geral, de maneira indireta”. Para Vainer (1999), foram raros os momentos na sociedade brasileira em que o Estado se configurou como “o modelo clássico da burocracia neutra”, acima de uma sociedade civil feita de grupos sociais organizados. Historicamente, “o conjunto das elites sempre foi e continua sendo mimada pelo Estado e pelo estatismo, num contexto de relações em que se misturam, promíscuos, os interesses privados e os supostos interesses do Estado”¹⁸⁹.

Em São José do Rio Preto, entre 1980 e 1985, foram registradas vinte e três alterações na legislação que trata do parcelamento do solo, sendo que destas, duas¹⁹⁰ ampliaram o perímetro urbano para fins de loteamentos¹⁹¹.

¹⁸⁸ Segundo Lipietz (1996:57), “o crescimento explosivo de algumas metrópoles na América do Sul, onde se desenvolveu um *fordismo periférico* fundado sobre salários muito baixos, tornou-se regra geral, onde as empresas nacionais e estrangeiras buscavam mão de obra abundante e barata. Com a opção pelo modelo “flexível-liberal”, as crises urbanas, sociais e ecológicas agravam-se de maneira incontrolável. O fosso entre bairros ricos e pobres aumenta e com ele as rebeliões, drogas, alcoolismo, doenças de insalubridade etc”.

¹⁸⁹ Palestra no Seminário *Repensando as Políticas Públicas e a Ação na Cidade*, promovido pela Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em novembro de 1999.

¹⁹⁰ Lei nº 3.014 de 19 de maio de 1984 e Lei nº 3.505 de 19 de outubro de 1984.

¹⁹¹ Segundo Bueno (2003), “esses loteamentos, lançados inicialmente como chácaras rurais de recreio, principalmente a partir da década de 80, assumem uma nítida característica de zona de expansão urbana. Uma vez que embora destinadas inicialmente a locais de lazer, passam a se constituir em moradias permanentes. Além disso,

Os técnicos do município que vinham denunciando, desde o final da década de 1970, a especulação imobiliária desenfreada na produção da cidade, a formação de vazios urbanos¹⁹² na malha urbana e a não obrigação dos empreendedores de executar a infra-estrutura nos novos loteamentos, formaram uma comissão, em 1980, para enviar sugestões ao Legislativo Municipal, com a finalidade de contribuir no projeto de revisão da Lei de Zoneamento e de pressionar a sua aprovação e fiscalização. A comissão era presidida pelo arquiteto Lima Bueno (representando o ERPLAN), e era composta por técnicos da Prefeitura Municipal, do Corpo de Bombeiros, da CETESB, e da Sociedade dos Engenheiros de S. J. Rio Preto e região. Entre as alterações enviadas para o Executivo, estavam: a criação de zona de expansão do centro comercial em direção à zona sul, onde seria permitido aumentar o coeficiente de aproveitamento desta área; a redução do coeficiente de aproveitamento da área central - de 6 para 4 -, considerada pelos técnicos como área esgotada de capacidade de suporte do sistema viário e das redes de água e esgoto; e a alteração de zonas residenciais, no setor Norte da cidade, para permitir a instalação de estabelecimentos comerciais e industriais para absorver a mão de obra local¹⁹³.

Em setembro de 1980, os arquitetos Lima Bueno e Assis Jr. levaram a proposta da minuta da nova Lei de Zoneamento para apreciação dos técnicos, entre eles, Clementina de Ambrosis, do Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal (CEPAM), da Fundação Faria Lima, vinculada à Secretaria do Interior - órgão que prestava assistência técnica aos municípios - com o objetivo de discutir a pertinência das propostas técnicas e ampliar a argumentação de defesa junto ao Legislativo local¹⁹⁴.

esses lotes, já com uma área reduzida para a finalidade de chácara rural: 1.000m² serão subdivididos em módulos de até 200m² a partir da segunda metade década de 90, principalmente”.

¹⁹² Em matéria publicada no jornal *Diário da Região* em 26/04/1981, Lima Bueno, Coordenador de Planejamento da Prefeitura, afirmou que as áreas já loteadas e não construídas da cidade comportavam 400 mil habitantes e os vazios urbanos, se loteados, comportariam mais 400 mil habitantes. Assis Jr declarou que a Empresa Municipal de Construções Populares – EMCOP não conseguia adquirir terrenos dentro do perímetro urbano devido ao elevado valor das áreas urbanas, e, portanto, inviabilizaria o repasse de preço à população de baixa renda.

¹⁹³ *Jornal A Notícia* de 13/09/1980; *Diário da Região* de 28/02/1982.

¹⁹⁴ *Jornal A Notícia* de 17/09/1980.

A revisão da Lei de Zoneamento¹⁹⁵ foi promulgada em 1984, com a divisão da cidade em 09 zonas e com novas categorias de uso. A lei estabeleceu: um novo Distrito Industrial; diversos Mini Distritos Industriais; e incorporou novos loteamentos que estavam à margem do perímetro urbano; esses loteamentos, segundo Marina Rozani¹⁹⁶, engenheira da Secretaria de Planejamento, eram caracterizados como “desordenados” pois não havia controle do poder público sobre eles e, portanto, sobre o crescimento da cidade”. O zoneamento ampliou os índices urbanísticos no centro da cidade e teve início ao adensamento vertical da área central. O mapa social na malha urbana passou a ser descrito da seguinte forma: os pobres assentados exclusivamente na Zona Norte, por meio dos loteamentos públicos e de alguns loteamentos da iniciativa privada; e o adensamento verticalizado da área central e de alguns bairros residenciais já consolidados com serviços urbanos, destinados à população de melhor renda.

Segundo Bueno (2003), a Lei nº 3.504 de 1984, que fez a revisão da lei de Zoneamento de 1958, marcou o fim do período de 26 anos em que: 1) mercado e Poder Público ignoraram o controle do parcelamento do solo urbano instituído na Lei de 1958; 2) a Lei de 1965 atenuou as exigências de infra-estrutura urbana à iniciativa privada na implantação de novos loteamentos, tarefa que passou a ser executada pela administração municipal; e 3) na década de 70, os técnicos ligados à produção da cidade passaram a defender o cumprimento da legislação, a exigir infra-estrutura, diretrizes viárias e de áreas verdes, e o congelamento do vetor de crescimento no rumo à montante da bacia de abastecimento da cidade, para os novos loteamentos.

¹⁹⁵ A Lei no. 3504/84, que trata do novo zoneamento, alinhou a legislação municipal com as legislações do âmbito estadual e federal, determinando, dentre outros: que os novos loteamentos não ultrapassassem 200 metros de uma área já urbanizada, possibilitando o prolongamento das vias e da infra-estrutura; que as áreas públicas tivessem no mínimo 20% para os sistemas viários, 15% para áreas verdes e 5% para as áreas institucionais; que as áreas mínimas de lotes fossem estabelecidas em 250m² (metragem mínima estabelecida no Código Sanitário do Estado) para a zona 3 (antes os lotes mínimos eram de 360m²); dimensão mínima das chácaras de recreio em 5.000 m², com destinação de 20% do total do loteamento para área verde; e a implantação das redes de água e de energia elétrica (Bueno, 2002).

¹⁹⁶ Em entrevistada ao Jornal *Folha de Rio Preto* de 07 de março de 2003.

3

PLANO TÉCNICO ELABORADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA DÉCADA DE 90

3.1 O período de redemocratização do país

As crises econômica, política e social que marcaram os anos 80, levaram a caracterizá-los como a “década perdida”. Os efeitos da crise do petróleo elevaram as taxas de juros internacionais e, no campo político e social, a ditadura militar demonstrava sinais de esgotamento, haja vista que não conseguia manter as altas taxas de crescimento da década anterior e lutava contra a inflação e o desemprego crescentes, surgindo, em consequência, manifestações populares a favor da abertura política, iniciada em 1974. Na metade da década de 1980, ocorreu o fim da Ditadura Militar e o seu ciclo desenvolvimentista. Em 1985, foi retomado o Estado de Direito e a presidência da República foi assumida por José Sarney.

O PND foi interrompido e a experiência das políticas neo-liberais que se iniciava nos Estados Unidos, no governo Reagan, e na Inglaterra, no governo Thatcher - que apregoavam a redução do intervencionismo estatal na economia e a crença no mercado para resolver seus próprios problemas -, contribuiu para o ceticismo no planejamento governamental.

O Brasil estava em recessão e em hiperinflação, ocorria forte especulação financeira e o Pró-álcool sofreu desmonte gradativo, desmoronando alguns dos principais pilares do projeto dominante. Os principais efeitos da crise recaíram sobre São Paulo, o Estado mais industrializado do Brasil. Entre 1980 e 1996, a agropecuária e os serviços foram os setores que mais cresceram, ficando acima da média de crescimento total do PIB, em oposição à indústria,

notadamente a de transformação, que teve um desempenho abaixo da média, no mesmo período. Na composição do PIB paulista, a indústria reduziu 6,77% na participação, enquanto o setor agropecuário cresceu 1,25% e o de serviços 6,61%¹⁹⁷. O parque industrial paulista sofreu significativas transformações no período, alterando a estrutura produtiva e a organização de produção com a introdução de novos processos produtivos e organizacionais. Houve um processo de interiorização da indústria que privilegiou a localização desta em centros regionais do Estado, próximos à capital, tais como Campinas, Sorocaba e São José dos Campos, além de alguns municípios da Baixada Santista, pois ofereciam intra-estrutura adequada à implantação industrial. Em 1985, estas regiões eram responsáveis por 78,72% da produção industrial no interior. “O parque industrial na mesorregião metropolitana de São Paulo tinha composição distinta daquela instalada no interior” e, portanto, a interiorização da indústria do Estado não foi ocasionada pelo “transbordamento dos processos ocorridos na capital para além de suas fronteiras, tampouco o aumento da complexidade da urbanização dos principais centros do interior” deve ser tratado como expansão da urbanização metropolitana. “A indústria do interior – com maior participação da agroindústria e de insumos básicos voltados à exportação – foi menos sujeita às crises econômicas”, enquanto a indústria metropolitana que concentra as de bens duráveis de alto valor agregado, como a automobilística, “é bem mais sensível às flutuações do nível de atividade, com quedas fortes nos períodos recessivos, mas também com maior capacidade de resposta na retomada do crescimento”¹⁹⁸.

Entre a década de 1980 e meados de 1990, o emprego industrial foi reduzido, cresceram os postos de trabalho da agropecuária resultante da formalização das relações de trabalho no campo, e cresceu a construção civil, o comércio e o setor de serviços na composição do emprego no Estado. A classificação do IPEA (2002) revelou uma ampla e complexa rede urbana paulista que inter-relaciona-se com os estados vizinhos e causa impacto em todo o território nacional. Ainda que muito marcada pela presença da região metropolitana, houve um crescimento no interior das cidades de médio porte, ampliando sua participação na rede urbana paulista. Embora

¹⁹⁷ “A indústria, que respondia por 43,12 do produto paulista em 1980, teve sua participação reduzida para 36,17%, em 1996, com destaque para a indústria de transformação, que reduziu sua participação de 35,37% para 28,60%, no período. O setor agropecuário cresceu de 3,60% para 4,85% e o de serviços de 52,44% para 59,05%, também entre 1980 a 1996”. Fonte: IPEA, IBGE, UNICAMP, IE, NESUR, SEADE. *Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil: redes urbanas regionais: Sudeste*. Brasília, IPEA, 2001.

¹⁹⁸ IPEA, IBGE, UNICAMP, IE, NESUR, SEADE. *Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil: redes urbanas regionais: Sudeste*. Brasília, IPEA, 2001.

as maiores cidades do interior estivessem localizadas nas mesorregiões mais industrializadas e de maior desenvolvimento, o deslocamento das atividades econômicas e da população privilegiou as sedes regionais, “fortalecendo o papel desses centros na rede urbana estadual e levando para o interior um padrão de urbanização até então vigente somente na metrópole”(IPEA, 2002:111). Até 1996, havia 25 municípios com população superior a 100 mil habitantes, abrigando 16% da população estadual. Destes, 10 municípios continham população superior a 200 mil habitantes: 9 localizados nas mesorregiões próximas à capital ou no nordeste do Estado; e apenas São José do Rio Preto no norte do Estado.

Com o desenvolvimento no interior, “o padrão de urbanização e as realidades territoriais tornaram-se mais complexas”, haja vista que as formações espaciais refletiram as contradições do dinamismo econômico. O mercado imobiliário se estruturou e se ampliou organizado nas “diversas etapas de reprodução do capital mercantil (parcelamento, construção, incorporação, financiamento e vendas), favorecendo o aumento do processo e a verticalização das cidades, com a construção de residências multifamiliares e de edifícios de escritórios”, além do “surgimento de condomínios fechados horizontais para a classe média e de bairros periféricos sem infra-estrutura urbana e favelas¹⁹⁹ em quase todas as cidades do interior, independente de seu porte de tamanho”²⁰⁰.

A partir de 1986, em São José do Rio Preto, o prefeito Manoel Antunes (PMDB), orientado pelo secretário de Planejamento, Orlando Bolçone, iniciou a implantação de mini-distritos industriais para abrigar micros, pequenas e médias empresas. Em uma década, foram criados 13 mini distritos e surgiram 801 empresas que geraram, segundo a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica, 8.520 empregos. Em 1986, a construção civil registrou uma variação elevada de 400% em relação ao ano anterior, estimulada pelo Plano Cruzado²⁰¹.

¹⁹⁹ Na década de 80, segundo Maricato, o crescimento populacional da região metropolitana de São Paulo foi de 1,59%, enquanto que o da população favelada foi de 7,46%, porcentagem que subiu para quase 20% em 1993. O critério para definir favela, utilizado por Maricato, e de conceito jurídico, é a ocupação totalmente ilegal do solo, onde o indivíduo não tem o direito de permanecer no local (Fórum Social Mundial de 2002).

²⁰⁰ IPEA, IBGE, UNICAMP, IE, NESUR, SEADE. *Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil: redes urbanas regionais: Sudeste*. Brasília, IPEA, 2001.

²⁰¹ O Plano Cruzado foi um plano econômico lançado pelo governo brasileiro, em 1 de março de 1986, por Dílson Funaro, ministro da Fazenda do governo do presidente José Sarney. O plano mudou a moeda do Brasil de Cruzeiro para Cruzado e, posteriormente, para Cruzado Novo, congelou os preços e salários, criou o gatilho salarial e o seguro-desemprego. O objetivo principal do plano foi a contenção da inflação através do congelamento de preços. O Plano Cruzado teve efeito imediato de conter a inflação e aumentar o poder aquisitivo da população. O país foi

Nos anos seguintes, dois distritos industriais foram criados: um ao longo da rodovia federal BR 153; o outro às margens da rodovia Washington Luis.

A ACIRP – nova nomenclatura da ACIA, desde 1982 - divulgou, no início de 1986, o segundo volume da Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, resultante de uma análise comparativa entre os anos de 1984 e 1985, que apontou um crescimento no comércio rio-pretense de 27%. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Econômico da Associação Comercial que avaliou diversos indicadores econômicos fornecidos por fontes oficiais da cidade. Segundo o presidente da entidade, Daniel Ferreira de Freitas, os resultados, em 1985, foram positivos no comércio e na indústria, pois de acordo com as pesquisas: o Serviço de Proteção ao Crédito – SPC - teve um cancelamento recorde de fichas de 42,2%; caíram as falências e as execuções no município; o setor de energia teve bom desempenho; a arrecadação federal (IR e IPI) foi superior à inflação; os volumes de cheques compensados cresceram 13,0%; o ICM elevou-se para mais de 250%; e as ligações de água e esgotos aumentaram²⁰².

Em 1988, ano de encerramento da gestão do prefeito Antunes, foi lançado o loteamento João Paulo II, implantado com a verba do PECPM e destinadas à população de baixa renda. Os lotes foram distribuídos durante a campanha eleitoral, despertando “o potencial eleitoral da iniciativa para o futuro prefeito e seu grupo político”(BUENO, 2003).

A partir da metade da década de 80, surgiram algumas leis que ampliaram o perímetro urbano, regularizaram loteamentos na área rural, instituíram loteamentos populares e alteraram uso do solo para a implantação de edifícios habitacionais de alto padrão; entre elas, a Lei no. 4.007, de 1986, implementou o Plano Diretor do Sistema Viário de Rio Preto, elaborada pelo Diretor Municipal de Trânsito, arquiteto Assis Jr - empossado em 21 de fevereiro deste ano - e atribuiu providências quanto ao uso e ocupação do solo nas vias designadas pelo plano.

tomado por um clima de euforia. Milhares de pessoas passaram a vigiar os preços no comércio e a denunciar as remarcações feitas. Eram os "fiscais do Sarney". Cresceu o consumo em todos os extratos sociais. Quatro meses depois, as conseqüências negativas do plano surgiram. As mercadorias desapareceram das prateleiras dos supermercados, os fornecedores passaram a cobrar água, e a inflação voltou a subir. O governo manteve o congelamento até as eleições, tentando extrair maiores dividendos políticos do plano. Fonte: <http://elologica.br.inter.net>, extraído em 07/04/07.

²⁰² Jornal *Diário da Região* de 28/02/1986.

Apesar de todo aparato legal desta década, não houve fiscalização sobre a implantação obrigatória dos serviços públicos nos loteamentos realizados pela iniciativa privada, tampouco a fiscalização sobre a qualidade dos serviços executados, comprometendo, por exemplo, os serviços de abastecimento de água e esgoto, com vazamentos, contaminações²⁰³ e perda de aproximadamente 50% da água tratada antes de chegar nas residências. Além disso, a falta de fiscalização sobre uma cidade de pouco mais de 200 mil habitantes propiciou a expressiva produção de loteamentos ilegais, principalmente no final da década. O arquiteto Lima Bueno (2002), em sua tese de doutoramento, apontou que a produção de loteamentos no processo de urbanização do município, na década de 1980, foi de 2.153 ha, sendo que: 41% eram loteamentos legalizados; 37% eram loteamentos ilegais; e 22% eram loteamentos públicos. A produção dos loteamentos ilegais, entre 1986 a 1990, foi quase 10 vezes maior do que a da primeira metade da década. A pesquisa apontou também que a produção dos loteamentos privados legalizados caiu drasticamente: na primeira metade da década representou 82%, e na segunda, 22%. Apenas os loteamentos públicos foram duplicados nos últimos 5 anos, mas com participação inexpressiva se comparado com o total da produção habitacional da década.

O grande aparato técnico proveniente de planejadores alocados em cargos públicos e o grande volume de recursos financeiros do Poder Público não foram suficientes para conter os interesses econômicos particulares na produção da cidade que prevaleceram durante a década, resultando em empreendimentos de caráter altamente especulativo e na espoliação e marginalização da população de baixa renda.

3.2 Plano Diretor: exigência Constitucional

As decisões centralizadas do modelo autoritário provocaram reações no período de redemocratização do país, com a substituição da idéia de planejamento pela de gestão. Para Souza (2002:38), na década de 80, “a hegemonia ideológica do neoliberalismo e a crise do *welfare state* representam um enfraquecimento tanto efetivo quanto ideológico do planejamento,

²⁰³ Segundo o geólogo Fahad Moysés Arid, professor do depto de Geociências da UNESP, a falta de planejamento, legislação adequada e fiscalização na captação de água subterrânea fez com que proliferassem milhares de poços semi-artesianos, perfurados e instalados sem qualquer cuidado técnico e sem programa público, o que foi provocando uma perigosa contaminação do aquífero subterrâneo da cidade. No início da década de 80, estudos realizados pela CETESB revelaram que os poços tubulares da prefeitura municipal tinham índice superior a 50% de contaminação bacteriológica (*Jornal dos Engenheiros* de junho de 1989).

até então associado a um Estado intervencionista”. As novas modalidades de planejamento e de gestão privilegiaram a operação no curto e médio prazos, valorizando o imediatismo da ideologia do “mercado livre”, da desregulamentação e do “Estado mínimo”.

No Brasil, a partir da década de 80, os debates sobre a questão urbana passaram a valorizar a participação social na política local, na tentativa de superar as desigualdades na cidade. Diversas correntes políticas e intelectuais começaram a olhar a ação dos movimentos populares urbanos como alternativa na construção de cidades mais justas e democráticas. A partir de 1988, a Constituição Federal tornou obrigatório o Plano Diretor para as cidades com mais de 20 mil habitantes, estabelecendo o processo de participação no início das primeiras fases do planejamento: avaliação da situação, identificação de problemas e fixação de objetivos e prioridades. E a Constituição do Estado de São Paulo estendeu a obrigatoriedade a todos os municípios paulistas, independentemente de seu porte. O Plano Diretor, conforme estabeleceram as Constituições Federal e Estadual, é o instrumento básico da administração para promover e ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, tornando-se o instrumento legal de gestão mais abrangente (SILVA, 1992).

Em alguns municípios, o crescimento das lutas populares deu início às novas formas de gestão urbana por meio de estratégias de planejamento na estruturação do espaço urbano, num processo de democratização da cidade e na tentativa de construção de uma esfera pública na gestão urbana. Foi criado o Movimento Nacional pela Reforma Urbana - MNRU que enviou emendas populares ao projeto da Constituição de 1988, cujos temas serviram de referência para a elaboração do capítulo da Política Urbana.

Os municípios, todos autônomos a partir da Constituição Federal de 1988, passaram a ter sua própria Lei Orgânica (elaborada pela Câmara de Vereadores) e tornou-se garantia constitucional a participação popular na gestão da coisa pública e na proposição de leis. A Constituição de 1988 promoveu a descentralização por meio da reforma tributária - que ampliava os recursos municipais - e atribuiu autonomia aos Estados e municípios para a formulação de políticas públicas específicas. A recessão econômica desencadeou a diminuição na arrecadação e no repasse federal para Estados e municípios que procuraram manter a guerra fiscal, resultando

em uma agressiva concorrência na concessão de incentivos comandada pelas grandes empresas privadas.

No novo cenário econômico, de acordo com Petisco e Fernandes (2001:13),

a estabilização da moeda passou a reger a política econômica que, para tanto, fez uso de três importantes instrumentos de grande impacto sobre os municípios: a abertura brusca da economia, a elevação das taxas de juros e a criação do Fundo de Estabilização Fiscal - FEF [...] que fez retornar à União os recursos que a Constituição de 88 havia redistribuído para os Estados e municípios, restaurando a concentração de recursos fiscais na União nos níveis do período autoritário.

Entre as conseqüências das mudanças econômicas, estavam: o desemprego nas empresas que se ajustaram à economia internacional; a elevação dos custos do serviço da dívida pública; a queda de capacidade de investimento dos governos, especialmente os de nível local; endividamento crescente; redução de arrecadação por parte da União, com a falência de empresas que não conseguiam competir com os produtos importados; e redução ou desaparecimento de linhas de financiamento do governo federal para o desenvolvimento urbano (PETISCO e FERNANDES, 2001).

Em 1988, ocorreram eleições municipais na conjuntura de redemocratização e, de 1989 a 1992, Antonio Figueiredo de Oliveira (PMDB) governou São José do Rio Preto centralizando em seu gabinete as decisões relativas à aprovação dos loteamentos. Para isso, o prefeito promulgou uma lei²⁰⁴ que revogava a instituição do Conselho de Planejamento junto à Secretaria de Planejamento, criado dois anos antes e composto por representantes da administração pública, técnicos da Sociedade de Engenheiros e do IAB.

Nos últimos anos, a elaboração de um Plano Diretor já era pauta de discussão entre os técnicos da Sociedade dos Engenheiros de São José do Rio Preto, mas a obrigatoriedade constitucional mobilizou as lideranças desta associação para debater sobre os problemas da cidade e divulgar as opiniões através de seu jornal. Segundo publicação no jornal da entidade, em

²⁰⁴ Lei n°. 4.662 de 23 de abril de 1.990. A justificativa da lei era a de que o Conselho, composto por representantes da administração pública e lideranças locais, tais como técnicos da Sociedade de Engenheiros e Instituto dos Arquitetos do Brasil, ao dirimir as dúvidas constantes na legislação, passou a assumir um poder maior do que a própria lei. Cabia ao Conselho opinar sobre: localizações de grandes equipamentos públicos e privados; modificações na Lei de Zoneamento e Parcelamento do Solo; diretrizes para os loteamentos; pareceres sobre as extensões do perímetro urbano; entre outros. O conselho durou 2 anos e foi revogado pela lei proposta por um vereador aliado do então prefeito municipal, fato que demonstrou que o Executivo e Legislativo não tinham interesse na participação social sobre as decisões referentes à cidade.

junho de 1989, o editorial apontou os problemas da cidade: enchentes em diversas regiões; trânsito na área central; localização da rodoviária; e sistema viário ao redor de pólos geradores de tráfego. O editorial não mencionou a questão habitacional e ignorou a não aplicação da Lei de Zoneamento que estava em vigor ou a falta de fiscalização para seu cumprimento. A idéia era a de que a lei havia sofrido muitas alterações na Câmara Municipal e que tinha “prevalecido a vontade política sobre a técnica”²⁰⁵. Na visão tecnicista do jornal, o Plano Diretor serviria para melhorar o nível de vida dos cidadãos e haveria a necessidade de uma Lei de Zoneamento que fosse “realmente cumprida”, alertando os políticos de que tanto o plano quanto a lei deveriam “ser alvo de muitos debates, onde os técnicos, cada um em sua área, têm um papel fundamental no equacionamento dos problemas”.

Na opinião do então presidente do IAB de Rio Preto, o arquiteto Lima Bueno, a lei e o plano deveriam partir do consenso técnico e comunitário, sendo que neste último deveria estar incluído o político, “já que são os representantes diretos da população junto da administração pública”²⁰⁶. Bueno ressaltou que o Plano Diretor deveria ser feito pelas lideranças urbanas, pois “se constituem na sustentação de qualquer plano de organização da cidade”, mas aberto à opinião pública. O arquiteto incluiu ainda os loteamentos, os conjuntos habitacionais e a produção da cidade conforme interesses exclusivos da iniciativa privada como preocupação do planejamento urbano.

No discurso oficial, segundo o Secretário de Planejamento, o economista Laerte Teixeira da Costa²⁰⁷, a elaboração do Plano Diretor era um compromisso deste governo e deveria “estabelecer as diretrizes de um crescimento ordenado e racional, flexibilizando e compatibilizando o interesse social com o econômico, impedindo a especulação para evitar a desordem urbana”. Para o secretário, a lei deveria ser elaborada por técnicos e a população deveria ser ouvida, mas a premissa era a de que o plano nascia da vontade política, “da

²⁰⁵ *Jornal dos Engenheiros* de junho de 1989.

²⁰⁶ *Ibidem*.

²⁰⁷ Foi vereador de 1977 a 1982, de 1983 a 1988, de 1989 a 1992 (licenciado para assumir a Secretaria de Planejamento), e de 1993 a 1996. Era presidente da Câmara Municipal quando foi aprovada a Lei de Zoneamento em 1984, que, segundo ele, “foi fruto de uma decisão política, pois os técnicos do passado, lamentavelmente, não puderam ou não quiseram vê-la em pleno vigor” (*Jornal dos Engenheiros* de junho de 1989).

capacidade e da sensibilidade do político em organizar o universo urbano” e, por isso, o plano e a Lei de Zoneamento seriam cumpridos na gestão do prefeito Figueiredo²⁰⁸.

Em 03 de abril de 1990, a elaboração do Plano Diretor foi determinada pela Lei Orgânica do município de São José do Rio Preto. Na lei, o plano diretor tornou-se o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade. Além disso, tornou-se obrigatório por lei: proteger o meio ambiente; promover programas de construção de moradias; promover a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; delimitar o perímetro urbano; e estabelecer normas urbanísticas, particularmente as relativas ao zoneamento e a loteamentos. A lei orgânica determinou que os atos administrativos deveriam ser expedidos com obediência às medidas executórias do Plano Diretor, do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, mas não mencionou a participação popular na elaboração, definição e acompanhamento da execução dessas leis.

3.3 Plano Diretor de São Jose do Rio Preto de 1992

No final do ano de 1992, encerrando o mandato do prefeito Figueiredo, foram aprovados o Plano Diretor de Desenvolvimento e 7 leis complementares, sendo que, destas, três se referiam à produção físico-territorial da cidade:

- Em 23 de dezembro foi promulgada a Lei Complementar nº 19, instituindo o Plano Diretor Urbano do Município de São José do Rio Preto.
- Na mesma data, foi promulgada a Lei nº 5134 que estabelece as diretrizes básicas do sistema viário do município, determinante na expansão urbana e na articulação viária para os futuros loteamentos;
- Em 24 de dezembro foi aprovada a Lei nº 5135 – Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo;
- Em 28 de dezembro foi promulgada a Lei nº 5138 – Lei do Parcelamento do Solo Urbano.

²⁰⁸ *Jornal dos Engenheiros* de junho de 1989.

De acordo com a **Exposição de Motivos** da Lei do Plano Diretor do Município de São José do Rio Preto, o plano procurou “definir um novo e amplo ‘Padrão de Desenvolvimento’ para o município”, por meio de um “impetuoso programa de modernização da economia” e preparação da rede física e territorial para absorver o crescimento populacional, visando “proporcionar melhores condições de vida para os cidadãos”. O plano instituiu o processo permanente de planejamento na administração municipal com o objetivo de disciplinar toda ação do Poder Público municipal e instituiu o “Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento, o qual reflete na sua composição as diversas formas de organização da comunidade”. Na área econômica, a proposta foi a de implantar o Pólo de Alta Tecnologia que traria “inovações tecnológicas na produção, estabelecendo uma nova ordem no processo produtivo, alterando não só o perfil da indústria como o da mão de obra especializada”. Entre as leis específicas que compõem o Plano Diretor, a Lei de Zoneamento, que disciplina o uso e a ocupação do solo, serviria para que as diversas atividades convivessem “harmoniosamente” com as residências, assim como a Lei do Parcelamento do Solo exerceria “controle efetivo sobre os loteamentos, de forma a eliminar as irregularidades e a clandestinidade dos loteamentos”. Por fim, a Lei do Sistema Viário tratou da malha viária como um elemento de estruturação e integração das diversas áreas de uso da cidade.

O Plano Diretor determinou os vetores de crescimento da cidade baseado no estudo de suas bacias hidrográficas e nos seus eixos viários. Os vetores de crescimento indicavam a Zona Norte para direção dos programas habitacionais e a restrição da ocupação da Zona Sul para proteger as nascentes e os mananciais a jusante que abastecem o município.

A lei reinstituíu o Conselho de Planejamento – CPDD - órgão consultivo para os assuntos relacionados com a implantação do Plano Diretor – para emitir parecer sobre a extensão do perímetro urbano, as diretrizes viárias e os padrões dos futuros loteamentos.

O CPDD foi constituído por catorze membros: um representante da Câmara Municipal; cinco representantes do executivo, por meio das secretarias municipais; um representante do Ministério Público; e sete representantes da sociedade civil organizada, respectivamente: da Sociedade dos Engenheiros; do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB; do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente; da Associação Comercial e Industrial de Rio Preto - ACIRP; dos

Sindicatos dos Jornalistas do Estado de São Paulo; do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis – CRECI; e da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; todos através de suas representações municipais. Com mandato de um ano dos membros e presidido pelo Secretário Municipal de Planejamento, competia ao conselho sugerir a adoção de medidas legais ou administrativas necessárias à realização de seus objetivos, propor a revisão e atualização do plano quando fatos emergentes assim o determinarem, opinar sobre toda a matéria atinente ao Plano e orientar a formulação de projetos de Lei ou Decretos necessários à atualização do plano.

A formação do CPDD foi constituída por 50% de membros da “sociedade civil organizada”: um conselho municipal e seis categorias profissionais e de classe que tinham interesses específicos na produção e reprodução da cidade, tais como o CRECI e a ACIRP, que sempre votaram favoravelmente aos interesses da produção urbana com os representantes da Administração Municipal, por orientação do Chefe do Executivo. A atuação do Conselho era a de, principalmente, emitir pareceres sobre processos relativos às localizações de uso no interior da cidade, mas não de discutir o controle da ordem urbana, tampouco confrontar com as iniciativas do Executivo. Dessa forma, a maior parte dos setores da sociedade não foram dotadas de poder para participar democraticamente da gestão da cidade, construindo assim, a interação entre sociedade organizada e governo.

O Plano Diretor pontuou diversos projetos de grande escala, mas generalizou a implantação dos equipamentos públicos prioritários que a cidade carece e que contribuem para “melhoria da qualidade de vida da população”²⁰⁹, não apontando quais áreas da cidade seriam passíveis dos investimentos para esse fim, especialmente naqueles bairros carentes de infraestrutura e serviços urbanos onde está a população de baixa renda. Entre os grandes projetos previstos e executados ao longo da década, estão a transformação do Conjunto Arquitetônico da SWIFT em Centro Cultural e o Ginásio de Esportes com capacidade aproximadamente de 8.000 espectadores²¹⁰. Esses dois projetos estão localizados em áreas consolidadas e em bairros de população de renda média e alta, respectivamente.

²⁰⁹ Art. 16º - III.

²¹⁰ Art. 14º - VII e XIV.

A ênfase no sistema viário se deu com a sua reorganização e com a prioridade nos programas para implantação de terminais de passageiros e de cargas, das vias estruturais e as que constituiriam os anéis inter-bairros e de contorno²¹¹. Para isso, foi providenciada a reserva de terrenos e faixas de domínio para a adequação do Sistema Viário Proposto, principalmente o previsto para o uso do sistema de transporte coletivo e do futuro sistema de transporte de massa. Estavam previstas na lei, a construção dos terminais intermodais de passageiros e cargas e a implantação do anel ferroviário, que desviaria o tráfego ferroviário de carga da área urbana e utilizaria a via férrea atual para uso de Veículos Leves sobre Trilhos – VLT's. Previa-se fazer gestões objetivando a implantação imediata do Trem Regional no trecho Mirassol-Uchôa, com uso da via férrea da FEPASA, integrando o sistema ferroviário com o do transporte urbano e intermunicipal. Esses dois últimos, foram objetos de estudo nos anos posteriores, mas, segundo Assis Jr, as pesquisas revelaram que o custo-benefício para implementação desses projetos era inviável economicamente.

As diretrizes sobre a organização e o controle da expansão física da cidade tratavam de: estimular a ocupação dos vazios urbanos existentes e efetivar a utilização dos terrenos; aumentar a densidade populacional; promover a urbanização e reurbanização de áreas precariamente ocupadas, dando prioridade à instalação de equipamentos necessários; controlar a ocupação dos espaços vazios; promover a urbanização; incentivar a ocupação das áreas loteadas e ociosas através da taxa progressiva prevista no Código Tributário do Município; descentralizar as atividades na área central e implantar centros comerciais de bairro; orientar a implantação de Conjuntos Habitacionais e Distritos Industriais, promovidos pela iniciativa privada e pública, quando tecnicamente justificar a sua realização no setor Norte da cidade; controlar a ocupação e expansão urbana na direção Sul do Município; manter a taxa de densidade baixa na zona sul da cidade e exigir 15% de taxa de permeabilidade para as novas edificações, nas áreas contidas pela Bacia de contribuição dos córregos Canela e Borá, objetivando não agravar o problema de inundações nas partes baixas das avenidas Alberto Andaló e Bady Bassitt²¹².

Identificamos no plano a homogeneização do discurso de diversos municípios que, na década de 90, estabeleceram estratégias de planejamento e de gestão direcionadas à atração de

²¹¹ Art.16º – V; XV; XVI.

²¹² Art 16º - VIII, XI, XII, XIV, XVII, XIX e XX.

investimentos da iniciativa privada ou à ênfase nas parcerias público/privado. Para tanto, a política urbana estaria orientada através de atributos específicos que constituem insumos valorizados pelo capital transnacional: espaços de convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, entre outros, promovendo a imagem da cidade para o exterior (SANCHES, 1990). As diretrizes econômicas²¹³ que apontam essa tendência no plano de Rio Preto, referem-se à :

- criação e desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Tecnológico objetivando atrair empresas que ampliem as oportunidades de emprego qualificado, definindo “um novo e privilegiado papel da economia do município no contexto nacional”;
- criação de um Pólo de Alta Tecnologia;
- implantação de um Campus Universitário da UNESP com Parque Tecnológico dotado de um centro de estudos e pesquisas, voltados ao desenvolvimento científico e tecnológico da região;
- organização da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e reestruturação do PRODEI para gerenciar o Pólo de Alta Tecnologia e dos programas de Distritos Industriais;
- Construção de um Recinto de Exposições Industriais para promover a divulgação das atividades econômicas da região;
- Construção de aeroporto com parque industrial anexo, para fins de exportação e importação de produtos da região.

No aspecto econômico, o plano estabeleceu, ainda, um paradoxo entre as novas estratégias econômicas e as políticas iniciadas na década anterior, prevendo intensificar o Programa de mini-distritos industriais voltados a micro, pequenas e médias indústrias, através da criação de novos distritos localizados em áreas próximas das áreas habitacionais de baixa renda.

Apesar da obrigatoriedade constitucional, não houve menção da participação da população no processo de planejamento, quer seja para consulta ou apreciação dos planos; ao

²¹³ Art. 17º. XI a XVI.

contrário, o plano reforçou a centralização das decisões técnicas no planejamento para fortalecer a capacidade de decisão política e de comando administrativo das autoridades municipais: “as decisões do Prefeito e da Câmara baseadas no conhecimento suficiente da realidade local e escolhidas entre as alternativas técnicas previamente estudadas”²¹⁴.

A Lei de Zoneamento, nº 5.135 definiu as categorias de uso: residencial, comercial e de serviço, institucional, industrial, agrícola e de criação animal. Definiu ainda o tipo de comércio para cada grupo (A,B, C) segundo a compatibilidade, tolerância, incômodo, geradores de tráfego, com os usos específicos de cada área. O município passou a ser classificado em 14 zonas, segundo sua destinação para fins residenciais, de comércio, entre outros, inclusive zona de preservação de mananciais, que compreende toda a região que forma a bacia de contribuição de água pluvial do rio Preto e afluentes (Zona 12). O capítulo VII da lei, determinou as condições gerais para utilização dos lotes, suas dimensões mínimas, recuos e índices urbanísticos. O mapa da Lei de Zoneamento, parte integrante da Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento, é mostrado na figura 34.



Figura 34 - Mapa da Lei de Zoneamento de 1992
Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto

O Plano Diretor de São José do Rio Preto foi elaborado pela equipe técnica da Prefeitura municipal e, para tanto, foi nomeada uma comissão que tinha como presidente o arquiteto Milton Assis Jr²¹⁵. Houve, inicialmente, um levantamento sobre a economia local e regional, realizada pela UNICAMP; entretanto, as secretarias municipais forneceram a maior parte dos dados

²¹⁴ Art. 27º.

²¹⁵ Assis Jr. era Diretor Municipal de Trânsito, coordenou o plano, de 1990 a 1991, e foi nomeado Secretário Municipal de Planejamento, em 1992.

coletados. Durante a elaboração do plano, Assis Jr, por iniciativa própria, solicitou consultoria do CEPAM:

“Não foi um acompanhamento muito formal, mas o CEPAM, da Fundação Faria Lima, era muito respeitado, dava apoio aos municípios. Então, eu levei o material pra gente conversar. Eu me lembro que [...] uma técnica, que avaliou nosso trabalho, comentou que estava muito bom, mas tinha uns textos longos, muitas explicações e apontou a falta de formatação jurídica, com artigos, seções etc”²¹⁶.

A sugestão dada pelos técnicos do CEPAM foi a de que o plano deveria estabelecer sanções para quem não cumprisse as diretrizes dos aspectos físico-territoriais, tal como a preservação dos mananciais, por exemplo, que estabelecia regras para a proteção dos recursos naturais. Estabelecer sanções, segundo Assis Jr, significava evitar que o plano se transformasse em uma lei de intenções:

“Demos uma reformulada e reenviamos a formatação final [ao CEPAM], artigo por artigo, expressando o que aconteceria [que tipo de sanções sofreria] se o município não cumprisse as determinações da lei. Isso porque ainda não era tão forte, como é hoje, a atuação do Ministério Público”²¹⁷.

Alguns planos complementares do Plano Diretor tiveram consultorias técnicas externas. De acordo com o plano, a política de transporte deveria atender as diretrizes do plano elaborado pela PROTAN ENGENHARIA, de 1986; as políticas de esgotamento sanitário e de abastecimento de água do município deveriam ser implementadas de acordo com as diretrizes gerais do diagnóstico realizado pelo DAEE, Assessoria Técnica – ASTRE, em 1982, e Técnicas e Serviços de Engenharia S.A. - TSE, em 1983. Os demais planos, como a política ambiental²¹⁸, de macrodrenagem, de coleta de lixo e de desenvolvimento agrícola, foram realizados pela equipe municipal²¹⁹.

3.4 A produção da cidade pós Plano Diretor

Na década de 90, em relação aos aspectos econômicos e sociais, a agricultura regional diversificou-se com seringais, macadâmia, milho, uva, cana-de-açúcar e da pecuária leiteira e de

²¹⁶ Entrevistado em 01/12/2007.

²¹⁷ Entrevistado em 01/12/2007.

²¹⁸ Segundo levantamento da Divisão de Proteção de Reservas Naturais - DPRN, da secretaria de Estado do Meio Ambiente, Rio Preto tinha apenas 5,86% de seu território coberto por áreas verdes, menos da metade da média do Estado, que era de 13,69% (*Folha de São Paulo*, 08/03/1991).

²¹⁹ Art. 30º.

corte. Com uma taxa de crescimento populacional de 50% em relação à década anterior, o censo de 1991 computou 283.345 habitantes (48,7% homens e 51,3% mulheres)²²⁰, resultado de uma crescente migração proveniente principalmente da região nordeste do país, que veio ocupar postos de trabalho na construção civil e nas culturas sazonais agrícolas, desde a década de 80.

A duplicação da rodovia Washington Luiz, formalmente encerrada em julho de 1990, trouxe expectativas à administração pública e à ACIRP, pois poderia transformar-se em um fator de estímulo para atrair empresas de grande porte na cidade. Segundo a FIESP, nesse período, a cidade tinha apenas quatro indústrias de grande porte, com aproximadamente 500 empregados. Apesar dos incentivos oferecidos pelo município, tais como a concessão de terrenos, infraestrutura e incentivos fiscais, a localização de Rio Preto - distante de um grande mercado consumidor - e a falta de mão de obra qualificada eram fatores que colaboravam para frear o desenvolvimento industrial, tal como vinha ocorrendo em outras regiões do Estado: Vale do Paraíba; Sorocaba; Campinas; e, em menor escala, Ribeirão Preto e Araraquara²²¹. Nas regiões de Araçatuba e Presidente Prudente, a situação era similar à de Rio Preto, com a existência de indústrias de pequeno e médio porte, que utilizavam matéria prima disponível em locais próximos. Somou-se à baixa industrialização do município, a crise econômica que o país atravessava²²².

Rio Preto se sobressaiu em sua região no âmbito comercial com 3.230 estabelecimentos; na prestação de serviços com 3.352 estabelecimentos, em especial de serviços médicos²²³; no acentuado crescimento do setor de ensino universitário; e nas indústrias de bens tradicionais, intermediários e de capital, com 1.019 empresas, segundo a *Conjuntura Econômica* de 1994²²⁴.

Nessa década, surgiram os loteamentos fechados voltados para as classes de maior renda, representando 20,6% do total urbanizado pela iniciativa privada. Somou-se a isso, o crescimento

²²⁰ Jornal *Diário da Região* de 19/03/1994.

²²¹ IPEA, IBGE, UNICAMP, IE, NESUR, SEADE. *Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil: redes urbanas regionais: Sudeste*. Brasília, IPEA, 2001

²²² Jornal *Folha de São Paulo* de 12/08/1991.

²²³ Em 1994, a rede hospitalar contava com 1.860 leitos e 1.694 médicos, o que estabelecia a relação de 1 médico para 167 habitantes.

²²⁴ A *Conjuntura Econômica*, de 1994, apontou dados sobre o desenvolvimento econômico do município, nesse período: a arrecadação do ICMS, de 1993, foi de US\$ 79.570.000; a participação do comércio atacadista foi de 50,6%; da indústria, 31,2%; do comércio varejista 13,1%; da agropecuária, 3,5%; e da prestação de serviços, 1,4 %. Neste ano, a arrecadação do ISS foi de US\$ 2,189 mil.

de famílias morando em favelas e a produção de loteamentos ilegais dispersos no território, principalmente para atender a demanda habitacional para a população mais pobre que se assentou na subdivisão de lotes de chácaras de recreio, com lotes de 1.000 m² parcelados em 250 e 200 m². Segundo Bueno (2003), esta condicionante transformou estes loteamentos em bairros pobres, com abastecimento de água precário, sem iluminação, pavimentação asfáltica e equipamento público social, incitando reivindicações através de associações de moradores, em reuniões periódicas, para regularização dos loteamentos. Os loteamentos ilegais foram responsáveis pelo agravamento dos problemas de drenagem, infra-estrutura, contaminação de água e interferência negativa ao meio ambiente. A produção habitacional, na década de 90, foi realizada em uma área de aproximadamente 2.500 ha, com: 54% de loteamentos privados legalizados; 35% de loteamentos habitacionais ilegais; e 11% de loteamentos públicos. Nos últimos vinte anos, a produção de loteamentos habitacionais foi de 4.647 ha, sendo que, destes, 46,3% foram realizados na década de 80 e 53,7% na década de 90 (BUENO, 2003). A figura 35 ilustra a expansão física de São José do Rio Preto, entre 1980 e 2000, destacando os loteamentos habitacionais ilegais da cidade legal.

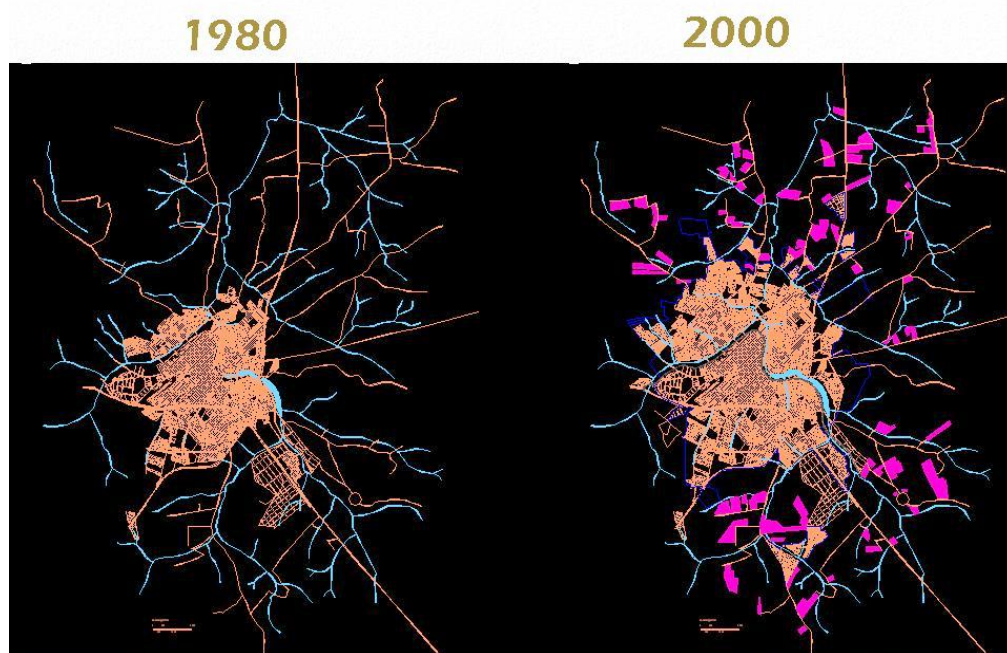


Figura 35 - Expansão física de São José do Rio Preto de 1980 a 2000

Fonte: Bueno, 2003.

Na segunda metade da década de 90, a administração pública agiu no desfavelamento²²⁵ da cidade por meio de diversos programas, dentre eles: um programa que entregou 647 lotes com infra-estrutura e com a construção de uma unidade precária de dois cômodos e um sanitário; o Parque da Cidadania (ver figura 35) - que transferiu 350 famílias de 13 favelas instaladas em zonas de manancial ou de risco - através da ampliação do perímetro urbano na zona Norte da cidade, da implantação de infra-estrutura e da construção de habitações de madeira, de caráter provisório; o Parque da Liberdade com 1.800 unidades; e o Jardim Marisa Cristina²²⁶. Esse último, foi retratado pela ex-vereadora Eni Fernandes²²⁷ que declarou que habitação foi a maior demanda da população, no final da década de 90, considerando um dos problemas que o município terá de enfrentar por muitos anos:

“As pessoas que habitavam sub-habitações, pessoas que tinham habitações inadequadas - e eu vou citar aqui um exemplo que eu fiquei indignada quando vi - eu vi um conjunto habitacional que ainda hoje pode ser visto, chama Marisa Cristina, construído pelo Governo Federal, no final dos anos 90, era somente de 18m², ou seja, 1 cômodo e 1 banheiro. Como é que uma família - aquilo lá era pra serem transferidos favelados, ou seja, famílias mais pobres, que normalmente tem um número maior de pessoas: 4 a 5 pessoas - ia morar num lugar daquele? Nós fizemos uma grande mobilização daquelas famílias que iriam ser transferidas pra lá, tanto é que não foram, conseguiram resistir, alguns foram pra lá, morar nesses 18m²; conseguimos com o prefeito Edinho [eleito em 2001], a ampliação. Hoje está lá, ainda tem algum embrião de 18m². Eu estive lá há 3 meses”.

Segundo Fernandes, esse loteamento ficava próximo à Vila Elmaz (último bairro da cidade na direção Norte) e para se chegar até lá, seria ainda necessário andar mil metros dentro de um sítio, pois o conjunto habitacional estava localizado dentro de um alambrado, no meio de um pasto.

Além da iniciativa da prefeitura na construção habitacional, haviam outras sendo realizadas pelo CDHU e pela iniciativa privada - com financiamento (da Caixa Econômica Federal) e sem financiamento - para diversas faixas de renda. O mapa social ficou caracterizado

²²⁵ A *Conjuntura Econômica* de 1999, apontou que havia seis áreas de favelas no município com 1.285 favelados, distribuídos em 403 famílias e 389 barracos. Seis favelas localizavam-se na região Norte; uma na região Sudeste; uma na região Sul; e duas na região Leste.

²²⁶ Dados fornecidos por Milton Assis Jr, entrevistado em 20/11/ 2001.

²²⁷ Vereadora pelo Partido dos Trabalhadores – PT em dois mandatos: 1997 a 2000 e 2001 a 2004. Assistente social e presidente da Associação Rio-pretense de Educação e Saúde – ARES, instituição que surgiu em julho de 1981 com o objetivo de incentivar a participação popular no projeto Cooperlagos, que tratava das famílias que moravam às margens dos rios, em favelas. Entrevistada em 27/03/2007.

com: classes populares em loteamentos integrados à zona Norte; população miserável abrigando-se em favelas em diversas regiões da cidade; classes mais altas na região Sudoeste e parte da região Leste, em loteamentos fechados (ver figura 36); e a classe média nas outras regiões da cidade. Esse cenário de desigualdade social e econômica ilustrava a prática de segregação territorial que, segundo Villaça (2005), foi promovida pela ação (ou inação) da administração pública nas cidades.



Figura 36 - Parque da Cidadania
Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto



Figura 37 - Avenida de acesso ao Condomínio Damha, na zona Leste
Fonte: foto da autora

Na política local, Manoel Antunes (PMDB) foi reeleito para a gestão entre 1993 a 1996, realizando diversas obras, tais como: parque Cidade da Criança; Centro Regional de Eventos; quatro ginásios de esportes; ampliação, reforma e construção de unidades pré-escolares e uma escola municipal; Unidades Básicas de Saúde; e implantação dos Centros Integrados Creche-Escola (Cicrps). Iniciou, ainda, o Centro Integrado de Ciências e o Observatório, obras não concluídas pelo seu sucessor (ARANTES, 2001). Em 1995, a administração pública iniciou as obras para implantação de um pólo tecnológico – criando o terceiro distrito industrial de Rio Preto previsto no Plano Diretor - em área de 450 mil m², localizada no terreno do Instituto Penal Agrícola. A previsão era a de que o pólo teria, inicialmente, 70 empresas que comprariam os lotes, através de licitação²²⁸.

²²⁸ Folha de São Paulo de 16/05/1995.

Entre 1997 a 2000, governou Rio Preto José Liberato Ferreira Caboclo²²⁹, pela coligação PDT/PFL. Entre as obras realizadas para população de baixa renda, estava o loteamento Parque da Cidadania e o programa de distribuição de leite às crianças que recebeu o “Prêmio Amigo da Criança”, conferido pela Unicef (ARANTES, 2001).

No primeiro ano de sua gestão, Caboclo instituiu o “Gerente da Cidade”²³⁰, nomeando o arquiteto Milton Assis Jr para ocupar o cargo, pois, segundo o prefeito, era um técnico experiente, capacitado e sem ambições políticas²³¹. Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, em 15 de junho de 1998, o prefeito declarou que o gerente administrava e o prefeito ficava encarregado de tornar viáveis os projetos. Assis Jr estabeleceu como desafios prioritários de sua gerência a construção de uma garagem subterrânea no centro da cidade, um novo terminal rodoviário e um parque temático, obras que nunca se realizaram.

A figura do Gerente da Cidade surgiu nos Estados Unidos, em 1908, e no Canadá, em 1913; tinha como objetivo ser responsável técnico pelo cotidiano da prefeitura, desde o controle do orçamento à aplicação das diretrizes estabelecidas em áreas como saúde, educação e habitação. Dessa forma, o prefeito ficaria liberado para exercer sua função política, atrair investimentos para a cidade e manter contato com a população que o elegeu. O perfil do gerente deveria ser a de um executivo com boa formação em administração pública, alta capacidade de gerenciamento, sem vínculos partidários e capaz de desenvolver trabalhos que satisfizessem o “cliente” - o cidadão. Algumas cidades do Brasil instituíram seus gerentes, tal como Campinas (cargo extinto após um ano de governo), Porto Feliz e Cubatão. Segundo o diretor do CEPAM,

²²⁹ Médico e escritor, nasceu no Rio de Janeiro, em 1938, foi deputado federal, de 1990 a 1994, pelo PDT; presidente estadual do PDT, de 1993 a 1994; foi candidato a prefeito em 1988 e 1992; Diretor da FAMERP (Faculdade de Medicina), de 1986 a 1990 e de 1975 a 1976, e professor desde 1971; superintendente do Hospital de Base, de 1979 a 1980; pesquisador em universidades dos EUA, de 1980 a 1985; Livre-docente pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em 1961; e Pós-Doutorado pela Universidade de Karolynska, Estocolmo, Suécia, em 1970 (ARANTES, 2001).

²³⁰ Cargo criado nos Estados Unidos, em 1908, na cidade de Stanton, Virgínia. O *City Managers Association of Chicago*, por recomendação de Anhaia Mello, influenciou os trabalhos do Departamento de Urbanismo da prefeitura de São Paulo, em 1945, conforme citado no primeiro capítulo desta tese. Em 1998, cerca de três mil municípios deste país tinham um gerente. No Brasil, em 1996, a Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP criou o curso de pós-graduação em gerente de cidade, voltado para profissionais ligados à administração pública, oferecendo noções gerais de marketing, direito público, direito constitucional, administração pública, finanças e ciência política (*Jornal O Estado de São Paulo* de 15/06/1998).

²³¹ Além de Assis Jr, outros técnicos de carreira da prefeitura assumiram cargos estratégicos, tais como: o engenheiro José Anésio Colombo, para a Secretaria de Obras; a economista Emilia de Toledo Leme, na de Planejamento; e o contador José Martinho Ravazzi, na de Finanças. Todos eram técnicos com vários anos de trabalho e experiência na administração pública (*Diário da Região* de 19/10/1997).

Marcos Camargo Campagnone, as vantagens apontadas na contratação de um administrador profissional possibilitaria a melhoria dos serviços públicos, pois seria “uma administração orientada para resultados, na qual o morador é tratado como um cliente”²³². A administração municipal passou a ser tratada como empresa, buscando promover a *cidade do empreendimento* (Peter Hall, 1988).

Em meados de 1998, o endividamento da prefeitura causou o veto de um empréstimo de R\$ 30 milhões, do Banco Central, para construção de 1.280 casas populares e para obras de saneamento básico. A verba havia sido negociada pelo deputado federal Aloysio Nunes Ferreira, partidário do presidente da República - Fernando Henrique Cardoso (PSDB) - e tinha o aval da Caixa Econômica Federal. No mesmo período, houve a desistência do empresário Beto Carrero de construir um parque temático na cidade, estimado em R\$ 32 milhões. A prefeitura tinha deixado de pagar fornecedores, parcelava pagamento de horas extras de funcionários e tinha deixado de licenciar carros da administração por falta de verbas. A secretária Municipal de Planejamento, a economista Emília de Toledo Leme, anunciou que o déficit mensal passava de R\$ 5 milhões. Diversos fatos colaboraram para o endividamento, tais como: a queda de um edifício na Avenida Bady Bassitt, que forçou a implosão de duas torres; a compra do estádio do América, sem utilidade específica; o pagamento de dívidas de desapropriações da gestão anterior; e a queda na arrecadação com o IPTU, ocasionada pelos aumentos abusivos de até 1.000% propostos pelo secretário de Finanças, Paulo Nakaoski. Apesar das taxas terem sido diminuídas posteriormente, a reação negativa por parte da população contribuiu para o aumento da inadimplência²³³.

A aprovação, pela Câmara Municipal e pelo prefeito, dos loteamentos do “Auferville”, localizados na zona Sul, em área ambientalmente frágil e a montante do rio que abastece a cidade, também contribuiu para o desprestígio político de Caboclo, pois a estes loteamentos foi atribuído o agravamento das enchentes na cidade nos períodos de chuvas - alerta que foi dado por técnicos ambientais antes da votação dos loteamentos (ARANTES, 2001). Na questão ambiental, somou-se a isso, o fato do secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Faiçal Calil, em 1999, ter plantado 5 mil mudas de ipê branco às margens da Represa Municipal, desrespeitando o projeto

²³² *O Estado de São Paulo*, Caderno Cidades, de 15/06/1998.

²³³ *Jornal Diário da Região* de 07/08/1998 e 08/08/1998.

urbanístico existente elaborado pelos arquitetos Jamil Kfoury e Mirtes Baffi, exposto na Bienal de Arquitetura de 1998. Arquitetos e agrônomos paisagistas da cidade classificaram a obra como a “monocultura” e a “lavoura do ipê”, fazendo severas críticas ao plantio e ao desprezo do governo pelo projeto anteriormente aprovado²³⁴.

Na metade de sua gestão, uma pesquisa publicada em um caderno especial, pelo jornal *Diário da Região*²³⁵, veículo da imprensa do qual o prefeito questionava a imparcialidade²³⁶, revelou que 78% dos eleitores reprovavam a administração de Caboclo. Entretanto, sua eleição representou uma ruptura política na cidade depois de 14 anos de governo peemedebista e com um histórico de administrações conservadoras. Segundo o colunista político do jornal, Caboclo tinha um perfil progressista, já havia sido candidato a prefeito de Rio Preto, em 1988, pelo PCB, legenda que militou na clandestinidade durante a ditadura militar. Em 1990, foi eleito deputado federal pelo PDT, votando a favor do impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Quando disputou a prefeitura em 1996, tinha como maior adversário o ex-prefeito Antonio Figueiredo (PMDB), que enfrentava na justiça processos de enriquecimento ilícito e irregularidades nas licitações da merenda escolar no período em que foi prefeito (1989 -1992). Contraditoriamente, “fez coligação com o PFL argumentando que sem o dinheiro dos pefelistas não poderia se eleger e, contrariando suas supostas convicções políticas, fez uma administração de terceirizações e privatizações”²³⁷. O jornal atribuiu os desacertos de seu governo à sua falta de experiência administrativa e à falta de planejamento, pois, neste período a prefeitura acumulava um déficit de R\$14,4 milhões. No último ano de mandato, o déficit chegou a R\$ 17 milhões e, para conter despesas, o prefeito demitiu 790 funcionários públicos. O cargo de Gerente de Cidade foi extinto e, na gestão seguinte, Assis Jr²³⁸, como técnico de carreira da prefeitura, foi um dos revisores do Plano Diretor que coordenou em 1992.

Nesse período, em um contexto iniciado na década de 1990, de um lado, os movimentos populares lutavam contra os processos de exclusão territorial, reivindicando, além dos direitos civis, a igualdade de acesso à cidadania, o direito à moradia, aos equipamentos públicos e à

²³⁴ Jornal *Diário da Região* de 22/01/1999.

²³⁵ Jornal *Diário da Região* de 29/06/1999.

²³⁶ O proprietário do jornal, Noberto Buzzini, ex-vereador, foi candidato a prefeito pelo MDB, em 1968.

²³⁷ Rui Sampaio, colunista político do jornal *Diário da Região* de 29/06/1999.

²³⁸ Enquanto Gerente da Cidade, Assis Jr acumulou o cargo de secretário de Obras.

própria cidade²³⁹; e de outro lado, o “paradigma neoliberal” – defensor do Estado mínimo e da liberdade econômica – que refletiu nas novas estratégias de planejamento e gestão dos municípios, direcionadas à inserção desses na “globalização”(DANIEL, 1994). As cidades submeteram-se à guerra fiscal para atrair investimentos e o planejamento urbano passou a dar suporte direto aos interesses capitalistas, subordinando-se às tendências do mercado, servindo para estimular a iniciativa privada ou enfatizando parcerias público/privado.

²³⁹ Para Lefebvre (1968), o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.

4

PLANEJAMENTO TÉCNICO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS ANOS 2000

4.1 O município de São José do Rio Preto a partir do ano 2000

No ano 2000, o país era governado por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), ex-ministro da Fazenda, que, em 1994, ano em que foi eleito presidente com base em uma aliança formada pelo PSDB e o PFL, deu início a um plano de estabilização econômica e ao saneamento da dívida externa, criou uma nova moeda (o Real) e obteve êxito com a sensível queda da inflação por anos seguidos, em uma “nova era econômica de ‘financeirização’ do capitalismo, chamada de ‘globalização’” (OLIVEIRA, 2007:25). Segundo Oliveira (2007), no governo FHC houve a privatização das empresas estatais - desmontando o tripé empresas estatais-empresas privadas nacionais-empresas multinacionais - extrovertendo o centro de decisões, tornando irrelevante um conjunto de associações públicas construídas em torno das empresas estatais, transformando o Estado em refém do novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras e desregulamentando o mercado de trabalho.

A população do País era de 169.799.170 habitantes²⁴⁰, sendo que destes, 81,25% habitavam em área urbana. Os índices sociais melhoraram em relação às décadas anteriores, com média geral de esperança de vida em 64 anos e taxa de mortalidade de 35,6 para cada mil

²⁴⁰ Em 2000, a população, por grupo de idades, era: 29,60% de 0 a 14 anos; 64,55% de 15 a 64 anos; e 5,85% de mais de 65 anos; e por sexo: 49,22% homens e 50,78% mulheres. Fonte: IGBE. www.ibge.gov.br, extraído em 04/01/2007.

crianças com até um ano de vida. Na década anterior, o número de pessoas pobres ou miseráveis diminuiu consideravelmente, perfazendo 32,7% da população, graças sobretudo ao fim de uma inflação devastadora e à estabilização dos preços, mas a desigualdade de renda permaneceu, sendo considerado um dos problemas mais sérios do país, somado à pobreza absoluta (FAUSTO, 2001). Depois de dois mandatos presidenciais, FHC foi sucedido por Luis Inácio Lula da Silva²⁴¹ (PT), eleito pela coligação de PT, PCdoB, PMN, PL e, informalmente, pelo PMDB paulista. Lula trazia propostas pautando-se, principalmente, nas políticas sociais de combate à fome, à pobreza e à desigualdade do país e na promoção da cidadania, governando por meio de uma democracia participativa.

Os índices sociais e econômicos do município de São José do Rio Preto, nos anos 2000, apresentados neste capítulo, referiram-se a fontes de pesquisas elaboradas pelo poder público local, tais como a *Conjuntura Econômica de 2000* e o sítio virtual oficial da administração pública. Essas fontes apresentam dados que mostram o potencial econômico e social do município, omitindo, entretanto, os conflitos físicos e sociais provocados pela desigualdade econômica e territorial da cidade, pelos baixos salários e pelo elevado índice de desemprego formal, como ocorrem nas cidades brasileiras.



Figura 38 – Vista aérea do município de São José do Rio Preto
Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto [2003]

²⁴¹ Candidato à presidência, desde 1989, que obteve expressiva votação em relação ao seu adversário, Fernando Collor de Mello, firmando-se como líder popular desde então. Collor derrotou Lula obtendo cerca de 36 milhões de votos contra 31 milhões de seu adversário (FAUSTO, 2001).

No ano 2000, Rio Preto apresentava IDH²⁴² de 0,834 e, por isso, estava entre as regiões mais desenvolvidas do Brasil, superando a média nacional e paulista na classificação da ONU. Um estudo demográfico e econômico - apresentado pela revista *Suma Econômica* - classificou o município em 16º. lugar, num total de 60 cidades²⁴³ e regiões, entre aqueles que apresentavam grande potencial de crescimento econômico²⁴⁴.

Os indicadores demográficos apontaram que, em 2005, o município de São José do Rio Preto tinha 406.826 habitantes²⁴⁵, sendo que destes, 385.181 habitantes estavam na sede de São José do Rio Preto, 17.185 estavam no distrito de Engenheiro Schmitt e 4.460 estavam no distrito de Talhado. A estimativa da taxa de crescimento populacional, entre 2000 e 2005, foi de 2,56%²⁴⁶.

Sede de Região Administrativa do Estado de São Paulo, com 96 municípios e cerca de 1.386.453 habitantes, São José do Rio Preto atingia uma área de atração de mais de 2 milhões de consumidores ao ano, como centro de produção e consumo de bens e serviços de natureza econômica, social e cultural.

Em relação à infra-estrutura urbana, os dados do município revelaram que o número de consumidores de energia era de 153 mil, o abastecimento de água atendia 99% da população e a rede coletora de esgoto atendia 95%. O sistema de abastecimento de água, sob administração do

²⁴² IDH é a média aritmética de três indicadores: esperança de vida ao nascer (longevidade), educação e renda. Os valores obtidos são classificados em três categorias estabelecidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que são: 0<0,5 baixo desenvolvimento humano; 0,5<0,8 médio desenvolvimento humano; e 0,8<1 alto desenvolvimento humano. Em Rio Preto, a taxa de mortalidade infantil era de 11,86 para cada mil crianças e a esperança de vida ao nascer era de 71,3 anos. De acordo com a Fundação Seade, em 2003, o maior nível de esperança de vida do Estado foi da Região Administrativa de São José do Rio Preto com 73,5 anos.

²⁴³ A primeira cidade classificada pela revista foi Macaé, RJ. No Estado de São Paulo, estavam à frente de Rio Preto, Campinas, Ribeirão Preto, São José dos Campos e Bauru.

²⁴⁴ Artigo de Orlando José Bolçone, economista, professor e consultor. *Jornal Diário da Região* de 27/08/2000.

²⁴⁵ O perfil demográfico do município revelou que, por grupos de idade, a população era majoritariamente jovem: 22,9% de 0 a 14 anos; 18,66% de 15 a 24 anos; 16,6% de 25 a 34 anos; 15,9% de 35 a 44 anos; 18,7% de 45 a 64 anos; e 7,24% acima de 65 anos. Em relação ao gênero, 48% eram homens e 52%, mulheres. A população urbana representava 94,2%, a densidade demográfica na zona urbana era de 3.717,74 hab/Km² e na zona rural era de 72,20 hab/km². O valor de rendimento nominal médio mensal da população do município era de R\$1.135,53. A relação entre o rendimento mensal e a percentagem dos moradores em domicílios particulares permanentes (classe de rendimento mensal da pessoa responsável pelo domicílio), declarado no censo de 2000, era de que 39,2% da população ganhavam acima de 5 salários mínimos, 21,3% entre 3 a 5 salários mínimos e 39,78% abaixo de 3 salários mínimos. A estimativa da população por raça, do censo 2000, apontou 83% da população da cor branca. Havia 260.916 eleitores no município.

²⁴⁶ Na década de 2000, o censo computou 358.523 habitantes no município de São José do Rio Preto. Fonte: *Conjuntura Econômica de 2005*.

SeMAE²⁴⁷, era feito por 193 poços e 117 reservatórios. As fontes de captação de água eram feitas por mananciais superficial e subterrâneo: 33,29% eram captados do rio Preto²⁴⁸, 42,55% eram captados do manancial subterrâneo Bauru e 24,16% eram captados pelo manancial subterrâneo Guarani. A coleta e transporte de resíduos sólidos atendiam 100% da área urbana e dos distritos, e 99% da área rural²⁴⁹.

Os dados, acima apresentados, refletiram o discurso oficial que mostra a cidade legal, ou seja, aquela que está inserida na legislação do uso e ocupação do solo em vigor. Em consequência da produção irregular e ilegal da cidade, nas últimas décadas, com loteamentos sem infra-estrutura, verificou-se que o percentual de atendimento com as redes de água e esgoto caiu, proporcionalmente, para aproximadamente 75%, no município. Os loteamentos ilegais, ou seja, a “cidade clandestina”, não possuía iluminação pública, não havia pavimentação asfáltica e a coleta de resíduos sólidos ocorria de forma irregular. Na ordem jurídico-urbanística, não era parte integrante da cidade e, segundo Rolnik (1999), era tratada como se a irregularidade fosse provisória, que um dia desapareceria.



Figura 39 – Vista parcial de São José do Rio Preto cortada pela Rodovia SP – 310

Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto [2007]

²⁴⁷ Serviço Municipal de Água e Esgoto, autarquia municipal desde 2001.

²⁴⁸ Diversos loteamentos ilegais contribuíram, entre outros fatores, para o assoreamento da represa de abastecimento d'água da cidade, tendo em vista a posição do lago, situado a jusante destes loteamentos.

²⁴⁹ Fonte: *Conjuntura Econômica de 2006* e o *Sítio virtual* da prefeitura municipal.

A cidade se desenvolveu nas áreas de comércio e serviços especializados, medicina²⁵⁰ avançada e educação²⁵¹, competindo com outros mercados regionais. O número de empresas no setor da indústria era de 2.240; dos serviços, 6.422; do *agrobusiness*, 65; e do comércio 11.950; perfazendo um total de 20.677 estabelecimentos comerciais na cidade. Na zona rural 67% da área cultivada era de pastagens. Em pouco mais de uma década, o setor da indústria cresceu 45,5%; de serviços, 52%; e de comércio 370%²⁵².

Os 13 mini-distritos industriais (ver figura 39), implantados de 1986 a 1996, tinham 1.261 lotes, 735 empresas e uma estimativa de oferta de 3.675 empregos. Os ramos de atividades de maior destaque eram: Indústria Metalúrgica (17,41%); Indústria de Madeira e do Mobiliário (14,56%); Prestação de Serviços em Geral (14,56%); Comércio (14,44%); Construção Civil (9,12%); e Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de tecidos (7,62%). Em menor escala, estavam as indústrias: gráfica; produção de minerais não metálicos; mecânica; materiais de transporte; material elétrico; borracha e fumo; química e produtos farmacêuticos; artefatos de plásticos; artefatos de alumínio; e reciclagem. A atividade empresarial não estava apenas nas atividades industriais tradicionais, mas nas correlatas ao conhecimento e de intermediação, como comércio, consultorias, serviços e turismo de negócios, dentre outros.

²⁵⁰ Na área de saúde, a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos), em 2005, foi de 10,2. Dados de 2003, revelaram que havia 4,27 médicos e 3,04 leitos do SUS para cada mil habitantes. Havia aproximadamente 40 especialidades médicas e a rede hospitalar (com 7 hospitais) atendia uma rede urbana que ultrapassava os limites administrativos desta região do Estado, vindo pacientes de diversas partes deste Estado e de Estados vizinhos. Havia 29 Unidades Básicas de Saúde - UBS localizados principalmente na zona norte da cidade, enquanto os hospitais estavam implantados na zona central e zona sul (*Conjuntura Econômica de 2005*).

²⁵¹ Dados da Secretaria Municipal de Educação revelaram que 92% da população, acima de 15 anos de idade, era alfabetizada e a taxa de evasão escolar era de 0,87%. Em 2005, foram registrados 178 cursos de graduação, distribuídos em 9 Instituições de Ensino Superior, com 25.783 alunos matriculados. Uma dessas IES oferecia 8 Cursos Seqüenciais que atendiam 653 alunos. Havia, ainda, 85 cursos de Pós-Graduação, “*Latu Sensu*” e “*Stricto Sensu*”, que atendiam 3.187 alunos (*Conjuntura Econômica de 2005*).

²⁵² Segundo a *Conjuntura Econômica de 2005*, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Negócios de Turismo desenvolvia ações que tinham como foco o fomento ao comércio exterior, participando, desde 2003, da Rede Mercocidades - rede de cooperação horizontal integrada por 140 cidades de países da América do Sul, entre eles, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile e Peru - que visava fortalecer a participação dos municípios no Mercosul e impulsionar o intercâmbio e a cooperação entre os governos locais. Havia no município uma Estação Aduaneira - EADI Rio Preto, localizado no Distrito Industrial I, que armazenava e distribuía mercadorias para importadores e exportadores da região e era considerado o principal terminal alfandegário de carga geral da região noroeste paulista.



Figura 40 – Distrito Industrial
Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto [2007]

Dados da movimentação do emprego formal²⁵³ apontaram que o comércio e os serviços foram os setores que mais admitiram em 2005, seguidos pela indústria de transformação e pela construção civil. Entre os residentes em Rio Preto, 52,4% eram economicamente ativos²⁵⁴. Entre a população economicamente ativa – PEA, 86,3% estavam ocupados; a prestação de serviços, o comércio de mercadorias e a indústria de transformação eram os setores que mais empregaram no município, com 23,25% , 19,25% e 15,9%, respectivamente.

Em 2000, último ano do governo de Liberato Caboclo (PDT - PFL), a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio encomendou uma pesquisa²⁵⁵ para avaliar a situação dos distritos e mini-distritos de Rio Preto. Os dados revelaram que, das 850 empresas pesquisadas, 31% estavam desativadas e, enquanto se estimavam 30 mil empregos gerados pelas indústrias, foram localizados 7.808 trabalhadores com Carteira Profissional assinada. O restante, se existisse, estaria na informalidade, pois muitas empresas alocadas nos mini distritos não estavam regularizadas. A pesquisa apontou, ainda, que 21% das empresas regularizadas estavam em processo de ampliação, porém, para receber a doação de mais terrenos, teriam que esperar por uma batalha judicial entre prefeitura e proprietários das empresas desativadas ou de lotes

²⁵³ O censo de 2000 apontou que havia 71.716 postos de trabalho formal no município.

²⁵⁴ Índice que cresceu em relação à 1996, quando 45,7% da população era economicamente ativa.

²⁵⁵ Elaborada pelo Núcleo de Assistência Empresarial do Centro Universitário do Norte Paulista - UNORP.

abandonados - problemas que teriam que ser resolvidos no próximo mandato, segundo o então secretário municipal da Indústria e Comércio, Sidney José de Paula²⁵⁶. O resultado da pesquisa refletiu a desestabilização econômica nacional, nas décadas anteriores, que ora promovia o impulso de atividades empresariais, ora propiciava a falência delas nos momentos em que ocorriam crises macroeconômicas.

Inicialmente, o processo de ocupação dos lotes nos Distritos Industriais ocorreu com a transferência de concessionárias de automóveis e de comércio atacadista - que se localizavam no centro da cidade - e com pouca atração de empresas externas para o município. Entretanto, em alguns casos, houve distorções na ocupação dos distritos e mini distritos, destinados às pequenas empresas, pois diversos “empresários” beneficiados com a doação dos terrenos, ainda que apresentassem planos de viabilidade econômica, transformaram os lotes em chácaras de recreio ou cultivaram o solo com pomares. Segundo Assis Jr²⁵⁷, “existiam indústrias, em muitos casos, mas essa atividade às vezes representava apenas 20% na ocupação do lote; o restante era ocupado para outros fins”. Os problemas nos distritos e mini-distritos industriais continuaram nos anos seguintes com a constatação de que os lotes cedidos pela administração foram objetos de obtenção de renda, por meio da venda ou locação por parte dos proprietários beneficiados, assim como vários outros imóveis deixaram de abrigar empresas para receber outras atividades, tais como práticas religiosas²⁵⁸.

Em 2000, foi promulgada a Lei nº. 7887²⁵⁹, de autoria da vereadora Eni Fernandes (PT), instituindo o Orçamento Participativo (OP) no município. De acordo com Fernandes, o OP tinha

²⁵⁶ Jornal *Diário da Região* de 28/07/2000.

²⁵⁷ Entrevistado em 02/12/2007.

²⁵⁸ As práticas religiosas eram regulares para pessoas jurídicas, desde que analisadas pelo Conselho composto por membros da OAB, Ciesp, Conselho Regional de Economia e Conselho Regional de Contabilidade. Apesar da Lei de Zoneamento permitir a instalação de igrejas nas zonas de mini-distritos, segundo o secretário de Planejamento, Orlando Bolçone, com a revisão do Plano Diretor, em 2006, embasado no Estatuto da Cidade, a prefeitura teria instrumentos para readquirir esses imóveis e, por isso, a propriedade passaria a ter função social (Jornal *Diário da Região* de 5/11/2006).

²⁵⁹ A lei 7.887 de 18 de abril de 2000, regulamenta a participação popular nos processos de elaboração e fiscalização das matérias orçamentárias do município. A participação da comunidade fica garantida a partir das regiões do município, nas etapas de elaboração, definição, execução e fiscalização do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual. “A participação popular dar-se-á através das entidades representativas da população do Município, nas Plenárias Regionais Orçamentárias, na Plenária Municipal do orçamento Participativo, nos Conselhos Regionais Orçamentários e no Conselho Municipal do Orçamento Participativo, através da participação direta dos cidadãos presentes nas plenárias das regiões de São José do Rio Preto, organizadas”. O projeto de Lei 550/99, que antecedeu a lei, foi de autoria da vereadora Eni Fernandes (PT - 1997/2000 e 2001/2004).

“fortes impressões digitais petistas” e era um instrumento político e de gestão importante para identificar as demandas das diversas regiões da cidade. Segundo ela, os cargos do executivo e do legislativo não eram suficientes para se conhecer os detalhes e as dificuldades de quem vive em determinados bairros e, como vereadora, ela afirmou que:

“Por mais que eu conheça uma cidade, eu não conheço mais do que aquelas pessoas que moram em determinadas regiões, eu posso conhecer o global, eu posso conhecer no conjunto, mas os detalhes, as dificuldades, só quem vive em determinados bairros que pode falar e, com certeza, terá menos problemas do que tem normalmente as nossas cidades hoje”²⁶⁰.

Fernandes afirmou que o contato com o governo da prefeita Luiza Erundina, em São Paulo, e a literatura disponível sobre as experiências do orçamento participativo de Tarso Genro, Raul Conte e Olívio Dutra ajudaram na discussão do OP local.

As eleições de 2000 foram disputadas entre 6 candidatos: ex-prefeito Manoel Antunes (PFL); Ivani Vaz de Lima (PSDB); Daniel Caldeira (Prona); Edinho Araújo (PPS); ex-prefeito Antonio Figueiredo (PMDB); e Valdomiro Lopes (PPB), em um contexto de desinteresse pela política por parte da população, de acordo com pesquisa nacional realizada pelo Ibope, em julho de 2000. A pesquisa apontou que dos 2 mil entrevistados, 59% afirmaram que tinham pouca ou nenhuma vontade de votar para prefeito e, se o voto não fosse obrigatório, 51% nem mesmo votariam, pois achavam que o resultado da eleição não alteraria em nada suas vidas²⁶¹.

Na primeira eleição em dois turnos, para o mandato de 2001 a 2004, venceu Edinho Araújo²⁶²(PPS) para prefeito e Maureen Leão Cury²⁶³ (PT) para vice-prefeita. A iniciativa de inserir o OP no plano de governo foi da vice-prefeita, idealizadora e coordenadora do Orçamento Participativo do município, cravando uma das bandeiras petistas na forma de governar. Para Maureen Cury, na indicação pelo Partido dos Trabalhadores em sua candidatura para a vice-prefeitura, em 2000, ocorreram as negociações programáticas com o candidato a prefeito Edinho

²⁶⁰ Entrevista em 27 de março de 2007.

²⁶¹ Coluna Politiká, do Jornal *Diário da Região* de 27/08/2000.

²⁶² Edson Coelho Araújo, advogado, foi deputado federal, de 1995 a 1998 e de 1999 a 2000; e deputado estadual, de 1991 a 1994 e de 1987 a 1990. Foi eleito para a prefeitura com 100.008 votos, vencendo Manoel Antunes (PFL) no segundo turno. Foi reeleito para o mandato de 2005 a 2008 (ARANTES, 2001).

²⁶³ Professora, formada em Letras pela UNESP, em 1966; foi coordenadora da Apeoesp, de 1990 a 1996; conselheira estadual da Apeoesp, de 1984 a 1995; fundadora e vice-presidente do PSDB, em 1989; secretária do PT, em 1992 e 1998.

Araújo. Ficou acordado, portanto, que a vice-prefeita seria a responsável por organizar a participação cidadã e o Orçamento Participativo, junto com um grupo de partidos coligados, trabalhando na elaboração de um programa de governo que tivesse diretrizes de participação social. Segundo Maureen,

“vários projetos do governo, dentre eles o Orçamento Participativo, tentam atrair o cidadão, envolver o cidadão no processo de governar, da governança [...] então eu sempre entendi isso aí como fundamental, que esse governo realmente envolvesse a população e fosse um governo bem sucedido, para que nosso projeto se consolidasse”²⁶⁴.

Em 2001, uma emenda na Lei Orgânica do Município de São José do Rio Preto (LOM 22/2001), de autoria de Eni Fernandes, garantiu a participação popular, a partir das regiões do Município, nas etapas de elaboração, definição e o acompanhamento da execução do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual²⁶⁵. Em relação ao orçamento municipal, a lei passou a garantir ainda a participação do Conselho Municipal do Orçamento Participativo, quando necessário, nos trabalhos da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal.

Em julho de 2001, foi promulgada a Lei nº 10.257, Estatuto da Cidade, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal²⁶⁶. Atendendo as exigências do Estatuto da Cidade - que fixava prazo de 5 anos para que o município aprovasse seu plano diretor, a partir da data de entrada em vigor do Estatuto - o governo local instituiu a Lei Complementar nº 224, de 06 de outubro de 2006, que dispôs sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de São José do Rio Preto (revisão do Plano Diretor promulgado pela Lei Complementar no. 19 de 1992).

²⁶⁴ Entrevista realizada em 10/04/2007.

²⁶⁵ *Lei Orgânica do Município*, Cap.II, art. 134, parágrafo 3º.

²⁶⁶ As propostas da Emenda Popular pela Reforma Urbana que foram aprovadas no capítulo da Política Urbana e incorporadas ao conteúdo dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, definem: obrigatoriedade do Plano Diretor em cidades com mais de 20 mil habitantes, como sendo o instrumento da política de desenvolvimento e da expansão urbana; o município como responsável pela política urbana com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes; criação de instrumentos tributários (imposto progressivo) e jurídicos (parcelamento compulsório e desapropriação) aplicados em propriedades não-edificadas, subutilizadas ou não-utilizadas; o usucapião especial urbano, após 5 anos ininterruptos de moradia; é atribuição do município a competência de criar os instrumentos necessários para que a propriedade cumpra sua função social. Por função social da propriedade, entende-se o conjunto de conceitos que visam garantir que o direito à moradia e à própria cidade se sobreponha ao direito à propriedade (*Constituição Federal* de 1988).

O projeto de lei, elaborado na segunda gestão do prefeito Edinho Araújo (2005-2008), foi enviado à Câmara Municipal em agosto de 2006 e, em 11 de setembro, apenas 6 dos 17 vereadores participaram da audiência pública para discutir o plano com o secretário de planejamento²⁶⁷. A aprovação do Plano Diretor na Câmara municipal, em duas sessões extraordinárias, no dia 4 de outubro, “ocorreu no afogadilho e sem maiores discussões entre os parlamentares após parecer jurídico apontar que o projeto deveria estar aprovado e sancionado até o dia 10 de outubro, sob pena de improbidade por parte do prefeito e dos vereadores”²⁶⁸. A sessão teve início às 17h30min e às 18h05min já havia sido encerrada, tendo o plano sido aprovado por unanimidade. Antes de promulgar a lei, o prefeito Edinho vetou 6 das 19 emendas apresentadas pelos vereadores, que tratavam de: destinar áreas institucionais a templos religiosos; regularizar os 108 loteamentos clandestinos; regularizar os imóveis desses loteamentos; instalar equipamentos públicos nos loteamentos clandestinos; realizar licitação para escolha de empresa concessionária do transporte público; e aumentar o número dos representantes da sociedade no Conselho do Plano Diretor²⁶⁹.

O Orçamento Participativo e o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de São José do Rio Preto foram os instrumentos implementados nessa década, dos quais buscamos identificar se houve a constituição de esferas públicas e práticas que ampliassem e democratizassem a gestão local, além de verificar se houve nas práticas da gestão do planejamento, alternativas ao modelo tecnocrático como forma de gestão urbana.

4.2 Orçamento Participativo de São José do Rio Preto

A definição formal do Orçamento Participativo “tem por base e pressuposto o acesso universal às deliberações relativas ao investimento dos poderes públicos, implicando assim a co-gestão de parte variável desses mesmos investimentos” (RIZEK, 2007:134). Portanto, o OP se propõe a ser um instrumento que propicia o processo de democratização e politização da cidade, através de uma organização que estabelece critérios de participação, definição espacial da formulação de demandas, plenárias territorializadas, publicização de informação, elaboração de critérios para atendimento das demandas regionalizadas, entre outros.

²⁶⁷ *Diário da Região* de 12/09/2006.

²⁶⁸ *Diário da Região* de 05/10/2006.

²⁶⁹ *Diário da Região* de 07/10/2006.

Em São José do Rio Preto, de acordo com Muñoz²⁷⁰, integrante da equipe inicial de trabalho na formatação do OP, os trabalhos iniciaram com uma audiência pública na Câmara Municipal, em março de 2001, para que os vereadores e público presentes tomassem conhecimento do que é o OP e o que já havia sido feito em outras cidades. Embora tenha gerado uma grande discussão, esta reunião não atingiu o resultado esperado pela equipe que era a de conscientização e de articulação da comunidade em torno da gestão participativa. A equipe passou, então, a propor plenárias para “demonstrar que o OP veio para articular uma participação efetiva, considerando a participação como uma questão real” e não idealizada em discussões, ou, ainda, não deixando que os atores se transformassem em “meros espectadores sem ter a oportunidade de discutir e de expressar sua opinião”²⁷¹.

A partir da redistribuição e criação, por meio do Plano Diretor de 1992, de nova divisão administrativa promovida pela Secretaria de Planejamento – originalmente, era composta por 7 regiões - iniciaram-se as plenárias regionais nas 14 regiões administrativas adotadas pelo OP. A composição das regiões foi determinada pela sua dimensão geográfica e demográfica (que não deveria ultrapassar 50 mil pessoas) e por critérios estabelecidos pela Secretaria do Planejamento, entre eles: características semelhantes no agrupamento humano; “*status* de vida”; tipologia das residências; atividade profissional; necessidades e diferenciação geográfica. As plenárias tiveram, no primeiro momento, o objetivo de explicar à população a complexidade da questão orçamentária, ilustrando e comparando a simplicidade do orçamento doméstico com o orçamento público - em que se trabalha com previsões anuais e em obediência a leis, inclusive de responsabilidade fiscal. As atribuições das esferas municipais, estaduais e federal de governo também foram esclarecidas com a população, frente às reivindicações que surgiram nas plenárias, entre elas, segurança pública, que dependem de políticas, programas e recursos do Estado:

“[...]segurança pública] não é uma questão da prefeitura, é uma questão do Estado. Há parcerias [do Estado] com prefeituras, mas se recebe dinheiro do Estado. Então, toda questão prática, o povo tinha que descobrir. [...] a primeira reunião [a reivindicação] seria, por exemplo, uma delegacia de polícia aqui, em cada quarteirão [...]. Se a gente faz isso, é penalizado pela lei de responsabilidade

²⁷⁰ Claudio Hto. Venegas Muñoz é assessor da Secretaria Especial dos Direitos e Políticas para Mulheres; é chileno; foi vereador e professor exonerado no período de ditadura militar no Chile; veio ao Brasil trazido pelo setor progressista da igreja católica para formar lideranças sociais no Instituto Cajamar, da CUT; trabalhou com Luisa Erundina no CIEP – Centro Integrado de Educação Popular que assessorava a prefeita na elaboração de projetos de ação popular, inclusive a formação do OP em São Paulo.

²⁷¹ Entrevista com Cláudio Hto. Venegas Muñoz, realizada em 21/06/2006.

fiscal. É um dinheiro gasto que no mínimo não corresponde. Então, isso tinha que aprender quando a gente começou [...] nós falávamos que estávamos fazendo uma escola de cidadania. Nós estávamos ensinando como a questão orçamentária passa por um regimento legal, que são as leis”²⁷².

Muñoz afirmou que a equipe do OP apresentou a situação financeira da prefeitura de Rio Preto, esclareceu qual era o papel do Executivo e do Legislativo e explicou os planos orçamentários (Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO), promovendo, assim, “educação cívica e legal à população”. Dessa forma, as reivindicações da comunidade foram recolhidas, concomitantemente, com a explicação da equipe sobre a situação crítica do governo local: dívidas herdadas do governo anterior; questões estruturais onerosas, como a falta de tratamento de esgoto na cidade que demandam grandes investimentos e poucos dividendos políticos; e a pequena possibilidade de atender todas as reivindicações frente a esse cenário. Para Muñoz, essa estratégia demonstrava que a equipe não tinha um discurso vazio e que, além da importância da participação social se efetivar com uma visão crítica logo de início, era possível controlar as exigências da população.

As 14 plenárias convocadas por rádio, serviço de alto-falante em automóveis que circularam pelas ruas dos bairros, e folhetos informativos (ver figura 40), tiveram início, em fevereiro de 2001, com pauta e roteiro idênticos.

Muñoz relatou que, no início, havia muita dificuldade econômica para investir neste projeto, pois não havia muitos recursos para divulgação do OP. As informações dadas nas convocações referiam-se sobre a data, o local e um pouco do que ocorreria na plenária, tais como elucidar a possibilidade de se colocar as dificuldades da comunidade e solucionar seus problemas mais urgentes.

²⁷² Idem.



Figura 41 - Folheto Informativo sobre o Orçamento Participativo local
 Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, 2006

A participação da população foi desigual nos diversos setores da cidade e, de acordo com dados levantados, as plenárias com maior número de participantes foram as dos bairros com população de menor poder aquisitivo e, coincidentemente, menos consolidados em infra-estrutura e com pouca oferta de serviços públicos. Segundo Muñoz, isso ocorreu porque a manifestação da população, sobre a participação, está associada à carência de serviços públicos:

“[...] por exemplo, na zona Norte, como são pessoas que tem mais necessidades, teve mais pessoas na plenária. Na região central da cidade que é uma região comercial [...] as pessoas que deveriam ir à plenária não moram lá. Moram em outro local. Mas o interesse comercial é da região central, então as pessoas participam de onde elas moram. Pode ser loja ou indústria. É exatamente isso que acontece. É como parte da dinâmica, ou seja, quanto maior a necessidade, ele procura solucionar seu problema [...] o povo tem um sentido mais de grupo, mais no sentido social, por preocupar-se de seus iguais, que entende que, para solucionar seu problema, há que reconhecer o problema do outro, senão, [...] é menos dado a participar, é de menos interesse do resto do mundo. Isso mesmo também deve influir na proporção dos delegados. A região central tem 2 ou 3 delegados, que não são muito representativos, mas aí entra na questão[...]do OP. Democracia alguns falam que é um discurso já meio antigo, mas é válido”²⁷³.

A região central - pertencente à Região 01 do OP, com aproximadamente 15 mil habitantes - teve baixa participação nas plenárias e foi justificada pela equipe do OP por compreender uma parcela de cidadãos que não tem necessidade de articulação, pelo fato de

²⁷³ Idem.

estarem beneficiados pelo atendimento qualitativo e quantitativo dos serviços públicos comparados aos outros setores e que, portanto, isso fazia parte do processo democrático.

Nas plenárias foram recolhidas e analisadas as prioridades locais, apontadas pela população, e foram eleitos os representantes do OP de cada região, na proporção de um representante para cada dez adultos presentes, com idade acima de 16 anos. Esses representantes tornaram-se conselheiros do Conselho Regional e foram reunidos em uma grande plenária na Câmara Municipal, em julho de 2001 - com aproximadamente 300 participantes - para votarem em um regimento interno elaborado por Muñoz. A aprovação se deu em uma segunda reunião, pois, segundo ele, a primeira reunião “deu um tanto de confusão [...] a inquietação das pessoas por participar do assunto extrapolou a direção da gente poder [...]fixar um regimento interno”. Por isso, a equipe decidiu chamar uma segunda reunião, que contou com aproximadamente 280 pessoas, tomando em conta as dificuldades da primeira plenária.

O primeiro regimento interno foi elaborado para consolidar legalmente o Orçamento Participativo - criado por um decreto - e apresentava as normas de funcionamento do OP. Esse regimento foi elaborado de acordo com o modelo de outra cidade e adaptado à realidade local. No início, a população teve grande interesse em participar das plenárias, que foram muito concorridas, segundo Muñoz, com até aproximadamente 450 pessoas²⁷⁴, o que proporcionava 45 conselheiros em determinada região.

Os representantes que formaram o Conselho Regional (aqueles eleitos na plenária na proporção de um para cada dez participantes) ocuparam os cargos de coordenador, secretário e conselheiros. No início de 2006, havia 54 conselheiros regionais responsáveis pela organização das plenárias e pela coleta de reivindicações. Eles elegiam o Conselho Municipal formado por um membro para cada 5 conselheiros eleitos. Dentre os conselheiros municipais, era eleita uma diretoria paritária, composta de presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários e 4 técnicos do Gabinete da Vice-Prefeita, que compunham a Secretaria Executiva. O Conselho tinha como função analisar, discutir e eleger as prioridades que eram propostas pelas plenárias e que

²⁷⁴ Em entrevista em 01/02/2007, Muñoz afirmou que, quando a equipe do OP foi transferida do gabinete da vice-prefeitura para a Secretaria Municipal Especial dos Direitos e Políticas para Mulheres, em 2005, em um outro edifício, muito material foi perdido na mudança e não havia cópias de segurança nos computadores. As reuniões não foram registradas em atas, apenas registrou-se a lista de presença, mas algumas delas também foram perdidas. Por esse motivo, não foi possível apurar o número exato de participantes em todas as plenárias.

iriam compor as Leis Orçamentárias: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Cabia ao Conselho Municipal garantir a inclusão das reivindicações nestas leis, além de participar do planejamento e execução das plenárias e eventos do OP.

A figura 40 resume a organização e composição inicial do Orçamento Participativo de São José do Rio Preto. Os representantes das secretarias tinham direito de votar nos conselheiros, mas não podiam ser votados para esse cargo.

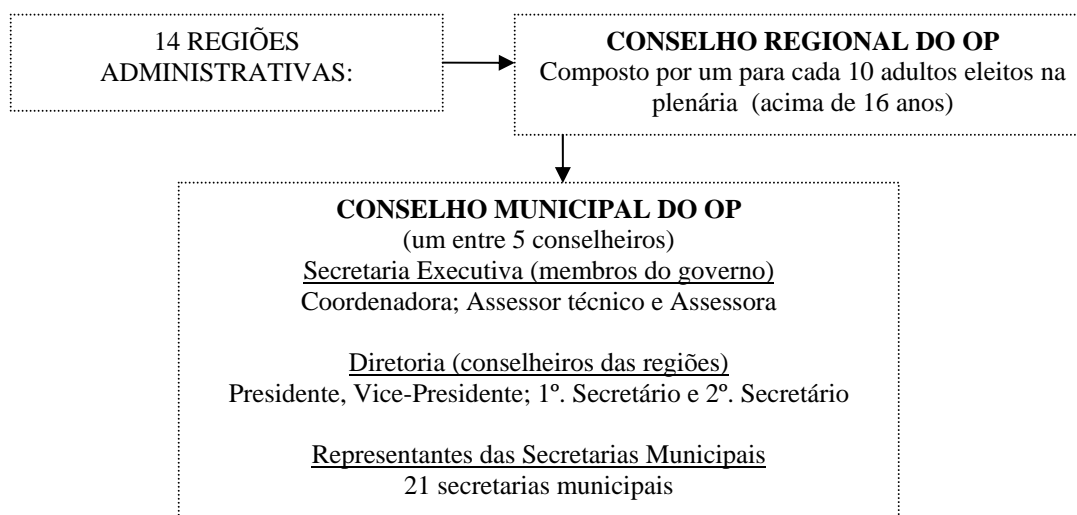


Figura 42 - Organização do Orçamento Participativo

Segundo Muñoz, no primeiro ano, foram registrados cerca de 12 mil participantes, entretanto, segundo levantamento realizado com as listas de presença, este número caiu para 4.736, conforme Tabela 4.1, em duas rodadas de plenárias realizadas em 2001.

Tabela 4.1 - Número de participantes nas plenárias em 2001

REGIÕES	PRIMEIRA RODADA DE PLENÁRIAS			SEGUNDA RODADA DE PLENÁRIAS			Total Geral
	Participantes	Autoridades	Subtotal 1º	Participantes	Autoridades	Subtotal 2º	
Reg. Adm. 01	72	11	83	132	19	151	234
Reg. Adm. 02	72	8	80	64	9	73	153
Reg. Adm. 03	164	9	173	34	6	40	213
Reg. Adm. 04	57	5	62	19	5	24	86
Reg. Adm. 05	80	7	87	62	10	72	159
Reg. Adm. 06	202	8	210	123	6	129	339
Reg. Adm. 07	95	8	103	89	14	103	206
Reg. Adm. 08	42	03	45	49	5	54	99
Reg. Adm. 09	244	8	252	154	4	158	410
Reg. Adm. 10	47	5	52	89	5	94	146
Reg. Adm. 11	146	11	157	20	6	26	183
Reg. Adm. 12	98	12	110	38	4	42	152
Reg. Adm. 13	135	7	142	42	12	54	196
Reg. Adm. 14	418	6	424	46	8	54	478
Plenária Teatro Municipal	385	18	403	-	-	-	403
Plenária Câmara Municipal	-	-	-	107	8	115	115
Plenária Câmara Municipal	-	-	-	128	11	139	139
Plenária Temática Educação	-	-	-	332	56	388	388
Plenária Temática Juventude	-	-	-	350	18	368	368
Reunião Conselho 16/04/2001	-	-	-	66	2	68	68
Reunião Secretarias 05/06/2001	-	-	-	17	-	17	17
Reunião Conselho 08/05/2001	-	-	-	44	2	46	46
Reunião Conselho 06/06/2001	-	-	-	39	2	41	41
Reunião Conselho 15/08/2001	-	-	-	46	-	46	46
Reunião Conselho 22/08/2001	-	-	-	35	-	35	35
Reunião Secretarias 24/08/2001	-	-	-	16	-	16	16
TOTAL	-	-	2383	-	-	2353	4736

A primeira edição da Revista Orçamento Participativo lançada pelo governo local, no início de 2002, informou os resultados obtidos durante os trabalhos do OP, em 2001. A revista informou que 4.736 pessoas participaram das plenárias e reuniões e houve mais de 5 mil visitas no sítio da Internet. Nos dois anos iniciais, a revista apontou a realização de:

- 1) 54 plenárias;
- 2) Sistematização de 113 demandas, empregando quatro critérios fundamentais, com a participação ativa do Conselho Municipal;
- 3) Publicação do Plano de Investimento do OP;
- 4) Elaboração do sítio na Internet do Orçamento Participativo, com recursos humanos do gabinete da Vice-prefeita;
- 5) Confirmação das prioridades do Plano de Investimentos na Lei Orçamentária Anual-LOA para 2002;

- 6) Inclusão de artigo que garante a realização das obras prioritizadas pelo OP na LOA;
- 7) Garantia de realização de reuniões trimestrais da Diretoria do OP com a Secretaria de Planejamento e demais Secretarias com o objetivo de estudar as obras a serem realizadas, ou iniciadas, em cada trimestre;
- 8) Revista do OP, como garantia à população do registro das reivindicações e como um instrumento para a fiscalização;
- 9) Contribuição do OP para a formação de uma cultura da participação cidadã.

A revista, de 2002, continha: quadros que relatavam as demandas e encaminhamentos por região do OP; quadro que classificava as demandas prioritárias; quadro de demandas da Plenária da Juventude; e listagem das obras, programas e serviços que seriam realizados, entre os anos de 2002 e 2005, pelas secretarias da administração pública e pela Câmara Municipal.

As secretarias mais solicitadas pelas demandas das regiões foram: Obras (32 solicitações); Educação (17); Saúde (14); Esporte (9); Meio Ambiente (6); Gabinete do Prefeito (5); SEMAE (5); Assistência Social (5); Planejamento (3); Desenvolvimento Econômico (1); e Trânsito (1).

Observou-se que as demandas eram, em sua maioria, obras previstas nas secretarias do governo local, das quais já possuíam verbas destinadas para sua execução ou necessitavam de convênio estadual ou federal. Portanto, ultrapassavam o alcance do orçamento público que deveria estar em discussão²⁷⁵.

O relatório da Revista, de 2002, que apontou a classificação das 35 demandas selecionadas para a cidade de São José do Rio Preto, explicitou que algumas destas demandas da cidade estavam contidas, em parte, nas demandas das regiões, justificando aquelas que eram apontadas como obras prioritárias, tais como: Manutenção da rede de água potável - serviço realizado periodicamente pelo SEMAE; Interligação dos Poços Profundos da cidade, que estava em projeto; Tratamento de Esgoto, com mini-estações de tratamento em toda a cidade, realizado por etapas²⁷⁶; Criação de Programa de Assistência à Micro e Pequena Empresa; Incentivos fiscais; Abertura de novas vagas nos Mini-Distritos Industriais e Incubadora de Cooperativas de

²⁷⁵ Essa constatação pôde ser observada no quadro, em anexo, que relata as demandas e encaminhamentos por região do OP.

²⁷⁶ Nos anos posteriores, após consultoria técnica, a administração pública decidiu construir um sistema centralizado com uma estação de tratamento para toda a cidade.

Pequenas Empresas - eram programas de governo da Secretaria do Planejamento; Implantação do Banco do Povo; Projeto Anjos da Guarda; Remoção da Linha Férrea transformando-a em avenida; Duplicação do Viaduto Vetorasso e alargamento da avenida Vetorasso - parte do estudo do Plano Viário, peça integrante do Plano Diretor local; Remoção da Rodoviária; entre outros programas e projetos estruturais e de desenvolvimento que foram incluídos no Plano Diretor, de 2006, mas nem sempre debatidos com a população por meio de audiências públicas ou conferências municipais (na ocasião da revisão do Plano), mesmo sendo parte integrante do plano de governo desta administração.

Em São José do Rio Preto, segundo Muñoz, foram realizadas, ainda, três Plenárias Temáticas: da Juventude; da Educação; e das Mulheres. Entretanto, os dados levantados apontaram a realização de duas plenárias temáticas (Juventude e Educação) e a revista do OP, de 2002, publicou apenas os resultados da Plenária Temática da Educação, apresentado as seguintes demandas:

- 1) *Criação da Guarda Municipal e implantação do projeto Anjos da Guarda*, de responsabilidade do Gabinete do Prefeito (projeto atendido);
- 2) *Organização, planejamento e distribuição do transporte escolar*, de responsabilidade da Secretaria de Educação (demanda em execução);
- 3) *Criação de Programa de convenio entre a Prefeitura e empresas para estágios*, de responsabilidade da Secretaria de Administração;
- 4) *Contratação de funcionários, por etapas, para atender a demanda das escolas, com 80 funcionários, no mínimo, na primeira etapa*, de responsabilidade da Secretaria de Educação;
- 5) *Criação de Cursinhos Pré-Vestibulares, em lugares estratégicos da cidade, e com preços acessíveis aos alunos de baixos recursos* de responsabilidade da Secretaria de Educação;
- 6) *Capacitação de professores para ministrarem aulas de informática nas escolas fundamentais* de responsabilidade da Secretaria de Educação;
- 7) *Materiais pedagógicos e de limpeza para as escolas municipais* de responsabilidade da Secretaria de Educação;

Em 2002, a primeira rodada de plenárias, nas 14 regiões da cidade, teve início em 20 de fevereiro e término em 28 de março desse ano. Os objetivos definidos para essa primeira rodada de plenárias, foram: prestar contas do trabalho realizado pelo Orçamento Participativo; informar sobre as obras aprovadas para cada região, em 2002; formar comissões de fiscalização das obras; indicar pré-candidatos para acompanhamento das licitações; apresentar reivindicações; e recolher dados para a elaboração das diretrizes orçamentárias, para 2003. Na segunda rodada, realizada entre 31 de julho a 29 de agosto, cada região elegeu quatro reivindicações prioritárias para a região e três para a cidade. Feito isso, o Conselho Municipal do OP, com a assessoria do gabinete da Vice-Prefeita, definiu o Plano de Investimento do OP, aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA 2002.

Em 2003, o governo local lançou a segunda edição da Revista Orçamento Participativo, intitulada “Orçamento Participativo. Prestação de contas – 2003, Melhorando o presente, construímos o futuro”, relatando o percurso realizado pelas regiões administrativas do OP local, em 2002. Segundo a revista, o OP tinha como missão ser o caminho de participação para a sociedade civil na gestão administrativa da cidade: “é um exercício de democracia direta que não pretende eliminar a democracia representativa, mas aprimorá-la, exigindo de cada poder o cumprimento do seu papel efetivo e sem distorções”. A revista registrou os êxitos do OP, apontando que se conseguiu realizar 70% das 220 reivindicações feitas nas plenárias e classificadas como prioritárias.

As rodadas de 2003 e 2004 foram semelhantes aos anos anteriores, mas não houve publicação de revistas informativas. Durante nossa investigação, foi possível levantar as reivindicações de 2001 a 2006, exceto do ano de 2004, porque, segundo Muñoz, os dados foram perdidos durante a mudança de endereço para a Secretaria Municipal, da qual foi destinado o OP. Somou-se a isso, dois fatores correntes citados por nosso entrevistado: pouca verba pública destinada à realização do OP e falta de recursos humanos na organização deste.

As rodadas de 2005 e 2006 (ver figuras 41, 42 e 43) foram realizadas com a presença dos técnicos que elaboraram o Plano Diretor de Desenvolvimento. Entretanto, as duas equipes, a do Plano Diretor e a do Orçamento Participativo, declararam que as reuniões não foram registradas em atas e, portanto, nossa investigação foi realizada por meio das entrevistas com os técnicos,

com algumas listas de presença disponibilizadas e com a compilação das reivindicações dos seis anos de OP.



Figura 43 – Plenária Asa Delta, em 2006
Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto



Figura 44 – Plenária no Distrito de Engenheiro Schmidt, em 2006
Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto



Figura 45 – Plenária no Bairro Solo Sagrado em 2006
Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto

Analisando os dados levantados, observamos que as reivindicações mais pleiteadas por número de regiões foram: iluminação pública (solicitada por 9 regiões, exceto aquelas localizadas no centro e suas proximidades); recapeamento de asfalto (solicitadas por 7 regiões da zona central e zona norte); asfaltamento de vias (solicitadas por 7 regiões de diversos pontos do território); benfeitorias em praças públicas e limpeza em terrenos baldios (solicitadas por 5 regiões centrais e da zona norte); uso devido nos lotes vazios (4 regiões da zona norte); tapar buracos nas ruas (2 regiões próximas ao centro e 2 da zona norte); sinalização das vias (solicitada por 6 regiões da zona central, sul, sudeste e sudoeste); segurança pública (solicitada pela zona central, por 3 regiões próximas ao centro e por uma região da zona norte); policiamento nas escolas (solicitado pelas regiões sul e sudeste); criação da guarda municipal (solicitado pela região sudeste e zona norte); substituição da rodoviária por terminal de ônibus urbano (solicitado pela região central e sul); ampliação do serviço de atendimento de saúde (regiões afastadas do centro, tais como zona sudoeste e norte); construção de posto de saúde (em diversas regiões); construção de hospital público na zona norte (solicitado pelas regiões norte); construção de creche; cursos profissionalizantes, inclusive de informática; incentivo à instalação de indústrias de médio e grande porte para geração de empregos; saneamento básico; eficácia no abastecimento de água; tratamento de esgoto, todas essas solicitadas por diversas regiões do território.

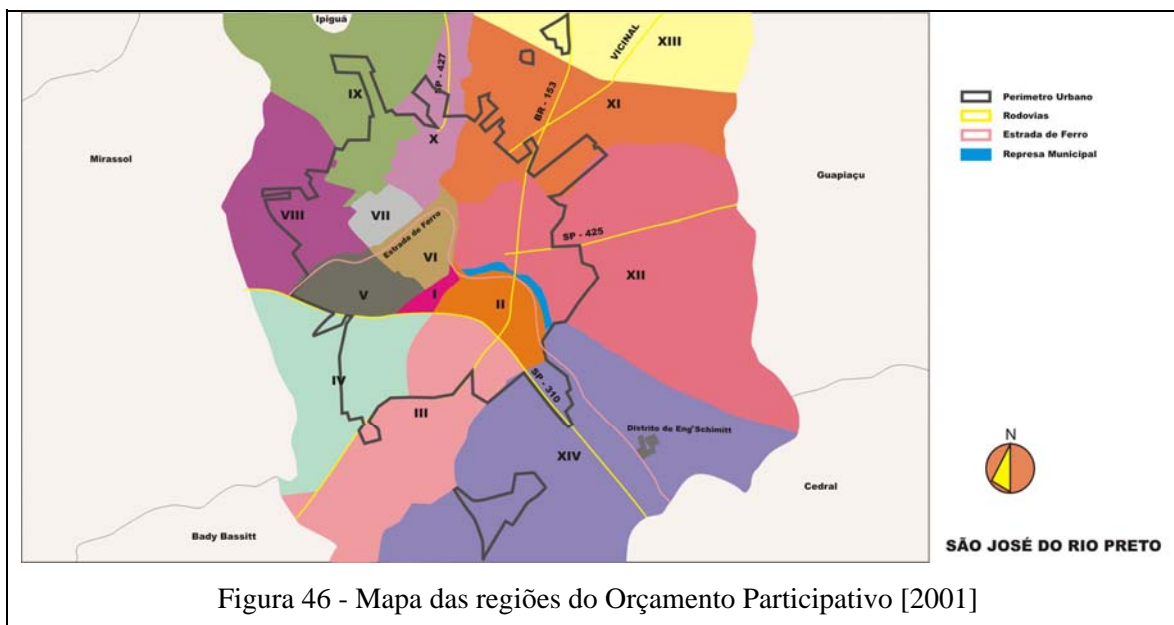
Em menor escala, foi solicitada: construção de centro poliesportivo pelos moradores de duas regiões da zona norte; arborização na região central e sudeste; canalização de córrego na região sudeste e norte; sinalização de trânsito no solo, na região central e sul; policiamento noturno e remoção da ferrovia, na região central e sul; criação de polícia comunitária; posto policial; provisão de médicos e remédios nos postos de saúde; atendimento à terceira idade; construção de escola de ensino fundamental e médio; estas últimas reivindicações foram solicitadas predominantemente pela região norte da cidade.

A tabela 4.2 apresenta o número de participantes, número de conselheiros regionais e municipais e o número de reivindicações, de 2001 a 2006. Nos últimos 4 anos, a falta de rigor nos registros das plenárias e na preservação das informações públicas, resultou em lacunas nos dados apresentados pela administração local, ou ainda, em dados repetidos dos anos anteriores, como foi o caso do número de participantes nas plenárias de 2001 e 2002. Nas entrevistas realizadas, os funcionários responsáveis pelo Orçamento Participativo não souberam responder e nem quantificar as reivindicações que já foram atendidas pelo governo local.

Tabela 4.2 – Resumo da participação de 2001 a 2006

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
NO. PARTICIPANTES	4.736	4.736	480	Não há registro	Não há registro	257
NO. CONSELHEIROS REGIONAIS	181	73	62	68	81	85
NO. CONSELHEIROS MUNICIPAIS	43	7	Não há registro	7	7	Não há registro
NO. REIVINDICAÇÕES PLEITEADAS	349	305	286	264	345	250

A distribuição territorial das regiões do OP, divididas por regiões administrativas, está representada no Mapa da figura 41.



O mapa das regiões e a tabela de densidade (ver figura 42) da zona urbana revelam as seguintes características:

- a Região I, localizada no centro comercial da cidade, é verticalizada, de alta densidade e abriga a população de rendas média e alta;
- a Região II é caracterizada por população de renda média com um pequeno setor de renda alta; tem uso misto e, na proximidade da área central, aumenta-se o número de comércio e de serviços, o setor sul desta região ocupada inicialmente com prédios de até 3 andares, começa a se verticalizar segundo a pressão do mercado imobiliário;
- a Região III e VI tem população de renda média e baixa assentada em loteamentos horizontais e de lotes de pouca dimensão; a ocupação inicial da cidade foi em direção à região VI e, portanto, é onde se encontram as casas mais antigas da cidade;
- a Região IV e V tem baixa densidade, são ocupadas pela classe de renda alta e, na IV, há diversos condomínios fechados;
- a Região VII e IX tem características semelhantes com alta densidade, população de baixa renda, e é ocupada por loteamentos e conjuntos habitacionais populares;
- a Região VIII está em processo de ocupação por loteamentos de baixa renda.
- a Região X e XI, com densidade baixa, é ocupada por loteamentos de baixa renda;
- a Região XII apresenta grande contingente populacional, mas sua área é significativamente maior do que as demais, resultando em média densidade; nas

proximidades das represas do rio Preto habitam população de renda alta em bairros exclusivamente residenciais e em condomínios fechados; a área próxima ao centro e em direção ao norte é ocupada pela população de renda média;

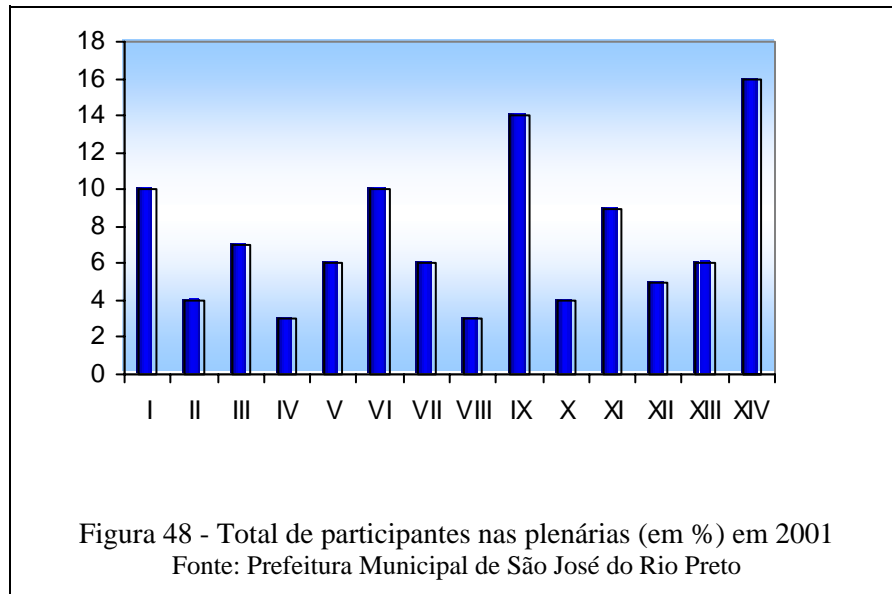
- a Região XIII tem a menor densidade e a maior quantidade de vazios urbanos e é onde se localiza o distrito de Talhado.
- a Região XIV é composta por diversos loteamentos de baixa renda, mini-distritos industriais e o distrito de Engenheiro Schmitt.

Regiões administrativas:densidade - zona urbana					
Regiões	Domicílios	População	Hab/Dom	Área/km²	Hab/km²
I	6.170	16.395	2,66	2,36	6.947,03
II	11.980	38.735	3,23	7,94	4.878,46
III	14.600	46.270	3,17	9,55	4.845,03
IV	5.500	17.931	3,26	10,25	1.749,37
V	3.600	12.519	3,48	7,46	1.678,15
VI	10.520	32.020	3,04	5,90	5.427,12
VII	8.760	29.985	3,42	3,85	7.788,31
VIII	5.800	18.787	3,24	7,98	2.354,26
IX	14.510	53.905	3,72	7,08	7.613,70
X	7.600	26.552	3,49	7,68	3.457,29
XI	8.350	30.057	3,60	9,73	3.089,11
XII	14.660	48.237	3,29	16,21	2.975,76
XIII	330	1.043	3,16	1,09	956,88
XIV	2.950	10.688	3,62	5,97	1.790,28
Total	115.330	383.124	3,32	103,05	3.717,85

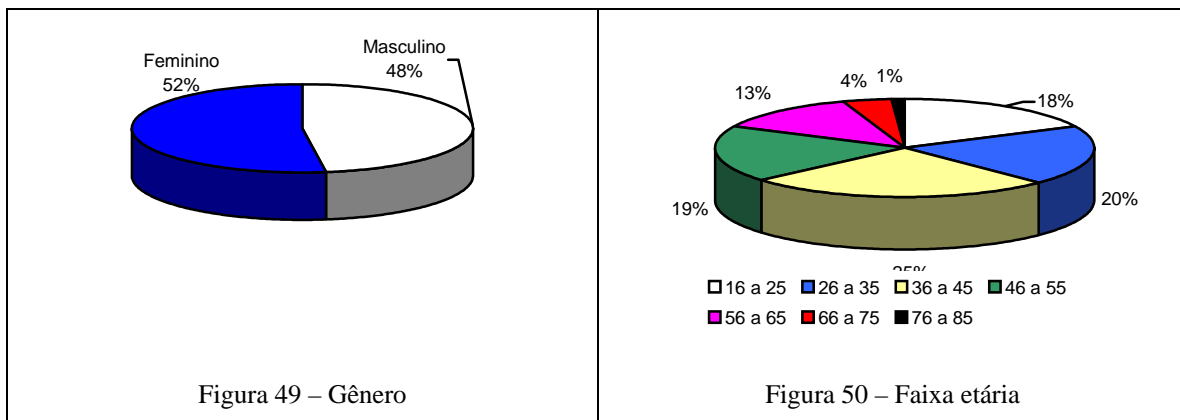
FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA - PROJEÇÃO ESTIMADA

Figura 47 – Tabela de densidade urbana por regiões administrativas
Fonte: Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto

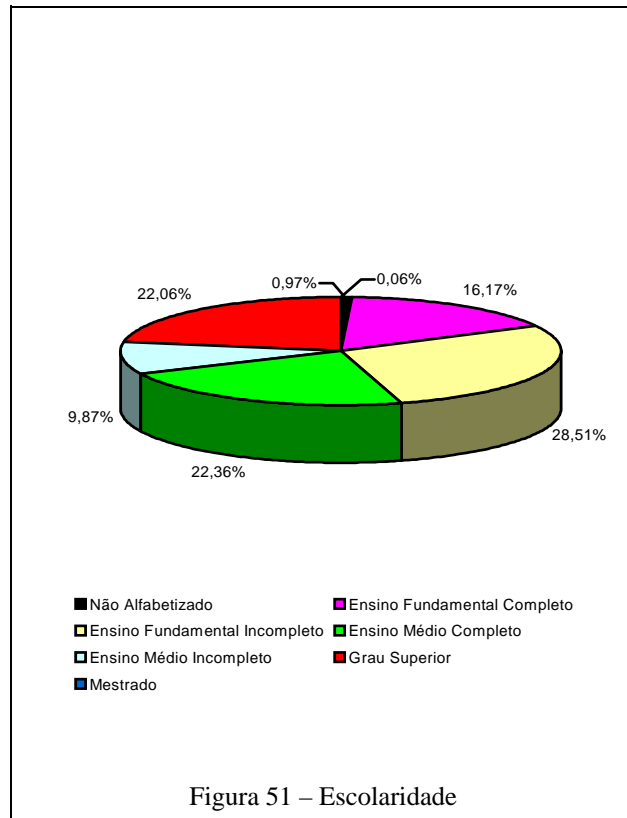
O percentual de cada região, no total de participantes das plenárias, segundo a figura 43 (publicada na Revista do OP, de 2002), revelou que nos dois primeiros anos as regiões que tiveram o maior número percentual de participantes, na contagem geral das plenárias, foram: a XIV (zona sudeste, inclusive o distrito de Engenheiro Schmitt), com 16,2%, a IX (zona norte), com 14,3%, a VI (Boa Vista), com 10,5%; e a I (centro) com 10,2%.



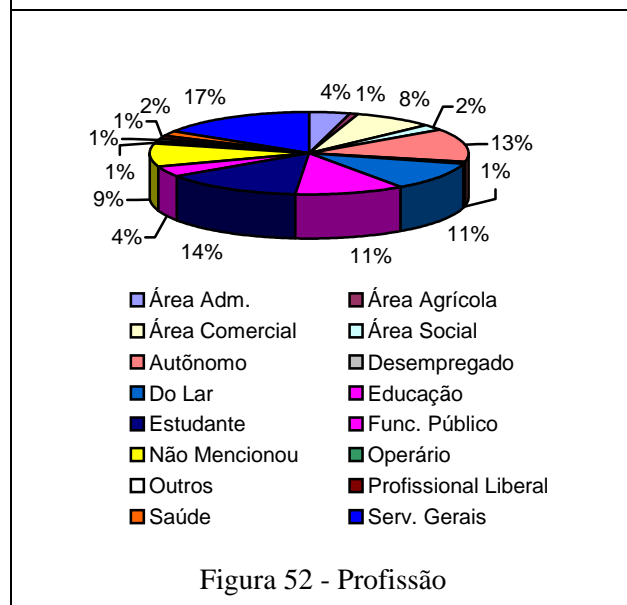
A caracterização da população participante das plenárias, segundo idade, escolaridade, profissão e gênero, representada nos gráficos publicados na primeira edição da Revista Orçamento Participativo, foi reproduzida neste trabalho. O gráfico de gênero (ver figura 44) apontou que havia uma diferença de 4,6% na participação das mulheres sobre os homens. O gráfico que ilustra a faixa etária (ver figura 45) revelou que a população entre 36 a 45 anos representava a maior parte dos participantes (25%), revelando que a faixa de população economicamente ativa era a que prevalecia no OP e que havia uma tendência participativa da população mais jovem sobre a mais idosa.



O gráfico de escolaridade (ver figura 46) apontou que a maioria dos participantes, representada por 28,51%, tinha incompleto o ensino fundamental. Nota-se que a população com ensino médio completo (22,36%) e com grau superior (22,06%) era quase idêntica, entretanto, esses dados não expressam a participação popular pelo fato de estarem incluídos na fatia daqueles com grau superior, os secretários da administração pública que faziam parte do Conselho Municipal. Portanto, podemos afirmar que a participação da população de baixa escolaridade era a que prevalecia no Orçamento Participativo de Rio Preto.



O gráfico de profissão (ver figura 47) revelou diversidade em sua composição, tendo como majoritária e mais representativa a categoria dos que trabalhavam em serviços gerais, dos estudantes, dos autônomos, das donas de casa, dos que ocupavam cargos nas escolas e dos que trabalhavam no comércio.



4.2.1 A metodologia do Orçamento Participativo local

Segundo Muñoz, a metodologia do OP de Rio Preto teve como premissa englobar todos os setores temáticos e todo o orçamento na discussão pública, diferente da experiência que tinha

vivido em São Paulo, onde trabalhavam de forma temática: educação, saúde, habitação etc. Portanto, a equipe trabalhou com as reivindicações da comunidade que, segundo Muñoz²⁷⁷, “vem a granel [...] pois o povo não tem parâmetro para saber o que corresponde à alçada da prefeitura”. Muitas reivindicações não competiam ao OP, mas às secretarias de governo. Frente a inúmeros pedidos de podas de árvores, tapa buracos, creches e posto policial, a equipe recolhia as reivindicações nas primeiras plenárias, selecionava, encaminhava às secretarias competentes e, na segunda rodada de plenárias, respondiam à população o que de fato poderia fazer parte do orçamento público e o que era de competência das secretarias, informando as pessoas que as reivindicações já haviam sido encaminhadas aos Secretários da administração pública. Portanto, era necessário explicar à população que o orçamento era uma questão macro, com limite de prazos, separado dos serviços de manutenção da cidade e que todas as reivindicações não poderiam ser atendidas com o orçamento anual, mas seria necessário priorizar as mais importantes. Depois da plenária geral, doze conselheiros municipais e todos os representantes das regiões faziam uma nova triagem, elegendo reivindicações que pudessem atender uma população mais abrangente do que apenas a de uma região. O Conselho Municipal confrontava as reivindicações indicando se eram de natureza coletiva e prioritária, por meio de três critérios:

1. grau de carência do reivindicado;
2. número de habitantes que serão atendidos;
3. solidariedade no voto dos conselheiros.

As reivindicações iam ganhando número de pontos, segundo os critérios estabelecidos. Primeiro, verificava-se se o que estava sendo solicitado - por exemplo, se uma creche já existia naquela região ou próxima a ela; depois, verificava-se a proporção de habitantes que seriam atendidos naquela região; e, por último, era analisado o perfil da população que seria atendida: número de desempregados, número de mulheres chefes de família, mães solteiras, entre outros. A região que somasse o maior número de pontos seria atendida pelo orçamento participativo, desde que a equipe técnica acenasse com a possibilidade econômica de realização da obra ou projeto, o que se caracterizava no quarto critério para aprovação de uma reivindicação.

²⁷⁷ Entrevistado em 21/06/2006.

Muñoz disse que a falta de entendimento da questão social por parte dos conselheiros dificultou os trabalhos para se eleger as prioridades e que foram levados à risca apenas no primeiro ano. No segundo ano, os critérios foram também aplicados, mas de forma menos rigorosa.

O método usado para realização das plenárias, de acordo com Muñoz, foi a de transformá-las em reunião de trabalho, evitando a composição de mesa e discursos - práticas usuais quando se tem a presença de políticos, em geral, vereadores - nas reuniões do OP. Para tanto, eram convidados técnicos da prefeitura de diversas secretarias para responder questões que seriam da alçada da administração pública. No entanto, o primeiro escalão do governo de Edinho não era coeso quanto à gestão participativa, pois, segundo Muñoz²⁷⁸, “tem secretários que acham que isso [OP] não serve para nada, que isso só atrapalha, que ele já tem na cabeça o plano de obras e o plano de realização que ele vai fazer e trabalhar”, revelando, assim, a vontade política do líder do governo local com a não promoção da democracia direta. Serviços Gerais, Assistência Social e, eventualmente, Saúde eram as secretarias que atendiam as reuniões do OP e, quando a equipe do OP encontrava dificuldade para responder, de imediato, soluções que competiam às demais secretarias, era solicitado o telefone ou endereço eletrônico do cidadão, para que fosse respondido posteriormente. As reivindicações eram atendidas por aqueles “secretários que tinham afinidade com o OP” ou por planos de trabalho de secretarias equivalentes às demandas do OP. Isso gerava um conflito entre políticos – vereadores, secretários e lideranças de bairro postulantes a cargos no legislativo - na disputa sobre quem era o autor ou facilitador dos resultados obtidos quando as demandas eram atendidas, para se obter em troca dividendos eleitoreiros.

Os vereadores que estiveram presentes nas primeiras plenárias e foram coibidos do discurso demagógico, julgavam que a equipe de trabalho do OP tirava a função e o eleitorado dos vereadores, subvertendo a ordem e a noção do trabalho do legislativo. De acordo Muñoz, alguns vereadores - como ocorreu na Zona Norte - sugeriram abertamente à população que deixassem de participar das plenárias e recorressem aos seus gabinetes para resolver problemas em seus bairros, mantendo, dessa forma, o clientelismo político e boicotando o coletivismo incitado pelo OP.

²⁷⁸ Idem.

4.3 A segunda gestão do governo de Edinho Araújo e os rumos do OP local

A equipe do OP²⁷⁹, na primeira gestão de Edinho Araújo, ficava instalada no quinto andar do prédio da Prefeitura Municipal, ao lado do gabinete da vice-prefeita e um andar acima do gabinete do prefeito.

Em 2004 (ano de eleição), durante o período de definição de coligações de partidos e da aprovação de candidatos para os cargos do Executivo e do Legislativo, algumas lideranças do PT, insatisfeitas com a atuação de Maureen, convocaram um encontro, no dia 17 de abril - último dia do prazo oficial para definição dos candidatos - e arregimentaram simpatizantes para votarem em um outro candidato para disputar o cargo de vice-prefeito. O grupo conseguiu o número de votos suficientes para indicar Eduardo Nicolau²⁸⁰ para substituir Maureen, porém o prefeito Edinho rejeitou a proposta e rompeu com o PT, lançando sua candidatura para reeleição com diversas coligações e com o PMDB na vice-prefeitura. Maureen Cury retirou sua filiação do PT e, após reeleito, Edinho criou a Secretaria Especial dos Direitos e Políticas para Mulheres²⁸¹, convidou Maureen para o cargo de secretária e atribuiu à esta secretaria a coordenação do Orçamento Participativo. Fora do partido e no cargo de secretária, Maureen declarou em entrevista que em nenhum momento o PT de São José do Rio Preto se empenhou em fortalecer o Orçamento Participativo, afirmando que:

“a ruptura [com o PT] se deu porque havia um grupo [petista] que entendia que eu tinha que estar o tempo inteiro confrontando o prefeito, que seria o verdadeiro perfil de uma petista na vice-prefeitura. [...] eu, como petista [...] tive que sair do partido depois disso, eu entendia que a partir do momento que esse governo estava avançando e chamando a população para participar desde a elaboração do programa de governo, lá trás e o prefeito não se opunha a nada disso, pelo

²⁷⁹ A equipe era composta pela secretária Maureen, pelo assessor Cláudio Muñoz, pela funcionária pública Maria José e outra vaga que seriam de pessoas eventualmente disponíveis da secretaria (Cláudio Muñoz, entrevistado em 01/02/2007).

²⁸⁰ Professor e advogado; foi vereador, de 1977 a 1992; e o primeiro vereador do PT em Rio Preto, a partir de 1989, quando deixou o PMDB (ARANTES, 2001).

²⁸¹ Segundo Maureen, esta secretaria tem a finalidade de propor, coordenar e acompanhar políticas pela ótica de gênero, raça e etnia e desenvolver ações de prevenção e combate a todas as formas de violação dos direitos humanos, através de programas, projetos e serviços em parceria com a Delegacia de Defesa da Mulher – DDM. As ações da secretaria têm o apoio do Movimento de Mulheres, composto de aproximadamente 40 segmentos sociais, dentre os quais, estão sindicatos, pastorais, conselhos e movimentos sociais. Esta secretaria coordena o Orçamento Participativo do município (Entrevista em 10/04/2007).

contrário, ele abriu os espaços, ele abriu todos os espaços para que eu pudesse atuar como vice”²⁸².

A nova Secretaria e o Orçamento Participativo se instalaram em um edifício que dista 200 metros do prédio da prefeitura municipal. Na segunda gestão do Edinho, foi realizada apenas uma rodada de plenárias, em 2005. Diante do enfraquecimento político de Maureen – e, evidentemente, do PT - e do fraco apoio da máquina administrativa ao OP, Muñoz declarou:

“No primeiro momento, nós estávamos trabalhando mais com o OP [...] de repente é uma questão que eu reclamo [...] fazer o OP, com o número de habitantes de São José do Rio Preto, deve ter no mínimo uma equipe de 12 pessoas. **Aqui há uma pessoa** [grifo nosso] e outra pessoa que ajuda esporadicamente no assunto, mas como voluntário, que você não pode contar com ele o tempo todo. Precisa de tempo, de disponibilidade, de vontade. Ninguém é obrigado, é voluntário[...]Aqui, eu sou assessor da Secretaria, mas nós temos vários programas e várias questões administrativas [...] compras, empenhos, cursos, [...] fazer as leis da secretaria que vai para a lei geral, fazer os números do orçamento da secretaria. Isso leva muito tempo. A gente fica na parte administrativa. Se fosse uma equipe, teriam pessoas que iriam a campo, pessoas que fariam a propaganda, a divulgação e a pessoa que estaria a pensar teoricamente etc. Aqui, só há uma pessoa - e há a questão de tempo - fazendo outras coisas”.

Para Maureen, o trabalho inicial do OP foi de convencer os representantes do governo sobre a importância da participação cidadã, do governo democrático e incentivar a participação de representantes do executivo nas plenárias “não sei se até hoje nós conseguimos[...] mas nosso governo tem a democracia como princípio básico”. Sobre a fraca participação da população, Maureen alegou que:

“[...] nós tentamos chamar a população, mas a população, você sabe, o brasileiro tem essa dificuldade de participar [...] não está arraigado nele a cultura participativa, então nós estamos fazendo um trabalho de mudança cultural, de mudança de mentalidade, convencendo a população que tem que participar, de intervir, até para que as suas prioridades sejam prioridades do governo”²⁸³.

Para convencer a população, a secretária afirmou que está sempre dando entrevistas na mídia e escrevendo artigos em jornais locais sobre a importância da participação cidadã e objetivando que “o povo seja realmente o sujeito da história”. Apesar dos esforços, Maureen não

²⁸² Entrevista em 10/04/2007.

²⁸³ Idem.

soube avaliar os resultados, embora considerou que houve avanços em várias regiões de Rio Preto, especialmente com a juventude, assim como ainda havia muita dificuldade em outras.

Segundo Marcelo Henrique²⁸⁴, presidente do Fórum das Associações de Moradores de Bairros de São José do Rio Preto, a participação dos líderes comunitários no OP foi pequena e não havia incentivo do Fórum das Associações na participação, pois havia uma conotação político partidária muito forte, que distanciava o ideal do OP. Na opinião de Henrique, não havia uma organização com resultado prático, as pessoas faziam reivindicações, mas não havia uma prestação de contas efetiva daquilo que tinha sido proposto. A isso ele atribuiu o esvaziamento das plenárias do OP, pela forma que o Poder Público conduzia o processo e não pelo desinteresse da população, pois, segundo ele, as reivindicações, quando encaminhadas ao governo, sofriam alterações de acordo com os interesses da administração pública local. De acordo com Henrique, as associações poderiam se reportar ao Poder Público e obter resposta em dez dias úteis e, por esse motivo, a associação que quer reivindicar algo não precisaria do OP porque havia um direito constituído, por lei, entre as associações de moradores e o governo local. A falta de conhecimento desse direito, por parte de muitos presidentes das associações, contribuiu para a formação do clientelismo político “porque eles acabam se reportando diretamente aos vereadores para serem atendidos, pedindo favores”, antes mesmo de esperar a resposta do Poder Público que, constantemente, “nem sempre é obtida”, concluiu Henrique²⁸⁵ defendendo a atuação do Fórum das Associações independente das instâncias de coletividade que foram promovidas pelo OP, do qual ele julgou ser um ótimo instrumento de participação, mas desde que a condução do processo não fosse presidida da forma como atuou o Poder Público.

. A coordenação do OP trabalhou isolada da administração pública, com pouca participação das secretarias municipais nas plenárias, para atender as reivindicações da população e com poucos recursos financeiros e humanos para o pleno desenvolvimento dos trabalhos do OP. Ao longo dos anos, a participação da população diminuiu, haja vista a parcialidade da administração local em atender as reivindicações. A equipe do OP reduziu o número de plenárias pela metade,

²⁸⁴ Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Parque Residencial Quinta das Paineiras, da zona Sul; advogado; pós-graduado em Direito Empresarial; professor da Fundação Escola Nacional de Seguros - FUNENSEG, na área de Direito do Seguro; filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); foi candidato à Deputado Federal, em 2006 (Entrevistado em 20/06/2007).

²⁸⁵ Entrevistado em 20/06/2007.

encaminhando para as secretarias de governo as reivindicações recentes e as remanescentes dos anos anteriores que não foram atendidas, ainda que não fossem compatíveis com a receita municipal, tal como o tratamento de esgoto e outras obras de grande porte, pois não havia clareza por parte da população sobre o que deveria ser debatido e qual seria a parcela do orçamento disponível para a realização de projetos e programas para seus bairros.

O Orçamento Participativo de Rio Preto, inicialmente uma proposta do PT para o programa de governo de Edinho, esteve vinculado na figura política de Maureen Cury - que conduziu o processo por duas gestões - e tende a perder força nesta gestão ou ainda a desaparecer nas próximas gestões, com a falta de interesse da classe política local e com a baixa representatividade da comunidade, que ainda não foi “convencida a participar” pela atual equipe do OP .

4.4 Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de 2006

O governo local instituiu a Lei Complementar nº 224, de 06 de outubro de 2006, que dispôs sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de São José do Rio Preto.

As bases metodológicas em que se assentaram as discussões e a elaboração do Plano, segundo a Exposição de Motivos, fundamentaram-se inicialmente nas diretrizes da Agenda 21, que foram incorporadas no Plano:

- 1) Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável;
- 2) Redução das Desigualdades Sociais;
- 3) Gestão dos Recursos Naturais;
- 4) Infra-estrutura e Integração Regional;
- 5) Cidades sustentáveis;
- 6) Agricultura sustentável.

A leitura técnica foi feita de acordo com as recomendações do Ministério das Cidades²⁸⁶ e os planos técnicos setoriais – Plano Diretor de Gestão Estratégica - PDGE (contratado pelo SEMAE), Plano Diretor de Esgoto – PDE, Estudo de Macro-Drenagem, Plano do Sistema Viário, entre outros - que vinham sendo realizados desde 2001, tornaram-se complementares ao Plano Diretor.

A leitura comunitária (por recomendação do Ministério das Cidades) foi realizada por meio de 30 encontros, dentre eles, 14 audiências públicas realizadas em bairros nas regiões em que se divide o Orçamento Participativo. Além da participação social, todos os instrumentos do Estatuto da Cidade foram incorporados no Plano Diretor a serem regulamentados por meio de ações em médio e longo prazo.

Por último, a Exposição de Motivos citou a criação de cinco áreas de especial interesse – ambiental, urbanístico, histórico, social e para utilização pública – e definiu o Projeto de Lei do Plano Diretor como “sintético”, pois se estenderia “apenas no que pode ser considerado relevante para o futuro da cidade”.

Na Lei Complementar nº 224, de 06 de outubro de 2006, o Plano Diretor foi definido como o documento orientador da política de desenvolvimento urbano, da expansão urbana, do ordenamento territorial e do processo contínuo de planejamento do Município. Como princípios, foram estabelecidos: o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana; a sustentabilidade urbana; e a gestão democrática e participativa - incorporando diferentes segmentos da sociedade na formulação, execução e acompanhamento do plano. Os objetivos referiram-se a sustentabilidade econômica social e ambiental do Município e as diretrizes gerais estabelecidas foram para promover: a atratividade e a viabilidade econômica do Município, respeitando suas características e vocações econômicas; a qualidade de vida do ambiente, assim como da justiça social, reduzindo as desigualdades e a exclusão social; e a equidade de

²⁸⁶ O Plano Diretor de Rio Preto, segundo a Exposição de Motivos, obedeceu à seguinte agenda: 1) Revisão dos conceitos das políticas públicas e econômicas desenvolvidas até então, naquilo em que fosse concernente ao Plano Diretor; Análise de documentos técnicos, em especial a legislação em vigor; Organização de reuniões para coleta de sugestões, onde ocorreram mais de trinta eventos; Levantamento estatísticos básicos, tendo como foco principal a demografia e como documento básico as edições da Conjuntura Econômica.

oportunidades e de acessibilidade aos equipamentos e aos serviços públicos a todos os municípios²⁸⁷.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de São José do Rio Preto, de 2006, reproduziu os mesmos objetivos do Plano Diretor de 1992, em diversos aspectos.

No aspecto econômico, o plano manteve o objetivo de atrair inovações tecnológicas na produção e orientou a política urbana por meio de estratégias e de atributos específicos da cidade, que constituiriam insumos valorizados pelo capital transnacional, dessa vez, expressas em suas diretrizes e objetivos:

estimular a competitividade econômica do município; estimular a pesquisa e inovação tecnológica; incentivar os arranjos produtivos locais: joalheiro, tecnologia da informação, confecção, produtos médicos e outros; fortalecer o município como centro de referência de saúde; manter banco de dados atualizados para atração de investimentos públicos e privados; incentivar as exportações; capacitar e divulgar S.J. Rio Preto como pólo de turismo de negócios e lazer; revitalizar espaços públicos, os serviços municipais e a paisagem urbana dos centros comerciais e de bairros; implantar o Centro Integrado de Exposições e Eventos – CIEEX; atrair a atividade industrial; incentivar a integração da economia local à regional, à nacional e à internacional²⁸⁸.

A política de desenvolvimento econômico que atendeu à prática de planejamento urbano que visa a gestão empresarial e o marketing, tornando a cidade produtiva, competitiva e globalizada em redes internacionais de negócios, tal como preconizou o Plano Diretor, tornou-se incompatível com os objetivos estabelecidos para as políticas voltadas à micro e pequenas empresas, que pretende: intensificar a ocupação dos distritos e mini-distritos industriais e de serviço; estimular o associativismo e o empreendedorismo como alternativas para a geração de trabalho e renda; estimular e regular o desenvolvimento econômico de pequenos investidores; e promover a agroindústria nos distritos do município.

No aspecto do desenvolvimento físico-territorial, a ênfase no plano viário para ordenar o crescimento territorial - prática usual no planejamento local desde a Lei de Zoneamento de 1958, que propôs a abertura das principais avenidas da cidade para nortear o crescimento urbano e do PSVU, no final da década de 70 - se constituiu, por meio do Plano de Sistema Viário, aprovado

²⁸⁷ Artigos 1º; 2º, 3º e 4º.

²⁸⁸ Capítulo II, Art. 11º.

em 2002, como “um dos maiores indutores do desenvolvimento econômico local, criando novos pólos de geração de negócios e emprego”. No capítulo da Política de Transporte e Mobilidade Urbana²⁸⁹, as diretrizes serviram para: articular todos os meios de transporte em uma rede única; priorizar o transporte coletivo sobre o individual na ordenação do sistema viário; entre outras; mas ficaram submetidas à elaboração do Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana.

A Política de Localização dos Serviços e Equipamentos Sociais²⁹⁰ continuou generalista, tal como o Plano Diretor de 1992, não indicando no território quais os serviços e equipamentos sociais necessários para atender as diretrizes e objetivos de promover a distribuição socialmente equitativa e especialmente equilibrada dos serviços públicos e equipamentos sociais.

A Política de Habitação Social²⁹¹ pretendeu, entre outros: estimular a produção habitacional para todos os padrões sociais e econômicos da população, com ênfase à habitação de interesse social; fomentar a ocupação dos vazios urbanos dentro do perímetro urbano; e priorizar a habitação de interesse social próxima às áreas destinadas à implantação da indústria e comércio atacadista.

De acordo com a proposta metodológica do Ministério das Cidades, o Plano Diretor estabeleceu 6 macro-zonas: Adensamento prioritário; Adensamento secundário; Expansão urbana controlada; Restrição de Ocupação; Controle da Ocupação por Infra-estrutura; e Rural (figura 48).

A instâncias de participação social no Plano Diretor se deu entre a estrutura administrativa da prefeitura (coordenada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica) em sintonia com: Conselho do Plano Diretor – CPDD; Sistema de divulgação de informações à comunidade; orçamentos anuais; Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável – FMDS (coordenado pelo CPDD); políticas e planos setoriais e locais; entre outros. A gestão do processo permanente de planejamento do Plano Diretor coube à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica e ao CPDD²⁹².

²⁸⁹ Capítulo VIII.

²⁹⁰ Capítulo VII.

²⁹¹ Capítulo IV.

²⁹² Título V, Artigo 68º.

O Conselho do Plano, de caráter consultivo, teve como objetivo assessorar a municipalidade nas suas instâncias Executiva e Legislativa sobre os assuntos relativos ao planejamento urbano e ao desenvolvimento sustentável municipal²⁹³. O Conselho, paritário, foi composto por 16 membros, entre sociedade civil organizada e Poder Público. O primeiro conjunto foi representado por: Sociedade dos Engenheiros; Núcleo do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB; Associação Comercial e Industrial de São José do Rio Preto – ACIRP; Conselho Regional dos Corretores de Imóveis – CRECI; Ordem dos Advogados do Brasil – 22ª. Subseção de S.J.Rio Preto – OAB; Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo – Delegacia de SJRP; Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA; Fórum das Associações de Moradores de Bairros de S.J.Rio Preto. O poder público foi representado pelas seguintes secretarias municipais: de Planejamento e Gestão Estratégica; de Obras; da Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos da Cidadania; dos Negócios Jurídicos; de Educação; de Meio Ambiente e Urbanismo; de Trânsito e Transporte; do SeMAE.

A composição do Conselho, comparado ao Plano Diretor de 1992, substituiu o representante da Câmara Municipal e do Ministério Público por secretarias da administração pública, além de ter ampliado de 14 para 16 representantes. Na representatividade da sociedade civil, foi inserida uma representação das associações de bairro, através do Fórum das Associações de Moradores de Bairros de São José do Rio Preto. Entretanto, não foi alterada a formação original, onde permaneceram aqueles setores que teriam interesses específicos na produção e reprodução da cidade e que seriam favoráveis ao governo. Conseqüentemente, poderiam ocorrer vícios ou clientelização nas tomadas de decisão e, ainda, comprometer o monitoramento do plano.

Os vícios puderam ser constatados na argumentação do representante do Fórum das Associações Marcelo Henrique, na primeira reunião do Conselho, quando foi informado que sempre houve consenso nas deliberações do CPDD e que jamais houve voto vencido:

“ Na segunda ou terceira reunião nosso voto já foi vencido, porque nós nos opusemos àquilo que estava sendo apresentando, e como sempre deve ter sido apresentado, colocado e aceito pelas entidades de elite: foi uma questão relacionada a uma alteração da lei de zoneamento. Eu estive, como presidente do Fórum [...] consultando os vizinhos daquele local onde se pretendia alterar a lei

²⁹³ Artigo 70º.

de zoneamento. Os vizinhos não concordaram, mas dentro do Conselho, com entidades que representavam na maioria o segmento imobiliário que é a ACIRP, são os Corretores de Imóveis, a OAB, a Engenharia [Sociedade dos Engenheiros], todos aqueles que querem o crescimento da cidade. Pouco importa [...] que tenha uma certa ordenação, organização, o importante é que tenha construção, que tenha divisão do solo, de qualquer forma, o crescimento desorganizado da cidade. Porque o objetivo dele [do Conselho] é o interesse econômico e o que o Fórum das Associações tem pregado é a qualidade de vida das pessoas dentro da cidade. Então, nós já tivemos um primeiro “não” àquilo que se propôs. Vamos ser sempre vencidos. Por que? Porque nós somos um dentro de um grupo de quatorze. Nós estarmos lá, já é uma voz que pode surgir daquela maioria, por outro lado, os nossos questionamentos muitas vezes são esquecidos, quando você enfrenta um problema, ele é postergado pra uma próxima reunião, e na próxima reunião ele já desaparece, porque o Presidente do Conselho é um secretário municipal, portanto a condução do trabalho vai ser de acordo, sempre, com interesse do poder público. Então, embora nós estejamos participando, a condução do trabalho ainda está longe de estar com a comunidade, com a sociedade civil organizada”²⁹⁴.

A competência do CPDD referiu-se à: proposição de alterações necessárias no Plano Diretor; exame de projetos, programas e planos compatíveis ao Plano Diretor; compatibilizar ações de outros conselhos; gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, acompanhamento do cumprimento da legislação; pronunciamento sobre assuntos relevantes ao planejamento urbano, solicitação de estudos e informações referentes às questões urbanas; encaminhamento das reivindicações apresentadas aos órgãos competentes; e elaboração do regimento interno.

O plano diretor²⁹⁵ determinou prazo para a elaboração e revisão de diversas leis complementares, entre elas o Plano Diretor de Habitação de Interesse Social, o Plano Diretor da Água com dispositivos visando evitar enchentes, a Lei de Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo.

O plano diretor de 2006 foi assinado pelo prefeito Edinho Araújo, pelo secretário municipal de Planejamento e Gestão Estratégica Orlando José Bolçone e pelo secretário municipal dos Negócios Jurídicos Adilson Vedroni. Os técnicos da prefeitura municipal que participaram de sua elaboração foram o arquiteto Milton Assis Jr e a engenheira Marina Rozani.

²⁹⁴ Entrevista em 20/06/2007.

²⁹⁵ Artigo 73º.

Para Assis Jr, o plano de Rio Preto foi entendido pelos técnicos da administração local e pelo prefeito Edinho Araújo como “uma lei de altíssima complexidade e não simplesmente como uma peça técnica”; portanto, a lei deveria ser sintética e não analítica²⁹⁶. De acordo com Milton Assis Jr,

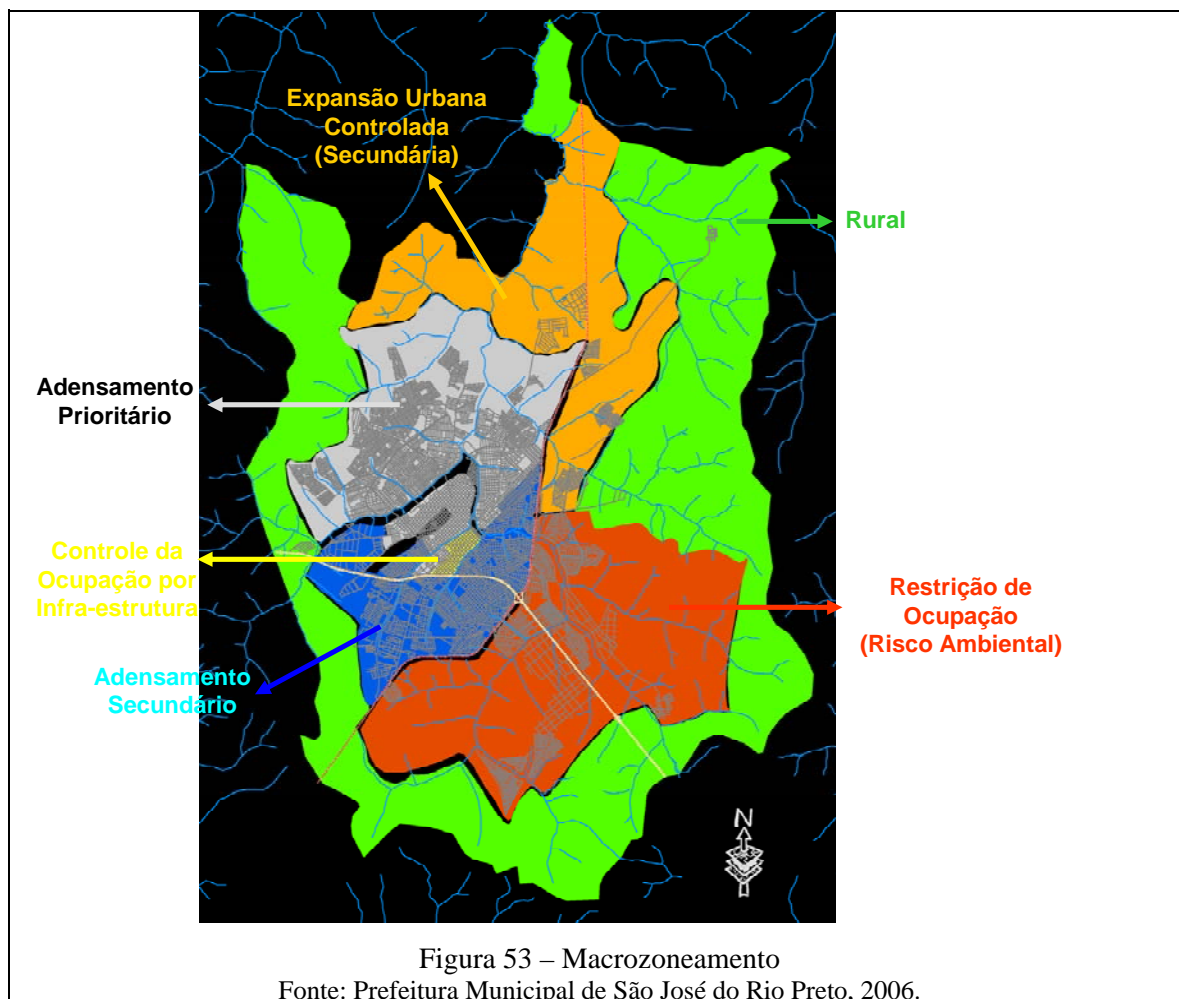
“a nossa lei de zoneamento partiu pra uma linha de ser sintética e não analítica, ela pode ser desdobrada, porque o importante num Plano Diretor e numa cidade que quer atuar com planejamento, é o processo. Não adianta você contratar os melhores consultores do Brasil, do mundo, fazer uma lei, um plano, depois não ter continuidade, não ter aplicação no seu dia-a-dia”²⁹⁷.

A lei do Plano Diretor, segundo o arquiteto, seria moderna, pois contemplou instrumentos do Estatuto da Cidade, tais como: o IPTU Progressivo que poderia combater os vazios urbanos e os problemas graves de especulação em determinadas áreas; as Áreas de Especial Interesse Social que incluíam os loteamentos irregulares; e a Operação Urbana Consorciada que já respaldou a construção do Parque Ecológico Educativo com investimentos privados de um milhão e oitocentos mil reais na abertura de uma avenida e na construção de aproximadamente 150 unidades habitacionais em um terreno público, como contrapartida da prefeitura.

O Plano Diretor de Rio Preto atendeu, no papel, a obrigatoriedade de torná-lo o instrumento do município atribuído em promover a política urbana, dispondo sobre as normas jurídicas relativas à propriedade urbana e sua função social, conforme estabelecido pelo Estatuto da Cidade. Considerando que as diretrizes propostas pelo novo ideário de Reforma Urbana para uma prática de planejamento de “superação da noção tecnocrática”, entendemos que a legitimidade e a eficácia do Plano Diretor vai depender da sua instituição e implementação, tendo como princípio a participação popular. Contudo, o governo municipal local resumiu a apresentação e a discussão do plano em sua fase final com os setores organizados do Orçamento Participativo e com associações de classe retratadas no conselho do plano diretor sem representatividade.

²⁹⁶ Esta definição, segundo Assis Jr, foi referida pelo prefeito quando atuava como deputado federal durante a elaboração da Constituição Brasileira, de 1988. Por analítica Assis definiu a lei que vira uma literatura com “pilhas e pilhas de volumes e volumes de mapas, desenhos que não tem aplicação no sentido prático porque...como é que vai punir quem está fazendo uma coisa errada?Aí não tem a lei”. Por sintética, entendia-se a lei que tem poucos artigos e facilmente compreendida pela população, “tal como a constituição americana”.

²⁹⁷ Entrevistado em 15/02/2007.



4.5 A participação social no Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável

A participação social no plano diretor, segundo Assis Jr, foi realizada em duas fases: uma, se deu com o Orçamento Participativo, por meio das plenárias organizadas pelas regiões do OP; a outra, com alguns segmentos da sociedade civil organizada, tais como o Sindicato da Habitação (Secovi) - que reúne construtores e empresários, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (ver figura 49), a Associação Comercial e Industrial de Rio Preto - ACIRP (ver figura 50) e o Sindicato dos Jornalistas; esses três últimos integram o Conselho do Plano Diretor.



Figura 54 – Plenária realizada na ACIRP [2006]
Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto



Figura 55 – Plenária realizada na OAB [2006]
Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto

A equipe técnica que elaborou o plano entendia que o OP vinha apresentando, ao longo dos últimos anos, diversas reivindicações que foram assimiladas pelo plano. Quando as propostas estavam prontas, fizeram “uma rodada independente” com as plenárias do OP, mobilizando a participação da população através de carro de som e entrevistas nas emissoras de rádio local, mas, segundo Assis Jr, nem todas as reuniões foram registradas em atas. Questionado sobre quem o plano mobilizou, o arquiteto afirmou que ainda que a participação “não foi a desejável, mas foi até mais que o previsto”. Ele relatou que não houve participação das principais lideranças econômicas do município porque, no seu entendimento, essas lideranças não se sentiam ameaçadas pelo poder econômico que possuem. Sobre a pouca mobilização da classe de baixa renda, ele atribuiu ao fato do plano não ter sido divulgado pelos meios de comunicação de massa, tais como a televisão e, de forma mais ampla, o rádio.

Assis Jr atribuiu à pouca mobilização da sociedade na participação dos planos urbanos a falta de conhecimento sobre o que seria a lei e os interesses sobre assuntos pontuais e não gerais da cidade por parte da população, que se mobilizaria apenas para resolvê-los sem saber se são partes integrantes do plano.

Questionado sobre qual a porcentagem da população que conhecia a lei do Plano Diretor, o arquiteto acreditava que 30% a 40% da população já ouviram falar sobre o plano e sobre a lei de zoneamento; desses, a maioria estava na faixa de renda média e alta. Assis Jr atribuiu à lei de Zoneamento de 1958 a compreensão de uma parcela da população de que a cidade teria regras

bem definidas e que se poderia manter bairros com melhor qualidade de vida, tais como os exclusivamente residenciais e de baixa densidade, assim como propiciar investimentos em determinadas zonas onde é possível fazer inversões especulativas dada a possibilidade de verticalização e adensamento. Assis Jr declarou que:

“os residentes em bairros também aprenderam, com o tempo, a lutar pelos seus direitos. Então, o que isso proporcionou, bom [...] ao longo da década de 60, 70, e vem vindo de lá pra cá, é que na prática as pessoas, principalmente quem é proprietário de algum terreno, seja lá com qual finalidade, de residir, residir bem, ter um conforto, ter um bairro protegido [essas pessoas lutariam pela manutenção de zona exclusivamente residencial, assim como] quem quer empreender e fazer um caixa, ter um determinado retorno, fazer um prédio de 10, de 15 andares [...] e por aí vai [lutariam para ampliar os índices urbanísticos em determinadas zonas restritivas].”²⁹⁸

Por esse motivo, Assis Jr. declarou que a elitização de zonas exclusivamente residenciais favoreceu a valorização da lei de zoneamento e a criação de associações de bairros, que passaram a proteger suas áreas da forte pressão proveniente do “processo dinâmico de alteração do uso e da ocupação” que ocorrem nas leis de zoneamento das cidades. Para o arquiteto, essas associações aprenderam a lutar pela “proteção exagerada dos bairros”²⁹⁹ [...] o que é um componente até negativo” no desenvolvimento da cidade. A população de baixa renda que teria conhecimento do plano seria aquela que teria interesses pontuais e “imediatistas” na cidade, tal como aquela parcela que habitava os loteamentos “clandestinos” e que buscava a regularização de suas casas³⁰⁰. Assis Jr. afirmou ser bastante positiva a participação desta população que, segundo ele, estaria “treinada” para defender seus interesses:

“eu acho que hoje, por estarem numa situação às vezes e, injustamente, de inferioridade no ponto de vista de não receber recursos, é o pessoal que está até

²⁹⁸ Entrevistado em 15/02/2007.

²⁹⁹ Assis Jr relata que a Associação de Amigos das Crianças com Câncer – AMICC quis se instalar no bairro Tarraf II, localizado na zona sul da cidade e considerado como bairro de elevado padrão de construção e renda da população, mas foi “literalmente expulsa [...] pois os residentes locais abriram o jogo e assumiram que não queriam aquilo [aquele tipo de público]” instalado no bairro.

³⁰⁰ Sobre a mobilização que ocorreu pela regularização dos loteamentos, Assis Jr afirmou que o vereador Gerson Furquim, então presidente da Câmara, “aprovou umas três leis que passam uma borracha em tudo, resolve tudo no papel, enche a Câmara [...] o vereador lotou 4 ou 5 ônibus com moradores destes bairros. É um tipo de mobilização? É, casa cheia. Aí, as leis foram derrubadas [por serem inconstitucionais, pois os terrenos são de propriedade de particulares e há loteamentos com ruas de 5 metros de largura]. Então, eu acrescentaria que essas pessoas sabem do Plano Diretor; [...] o plano diretor inclui como tantas e tantas áreas e que são zonas de especial interesse que serão resolvidas [a regularização e os investimentos públicos nessas áreas] talvez com muito menos barulho e alarde do que o Gerson Furquim fez antes das eleições dele; [...] foi um dos vereadores mais votados que criou e aprovou tudo, mas na prática isso não aconteceu”.

mais treinado, principalmente em bairros que tem problemas específicos, o pessoal está mais treinado, está mais em condições de defender os seus interesses”.

Foi constatada pela equipe do plano uma participação principalmente de mulheres, muitas delas chefes de família, mas que se sentiam desestimuladas a participar por não verem suas reivindicações atendidas ao longo dos anos. Houve ainda, na justificativa do arquiteto, a apatia daquelas pessoas que se auto-excluam do processo de planejamento por desacreditarem nas instituições, haja vista o intenso noticiário sobre corrupção e sobre as mazelas sociais desse país. Entretanto, quando detectavam indivíduos participativos ele afirmou que tentavam atraí-los para participar dos diversos canais de participação. Na avaliação do técnico do plano, os indivíduos participativos seriam aqueles que detinham o conhecimento ou “são aquelas camadas que tem maior esclarecimento”. A “cultura participativa” estaria sendo “imposta” pelo Estatuto da Cidade,

“mas no Brasil tem lei que pega e tem lei que não pega [...] teve cidade que ocorreram grandes e grandes discussões, provavelmente sim, talvez, quando a cidade é menor [...] a gente percebe muito marketing em cima, muita fotografia de audiência pública [...] de um ângulo para mostrar que tem mais gente. [Sobre a população mais pobre, ele afirmou que] a pessoa chega em casa 7 ou 8 horas da noite, cansada, com filhos pra cuidar [...] tem que ter um horário muito especial para marcar [reuniões comunitárias], além disso, esta camada da população tem como hábito a esperança na atuação dos vereadores como despachantes de seus bairros.”

A cultura clientelista em Rio Preto foi confirmada pela ex-vereadora Eni Fernandes ao se referir sobre as formas de reivindicação da população com o governo local. Fernandes acreditava que a organização da sociedade civil deveria ser incentivada por meio de suas associações, mas “infelizmente ‘nossa cultura’ ainda não chegou nisso”. As associações de bairro, segundo a ex-vereadora, acabavam sendo meios de promoção política de duas ou três lideranças de bairros que se transformavam em cabos eleitorais nas eleições, quando deveriam atuar efetivamente com a ajuda de outras entidades - como a igreja - na obtenção do atendimento das reais necessidades da população.

A clientelização foi também detectada durante a elaboração do plano diretor de 2006, quando identificamos que as audiências públicas ocorreram com os setores favoráveis ao governo, tais como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a Associação Comercial e Industrial de Rio Preto – ACIRP e o Sindicato dos Jornalistas. Para Assis, esses seriam

segmentos importantes, de formadores de opinião, que acabaram atraindo “um público bastante razoável, mas cujos interesses [...] canalizaram para assuntos visíveis como a questão viária”. Dentre as questões viárias, Assis Jr relatou que esses segmentos anunciaram na imprensa que seria feita a duplicação da rodovia BR 153 e seriam construídos viadutos, obras que não faziam parte do plano diretor, mas que pertenciam à alçada do Estado.

Nessas audiências e naquelas realizadas nos bairros, coube à equipe técnica coletar as sugestões da comunidade e esclarecer se eram pertinentes ou não ao plano diretor. Dessa forma, de acordo com a entrevista com o técnico Assis Jr, identificamos a ausência de uma etapa de sensibilização e esclarecimento à população sobre a finalidade do plano diretor participativo. Segundo o arquiteto, as pessoas não sabiam distinguir a diferença entre Orçamento Participativo e Plano Diretor ou a diferença entre um tema macro de uma ação específica que poderia ser encaminhada à secretaria pertinente.

Quanto ao monitoramento do plano, Assis Jr afirmou que, a rigor, deveria ser feito pela população, mas acreditava que os órgãos de classe, como a Sociedade dos Engenheiros de Rio Preto, o IAB, a Associação Comercial e Industrial, ou seja, aqueles que representavam o Conselho do Plano, desempenhariam essa função. Para ele, esses setores “participam do mercado” e tem “construído o plano no dia-a-dia”. Embora consultivo, “nunca, nenhum prefeito, há 4 ou 5 gestões, vetou ou deixou de acatar uma decisão do Conselho”. Além dos órgãos do Conselho, o arquiteto apontou a imprensa (Sindicato dos Jornalistas) e o Ministério Público como monitores do Plano Diretor, concluindo que eles compunham o quadro de formadores de opinião, haja vista que as denúncias, ainda que provenientes de entidades como o Fórum das Associações, seriam passíveis de se transformarem em ação civil pública.

O presidente do Fórum das Associações de Moradores de Bairros de São José do Rio Preto³⁰¹, Marcelo Henrique³⁰², afirmou que foi convidado a participar de algumas reuniões do

³⁰¹ Em fevereiro de 2007, o Fórum das Associações possuía uma relação das Associações de Moradores e Amigos de Bairro de São José do Rio Preto com 121 entidades: 29 na zona Norte; 17 na zona Sul; 19 na zona Leste; 11 na zona Oeste; e 45 nos loteamentos irregulares do município. Segundo o presidente do Fórum das Associações, nem todas as associações eram atuantes, algumas existiam só no papel, assim como haviam associações atuantes que não existiam de direito, por não estarem com a documentação regularizada. A composição do Fórum das Associações é de 17 membros que ocupam a sua diretoria e conselho fiscal, denominada de conselho gestor. Os mandatos são de 2 anos, mas os membros têm ficado até 4 anos na diretoria e no conselho.

³⁰² Entrevistado em 20/06/2007.

Plano Diretor, em eventos promovidos por universidades e por outros segmentos da sociedade que serviram para fornecer informações a respeito do que se constituía um plano diretor. Para Henrique, a grande conquista do Fórum das Associações em relação ao Plano Diretor foi ocupar uma cadeira no Conselho do Plano Diretor, haja vista que, antes disso, ele considerou que as associações não eram legitimamente representadas.

Entre os eventos realizados pelas universidades citados por Henrique, o Centro Universitário de Rio Preto – UNIRP, por iniciativa da coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo³⁰³, organizou um Fórum do Plano Diretor em 2005, onde diversas palestras foram proferidas por atores envolvidos com as questões urbanas e sociais, entre técnicos, políticos, representantes religiosos e de associações de bairro. Os debates ocorreram em três momentos diferentes em 2005: um realizado no centro universitário, de 2 a 6 de maio³⁰⁴; os outros realizados em audiências públicas no auditório da Câmara Municipal, em 28 de março³⁰⁵ e 09 de agosto³⁰⁶. O Fórum, que contou com a participação de diversos secretários municipais e de vereadores com um público aproximado de 200 pessoas, teve como objetivo: abrir os canais de comunicação entre poder público e sociedade civil; tomar conhecimento da realidade física e social do município, assim como do processo de planejamento local; e incitar o debate sobre as demandas e aspirações da comunidade referentes à cidade. Os encontros não surtiram resultados práticos e as palestras dos técnicos diretamente envolvidos na elaboração do plano, como o

³⁰³ Estivemos na coordenação do curso entre janeiro de 2005 e agosto de 2007.

³⁰⁴ I Semana integrada de Arquitetura, Comunicação Social e Moda. Os temas e palestrantes foram: “Inclusão Social no Terceiro Setor”, por Padre Telmo J. A. Figueiredo; “Participação popular no Legislativo”, pelo vereador Pedro Roberto Gomes (PSOL); “Movimentos populares na gestão pública”, pelo líder comunitário Antonio Cícero Araújo; “Participação da sociedade civil no planejamento da cidade”, por Paulo C. Carello e Maria Lucia Alves, técnicos do SENAC; “Democratização da discussão do Plano Diretor”, pelo presidente da Câmara Municipal Eduardo Piacenti; “Regularização Fundiária”, por Nelson Baltrusis, pesquisador da FAU-USP; “Plano Diretor no processo de desenvolvimento de S. J. Rio Preto”, pelo Secretário Municipal de Planejamento, Orlando J. Bolçone; “A gestão municipal e a inclusão social”, pelo prefeito de Catanduva, Afonso Macchione Neto; “A ação do governo na habitação de S. J. Rio Preto”, pelo Secretário Municipal de Habitação, Sergio Camargo; “A atuação da EMCOP na produção habitacional de Rio Preto”, pelo engenheiro Jorge C. Demian; “A questão fundiária de Rio Preto”, pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, J. C. Lima Bueno; e “Habitação Social”, por Laila Nazem Mourad, do Ministério das Cidades. (Revista da Extensão da UNIRP, Ano IV, no. 4, Vol. 1, 2005)

³⁰⁵ Aberto pelo então Presidente da Câmara Eduardo Piacenti e pelo vereador Pedro Roberto Gomes. As palestras foram: “A esfera pública no planejamento urbano”, por Delcimar M. Teodózio; “Plano Diretor e Participação Social”, por José Roberto Geraldine Jr, arquiteto e conselheiro do CONCIDADES, do Ministério das Cidades; “Plano Diretor na Agenda 21 – instrumento de desenvolvimento sustentável”, por Dulce Maria Pereira, arquiteta. (Revista da Extensão da UNIRP, Ano IV, no. 4, Vol. 1, 2005).

³⁰⁶ Proferiram palestras pelo Prof. Dr. Luis Antonio Nigro Falcoski, Secretário Municipal de Planejamento de Araraquara, que apresentou o Plano Diretor de Araraquara; e pelo arquiteto Milton Assis Jr, que apresentou a metodologia de elaboração de plano diretor.

secretário municipal de Planejamento Orlando José Bolçone e o arquiteto Milton Assis Jr, foram pautadas sobre aspectos metodológicos: o primeiro discorreu sobre os planos setoriais, dentre eles o de Transporte e Trânsito (já elaborado) e o de Educação e Saúde (em fase de elaboração), como etapas da revisão do plano diretor, além de apresentar a metodologia do planejamento de Curitiba; o segundo apresentou a metodologia do Ministério das Cidades para elaboração e revisão de planos diretores municipais³⁰⁷. Em outros eventos universitários que se realizaram com a participação do secretário municipal de Planejamento foram distribuídos questionários para os estudantes, formalizando um método de participação social no Plano Diretor com o objetivo de obter informações sobre as reivindicações e demandas referentes à cidade para que, supostamente, fossem transformadas em diretrizes do plano local.

Em 2005, houve ainda mais uma possibilidade de se abrir o canal de comunicação entre poder público e sociedade por ocasião da II Conferência da Cidade. As conferências de cidades, realizadas a cada 2 anos, foram instituídas em 2003 por decreto presidencial, reunindo delegados de municípios eleitos nas conferências de seus Estados para representá-los nas conferências nacionais de cidades. Em 2003, com o PT na vice-prefeitura e alguns petistas como assessores e secretários da administração pública, a Conferência da Cidade foi realizada em 30 de agosto, no auditório da ACIRP, com a presença de 220 participantes dos diversos segmentos – movimento popular, trabalhadores, ONGs, entidades acadêmicas e profissionais, empresários e concessionários públicos e privados – tendo apoio direto nas reuniões preparatórias de um dos membros da coordenação executiva da Conferência Nacional, o arquiteto José Roberto Geraldine Jr, então presidente da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA).

Arquitetos e engenheiros atuantes em São José do Rio Preto, representantes de instituições acadêmicas e da Sociedade dos Engenheiros, realizaram uma reunião preparatória³⁰⁸ para a conferência municipal debatendo os temas do texto base da Conferência Nacional – habitação, saneamento ambiental, programas urbanos, transporte, trânsito e mobilidade – e elaborando um documento de sugestões e propostas para o desenvolvimento da cidade, que se transformou no texto base do Relatório da 1ª Conferência Municipal de Rio Preto. No relatório

³⁰⁷ *Revista da Extensão da UNIRP*, Ano IV, no. 4, vol. 2, 2005.

³⁰⁸ Realizada em 27/08/2003 no auditório da Sociedade dos Engenheiros de São José do Rio Preto, com a presença de 30 profissionais da engenharia, agronomia e arquitetura e urbanismo. A reunião foi presidida pelo engenheiro Jorge Abdanur, então presidente da entidade e teve como relatora Delcimar M. Teodózio.

ficaram registradas as questões que polarizaram as discussões, entre elas, a participação da sociedade civil na gestão da cidade, a revisão do Plano Diretor de Rio Preto e a observância da lei do Estatuto da Cidade. A segunda edição da conferência, em 2005, sediada no auditório do Centro Universitário de Rio Preto – UNIRP, foi convocada oficialmente pelo secretário de Planejamento Orlando J. Bolçone três dias antes de sua realização, que ocorreu fora do prazo oficial, em 05 de setembro, tendo comparecido menos de 50 pessoas, a maioria estudantes dos cursos de Arquitetura da UNIRP e da UNIP³⁰⁹. O relatório final que não foi encaminhado à 2ª Conferência Estadual deliberou, entre outras coisas, que o governo capacitasse a população para participar efetivamente da revisão do Plano Diretor de São José do Rio Preto e que criasse o Conselho da Cidade. Em 2007, não foi realizada a 3ª. Conferência da Cidade em São José do Rio Preto.

Segundo o arquiteto Lima Bueno³¹⁰, Secretário Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo, de 2002 a 2006, o Plano Diretor de Rio Preto foi centralizado na Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica e não houve participação de outras secretarias da administração pública, motivo pelo qual alega não ter conhecimento do plano. Quando finalizaram os trabalhos, Bueno afirmou que:

“Mandaram [o plano diretor] para que eu assinasse o papel como membro da elaboração. Eu não assinei e disse que não tinha cabimento eu estar assinando como membro elaborador de um plano que eu não elaborei, que eu nem fui convidado uma única vez para participar. Não tenho conhecimento do plano. Não houve participação. É muito bom esclarecer isso. [...] Nessa época eu era secretário de uma secretaria que não era importante apenas, era fundamental nesse processo de planejamento. Estava-se construindo um documento pra orientar [a cidade] com inúmeros problemas ambientais [...] mais ainda do que isso [...] imagine uma secretaria de urbanismo não participar. Agora, só que isso daí demonstra o seguinte: se o próprio corpo técnico da prefeitura não participou, imagina a comunidade!”

Na opinião de Bueno, a participação social deveria ser constituída por oficinas de trabalho que forneceriam a visão e a estratégia da comunidade sobre a cidade, tendo o arquiteto o papel de facilitador, de consultor e organizador do processo e não de determinador do conteúdo do plano. De acordo com o arquiteto, ocorreram inúmeras audiências públicas em Rio Preto, das quais ele

³⁰⁹ O curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIP era coordenado por Lima Bueno.

³¹⁰ Entrevistado em 29/12/2007.

chamou de comunicações públicas, onde se levava ao público o conhecimento de um “conceito” do que deveria ser o plano diretor:

“Eu fiz questão, inclusive, de ir a algumas delas [...] em que era exposto esse “conceito”. Então, as pessoas ouviam, algumas aplaudiam. [...] Participação não é isso, não é ouvir, isso são audiências. A própria palavra audiência vem de audição, de ouvido, ouvido público. Audiências não existem mais, existem oficinas de participação, de construção. [...] Audiência é feita pelo ouvido e não pela consciência”.

A participação popular nas políticas públicas preconizada pelo Estatuto da Cidade e pela metodologia de elaboração do Plano Diretor divulgada no Ministério das Cidades, criado pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva quando assumiu o poder, em 2003, alimentou a expectativa de um extenso debate sobre a difusão de valores igualitários e a crítica aos valores hierárquicos instituidores da ordem segregacionista que discriminam as camadas populares. A participação social na gestão do orçamento público e na criação dos Conselhos municipais, em tese, deveria desempenhar um importante papel na consolidação do programa de reformas que envolve a sociedade, significando uma etapa de “mudanças” sociais e políticas pretendidas no governo de Lula.

Na experiência de São José do Rio Preto ficou evidenciado o não fortalecimento da representatividade dos canais de democracia participativa, onde se manteve, tanto no processo de elaboração do plano como na composição do conselho do plano diretor, o caráter tecnicista e oligárquico, identificado na prática política e administrativa local instaurada desde o período autoritário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais elementos da dinâmica do desenvolvimento de São José do Rio Preto foram organizados em quatro períodos do planejamento urbano: o primeiro foi marcado pela *utopia do futuro* através da Lei de Zoneamento de 1958, que se baseava na idéia de promover o desenvolvimento industrial na cidade; o segundo, a partir da década de 1970, foi marcado pela intervenção estratégica do Estado Militar desenvolvimentista, fundamental na configuração do desenvolvimento do município; o terceiro ocorreu no período de redemocratização do país, com a elaboração do Plano Diretor em 1992, que tinha como objetivo definir um padrão de desenvolvimento econômico moderno e preparar a rede físico-territorial para absorver o crescimento do município; e o último período encerrou-se com a revisão do plano em 2006, denominado Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, após a obrigatoriedade constitucional de inserir a participação popular no processo de planejamento urbano.

Quanto ao **primeiro período**, foi uma ancoragem em uma dimensão histórica que se deu a partir da formação da cidade, em meados do século XIX até o final da década de 1950. A formação da cidade caracterizou-se pelo predomínio do rural sobre o urbano e pela ferrovia, no início do século XX. Esses elementos foram fundamentais para os processos de constituição da sociedade capitalista agroexportadora e comercial, transformando Rio Preto em sede de sua região, onde os fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais formaram a classe dominante local representada nos governos Executivo e Legislativo Municipais e na Associação Comercial, Industrial e Agrária de Rio Preto - ACIA. Durante a primeira República (1889-1930), a oligarquia coronelista monopolizou o poder através do PRP; as elites de vinculações rurais e

urbanas rio-pretenses mantinham apoio incondicional ao governo estadual, apoio governista que se estendeu até o final do século XX, assim como a atuação de “coloração coronelista” (FAORO, 1993), configurando uma tendência política acentuadamente conservadora na cidade.

A elite econômica local e os profissionais liberais – “os homens letrados”, entre eles migrantes e imigrantes, transformaram a imprensa no espaço privilegiado para a difusão de reflexões e padrões externos, entendidos como corretos sobre assuntos que estavam ligados direta ou indiretamente à “**modernização**” da cidade, que se desenvolvia economicamente através da função comercial e de poucas indústrias ligadas ao setor primário. O crescimento econômico suscitou o processo de urbanização e a necessidade de implantação de rede de infra-estrutura e de expansão territorial, dificultada pelas barreiras físicas naturais do sítio geográfico. A inserção da cidade no contexto de modernização do país – eixo ideológico significativo - tinha como objetivo a industrialização no período do Estado Novo e a instalação do planejamento tecnocrático, a partir de 1945³¹¹. Diante desse quadro, ganhava contornos nítidos, no final da década de 1940, a defesa da aplicação da **técnica, da ciência e da racionalidade** para o desenvolvimento da cidade, através de um **plano regulador**, tal como vinham fazendo as grandes cidades.

Nesse conjunto de fatores do processo histórico, consideramos necessário discutir a noção de racionalidade caracterizada por Habermas e recorrer a algumas idéias e conceitos importantes para abordagem desse e dos demais tópicos da tese, tais como a tecnocracia, a ideologia da técnica, a ideologia do plano, a política e a democracia.

A noção de **racionalidade**, introduzida por Max Weber, define “a forma da atividade econômica capitalista, do tráfego social redigido pelo direito privado burguês e da dominação burocrática. A racionalização significa a ampliação das esferas sociais, que ficam submetidas aos critérios da decisão racional”³¹². O conceito formal da racionalidade está associado à ciência e à

³¹¹ Neste sentido, conforme Tafuri (1985:59), a ideologia do público estava por nascer. Esta ideologia não passava de “um momento da ideologia da cidade como unidade produtiva em sentido próprio, e simultaneamente como instrumento de coordenação do ciclo produção-distribuição-consumo. É por este motivo que a ideologia do consumo, longe de constituir um momento isolado ou subsequente da organização produtiva, deve aparecer ao público como ideologia da correta utilização da cidade”.

³¹² “A isto corresponde a industrialização do trabalho social com a conseqüência de que os critérios da ação instrumental penetram também noutros âmbitos da vida (urbanização das formas de existência, tecnificação do tráfego e da comunicação)” (HABERMAS, 2006:45).

técnica. Nesse sentido, no processo de “racionalização” definida por Weber, “não se implanta a ‘racionalidade’ como tal, mas, em nome da racionalidade, uma forma determinada de **dominação política oculta**”³¹³ (Marcuse apud HABERMAS, 2006:46).

Habermas, reformulando o conceito de “racionalização”, partiu da distinção entre trabalho (*ação racional teleológica*) e interação³¹⁴. A ação racional teleológica realiza fins definidos sob condições dadas; a ação instrumental organiza meios adequados ou inadequados segundo critérios de um controle eficiente da realidade e a ação estratégica depende apenas de uma valoração correta de possíveis alternativas de comportamento. Por outro lado, o autor entende “por ação comunicativa uma interação simbolicamente mediada”, que orienta-se segundo “normas de vigência obrigatória que definem as expectativas recíprocas de comportamento e que têm de ser entendidas e reconhecidas, pelo menos, por dois sujeitos agentes”³¹⁵.

Só depois de o modo de produção capitalista ter dotado o sistema econômico de um mecanismo regular, que assegura um crescimento da produtividade não isento sem dúvida de crises, mas contínuo a longo prazo, é que se institucionaliza a introdução de novas tecnologias e de novas estratégias, isto é, institucionaliza-se a *inovação* enquanto tal (HABERMAS, 2006:62).

³¹³ A eleição de estratégias, da adequada utilização de tecnologias e a pertinente instauração de sistemas, que definem este tipo de racionalidade, estende-se apenas às situações de emprego possível da técnica, e exige, por isso, um tipo de ação que implica dominação sobre a sociedade e sobre a natureza. “A *ação racional dirigida a fins* é, segundo a sua própria estrutura, o exercício de controles” e, portanto, “a razão técnica de um sistema social de ação racional dirigida a fins não abandona o seu conteúdo político”. Marcuse, na crítica a Weber, conclui que: “O conceito de razão técnica é talvez também em si mesmo **ideologia**. Não só a sua aplicação, mas já a própria técnica é dominação metódica, científica, calculada e calculante (sobre a natureza e sobre o homem). Determinados fins e interesses da dominação não são outorgados à técnica apenas ‘posteriormente’ e a partir de fora – inserem-se já na própria construção do aparelho técnico; a técnica é, em cada caso, um projeto histórico-social; nele se projeta o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pensam fazer com os homens e com as coisas. Um tal fim de dominação é ‘material’ e, neste sentido, pertence à própria forma da razão técnica” (Marcuse apud HABERMAS, 2006:46).

³¹⁴ Por ação racional teleológica entende-se ou a ação instrumental ou a escolha racional, ou então, uma combinação das duas. “A ação instrumental orienta-se por regras técnicas que se apóiam no saber empírico. Estas regras implicam em cada caso prognoses sobre eventos observáveis, físicos ou sociais; tais prognoses podem revelar-se verdadeiras ou falsas. O comportamento da escolha racional orienta-se por estratégias que se baseiam num saber analítico. Implicam deduções de regras de preferência (sistema de valores) e máximas gerais; estas proposições estão deduzidas de um modo correto ou falso” (HABERMAS, 2006:57).

³¹⁵ A validade das regras e estratégias técnicas dependem da validade de enunciados empiricamente verdadeiros ou analiticamente corretos, e a validade das normas sociais funda-se em intenções subjetivas, só é assegurada pelo reconhecimento geral das obrigações (HABERMAS, 2006).

Adotamos aqui, sob a ótica habermasiana, a idéia de que um plano urbanístico para São José do Rio Preto era a inovação no âmbito local. O plano urbanístico era parte de um sistema de “ação racional dirigida a fins”, cuja expansão se tornou permanente pelo estágio de desenvolvimento local. Ou seja, a sociedade capitalista agroexportadora e comercial rio-pretense pretendeu entrar no processo de modernização, mesmo sem uma pressão de forças produtivas relativamente desenvolvidas, isto é, antes do processo de industrialização. Esse processo de modernização tornaria permanente a expansão do sistema de “ação racional dirigida a fins”, capturada pela ação instrumental, que conservaria as formas de preservação de cor patrimonial. As práticas e concepções relativas ao plano, em conformidade com a “ideologia do plano urbanístico”, foram mediadas pela imprensa local, que difundiu e recriou os projetos e idéias que a elite rio-pretense entendia como necessárias.

O desenvolvimento de Rio Preto não estava associado ao progresso técnico-científico, pois não acompanhava as mudanças em curso, principalmente no Estado de São Paulo, com a industrialização em franco desenvolvimento. O projeto da classe dominante parecia ser, em dado momento, o de ultrapassar o estágio capitalista agroexportador e converter-se em parcela de uma sociedade capitalista industrial. Neste quadro conjuntural, a dominação política tentava legitimar o incremento das forças produtivas associadas à industrialização local através da racionalização da ciência e da técnica, empregadas na cidade por meio da legislação urbanística e, posteriormente, de um Plano Diretor a ser elaborado para tal fim.

O projeto de industrialização de Rio Preto era precedido pela idéia de uma racionalidade técnica sobre a cidade, que poderia institucionalmente emancipá-la da dependência em relação à base agroexportadora, proporcionando o incremento das forças produtivas.

A expectativa de novas formas produtivas, a produção e reprodução do capital por meio da industrialização, requeria um projeto de cidade inspirado das cidades industriais. Na Exposição de Motivos da Lei de Zoneamento de 1958, ficou evidenciada a necessidade de se elaborar um Plano Diretor que tinha como ideologia transformar Rio Preto em uma “metrópole industrializada”.

Os ideólogos do plano – a classe dominante e os estratos técnicos (a Sociedade dos Engenheiros) – tendiam ao “pensamento progressivo”, à *utopia do futuro*, conforme Mannheim³¹⁶. A ideologia da classe dominante estava baseada na forma do desenvolvimento econômico atrelado ao processo de industrialização que ocorria no país e, principalmente, do Estado de São Paulo. Mas as indústrias pesadas de bens de consumo e as de consumo durável – “objetos estranhos à realidade” – transcendiam à realidade local, pois tendia ir além dos “laços da ordem existente”. Ao mesmo tempo, é possível notar elementos conservadores: a manutenção de relações de poder de natureza clientelista, o uso do poder público pelos interesses privados na produção da cidade³¹⁷.

Entretanto, as forças político-econômicas locais não conseguiram encontrar os instrumentos adequados para execução das tarefas indicadas pela própria ideologia. A busca pela organização do território e pelas leis urbanísticas gerou a ilusão de que o planejamento seria capaz de atingir o objetivo econômico desejado.

A técnica e a ideologia fundiram-se. Tentava-se através da técnica, da razão, do plano técnico e racional, o meio para se realizar o projeto ideológico dos estratos dominantes. No entanto, os princípios da ciência e da técnica urbanísticas apontadas na Lei de Zoneamento, que eram usados em todas as “grandes cidades”, estavam descolados da realidade local. Nem a técnica de planejamento nem as forças protagonistas conseguiram realizar os objetivos desejados.

As propostas das técnicas urbanísticas para realizar o projeto de cidade moderna em São José do Rio Preto, tal como as cidades grandes, foram amplamente divulgadas nos jornais locais, “tomando corpo a tentativa de dar vida à linguagem do desenvolvimento, de torná-lo

³¹⁶ Para Mannheim, “a maior parte das integrações que o pensamento progressivo admite face aos fatos particulares emanam da utopia racional, que conduz a uma visão estrutural da totalidade que existe e há de vir a existir” (TAFURI, 1985:42).

³¹⁷ De acordo com Mannheim, “uma tal orientação incongruente só se torna utópica quando tende a romper os laços da ordem existente. De fato, em qualquer período histórico houve idéias que transcenderam a ordem existente, mas que não absolviam a função das utopias: constituíam pelo contrário as ideologias mais ajustadas a esse período, na medida em que estavam harmoniosa e organicamente integradas na visão prevalecente da época e não sugeriam possibilidades revolucionárias. A teoria da utopia como tendência em si irrealizável, capaz de romper as fronteiras da realidade existente para deixá-la livre para se desenvolver na direção da ordem sucessiva. [...] para o ‘pensamento progressivo’, o significado último de cada coisa singular advém-lhe exclusivamente de qualquer outra coisa que esteja à sua frente ou acima dela, de uma *utopia do futuro* ou de uma norma acima do ser, enquanto no ‘pensamento conservador’ a significação do particular é deduzida de qualquer coisa que está atrás dela, do passado ou daquilo que preexiste pelo menos em embrião” (TAFURI, 1985:42).

concretamente experimentável na vida quotidiana”. Cabe então, com Tafuri (1985:113), apontar que “não basta criar artificialmente as linguagens do plano, é necessário mergulhar o público na imagem do desenvolvimento, na cidade como rede estruturada de comunicações, cujo sujeito é sempre a “necessidade” do plano capitalista de integração”. A imprensa teve papel importante na formação de opinião em favor do plano urbanístico e do projeto de “modernização” da cidade. As opiniões publicadas eram pessoais, de ordem tendenciosa segundo a orientação ideológica e cultural do dono do jornal. Os proprietários dos jornais locais eram profissionais liberais, tais como médicos e advogados, que reproduziam notícias nacionais e internacionais e manifestavam opinião própria a respeito dos assuntos locais: o jornal *A Notícia* era de propriedade do ex-vereador e imigrante espanhol Leonardo Gomes Villarroel; a *Folha de Rio Preto* era do vice-cônsul de Portugal, em São José do Rio Preto (1934-1969), Bento Abelaira Gomes; o *Diário da Alta Araraquarense* era do médico Coutinho Cavalcanti; o *Diário da Região* foi fundado por Euphly Jalles, engenheiro civil, membro da diretoria da ACIA e presidente da Associação Rural, seu sucessor foi Norberto Buzzini, advogado, ex-vereador e candidato a prefeito pelo MDB, conselheiro da ACIA, dentre outros.

O **segundo período** analisado da história do planejamento de Rio Preto ocorreu a partir da década de 1960, durante o regime militar, na conjuntura do planejamento verticalizado e regionalizado do Estado técnico-burocrático, modernizador, quando São José do Rio Preto foi beneficiada pelo Programa de Cidades Médias (PECPM), que fazia parte das estratégias do PNDU.

O programa PECPM constituiu em uma ação do Estado de maior impacto sobre o desenvolvimento de São José do Rio Preto e representou um grande momento de mobilização de recursos no município, que possibilitou ampliar a dinâmica regional no plano territorial, econômico, político e simbólico, coroando definitivamente o papel de *pólo regional*.

Nos programas e projetos que surgiram do PECPM estavam latentes os objetivos de preparar a cidade para o capital industrial que não chegaria nos mesmos moldes das cidades grandes industrializadas, mas observadas a realidade local, a racionalização do território e da cidade, agiu como estímulo indireto para realizações compatíveis com objetivos parciais, como

ocorreu com a implantação dos mini-distritos e do distrito industrial, onde se instalaram as pequenas indústrias existentes e as de “fundo de quintal”³¹⁸.

Nesse momento, o controle dos recursos de investimentos em geral não mais se encontrava diretamente com os produtores de riqueza, como os fazendeiros e os comerciantes; o controle se encontrava no grupo de poder incrustado na administração municipal. Identificam assim, novas relações entre a dominação econômica e a representação política no âmbito da cidade. Os interesses hegemônicos ficaram subordinados ao poder político local, a prefeitura tornou-se o *locus* do poder, as disputas para prefeito e vereadores tornaram-se acirradas e o grupo político vitorioso teve continuidade para suas ambições de hegemonia política local durante 14 anos consecutivos. A força eleitoral decorrente do potencial político que adquiriram com os orçamentos engordados emprestou prestígio político, “natural coroamento da privilegiada situação de *donos do poder*” (LEAL, 1975).

A herança do controle e de dependência do dinheiro público, a fundo perdido, que marca as relações entre Estado e Sociedade (CRUZ, 2003), acaba por se equacionar na escala local, nas relações entre governo municipal e sociedade local. As práticas das forças locais de articulação com o poder Estadual para garantir o repasse de dinheiro e seu controle, que marcaram a política local desde a formação da cidade, passaram para as instâncias federais e mantiveram o pacto conservador com as oligarquias locais, representadas pela elite burocrática.

Os impactos territoriais provocados pelo PECPM, com a realização de diversos projetos de infra-estrutura urbana e comunitária, e os interesses particulares na produção da cidade contribuíram para desenhar o mapa social: pobres assentados na zona norte por meio de loteamentos públicos e da iniciativa privada; e a verticalização do centro da cidade ocupados pela população de melhor renda.

A partir da década de 1970, foi possível identificar a presença dos economistas na política urbana de São José do Rio Preto³¹⁹, possivelmente, influenciada pelo modelo das políticas do II

³¹⁸ Dados da *Conjuntura Econômica* de 1994, revelaram que entre as dez maiores empresas em número de empregados cadastradas na Delegacia Regional da CIESP, estavam aquelas que surgiram por iniciativa de empresários locais ou regionais, dentre elas: Ullian Esquadrias Metálicas Ltda; Euclides Facchini & Filhos; ICEC Indústria de Construção Ltda; Americanflex Indústrias Reunidas Ltda; e Pandin & Cia Ltda.

PND, do qual a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU - foi um dos capítulos constituintes, sob a coordenação do Ministério do Planejamento e da Coordenação Geral. Segundo Maria Adélia A. de Souza (1999), sobre a política urbana elaborada em 1973, pelo PNDU, havia duas concepções sobre a urbanização brasileira na equipe técnica: “uma globalista e outra setorialista”:

uma procurava lidar com o espaço brasileiro como uma totalidade manifesta no território e outra com uma visão segmentada do urbano, entendida como a somatória da habitação, do transporte, do saneamento básico, da gestão administrativa, das finanças. Visão que propiciava de imediato uma ação sobre a política urbana dos distintos grupos de interesse em cada um desses aspectos [...] A visão globalista, portanto geográfica, foi derrotada (SOUZA, 1999:114).

Ao revisar o conteúdo daquela política urbana, a autora criticou a atuação dos economistas e a grande dificuldade de cunho político:

[...] o essencial da política que estava subjacente ao seu significado, que era assumir a sociedade e o espaço como uma totalidade (representada, por exemplo, pela definição das áreas de intervenção), não foi possível pela estreiteza da compreensão teórica sobre a urbanização por parte dos economistas no poder, que continuam a ter uma visão contábil da sociedade, por parte dos donos do poder, pela avidez dos interesses que representavam e que uma política urbana mais orgânica viria confrontar. O livre mercado deveria também reger a política urbana”(SOUZA, 1999:141).

Apesar de Rio Preto ter ampliado progressivamente seus índices econômicos nos anos seguintes, resultantes das estratégias políticas para este setor, consideramos pertinente estabelecer uma ponte com a crítica de Maria Adélia A. de Souza sobre a visão técnico-econômica que atende a cidade “ao sabor das regulações que ignoram o espaço geográfico como instância a ser considerada na lida com o denominado social”, isto é, da compreensão do espaço social onde violência, segregação, carência generalizada de equipamentos e serviços e as questões do desenvolvimento urbano não se resolvem “com os passes mágicos dos planos de governo” (SOUZA, 1999: 113-142).

³¹⁹ Os economistas que ocuparam cargos públicos correspondentes ao desenvolvimento urbano, a partir deste período, foram: Roberto Lopes de Souza foi o primeiro Diretor do Escritório Regional de Planejamento (ERPLAN) de Rio Preto, vice-prefeito de 1977 a 1982 e Secretário de Planejamento de 1977 a 1979; Antonio Fernando Bonvino e Nelson José Geromel estiveram à frente das gerências de Emprego e Renda e Administração Municipal, respectivamente, no Instituto Municipal de Pesquisa e Planejamento (IMPP) que realizou o diagnóstico técnico da primeira fase do PECPM; Laerte Teixeira da Costa foi Secretário de Planejamento, em 1992; Orlando Bolçone assumiu a Secretaria de Planejamento de 1983 a 1988, de 1992 a 1996, e desde 2001 até a presente data.

Não se trata aqui de culpar os técnicos - economistas, arquitetos, engenheiros, dentre outros, que elaboraram os planos de governo, os projetos do PEPCM ou as leis urbanísticas que enfatizavam a organização racional na ocupação do espaço territorial – pelas mazelas sociais e pelas relações em que “se misturam, promíscuos, os interesses privados e os supostos interesses do Estado”³²⁰; trata-se de observar que a lógica da ação do Estado intervencionista tende a ser a da “reprodução da ordem vigente, perpetuando de forma renovada as contradições e conflitos da dominação por diversos meios, como a legislação e recursos vultuosos, onde o planejamento sempre foi criticado por contribuir para a reprodução do *status quo*, em geral, de maneira indireta” (SOUZA, 2002: 29).

Em São José do Rio Preto, houve na administração pública um grande aparato técnico e legal proveniente: do ERPLAN e do plano regional de desenvolvimento; do Instituto Municipal de Pesquisa e Planejamento – IMPP, que resultou na elaboração de diversos planos e projetos urbanos do PEPCM; e dos profissionais alocados nas assessorias e secretarias municipais que elaboraram o Plano de Sistematização Viária Urbana e revisaram a Lei de Zoneamento, com a participação de uma comissão técnica que incluía a Sociedade dos Engenheiros - entidade profissional que teve atuação expressiva nesse período, denunciando os desequilíbrios na organização espacial da cidade. Nesse aspecto, houve uma comunicação recíproca entre os especialistas científicos que aconselham as instâncias que tomam as decisões e os políticos que encarregam os cientistas segundo as necessidades da prática. De um lado, há o controle do desenvolvimento de novas técnicas e estratégias a partir das necessidades e de suas interpretações historicamente determinadas; de outro lado, há o controle dos interesses sociais refletidos em sistemas de valores, comprovados pelas possibilidades técnicas e meios estratégicos da sua satisfação³²¹.

³²⁰ VAINER, C. Palestra no Seminário “Repensando as Políticas Públicas e a Ação na Cidade”, promovido pela Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em novembro de 1999.

³²¹ Conforme Habermas (2006: 112), [...] “nem o especialista se converteu em soberano perante os políticos que na realidade, como supõe o *modelo tecnocrático*, se sujeitam ao perito e apenas tomam decisões fictícias; nem os políticos, como supõe o *modelo decisionista*, conservam fora dos âmbitos da práxis coativamente racionalizados uma reserva em que as questões práticas se devem continuar a decidir por meio de atos da vontade”.

Com o fim da intervenção voltada para o planejamento e desenvolvimento regional, configurado em um período de crise e de recessão, na década de 1980 – “a década perdida” - e, portanto, com o fim do período de intervenção mais significativa do Estado, acentuaram-se em Rio Preto as contradições sociais com a produção da cidade pela iniciativa privada, que resultou em empreendimentos de caráter altamente especulativo, de um lado, com a produção de condomínios fechados horizontais para a classe média, e de outro, na espoliação e marginalização da população de baixa renda assentada em loteamentos ilegais periféricos, sem infra-estrutura urbana.

Durante a década de 1980, diversas alterações na lei de parcelamento, ampliando inclusive o perímetro urbano, facilitaram a “urbanização corporativa”³²² desta e das décadas seguintes. Intensificou-se na cidade a ocupação de uma vasta superfície entremeada de vazios, onde o modelo viário, a carência de infra-estruturas, a especulação fundiária e imobiliária, os problemas de transporte e a periferização da população tornaram-se interdependentes.

O modelo rodoviário urbano de São José do Rio Preto foi determinado, no final da década de 1970, com o Plano de Sistematização Viária Urbana – PSVU que estabeleceu a hierarquia viária e a implantação de um anel pericentral e de um anel interbairros; em 1992, foi promulgada a lei que estabeleceu as diretrizes básicas do sistema viário do município; e, em 2001, foi promulgado o Plano Viário. Todos estes instrumentos legais determinaram a expansão urbana e a articulação viária para os futuros loteamentos, determinando, inclusive, o crescimento disperso e o espraiamento da cidade que corroboram à especulação imobiliária.

A especulação imobiliária - que dificulta o acesso à terra e à habitação e é alimentada pelas carências em serviços que valorizam diferencialmente as diversas frações do território - somada ao déficit habitacional conduzem à periferização da população mais pobre, que, no caso de Rio Preto, se assentou nas franjas perimetrais da Zona Norte e em mais de 108 loteamentos ilegais. Esses fatores, decorrentes do processo de urbanização corporativa, foram promovidos pelo próprio poder público que, conforme Milton Santos (1994:111), tornou-se “o criador

³²² Milton Santos (1994:95) define urbanização corporativa como aquela que é “empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das conseqüências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais”.

privilegiado de escassez, estimulando a especulação e fomentando a produção de espaços vazios dentro da cidade”, além de ser incapaz de solucionar o problema da habitação, que empurra a maior parte da população para a periferia e “empobrece ainda mais os mais pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de um consumo indispensável e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer”.

O planejamento urbano fundamentou-se, historicamente, nos grandes projetos viários como noção de progresso técnico, fazendo com que a cidade assumisse a “figura de máquina produtiva” - termo cunhado por Tafuri (1985:79) - e na legislação rígida como representação normativa excludente, incapaz de resolver os problemas inerentes ao crescimento e desenvolvimento urbano. Os planos urbanísticos das cidades disciplinadas vão, indiretamente, perpetuando as contradições e conflitos da dominação em que a distribuição dos benefícios, na cidade, diz respeito somente à elite local.

As decisões centralizadas do modelo autoritário, sobre a organização do espaço e da vida social, provocaram reações no período de redemocratização do país com a substituição da idéia de planejamento pela gestão, ultrapassando a competência técnico-instrumental dos planejadores e tecnocratas e exigindo a comunicação e a interação consciente da população para a redefinição e reconstrução de sua sociedade.

O **terceiro período** do planejamento de São José do Rio Preto referiu-se a esse período de redemocratização, quando surgiram no âmbito nacional, a partir da década de 1980, os debates sobre a questão urbana que passaram a valorizar a participação social na política local na tentativa de superar as desigualdades na cidade. A Constituição Federal de 1988 tornou obrigatório o Plano Diretor para as cidades com mais de 20 mil habitantes, estabelecendo o processo de participação no planejamento.

O Plano Diretor do município de São José do Rio Preto de 1992, segundo a Exposição de Motivos, buscou “novos caminhos para trilhar os rumos do desenvolvimento econômico e social”, propondo um “novo” e amplo “Padrão de Desenvolvimento” com o objetivo de “modernizar a economia” através da implantação de Pólo de Alta Tecnologia que traria inovações tecnológicas na produção e estabeleceria nova ordem no processo produtivo. O crescimento

físico-territorial estaria determinado pela malha viária, um elemento de estruturação e integração da cidade. O plano instituiu, ainda, o Conselho do Plano Diretor para manter o processo permanente de planejamento, do qual refletiria “na sua imposição as diversas formas de organização da comunidade”.

A participação social na elaboração do Plano Diretor de 1992 se restringiu aos técnicos da Sociedade dos Engenheiros, que pressionaram o poder público para que fosse elaborada uma nova Lei de Zoneamento a ser “realmente cumprida”, diante da Lei de Zoneamento existente que havia sofrido muitas alterações na Câmara Municipal e, por isso, tinha “prevalecido a vontade política sobre a técnica”³²³. O governo local (a Secretaria de Planejamento), por outro lado, defendia a racionalização da técnica para o planejamento, com a premissa de que o plano nascia da vontade política. O Conselho do Plano Diretor, do qual propunha refletir as diversas formas de organização da comunidade e o processo permanente de planejamento, foi constituído por um conselho municipal e seis categorias profissionais e de classe que tinham interesses específicos na produção e reprodução da cidade: arquitetos, engenheiros, advogados, jornalistas, corretores de imóveis e empresários – “as elites locais de crescimento”³²⁴, que ensejam o crescimento e a conseqüente valorização da cidade.

Nesse contexto, quando a atividade estatal visa a estabilidade e o crescimento do sistema, a política orienta-se para a prevenção das disfuncionalidades e para evitar os riscos que possam ameaçar o sistema. A política visa a *resolução de questões técnicas* e não a *realização de fins práticos*, assumindo, portanto, um *caráter negativo* peculiar (Claus Offe apud HABERMAS, 2006).

Na relação entre economia e Estado, a política se atém a evitar os numerosos imperativos que constantemente surgem; e “as informações provenientes das diferentes ciências sociais, que desembocam no sistema político”, permitem prever tanto as zonas de risco como o tratamento de

³²³ *Jornal do Engenheiro* de junho de 1989.

³²⁴ Fernandes (2001) explica a tese de Molotch e Logan sobre as elites do crescimento (distintas das demais pessoas que usam a cidade como lugar para viver e trabalhar), os quais consideram “a cidade como máquina de crescimento de onde se pode promover uso mais intenso da terra, coletar rendas mais elevadas ou capturar riquezas ali produzidas”. Se a cidade não cresce, não se valoriza; tampouco não valorizam os ativos nela imobilizados: propriedade, comércio, serviços às empresas e às pessoas, anúncios no jornal, rádio e TV, salários. Dessa forma, a cidade perde valor como mercadoria.

ameaças. Os riscos que ameaçam a estabilidade são manipuláveis com prognósticos das ações e medidas preventivas. O Estado se orienta na ação preventiva, restringindo-se a tarefas técnicas resolúveis administrativamente, de forma que as questões práticas ficam de fora. Quando os conteúdos práticos são eliminados, elimina-se a política no velho estilo, o qual legitimava a dominação por meio da definição para fins práticos. Atualmente, o programa dominante dirige-se só ao funcionamento de um sistema regulado, excluindo as questões práticas e assim “a discussão acerca de critérios que só poderiam ser acessíveis à formação da vontade democrática”. A discussão pública não se refere à solução de tarefas técnicas e, excluindo-se as questões práticas, a opinião pública política fica sem função. Considerando que as tarefas da atividade estatal se apresentam como técnicas, “a nova política do intervencionismo estatal exige uma **despolitização da massa da população**” (HABERMAS, 2006:71).

Dessa forma, apesar do discurso de que a lei de zoneamento e o Plano Diretor de São José do Rio Preto deveriam partir do “consenso técnico e comunitário”, ou de que “a lei deveria ser elaborada por técnicos desde que a população fosse ouvida”, conforme declaração de técnicos e políticos locais, é possível compreender a ausência da opinião pública sobre as questões urbanísticas, haja vista que o programa legitimador da dominação sobre a organização da ‘ação racional dirigida a fins’ (o Plano Diretor) não era apenas uma questão da práxis ligada à técnica³²⁵, mas da comunicação. A legitimação da dominação passou a ser a despolitização das massas, sem que ficasse evidenciada a suspensão das questões práticas ligadas à nova forma de dominação política. Habermas se refere a Marcuse para enunciar que “**a ciência e a técnica adotam** também o papel de uma **ideologia**”.

No plano econômico, o discurso do Plano Diretor remeteu à inserção da cidade em uma “nova ordem do processo produtivo”, na tentativa de alterar o perfil da indústria local, assim como o da mão de obra especializada, e de abrir perspectivas para a implantação de inovações tecnológicas, transformando a cidade em um “pólo de alta tecnologia”.

³²⁵ O entendimento de técnica, por Habermas (2006:101) é “a disposição cientificamente racionalizada sobre processos objetivados; referindo-se, assim, ao sistema em que a investigação e a técnica se encontram com a economia e a administração e são por elas retro-alimentadas”.

Identificamos, nesse discurso, as mudanças no contexto sócioeconômico brasileiro, nos anos 90, marcados por reformas constitucionais, reestruturação produtiva, e inserção da economia brasileira na economia globalizada.

As cidades e regiões ficaram imersas em um contexto global, em mutação permanente, onde a lógica de mercado requereu capacidade de reação imediata. Isso fez com que as administrações públicas focalizassem suas intervenções em projetos urbanos, por meio de parcerias público-privadas, na flexibilização do uso e da ocupação do solo. O urbano passou a ser tratado como empresa – a *cidade do empreendimento*, conforme Peter Hall (1988) - onde os recursos públicos foram aplicados na atração de novos investimentos externos e privados, provocando a intensificação de guerra fiscal.

Esse novo período marcou a transição do fordismo para a acumulação flexível. De acordo com a interpretação de Swyngedouw³²⁶, o processo de produção voltou-se para a demanda, de forma flexível e, em pequenos lotes, de uma variedade de tipos de produto; houve uma organização mais horizontal do trabalho; o espaço tornou-se mais integrado com a proximidade de empresas que se aglomeraram espacialmente; o Estado também foi alvo de inovações e tornou-se desregulamentador, flexível, privatizou serviços coletivos e dimensões de seguridade social, descentralizou e aguçou a competição inter-regional, as políticas regionais deixaram de ser nacionais e passaram a territoriais; ideologicamente ocorreu a individualização do consumo e da “sociedade do espetáculo”, conforme G. Debord denominou.

As relações entre Estado e mercado legitimaram os interesses privados por meio da ação em curto prazo, da despolitização da gestão e, em algumas cidades, dos métodos importados de planejamento que seguiam as regras da cartilha neoliberal, na condução da questão da competitividade urbana. Diversos autores buscaram conceituar as propostas de planos trazidas pelo neoliberalismo: cidades mundiais, cidades globais, cidades estratégicas, planejamento estratégico, distritos, redes, pólos, nós etc, correndo o risco de serem incorporadas como novos modismos, segundo Maricato (1997).

³²⁶ Confira em Harvey (1989:168).

Alguns autores, recuperando um discurso colocado por Otilia Arantes, apontaram que a venda da cidade seria feita por meio de atributos específicos, que constituem insumos valorizados pelo capital transnacional: espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, segurança etc, projetando e promovendo a imagem cidade para o exterior. O novo papel das cidades na reestruturação do capital internacionalizado seria sustentado pelas novas tecnologias da informação e de um novo modelo de organização sócio-técnica, conformando um novo espaço de fluxos onde o elemento central de produtividade seria o desenvolvimento informacional³²⁷.

Maricato (2001) enfatiza as propostas dos planos estratégicos que, apesar de roupagem democrática, combinavam ao ideário neoliberal que orientou o ajuste das políticas econômicas nacionais por meio do Consenso de Washington, apresentando uma receita para os países e outra para as cidades se adequarem aos novos tempos de reestruturação produtiva no mundo, ou, como ressalta a autora, “de ajuste da relação de subordinação às novas exigências do processo de acumulação capitalista sob o império americano”³²⁸. A exemplo do Consenso de Washington, em 1985, já havia acontecido um encontro em Nova Orleans, Estados Unidos, onde se traçou, com administradores de cidades, políticos, acadêmicos e homens de negócios, a definição de um receituário a ser seguido pelas administrações das cidades, onde a principal orientação era a de que a cidade deveria ser administrada como uma empresa, emergindo no cenário da administração pública o cargo de “Gerente de Cidade”.

³²⁷ Para citar um exemplo desses autores, pode ser encontrada uma abordagem sobre *informational city* em Sanches (1999) e Compans (1999). De acordo com Compans (1999), a produtividade baseia-se na qualidade do conhecimento e no processamento da informação, transformada em matéria-prima e produto, cujas características organizacionais estariam redesenhando a geografia econômica mundial. Esse novo paradigma tecnológico foi tratado por Castells em *The Informational City*. As sedes empresariais têm buscado proximidade de complexos universitários importantes ou proximidade de centros urbanos que ofereçam serviços financeiros e um meio de informação criativo, de idéias e técnicas, pelo intercâmbio de elementos concentrados espacialmente em uma rede própria de relações sociais. Aspectos também importantes na escolha da localização de centros de produção são: acessibilidade, onde rede de telecomunicações e transporte aéreo permite às empresas descentralizar atividades e expandir mercados; e qualidade de vida, que atende um mercado consumidor exigente, de pessoal altamente qualificado que trabalham no desenvolvimento de indústrias baseadas na informação.

³²⁸ Na reunião do Consenso de Washington realizada em Washington, em 1989, participaram representantes do governo norte-americano, das organizações financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial, BID etc) e representantes de vários países denominados “emergentes”. A receita elaborada pela agenda se referia a: disciplina fiscal; priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; investimento direto estrangeiro; privatização; desregulamentação; e propriedade intelectual (Maricato, 2001).

À luz dessa lógica e tomando como modelares outras experiências, São José do Rio Preto, no final da década de 1990, instituiu a figura do Gerente de Cidade sem conseguir realizar os “projetos estratégicos” que envolviam a parceria público-privada, a fim de que se criassem oportunidades para o crescimento econômico e atração de investimentos para a cidade – resultantes de uma agressiva concorrência na concessão de incentivos, comandada pelas grandes empresas privadas - como alternativa à ineficácia do Plano Diretor no atendimento dos objetivos e estratégias propostas para uma nova ordem do processo produtivo com a inserção de inovação tecnológica.

Em 2001, renovada a Administração Pública com as eleições no ano anterior, em que foram escolhidos representantes do Partido dos Trabalhadores para cargos do poder executivo, o governo local instituiu o Orçamento Participativo e nomeou para a Secretaria de Planejamento - nessa ocasião com a nova nomenclatura Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica - o economista que havia elaborado o Plano Diretor de 1992 e implantado os mini-distritos na cidade, na década de 80, cargo que permaneceu a partir de 2004, com a reeleição do governo municipal.

Atendendo às exigências constitucionais e à regulamentação dos diversos instrumentos de planejamento urbano propostos pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), em 2006, foi aprovado o Plano de Desenvolvimento Sustentável de São José do Rio Preto, encerrando o **quarto período** de planejamento da cidade analisado nesta tese.

Segundo a Exposição de Motivos, a metodologia do Plano Diretor fundamentou-se na Agenda 21 e na leitura técnica recomendada pelo Ministério das Cidades, resultando em diretrizes econômicas, sociais, ambientais e territoriais, com uma nova roupagem do discurso da “sustentabilidade”.

No âmbito econômico, foi restabelecida a proposta de transformar a cidade em pólo de alta tecnologia, por meio da diretriz “Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável”. Na leitura técnica, foram utilizados como documento básico de levantamentos estatísticos, as

edições da Conjuntura Econômica³²⁹ e o Plano do Sistema Viário, aprovado em 2002, que estava entre os documentos técnicos que foram sendo elaborados, desde 2001, sob a forma de planos técnicos setoriais, para induzir o desenvolvimento econômico local e criar novos pólos de geração de negócios e empregos. O plano ampliou o Conselho do Plano Diretor que, apesar da mesma característica do anterior, incluiu uma entidade social, o Fórum das Associações.

Nesse contexto, entendemos que, conforme Habermas, os interesses sociais determinam a direção, as funções e a velocidade do progresso técnico. Tais interesses definem o sistema social que coincidem com o da manutenção do sistema; a forma privada da revalorização do capital e a distribuição das compensações sociais, que garantem a lealdade da população, permanecem *como tais* subtraídas à discussão. O progresso quase autônomo da ciência e da técnica depende do crescimento econômico, criando-se assim uma perspectiva na qual “a evolução do sistema social parece estar determinada pela lógica do progresso técnico-científico”³³⁰.

Ao analisarmos os instrumentos possíveis da participação social na discussão do programa dominante, o Orçamento Participativo e o Plano Diretor, que incluiriam as questões práticas e os critérios que seriam acessíveis à formação da vontade democrática, verificamos que a população ficou subtraída à discussão.

³²⁹ Na edição de 2006 da Conjuntura Econômica, na página de abertura, o então Prefeito Municipal Edinho Araújo (PPS) apresentou a cidade atrativa aos investimentos da iniciativa privada, com o título “Compromisso com o desenvolvimento”, ressaltando que o foco do governo tinha sido a organização da cidade definida pelos “critérios para o seu crescimento planejado”. Os critérios, segundo a publicação, eram provenientes do novo Plano Viário de 2001, e a execução dos projetos constantes no plano que vinham “possibilitando o desenvolvimento ordenado de todas as regiões da cidade e do município”. Segundo o prefeito Edinho, os indicadores apresentados nesta publicação corroboraram para este crescimento, pois havia “um novo *boom* econômico em que investimentos públicos e privados poderiam chegar à casa dos R\$ 600 milhões”. Os investimentos privados citados pelo prefeito estavam localizados na área central e em um pequeno quadrilátero da zona sul da cidade, onde se localiza a população de melhor renda.

³³⁰ Segundo Habermas (2006:74), “a legalidade imanente de tal progresso parece produzir as coações materiais pelas quais se deve pautar uma política que se submete às necessidades funcionais. E quando esta aparência se impõe com eficácia, então, a referência propagandística ao papel da técnica e da ciência pode explicar e legitimar porque é que, nas sociedades modernas, uma formação democrática da vontade política perdeu as suas funções em relação às questões práticas e “deve” ser substituída por decisões plebiscitárias acerca de equipes alternativas de administradores. No campo científico, a **tese de tecnocracia** [...] parece-me ser muito mais importante que ela possa penetrar como **ideologia** de fundo também na consciência da massa despolitizada da população e desenvolver-se uma força legitimadora”.

Com especificidade própria, o Orçamento Participativo, enquanto instrumento de participação, não propiciou a politização da gestão urbana, haja vista que, com mobilização social frágil, não houve publicização de informação e composição do orçamento anual, tampouco o controle dos recursos públicos por parte da população.

No Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, ficou evidenciada a não capacitação da população para participar do processo de elaboração do plano, que nunca soube diferenciar os instrumentos – Plano Diretor e Orçamento Participativo – para compor as diversas reivindicações públicas. Somou-se a isso, a inserção minoritária da representação popular na constituição do Conselho do Plano Diretor, que tornou-se voto vencido frente à emissão de pareceres sobre processos de localizações de usos no interior da cidade, que substitui a discussão do controle da ordem urbana e da confrontação com as iniciativas do Executivo. Desta forma, a maior parte dos setores da sociedade não foram dotadas de poder para participar democraticamente da gestão da cidade, construindo, assim, a interação entre sociedade organizada e governo.

As características da dinâmica política no município não possibilitaram a construção de uma esfera de práticas sociais democráticas e a criação de uma relação pública estabelecida entre Estado e sociedade, comprometendo, portanto, a qualidade da democracia³³¹ com a perda da ação e da representação política, e da constituição das *partes dotadas de poder* (RANCIÈRE, 1996) no processo de participação democrática.

A subtração da fala caracterizou as mediações da tradição, da cultura e das práticas sociais históricas dominantes no município. Os recursos controlados pelo município não têm revertido em políticas públicas, em planejamento, ou em ações que apontem para a reversão do problema do desenvolvimento social. Pelo contrário, têm sido usados para aumentar a clientelização e as contradições locais; a clientelização gerou uma dependência neutralizando a capacidade crítica e de enfrentamento das questões locais. A privação da fala da opinião pública, alimentada pelo poder público, remete a uma situação de dependência política em função do regime representativo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado. Cria-se um clientelismo político, cuja situação de dependência faz com que as eleições dos prefeitos parecessem ser atos

³³¹ Adotamos o significado de *democracia* “as formas institucionalmente garantidas de uma comunicação geral e pública, que se ocupa das questões práticas: de como os homens querem e podem conviver sob as condições objetivas de uma capacidade de disposição imensamente ampliada” (HABERMAS, 2006:101).

plebiscitários, pois se vota na ocupação de posição com poder decisório e não em diretrizes para decisões futuras. A eleição democrática realiza-se mais em forma de aclamação do que de discussões públicas. São legitimadas as pessoas que devem decidir e, nesta ótica, as decisões são subtraídas à discussão pública. O processo de formação da vontade democrática fica reduzido a um procedimento regulado por aclamação a favor das elites chamadas alternadamente a governar³³².

O discurso e as práticas das elites políticas, por meio do modelo tecnocrático do Plano Diretor de São José do Rio Preto que pretendeu cientificar a política, tiveram elementos “modernos” ligados aos papéis dos componentes tecnológicos, mas os elementos conservadores se misturaram com práticas consideradas modernas na produção e reprodução social e econômica, que resultou em desigualdades sociais.

As desigualdades sócio-territoriais expressas principalmente nos moradores dos loteamentos ilegais, criaram os *grupos subprivilegiados*, conforme Habermas, que não são considerados como classes sociais, tampouco representantes potenciais da massa da população. “A sua privação de direitos e a sua pauperização já não coincide com a exploração, porque o sistema não vive do seu trabalho”; suas aspirações dependem da cooperação e, por isso, conservam um caráter apelativo. A institucionalização da dominação, de exploração econômica e de opressão política, mantém a comunicação distorcida e restrita, e as legitimações que a ocultam não são colocadas em questão. A dissimulação das questões justifica o interesse parcial de dominação de uma *determinada classe* e reprime a necessidade parcial de emancipação por parte da *outra classe* (HABERMAS, 2006:78-80).

O processo de privatização, que acompanha a onda neoliberal, tem como impactos a apropriação privada dos conteúdos do público e sua redução, de novo, a interesses privados. Para Oliveira (2000:57), a dissolução da esfera pública, a destituição de direitos, a desregulamentação, por parte das burguesias e dos governos, “encontram resistência social que não se transforma em alternativa política, ao contrário, a “administralização” do Estado do Bem-Estar é a produção do consenso que produz exatamente a anulação da política e do dissenso” (OLIVEIRA, 2000: 57).

³³² Trata-se da cientificação da política à teoria desenvolvida por Max Weber e Schumpeter para a nova sociologia política, segundo Habermas (2006:114).

A experiência democrática participativa pressupõe que se abarque uma representatividade significativa no volume de pessoas e uma qualidade dos processos para entender de que forma a experiência contribui para o aprofundamento da democracia e qual é o impacto real da experiência sobre a qualidade de vida da população. Para tanto, há que se **dotar as partes** (isto é, todos os setores da sociedade) **de poder** para participar democraticamente da gestão da cidade, construindo, assim, a interação entre sociedade organizada e o governo.

Segundo Rancière (1996), os clássicos ensinam que a política não se ocupa dos vínculos entre os indivíduos, nem das relações entre os indivíduos e a comunidade, ela é da alçada de uma contagem das “partes” da comunidade. Há política porque há uma conta malfeita nas partes do todo: há a parcela das partes e a parcela dos sem-parcela. Não há política simplesmente porque os pobres se opõem aos ricos. É a política, ou seja, a interrupção dos simples efeitos da dominação dos ricos, que faz os pobres existirem enquanto entidade. A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela.

O que motiva a idéia de política é o nó originário do fato e do direito e a relação singular que ele estabelece entre duas palavras-chave da política: a igualdade e a liberdade. “Existe política porque a ordem natural das pessoas de posse é interrompida por uma liberdade que vem atualizar a igualdade última, na qual assenta toda ordem social”, ressalta Rancière. Há ordem na sociedade porque uns mandam e os outros obedecem, desde que se compreenda que a ordem é para ser obedecida e, portanto, reconhecer-se igual àquele que manda. Para o autor, “existe política quando, pela lógica supostamente natural da dominação, perpassa o efeito dessa igualdade”. Por isso, a política acontece raramente. “O que comumente se atribui à história política [...] depende [...] da gestão dos interesses” (RANCIÈRE, 1996:38).

“A política é a instituição do litígio entre classes que não são verdadeiramente classes”. Classes verdadeiras quer dizer partes reais da sociedade, categorias que correspondem a suas funções. Para Rancière (1996:40), “existe política porque aqueles que não tem direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão”.

Em geral, segundo esse autor, chama-se pelo nome de **política**³³³ o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. O autor propõe chamar essa distribuição e o sistema dessas legitimações de *polícia*. Não identifica polícia àquilo que é designado pelo nome de “aparelho de Estado”, em que sua noção pressupõe a oposição entre Estado e sociedade, onde o primeiro impõe a rigidez de sua ordem à vida da segunda. Segundo o autor, a polícia é a lei, geralmente implícita, que define a parcela ou a ausência de parcela das partes. A lei de polícia “faz tradicionalmente do lugar de trabalho um espaço privado não regido pelos modos do ver e dizer próprios do que se chama o espaço público, onde o ter parcela do trabalhador é estritamente definido pela remuneração de seu trabalho”.

Em São José do Rio Preto, o esforço de criação de uma esfera pública, de fazer política, se é que houve, não sucedeu da ação das classes dominadas, pois, até aqui, não foi possível identificar a constituição de um conjunto de atores e práticas que pudessem romper com as bases do poder oligárquico.

Segundo Paoli (2007), as práticas sociais, civis e governamentais que atuam nas questões da cidade domesticaram-se e despolitizaram-se, mostrando sua ambigüidade na cena pública e política. As práticas atuam no plano salvacionista com intervenções localizadas. “Os mecanismos de participação popular organizados, originalmente pensados como novos espaços políticos de reinvenção democrática, hoje parecem existir apenas para resolver problemas sociais agravados” (PAOLI, 2007:230). Nesse sentido, de acordo com a autora, a “política” perde seu valor; ela se banaliza por não esboçar reais possibilidades de participação popular organizada e diversificada.

³³³ Por política, Rancière define como a atividade que “rompe a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos sem-parcela”. Para o autor, a atividade política é a que faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho, é um modo de manifestação que desfaz as divisões sensíveis da ordem policial ao atualizar uma pressuposição que lhe é heterogênea por princípio, a de uma parcela dos sem-parcela que manifesta ela mesma a igualdade de qualquer falante com qualquer outro ser falante. Para haver política, há que existir um lugar e formas para o encontro entre os dois processos heterogêneos. “O primeiro é o processo policial; o segundo é o processo de igualdade”. Nenhuma coisa é em si política, pelo único fato de exercerem-se relações de poder. Para que seja política, é preciso que suscite o encontro entre a lógica policial e a lógica igualitária, a qual nunca está pré-constituída.

Paulo Arantes³³⁴ aponta sobre a constituição do poder local que, historicamente, se deu em dois pelotões de comando:

no topo, a plutocracia onde as decisões são tomadas; logo abaixo, os ‘manipuladores simbólicos’, os profissionais de instrução superior, cujo trabalho consiste em assegurar a realização suave e eficiente das decisões tomadas pelos primeiros, que, por sua vez, terão todo o interesse em conservar próspera e satisfeita tal camada social, pois *eles precisam de pessoas que possam fingir ser a classe política [...]*, enquanto os ricos terão de continuar fingindo que a política local pode algum dia fazer a diferença.

Trata-se de uma crítica à idéia de descentralização como necessariamente democratizante, como ocorreu em São José do Rio Preto.

Até aqui, buscamos entender as transformações da cidade de São José do Rio Preto, conforme as práticas políticas com predominância da ação técnica sobre a gestão do território. Os coronéis e os comerciantes deram lugar a empresários que transformaram a cidade em sede de um setor dinâmico e moderno da economia: o setor de comércio e serviços especializados. A modernização conservadora, proposta pelo projeto ideológico dominante, transformou-se na busca pela industrialização, baseada em inovações tecnológicas na produção, para estabelecer nova ordem no processo produtivo. Distante de grandes mercados consumidores e com matéria-prima proveniente das atividades agropecuárias, a cidade vai se desenvolvendo com seus paradoxos de modernidade e conservadorismo, riqueza e pobreza, inclusão e exclusão, contínua e segregada, com as elites sociais e os grupos subprivilegiados, esperando que as promessas do projeto de modernidade se cumpram no norte do sertão paulista.

No decorrer da pesquisa, alguns aspectos se despontaram como importantes pontos de partida para estudos futuros, tais como:

1) a dinâmica regional na década de 80, que coroou definitivamente o papel de *pólo regional* de São José do Rio Preto, buscando compreender o sentido histórico do planejamento regional e a busca da superação das desigualdades nacionais, além do papel de São José do Rio Preto como responsável pela integração ou exclusão regional e, como território atrativo aos

³³⁴ Arantes cita Rorty que reparte a *overclass* identificada por Michael Lind em dois pelotões de comando: plutocracia e “manipuladores simbólicos”, de Robert Reich, que fingem ser a classe política de cada Estado-Nação individual (ARANTES, 2004:34).

capitais, orientado pelos interesses destes e da própria condição de *competitividade* da cidade, no contexto regional e nacional;

2) Os conceitos ou modelos em que foram baseadas as propostas do PECPM, principalmente as especificidades na criação e na implantação dos mini-distritos industriais, em que conjugam no mesmo setor indústria-habitação-serviços;

3) A colaboração com os municípios por meio da Fundação Prefeito Faria Lima – – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Cepam) - para elaboração de Plano Diretor, assim como as recomendações do Ministério das Cidades e suas aplicações e implicações enquanto método e política de planejamento urbano, e a influência destes nos planos diretores locais;

4) A constituição da dimensão pública em um contexto neoliberal de privatização e de desmantelamento da institucionalidade das últimas décadas, e as questões referentes à constituição da esfera pública e da política que propiciariam a discussão das diversas formas de representação da sociedade.

Com base em LePetit (2001), acreditamos que a leitura das crises e da conjuntura e o reconhecimento da sociedade como variável legítima do universo econômico foram os desdobramentos mais importantes sobre o desenvolvimento da história do planejamento de São José do Rio Preto. A cidade como objeto complexo e a evolução das formas de sua organização fizeram dela um objeto específico, que procuramos compreender através de seu desenvolvimento. Como ponto de apoio, a interdisciplinaridade surgiu para os sucessivos deslocamentos dos modos de representação do real e dos processos de mudança; esses processos supõem múltiplas temporalidades, cronologias, desnível entre dimensões econômica, social e cultural; desnível entre as estruturas formais de uma sociedade e seu funcionamento real.

Nossa ambição, no diálogo interdisciplinar, foi analisar as transformações sociais, econômicas e urbanísticas, na perspectiva de que a cidade é feita de cruzamentos; nela convergem os fragmentos de espaço e os hábitos vindos dos diversos momentos do passado; o tecido urbano, o comportamento dos cidadãos, as políticas de planificação urbanística, econômica ou social desenvolvem-se segundo cronologias diferentes. O passado não está concluído, ao

contrário, está aberto e contingente e, portanto, é preciso dar vida a suas potencialidades não realizadas. O presente nos fornece as considerações éticas e políticas sobre o futuro (LEPETIT, 2001). Com isso, buscamos associar uma trajetória histórica de São José do Rio Preto abrindo possibilidades de entendimento de seu presente, de um caminho de pensamento e de interpretação, esperando que o texto (a cidade) remeta a uma pluralidade crescente de significações para novas pesquisas e novas interpretações.

BIBLIOGRAFIA

ABERS, R. **Do clientelismo à cooperação:** governos locais, políticas participativas e organização da sociedade civil em Porto Alegre. Tradução de Alberto Lourenço. Cadernos da CIDADE. Vol. 05, n. 07. Porto Alegre, maio/2000. 26 p.

ACSELRAD, H.(org.). **A duração das cidades:** sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ANHAIA MELLO, L.R.. **Urbanismo e suas normas para organização de planos.** Boletim do Instituto de Engenharia, no. 89, abri, pp.209-218, 1933.

_____. **Urbanismo in** Boletim do Instituto de Engenharia. São Paulo. Novembro. No. 42. pp.235-240, 1928.

ARANTES, L. **Dicionário Rio-pretense.** A história de São José do Rio Preto de A a Z. São José do Rio Preto: Casa do Livro, 2001. 2ª. Edição ampliada e atualizada, 2001.

ARANTES, L; YARAK, A.; REY, J.L. **Quem faz história em São José do Rio Preto.** São José do Rio Preto: THS Arantes Editora, 2006.

ARANTES, L. e PARISE, A. C. **Desenvolvimento Econômico de São José do Rio Preto. 80 ano da ACIRP.** São José do Rio Preto: Casa do Livro, 2000.

ARANTES, Paulo Eduardo. **Zero à esquerda.** (Coleção Baderna). São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004).

ASSIS, Milton Faria de. **Avaliação do desempenho e adequação de sistemas de transporte público de cidades de porte médio em relação à sua estrutura urbana.** Tese de Mestrado. USP, São Carlos, 1985.

AVRITZER, L. **A moralidade da democracia:** ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática. São Paulo: Perspectiva, 1996.

_____. (coord.). **Sociedade civil e democratização.** Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AVRITZER, L.; DOMINGUES, J.M. (orgs). **Teoria social e modernidade no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

AZEVEDO NETTO, Domingos Theodoro de. Problemas e Desafios do Controle do Uso do Solo. In: **O Município no Século XXI: Cenários e Perspectivas.** Cepam. Ed. Especial. São Paulo, 1999.

BARONE, A. C. C. **Ibirapuera: parque metropolitano (1926-1954)**. São Paulo: FAUUSP (doutorado), 2007.

BAIERLE, S. **Experiência do Orçamento Participativo: um oásis no deserto neoliberal?** Texto publicado no Jornal “De olho no Orçamento”. no. 6/ abril de 1998.

_____. **Um novo princípio ético-político: prática social e movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política. Campinas: UNICAMP, 1995.

_____. Democracia Radical e Cidadania: a economia moral dos sujeitos. *In*: SILVA, L.H.da. **Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis: Vozes, 1999. 360p. Disponível em: http://empresa.portoweb.com.br/ong/cidade/texto_09.htm. Acesso em: 14 ago. 2005.

BAVA, S. C. A reapropriação das cidades. **Cadernos Le Monde Diplomatique**. Edição Especial no. 2: Um outro mundo é possível. Janeiro de 2001.

_____. (org). Desenvolvimento local. Geração de Emprego e Renda. **Revista Polis no. 25**. São Paulo, Polis, 1996.

_____. Democracia e poder local. **Revista Polis no. 14**. São Paulo: Polis, 1994.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BONDUKI, N. **Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

_____. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade : FAPESP, 1998.

_____. **Habitat: práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

_____. Crise de habitação e a luta por moradia em São Paulo. *In*: KOWARICK, Lucio (orgs.) **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BRANDI, Agostinho. **São José do Rio Preto 1852-1894**. Roteiro Histórico do Distrito: Contribuição para o conhecimento de Suas Raízes. São José do Rio Preto: Editora Riopretende, 2002.

BUENO, J.C.L. **A expansão física de São José do Rio Preto de 1980 a 2000**. Tese de Doutorado. FAU-USP, São Paulo, 2003.

CAMPOS, Cândido Malta. **Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo**. São Paulo: Senac, 2000.

_____. **Cidades Brasileiras: seu controle ou caos**. São Paulo: Nobel, 1989.

CAMPOS, Raquel Discini de. A “**princesa do sertão**” na **modernidade republicana**. Urbanidade e educação na Rio Preto dos anos 1920”. São Paulo: Annablume; São Jo’se do Rio Preto: Secretaria Municipal de Cultura, 2004.

CARLOS, A.F.A. A **(Re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARONE, Edgard. A **República Nova (1930-1937)**. Coleção Corpo e Alma do Brasil. Rio de Janeiro: Difl, 1977a.

_____. A **primeira República (1889-1930)**. Coleção Corpo e Alma do Brasil. Rio de Janeiro: Difl, 1977b.

_____. **O Estado Novo (1937-1945)**. Coleção Corpo e Alma do Brasil. Rio de Janeiro: Difl, 1977c.

CARVALHO, M.C.; FELGUEIRAS, D. Orçamento Participativo no ABC. Mauá, Ribeirão Pires, Santo André. **Revista Polis 34**. São Paulo: Polis, 2000.

CASSEN, B. Democracia participativa em Porto Alegre. **Cadernos Le Monde Diplomatique**. Edição Especial no. 2: Um outro mundo é possível. Janeiro de 2001.

_____. **Anatomia de um poder popular**. Texto disponível em: <http://empresa.portoweb.com.br/ong/cidade/texto07htm>. Acesso em: 23 jan. 2005.

CASTELLS, M. **La question urbaine**. Paris: Maspero, 1977.

CAVALHEIRO, A.A. **Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto.1927-1929**. São Paulo: Casa Editora Duprat- Mayença, 1930.

CINVA – Centro Interamericano de Vivenda e Planejamento. **A Carta dos Andes** Seminário de Técnicos e Funcionários em Planejamento Urbano. São Paulo: Edição Bem Estar. 1960.

CHOAY, Françoise. **A regra e o modelo**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

COMPANS, Rose. O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. No.1/Maio 1999. Pág.91-114

CRAWFORD, M. “Desdibujando las Fronteras: espacio público y vida privada”. In: **Quaderns 228**, págs. 14-22, Barcelona, 2001.

CRUZ, José Luis Vianna da Cruz. **Projetos Nacionais, elites locais e regionalismo**. Desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense. Tese de Doutorado. IPPUR, UFRJ, 2003.

DE GRAZIA, G. (org.). **Plano Diretor, instrumento de reforma urbana**. Rio de Janeiro, Fase, 1990.

DEAK, Csaba. Acumulação entravada no Brasil. E a crise dos anos 80. **Espaço & Debates:Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. nº 32. Pág.32-46. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1981.

DEAK,C & SCHIFFER, S. R.(orgs.). **O processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

DEUTSCH, R. "Agoraphobia". *In: Evictions, Art and Spatial Politics*. Cambridge: MIT Press, 1996.

DOWBOR, L. Os limites da sociedade de mercado. **Cadernos Lê Monde Diplomatique**. Um outro mundo é possível. Edição Especial no. 2, Janeiro de 2001.

_____. **Introdução ao Planejamento Municipal**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

DUTRA, O.; BENEVIDES, M.V. **Orçamento Participativo e socialismo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

ESTATUTO DA CIDADE. Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasília, 2001.

FACHIN, R. e CHANLAT, A. **Governo Municipal na América Latina**. Inovações e Perplexidades. Porto Alegre: Sulina, UFRGS, 1998.

FALCOSKI, L.A.N. **Estatuto da Cidade e do Urbanismo: Espaço e Processo Social**. Seminário Estatuto da Cidade – Gestão Urbana e Cidadania. Dep.Geografia UNESP e PPGEU – UFSCar, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 9ª ed. São Paulo: Globo, 1993.

FARIA, Vilmar. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. **Anais da ABEP**, 1978.

FAUSTO, F. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

FEDOZZI, L. **Orçamento Participativo: Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre**. 2. Ed. Porto Alegre : Tomo Editorial, 1999.

FELDMAN, S. **Planejamento e Zoneamento**. *São Paulo: 1947-1972*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2005

_____. Avanços e limites na historiografia de legislação urbanística no Brasil. **Anais do VIII ENANPUR**. Porto Alegre, 1999.

FERNANDES, Ana Cristina. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. **Espaços e Debates**. nº 41.2001.

FERNANDES, A. C.; PETISCO, A. Gestão urbana, empresa e democracia: o novo "zoneamento" da legislação urbanística e da produção da cidade em São José do Rio Preto – SP, **Anais do IX ENANPUR**, 2001.

FERNANDES, Florestan. **O homem e a cidade-metrópole**. [1959]. In: Mudanças sociais no Brasil. São Paulo: Difel. 1960.

FERREIRA, L. C. **Sustentabilidade no Poder Local: exemplo significativo**. Mesa redonda, 2000.

FINLEY, M. I. **Democracia antiga e moderna: edição revista**. Rio de Janeiro : Graal, 1988.

FISCHER, Nilton e MOLL, Jacqueline (orgs.). **Por uma nova esfera pública: a experiência do Orçamento Participativo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FONTES, A. M.M. Descentralização e Recentralização: onde fica o espaço metropolitano? *In: CARDOSO, E.D. e ZBEIBIL, V. (orgs.). Gestão metropolitana: experiências e novas perspectivas*. Rio de Janeiro: IBAM, 1996.

FURLANETTO, José Eduardo. **A Vida e as Obras do Prof. Adail Vettorazzo - Uma História de Amor e Dedicção a sua Cidade e ao seu País**. São José do Rio Preto: THS/Arantes Editora, 2008.

GENRO, T. **O Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

GOMES, L. **Gente que ajudou a fazer uma grande cidade**: Rio Preto. São Paulo: Editora Gráfica São José, 1975.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1993

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 17 Ltda, 2006.

_____. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. V. II.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1995.

HARVEY, D. **A condição pós moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança estrutural**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

_____. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. *In Espaços e Debates*, no. 06, São Paulo: NERU, setembro de 1982.

_____. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

LAMPARELLI, C.M. Cooperação Intermunicipal e Desenvolvimento: Soluções Regionais para o Desenvolvimento Municipal. *In: O município no século XXI: cenários e perspectivas*. CEPAM, Ed. Especial. São Paulo, 1999.

_____. Louis Joseph Lebret e a Pesquisa Urbano-Regional no Brasil. Crônicas Tardias ou História Prematura. *In PADILHA, Nuno, org. Cidade e Urbanismo. História, Teorias e Práticas*. Salvador. FAU/UFBA. Pp 281-298, 1998.

LAVINAS, L.; CARLEIAL, L.; NABUCO, M. R. (orgs.). **Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil**. São Paulo: Ed. Hucitec. Anpur, 1993.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. (O município e o Regime Representativo no Brasil). 6ª edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

LECHTE, J. **50 Pensadores Contemporâneos Essenciais**. Do Estruturalismo à Pós-Modernidade. Tradução de Fabio Fernandes. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001

_____. **A vida cotidiana no Mundo Moderno**. Tradução Alcides João de Barros. Editora Ática, São Paulo, 1991.

_____. **De lo Rural a lo Urbano**. Antologia preparada por Maria Gaviria. Ediciones Península, 1981.

LEME, Maria Cristina da Silva (coord.) **Urbanismo no Brasil**. 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

LEME, M.C.S.; LAMPARELLI, C.M. **A politização do Urbanismo no Brasil**: a vertente católica. Anais da ANPUR.pp.675-687, 2001.

LENOIR, R. Um antídoto contra a barbárie. **Cadernos Lê Monde Diplomatique**. Um outro mundo é possível. Edição Especial no. 2, Janeiro de 2001.

LEPETIT, Bernard, 1948-1996. **Por Uma nova história urbana**. Autor secundário: Salgueiro, Heliana Angotti. (org). Tradução : Cely Arena. São Paulo: EDUSP, 2001.

LIPIETZ, A. Globalização, reestruturação produtiva e impacto intra-urbano. *In*: Políticas públicas para o manejo do solo urbano. **Revista Polis, no. 27**. São Paulo: Polis, 1996.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARCUSE, P. **A construção social da segregação urbana**: convergências e divergências. Revista Espaço e Debates: Segregações Urbanas – São Paulo. V.24, nº 45, jan/jul 2004.

MAGALHÃES, I; BARRETO, L; TREVAS,V. (orgs.) **Governo e cidadania**: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega Ltda, série I, Volume I. 1979.

MARX, Murillo de Azevedo. **Cidade no Brasil: em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

_____. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Edusp, 1988.

_____. **Cidade brasileira**. São Paulo: Edições Melhoramentos/ EDUSP, 1980.

MATUS, C. **Dez teses sobre as Práticas de Governo**: o planejamento estratégico. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993.

MELO, M.A.B.C.de. **Municipalismo, Natio-Building e a Modernizacao do Estado no Brasil**, RCBS, São Paulo, no. 23, ano8, outubro, pp. 85-100, 1993.

MEYER, Regina Maria Proserpi. **Metrópole e Urbanismo. São Paulo anos 50.** São Paulo: FAUUSP (tese de doutorado), 1991.

MEZZAROBA, Orides. **O Partido Político no Brasil: teoria, história, legislação.** Joaçaba: UNOESC, 1995.

MINISTÉRIO DO INTERIOR, SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO (SDU), COORDENADORIA DAS CIDADES DE PORTE MÉDIO (CPM), PROJETO ESPECIAL CIDADES DE PORTE MÉDIO.. **Relatório de Avaliação.** Subprojeto São José do Rio Preto. Volume II – Fichas de Avaliação. São José do Rio Preto, 1982.

NERY, J.M.; SOMEKH, N.; ROLNIK, R. (org.). Políticas Públicas para o manejo do solo urbano: experiências e possibilidades. **Revista Polis no. 27.** São Paulo, 1996.

NUNES, L. A. P. **A construção da esfera pública no planejamento urbano.** Um percurso histórico: Santos, 1945-2000. Tese de Doutorado. FAU USP, 2005.

OLIVEIRA, F., PAOLI, M.C. e RIZEK, C.S. Atas da Revolução: o Orçamento Participativo em São Paulo. **IBASE – Revista Democracia Viva online no. 1** – Artigo Nacional. www.ibase.br, 2003.

OLIVEIRA, F.; PAOLI, M.C. (orgs). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global.** Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

_____. **O Elo Perdido – Classe e identidade de classe.** Editora Brasiliense: Salvador, 1987.

_____. **O Estado e o Urbano no Brasil.** In *Espaço & Debates*. São Paulo, 1982, pp. 36-54.

_____. **A economia da dependência imperfeita.** Rio de Janeiro:Graal, 1977.

OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S.(orgs). **A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo, 2007.

PAOLI, Maria Célia. **São Paulo operária e suas imagens (1900 – 1940).** In *Espaço & Debates*. No. 33. São Paulo: NERU, 1991.

_____. **Trabalhadores e cidadãos: a experiência do mundo público no Brasil moderno.** Estudos Avançados, São Paulo, IEA-USP, no. 7, 1989.

PEREIRA, J.M.D.; ARENDT, M. **O desenvolvimento da indústria gaúcha no séc.XX.** Artigo. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Curso de Ciências Econômicas.

PETRELLA, R. O desmanche do Estado. **Cadernos Lê Monde Diplomatique.** Um outro mundo é possível. Edição Especial no. 2, Janeiro de 2001.

PONT, R. A democracia representativa e a democracia participativa. **Seminário Internacional sobre Democracia Participativa.** Porto Alegre: Fórum Social Mundial, 2001. Biblioteca das Alternativas, 1999.

PONTUAL, P. **O processo educativo no Orçamento Participativo:** aprendizados dos atores da sociedade civil e do Estado. Tese de doutoramento. São Paulo: PUC, 2000.

POZZOBON, R.M. **Cidadania com igualdade plena:** um caminho em construção na cidade de Porto Alegre. Texto publicado no jornal “De olho no Orçamento” no. 3/ fevereiro de 1996.

RANCIERE, J. **O desentendimento. Política e filosofia.** Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

RIBEIRO, L. C. Q. O Município e a Reforma Urbana: os desafios da política urbana redistributiva. Rio de Janeiro: FASE, **Revista Proposta**, n.62, set. 1994.

RIBEIRO, L.C.Q.; CARDOSO, A.L. Planejamento Urbano no Brasil: Paradigmas e Experiências. Caxambu: **XIV ANPOCS**, 1990.

RIBEIRO, L.C.Q.; PECHMAN, R. **Cidade, povo e nação.** Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1996.

RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JR, O. A.. **Globalização, fragmentação e reforma urbana:** o futuro das cidades brasileiras na crise. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RIZEK, Cibele Saliba. Os sentidos da cidade brasileira: figurações da ordem e de seus avessos. *In:* **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, v.23, nº 43-44, pp. 79-91, jan/dez. 2003.

_____. Escravos da desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v.33, n.12, p.181-4, fev. 1997.

_____. Crise da cidade contemporânea. *In:* SILVA, K.P.(org.). **Tendências e Conceitos Contemporâneos.** Bauru: Unesp, 1995.

RIZEK, C.S.; ROLNIK, R. **Cidade contemporânea:** tendências e conceitos. Bauru: Unesp, 1995.

RIZEK, C. S.; VICENTINI, Y. **Neoliberalismo e políticas sociais compensatórias na América Latina.** Encontro Nacional da Anpur, 6, Brasília, 1995.

_____. Relação público-privado e a cidade empresarial. *In:* FERNANDES, A. e GOMES, M.A.A.F.(org.). **Cidade & História:** modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA – Faculdade de Arquitetura, 1992.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1999.

_____. **Reforma urbana e revisão constitucional:** limites e perspectivas. Rio de Janeiro: FASE, 1993.

ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R. (orgs.). Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social. **Revista Pólis no. 29.** São Paulo, 1997.

ROLNIK, R.; NAKANO, K. Velhas questões, novos desafios. **Caderno Le Monde Diplomatique.** Um outro mundo urbano é possível. Edição Especial nº 2, Janeiro de 2001.

SACHS, I. Novas Necessidades do Planejamento nos Países Subdesenvolvidos. **Anais do Encontro Cotidiano, Cultura Popular e Planejamento Urbano**. Organização, Editoria, Tradução: Maria Irene de Q.F. Szmrecsanyi. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

SANCHEZ, Fernanda. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. *In: ACSELRAD, Henri (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risca nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. Políticas Urbanas em Renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. No. 1/ Maio 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. V.1.A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

_____. “Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo” *In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, M.C. (orgs). Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e Governo Local: dilemas da reforma municipal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2001.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2ª. Ed. São Paulo: HUCITE, 1994.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SAULE JR, N.; ROLNIK, R. **Estatuto da Cidade: novas perspectivas para a reforma urbana**. São Paulo, Polis, 2001.

SCHIFFER, S.R. São Paulo como pólo dominante do mercado unificado nacional *in* DEAK,C.; SCHIFFER, S. r (orgs.) **O Processo de Urbanização do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

SILVA, J.A. **Direito Urbanístico Brasileiro** São Paulo: Malheiros Editores. 2ª. Edição (1ª. Ed.1982), 1995.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. *In: VELHO, O.G.(org.) O Fenômeno Urbano*. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

SKIDMORE, Thomas E. **O Brasil visto de fora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930 – 1964**. 7ª. Ed . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Maria Adélia A. de. O IIPND e a Política Urbana Brasileira: Uma Contradição Evidente. Pág.111-143. *In: DEAK, Csaba & SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs). O processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estados e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

SOUZA, M.L. **Mudar a cidade**. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SPOSITO, M. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Edusp, 1994.

STRECK, D.R. **Por uma pedagogia da participação**. Notas a partir do Orçamento Participativo no Estado do Rio Grande do Sul. UNISINOS, 1999. <http://empresa.portoweb.com.br/ong/cidade/texto11.htm>. Acesso em: 17 jul. 2005.

TAFURI, Manfredo. **Projecto e Utopia. Arquitectura e desenvolvimento do capitalismo**. Coleção Dimensões. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

TAVARES, M.C. **A recentralização fiscal e arbítrio público**. 1997. www.eco.unicamp.br/artigos/tavares/artigo22.htm. Acesso em: 23 jan. 2005.

TEIXEIRA, E. C. Conselhos de Políticas Públicas: Efetivamente uma nova institucionalidade participativa? **Revista Pólis no. 37**. Pág.99-119. São Paulo: Pólis, 2000.

TEODÓZIO, D. M. **Planejamento Estratégico e Estratégias de Gestão do Planejamento**: princípios e limites. Dissertação de Mestrado. São Carlos: UFSCar, 2003.

TEODÓZIO, D.M.; FALCOSKI, L. A. N. Processo de planejamento, estratégias de gestão democrática e o direito à cidade. **Anais do 4º. Colóquio Internacional das Transformações Territoriais**, Uruguai, 2002.

TIBURCIO, C.; BAVA, S.C. Quem está na frente é o povo. **Cadernos Le Monde Diplomatique**. Um outro mundo é possível. Edição Especial no. 2. Janeiro de 2001

TONELLO, O. **São José do Rio Preto**. Memórias de Oswaldo Tonello. São José do Rio Preto, 2006.

UTZIG, J.E.; GUIMARÃES, R. Democracia e participação popular na esfera pública: a experiência de Porto Alegre. *In*: BONDUKI, N. **Habitat**. As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

VILLAÇA, F. **As ilusões do Plano Diretor**. São Paulo, 2005

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil *in* DEAK, C. & SCHIFFER, S. r (orgs.) **O Processo de Urbanização do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo. Studio Nobel, Lincoln Institute, Fapesp, 1998.

WAIZBORT, L. **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: Editora 34, 2000

FONTES

JORNAIS

Data	Fonte	Título
01/03/1930	A Notícia	O grande pleito de hoje
30/10/1947	A Notícia	Campanha eleitoral de Cenobelino de Barros Serra e de Coutinho Cavalcanti
18/11/1947	A Notícia	Como vai funcionar a administração Municipal de Rio Preto a partir de 1º. de Janeiro de 1948
09/06/1948	A Notícia	Projetada a vinda a esta cidade do notável urbanista Prestes Maia
07/07/1948	A Notícia	Um plano urbanístico vai agora ser elaborado para Rio Preto
16/07/1948	A Noticia	O Serviço de Água de Rio Preto
27/07/1948	A Notícia	A municipalidade fará por administração as novas obras de água e de esgotos
25/08/1948	A Noticia	Em face da crise de habitação em Rio Preto
20/03/1950	A Notícia	Notável exposição de Arquitetura nesta cidade
21/03/1950	A Notícia	Inaugura-se hoje no elegante salão da Sociedade de Medicina e Cirurgia a anunciada exposição do arquiteto patricio dr. Luiz Saya
22/03/1950	A Notícia	Exposição do urbanista Luiz Saya na Associação Comercial de Rio Preto
22/03/1950	A Notícia	Pronunciará oportuna conferencia na Câmara de Vereadores o notável arquiteto brasileiro dr. Luiz Saya – Inaugurada ontem no salão da Sociedade de Medicina a anunciada exposição de arquitetura
23/03/1950	A Notícia	Pronunciou ontem magnífica palestra sobre arquitetura e urbanismo no recinto da edilidade
24/03/1950	A Notícia	Assentados os entendimentos para o levantamento do plano urbanístico de Rio Preto
23/07/1950	Diário da Região	A festa do recenseador em S. J. do Rio Preto
26/07/1950	Diário da Região	O palpitante problema da água e esgotos
30/07/1950	Diário da Região	Será inaugurado hoje o ‘plano de emergência’
20/11/1951	Diário da Região	Desligou-se do PTB o deputado Alberto Andaló
22/11/1951	Diário da Região	O plano urbanístico da cidade
14/12/1951	Diário da Região	Agitados os meios cafeeiros do Rio com a criação do imposto de vendas e consignação que incide sobre o café
01/01/1952	A Noticia	É muito o que a administração municipal que hoje se inicia em Rio Preto

13/02/1952	A Notícia	Qual será a razão porque vêm parar a Rio Preto
22/02/1952	A Notícia	Tanto lá como cá – maus fados há...como Rio Preto, à falta de plano urbano diretor São Paulo desenvolve-se sem método, ao sabor das conveniências particulares dos proprietários de áreas de terreno
29/02/1952	A Notícia	Causa indignação a atitude assumida pela bancada pessebista na Câmara na questão dos serviços de água e esgoto de Rio Preto
01/03/1952	A Notícia	Não devemos consentir que se desfalque o nosso município
02/03/1952	A Notícia	A angustiante “crônica” do serviço de águas e esgotos de Rio Preto
06/03/1952	A Notícia	Os elementos físicos favoráveis a Rio Preto não bastam para garantir-lhe um futuro brilhante
07/03/1952	A Notícia	Deverá ser aprovado hoje o projeto de lei autorizando o prefeito a assinar o contrato do empréstimo para o serviço de águas e esgotos
08/03/1952	A Notícia	Aprovado ontem, como esperávamos pela unanimidade da Câmara, o projeto de lei que autoriza o prefeito a assinar o contrato do empréstimo para o serviço de água e esgotos
22/03/1952	A Notícia	Exposição do urbanista Luiz Saya na Associação Comercial de Rio Preto
27/03/1952	A Notícia	A administração municipal precisa pensar no quanto seria útil para a cidade a retificação e alargamento de certos trechos de Rio Preto
13/04/1952	A Notícia	O plano urbanístico de Rio Preto elaborado pelo engenheiro Luis Saia é uma ante-visão inteligente do futuro próximo deste pedaço de São Paulo
30/03/1952	A Notícia	Fixação de normas para loteamentos e zoneamento racional
15/04/1952	A Notícia	Planificando o alargamento do perímetro central da cidade
07/05/1952	A Notícia	O loteamento de áreas distantes verdadeiro assalto à economia coletiva
25/05/1952	A Notícia	É preciso pensar no Rio Preto de amanhã se não se quiser que os nossos descendentes venham a morar numa cidade mesquinha
14/06/1952	A Notícia	A Câmara Municipal pode prejudicar grandemente o centro da cidade se não decidir quanto antes os destinos do projeto de alargamento da rua Bernardino
21/06/1952	A Notícia	Indispensáveis e urgentes as obras de rectificação dos nossos riachos urbanos
02/03/1956	A Tribuna	Canalização
07/03/1956	A Notícia	Em Rio Preto o engenheiro urbanista que remodelará ruas e jardins
13/03/1956	Diário da Região	Nossos políticos entrevistar-se-ão hoje com o Governador de nosso Estado
12/02/1958	A Notícia	Realizadas ontem na Câmara Municipal na sessão extraordinária, foi aprovado o projeto de zoneamento para

		a nossa cidade
12/02/1958	Correio da Araraquarense	Aprovado pelo legislativo, com emendas, o projeto do zoneamento
04/03/1958	Correio da Araraquarense	O zoneamento colocará os interesses do povo acima dos interesses individuais
18/03/1958	A Tribuna	Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto
06/10/1959	Correio da Araraquarense	O dr Philadelpho Gouveia Neto obteve nova consagração nas urnas
06/10/1959	Diário da Região	Philadelpho Gouveia (7.295) e Helio Negrelli (6.358) eleitos Prefeito e vice-prefeito de nossa cidade
06/06/1963	Diário da Região	Perante políticos ACIA lançou carta de princípios do “Movimento Cívico Eleitoral”
08/10/1963	Diário da Região	Lotf Bassit e Lineu Alcântara Gil eleitos prefeito e vice-prefeito
03/01/1964	A Notícia	Inicia-se hoje em Rio Preto, sob os melhores augúrios, um novo período administrativo
03/01/1964	Diário da Região	Assumiram os cargos os novos vereadores, prefeito e vice-prefeito de nossa terra
14/01/1964	A Notícia	Goulart promoverá, em 64, reformas de base no País
20/02/1964	A Notícia	Reformas de base são necessárias e o governo combaterá especuladores
12/03/1964	A Notícia	ACIA envia telegramas aos presidentes da Câmara e do Senado
14/03/1964	A Notícia	Invasão de terras na região de Rio Preto: denuncia Adhemar de Barros
21/03/1964	A Notícia	Rio Preto recebe hoje a visita do Gov. Carlos Lacerda
22/03/1964	A Notícia	Rio Preto é um estupendo exemplo do que vale a democracia
16/04/1964	A Notícia	Castelo Branco: “Cumprirei com honra e lealdade a constituição”
21/07/1964	A Notícia	Congresso Nacional refuta acusações de Carlos Lacerda
13/09/1980	A Notícia	Zoneamento vai à Câmara em novembro
07/1989	Jornal do Engenheiro	Plano Diretor e Lei de Zoneamento
23/09/1990	A Noticia	O sertão virou metrópole
04/11/1990	A Noticia	Plano tem que evitar o caos, diz Lima
25/11/1990	A Noticia	O descaso das autoridades no cumprimento das leis
08/03/1991	Folha de S. Paulo	Rio Preto tem apenas 5,86% do território coberto por vegetação
01/05/1991	Folha de S. Paulo	Terminal é inaugurado sem sistema de integração
12/08/1991	Folha de S. Paulo	Corredores de escoamento podem atrair novas empresas a Rio Preto
13/12/1991	Diário da Região	Fleury faz festa política para distribuir verbas
19/01/1992	Folha de S. Paulo	Distrito deve ser ‘parque tecnológico’
19/07/1994	Diário da Região	O segundo século da cidade

27/04/1995	Folha de S. Paulo	Rio Preto instala pólo tecnológico no IPA
16/05/1995	Folha de S. Paulo	Prefeitura seleciona 68 firmas para novo pólo
26/07/1995	Folha de S. Paulo	Parque Ecológico ocupa área de R\$ 4,2 milhões
28/11/1996	Diário da Região	Economia tem o maior crescimento desde 1980
19/12/1997	Diário da Região	Arquiteto assume função de gerente do município
23/05/1998	Diário da Região	Câmara vota garagem subterrânea
24/05/1998	Diário da Região	Prefeitura gasta R\$ 700 mil com parque
15/06/1998	O Estado de S. Paulo	Prefeituras adotam gerente para melhorar serviços
05/07/1998	Diário da Região	Projetos do gerente de cidade 'emperram'
08/07/1998	Diário da Região	Paulo Nakaoski é afastado das Finanças
19/07/1998	Folha de Rio Preto	Gerente anuncia pacote de R\$ 80 milhões para a cidade
07/08/1998	Diário da Região	Prefeitura pede empréstimos de R\$30 mi
08/08/1998	Diário da Região	Políticos lamentam perda de R\$ 30 mi
08/08/1998	Diário da Região	A dívida de Rio Preto
22/08/1998	Diário da Região	Negociações do parque começaram em 90
06/11/1998	Diário da Região	Prefeitura dá ultimato a Beto Carrero
18/12/1998	Diário da Região	Temporal mergulha a cidade no caos
22/01/1999	Diário da Região	Arquitetos condenam ipês na represa
29/06/1999	Diário da Região	78% dos eleitores reprovaram administração Cabloco
17/03/2000	Diário da Região	Projeto prevê investimento de R\$ 38 milhões
11/07/2000	Diário da Região	Multas pelo radar na cidade crescem 30%
14/07/2000	Diário da Região	Disciplina no trânsito
06/08/2000	Diário da Região	A recuperação da represa
12/08/2000	Diário da Região	Prefeitura não prioriza sinalização

LEGISLAÇÃO

1954 – Decreto Municipal 213 de 6 de Julho de 1954 - Adota o zoneamento do município nos termos dos artigos 29 e parágrafo único, e artigos 292, 293, 290, 295 e parágrafo 1º e 2º da lei estadual 1561/51 (código de normas sanitárias)

1958 – Lei Municipal 535 de 25 de Fevereiro de 1958 – Zoneamento e Ordenamento Urbano. Fica revogada pela Lei 1143/65

1965 – Lei Municipal 1143 de 20 de Novembro de 1965 - Fica aprovado o presente zoneamento e respectiva regulamentação, de uso, ocupação do solo e volumes das edificações, nas diversas Zonas em que fica dividido o Município.

1970 – Lei Municipal 1496 de 25 de setembro de 1970 - Dispõe sobre áreas industriais e criação do Conselho Diretor do Projeto para Desenvolvimento Industrial – Prodeci; alterada pelas leis: 06631 de 16/06/1997; 02129 de 24/06/1977; 02086 de 21/01/1977; 02021 de 13/05/1976; 01646 de 22/05/1972; 01636 de 10/04/1972; 01594 de 27/10/1971.

1984 – Lei Municipal 3504 de 19 de Outubro de 1984 - Fica aprovado o presente zoneamento e respectiva regulamentação. " modificado o ítem 15 do anexo 2 do artigo 3o. pela Lei nº 3655/85 modificada pela Lei nº 3695/85, modificado o ítem i letra n.do art 3o.pela Lei nº 3756/85, Lei nº 3917/86 modifica, modificado o art 54 pela Lei nº 3999/86, revogado o artigo 49 pela Lei nº 4662/90.

1986 - Lei Municipal 4007 de 18 de Dezembro de 1986 – Implementação do Plano Diretor do Sistema Viário de São José do Rio Preto com outras providências quanto ao uso do solo.

1989 – Lei Municipal 4574 de 25 de outubro de 1989 – Fica fixado o prazo máximo de 06 meses, após a promulgação da Lei Orgânica de São José do Rio Preto, para que o Executivo Municipal encaminha a Câmara Municipal, Projeto de Lei instituindo o Plano Diretor do Município.

1990 – Lei Orgânica do Município de São José do Rio Preto – SP; de 03 de abril de 1990; revisada em julho de 2006.

1990 - Decreto Municipal 05916 de 05 de outubro de 1990 – Fica constituída Comissão Federal do Plano Diretor, integrada por moradores, técnicos de diversos ramos, organismos governamentais e instituições nominadas, com a finalidade de oferecer subsídios à elaboração do projeto de Lei referente ao Plano Diretor de São José do Rio Preto, a ser apreciado pela Câmara Municipal.

1990 – Lei Municipal 4748 de 22 de Outubro de 1990 - Fica prorrogado até 30 de novembro de 1990, o prazo fixado pela Lei nº 4574 de 25/10/1989, instituindo o Plano Diretor do Município.

1992 – Lei Municipal 5135 de 01 de Dezembro de 1992 - Em cumprimento aos objetivos e diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento, fica aprovado o presente zoneamento e respectiva regulamentação de uso,e ocupação do solo e edificações, nas diversas Zonas em que fica dividido o Município. (ARTIGO 8º REVOGADO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 224/06 - PLANO DIRETOR)

1992 – Lei Municipal 5134 de 23 de Dezembro de 1992 - E criado o sistema Viário básico do Município de São José do Rio Preto, em consonância com as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento do Município

1992 – Lei Complementar 19 de 23 de Dezembro de 1992 - Fica instituído o processo permanente de planejamento na administração municipal de São Jose do Rio Preto, estabelecendo-se conceitos, objetivos e diretrizes a serem observados pelo órgão específico de planejamento, tendo como meta o desenvolvimento harmônico, sistemático e contínuo do município - Plano Diretor - REVOGADA PELA L.C. Nº 224/06.

1992 – Lei Municipal 5138 de 28 de Dezembro de 1992 - Em cumprimento aos objetivos e diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento, instituído pela Lei complementar do plano diretor, fica aprovada a presente Lei de Parcelamento do Solo – condomínios.

1993 – Decreto Municipal 07060 de 05 de Fevereiro de 1993 – Ficam nomeados para comporem o Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento – C.P.D.D., nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º da lei complementar no. 19/92, os seguintes membros:

1994 – Decreto Municipal 07465 de Fevereiro de 1994 – Fica exonerado, a pedido do Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento – C.P.D.D., o representante do sindicato dos jornalistas profissionais, Sr. José Luiz Rey, conforme artigo 1º do decreto no. 7060/93.

1996 – Decreto Municipal 08481 de Maio de 1996 – Fica exonerado, a pedido o Sr. Orlando José Bolçone do Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento – C.P.D.D., nomeado pelo decreto no. 7060, de 05 de fevereiro de 1993.

1996 – Decreto Municipal 08484 de Maio de 1996 – Fica exonerado, a pedido o Sr. Orlando José Bolçone do Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento – C.P.D.D., nomeado pelo decreto no. 7060, de 05 de fevereiro de 1993.

1996 – Decreto Municipal 08536 de 02 de Julho de 1996 – Fica nomeado o Dr. Luiz Antonio da Silva Pontes, para exercer a Presidência do Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento – C.P.D.D.

1996 – Lei Complementar 58 de 01 de Outubro de 1996 - O parágrafo 4o. do artigo 6o. da lei complementar nº. 19/92, passa a vigorar com a seguinte redação: os membros do conselho do plano diretor de desenvolvimento terão mandato de um ano, podendo ser reconduzido por apenas mais um mandato de um ano.

1997 – Decreto Municipal 08991 de 19 de Fevereiro de 1997 – Ficam nomeados para comporem o Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento – C.P.D.D., nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º da lei complementar no. 19/92, os seguintes membros:

1997 – Lei Complementar 78 de 07 de Julho de 1997 - Inclui um membro da secretaria municipal do meio ambiente no conselho do plano diretor de desenvolvimento.

1998 – Decreto Municipal 09509 de 11 de Março de 1998 – Ficam nomeados para comporem o Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento – C.P.D.D., nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º da lei complementar no. 19/92, os seguintes membros:.

1999 – Decreto Municipal 10074 de 04 de Fevereiro de 1999 – Ficam nomeados o Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento – C.P.D.D., nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º da lei complementar no. 19/92.

1999 – Lei Municipal 7816 de 30 de Dezembro de 1999 - Institui mecanismo de arrecadação de que trata o artigo 16 da Lei complementar 19/92, Plano Diretor de Desenvolvimento.

2000 – Lei Municipal 8159 de 10 de Outubro de 2000 - Cria incentivos a construção civil, através de flexibilização do Conselho do Plano Diretor.

2001 – Decreto Municipal 11071 de 09 de Maio de 2001 – Nomeia a Comissão do Plano Diretor Desenvolvimento – C.P.D.D.

2002 – Lei Complementar 153 de 11 de Dezembro de 2002 - Altera a Lei Complementar 19/92, que constituiu o Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento.

2003 – Lei Municipal 9102 de 4 de Novembro de 2003 - Altera a redação do item 24 do artigo 16 da Lei nº 4007, de 18 de dezembro de 1986, referente ao Plano Diretor do Sistema Viário

2005 - Decreto Municipal 12824 de 27 de Junho de 2005 – Ficam nomeados os membros do Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento – C.P.D.D.

2006 – Decreto Municipal 13148 de 02 de Maio de 2006 – Fica criada a Comissão para elaboração do Plano Diretor do Paço Municipal a qual acompanhará, permanentemente, sua implantação, sob a presidência de José Roberto Moreira.

2006 – Lei Municipal 9702 de 20 de Setembro de 2006 - Integra na Zona 4 os loteamentos/bairros Palestra, Califórnia, Universo, Astúrias, Colorado, Aroeiras e Antonieta, aprovados pelo Município, por motivo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, e mais Jardim Santo Antonio, Solo Sagrado, Solo Sagrado I, Jardim Antunes, Jardim Maria Lúcia, Jardim das Oliveiras, Jardim Santo Antonio I, João Paulo II, Conj. Hab. São Deocleciano, Parque da Cidadania e Zé Menino.

2006 – Lei Complementar 224 de 6 de Outubro de 2006 - Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de São José do Rio Preto, e revoga a Lei Complementar nº 19/92 e o artigo 8º da Lei nº 5135/92.

2007 – Decreto Municipal 13569 de 21 de Maio de 2007 – Ficam nomeados para compor o Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável – C.P.D.D.S., nos termos do parágrafo único do artigo 70, da lei Complementar no. 224/06.

2007 – Decreto Municipal 13772 de 26 de Novembro de 2007 – Substitui servidor nomeado para o Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável – CPDDS, instituído pelo Decreto no. 13569/07.

ANEXOS

Quadro síntese da estratégia de desenvolvimento para São José do Rio Preto, proposta pelo PECPM.

OBJETIVOS	DIRETRIZES	LINHAS DE AÇÃO
Acesso da população mais pobre à moradia	Ordenar a estrutura urbana em crise facilitando o acesso à habitação e o incentivo a ampliação e adequação do mercado de trabalho para as populações pobres.	Produção de lotes urbanizados, embriões e casas a preços acessíveis a população de baixa renda que residam em favelas, cortiços e habitações congestionadas. Favorecimento na diminuição da escalada de preços das unidades e aluguéis, através do aumento da oferta de unidades no mercado. Estimulo do crescimento da cidade em seu setor norte (entre o rio Preto e a BR 153), conforme determinação do Plano Diretor da Cidade.
Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água	Estender os serviços de abastecimento público de água potável, através de obras de ampliação da rede existente, à população urbana de baixa renda familiar ainda não atendida.	Construção de uma Torre de Resfriamento. Abastecimento dos lotes urbanizados. Ligações domiciliares em benefício das casas situadas em áreas que já dispõem de rede, mas que não foram ligadas devido a problemas financeiros.
Ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário	Ampliação do sistema de esgotamento sanitário estendendo o atendimento aos lotes urbanizados e distrito industrial a serem implantados no Projeto.	Implantação de rede convencional ligeiramente simplificada, nos lotes urbanizados, num total de 46.785m de rede. Construção de interceptores: à margem esquerda do rio Preto, no trecho entre Vila Toninho e BR-153, na extensão de 5.200, à margem esquerda do afluente córrego dos Macacos na extensão de 920m. Implementação de 4.644 ligações domiciliares.
Elaboração do Plano Diretor de Abastecimento de Água e Drenagem Urbana	Realização de estudos destinados à elaboração de planos.	Ampliação do sistema público de abastecimento de água da área urbana existente. Solução dos problemas de inundações em áreas urbanas provenientes do transbordamento de cursos de água.
Implantação de	Auxiliar na solução de problemas das	Execução de limpeza e desassoreamento do rio Preto,

Obras de Drenagem	<p>enchentes na zona central da cidade, pelo transbordamento do Rio Preto.</p> <p>Auxiliar na implantação do sistema viário, através do proçongamento das marginais do rio Preto, que liberarão áreas para ocupação popr programas habitacionais de baixa renda, no setor norte da cidade.</p> <p>Eliminar, da população ribeirinha, o constante risco das doenças de transmissão hídrica, pelo motivo das enchentes.</p> <p>Eliminar, da população ribeirinha, novos riscos de perdas patrimoniais, já constatados em casos de enchentes Anteriores.</p>	<p>através da drenagem do seu leito, numa extensão de 5000 metros à jusante do viaduto Jordão Reis, devendo ser dragado, carregado, transportado, descarregado e espalhado um volume de material estimado em 120.000m³.</p>
Plano de Sistematização Viária Urbana (PSVU)	Projeto de Transportes Urbanos	<p>Vias de circulação do sistema de transporte coletivo, em áreas de baixa renda.</p> <p>Ciclovía no vale do rio Preto e no vale do Córrego Piedade.</p> <p>Passagem sob os trilhos das Ferrovias Paulistas S. A. (FEPASA)</p> <p>Ponte sobre o rio Preto.</p>
Implantação de Conjuntos Habitacionais	<p>Suprir parte da demanda habitacional existente na população de baixa renda, contribuindo para sua fixação no município através da melhoria de suas condições habitacionais.</p> <p>Estimular o crescimento da cidade em seu setor Norte conforme determinação do Plano Diretor através da oferta de lotes urbanizados embriões e casas a preços acessíveis às diferentes faixas carentes da população.</p> <p>Ocupar vazios urbanos da oferta de lotes urbanizados embriões e casas, a preços</p>	<p>Implantação de 2 Conjuntos Habitacionais Populares: Canal 8, na zona sul da cidade situado em um ``vazio urbano`` entre a Vila Toninho e o Jardim Vitória Régia e a Fazenda Velha no setor Norte da cidade em outro vaziao urbano situado entre o loteamento Caparroz e Vila Clementina.</p>

	<p>acessíveis às diferentes faixas carentes da população.</p> <p>Absorver as populações que residem hoje em favelas, cortiços e habitações congestionadas em locais que oferecerão menores riscos à contaminação dos mananciais da cidade e proximidade aos locais de trabalho.</p>	
Implantação da Rede Somar de Abastecimento	<p>Construção de uma Central de Serviços a ser localizada num terreno de aproximadamente 24.500m², pertencente a Prefeitura, no Distrito Industrial, com toda infra-estrutura já disponível.</p>	<p>O Armazém da Rede Somar terá uma área de depósito de cerca de 2.680 m² podendo ser ampliada caso haja necessidade e atenderá inicialmente 230 varejistas de gêneros alimentícios, situados na região de São José do Rio Preto.</p>
Apoio ao Desenvolvimento da Horticultura Local	<p>Fornecer assistência técnica aos produtores da região, nas áreas de produção e comercialização, mediante a formação de uma equipe de técnicos especialmente treinada para este fim.</p>	<p>Treinamento da Equipe: Treinamento para 4 técnicos, sendo 2 na área de comercialização e 2 na de produção e estágio de 40 horas, junto a Secretaria de Agricultura do Estado, para cada categoria de treinamento.</p> <p>Metas a serem alcançadas: número de produtores a serem assistidos = 40, sendo 24 em São José do Rio Preto e 16 de outros municípios; área total a ser cultivada = 150 há; produção anual esperada = 9200 t/ano.</p>
Implantação de Horticultura nas Escolas Públicas e Associações Comunitárias	<p>Desenvolver a horticultura em 12 escolas e 9 associações comunitárias, produzindo cerca de 152 t/ano de 10 produtos selecionados: abobrinha, beterraba, berinjela, mandioquinha, pimentão, cenoura, repolho, couve, almeirão e alface. Esta produção equivale a 36% do consumo (420/ano) dos 10533 alunos que receberão a merenda escolar. A área disponível é de 1,4 há e será utilizada para a</p>	<p>Treinamento de 12 professores, os quais serão responsáveis pela introdução no curriculum escolar de noções básicas de olericultura e 21 zeladores e monitores que ficarão encarregados pela parte prática das hortas. O treinamento será ministrado por técnicos da Casa da Agricultura, mediante convênio.</p> <p>Formação dos canteiros com participação direta dos alunos. Esta fase, também, contará com a assistência de técnicos da Casa da Agricultura.</p>

	formação dos canteiros.	
Implantação do Distrito Industrial II	Uma área de 88,86 há, localizada à margem da Rodovia Federal BR 153, na altura do km 52, à 5 km do perímetro urbano e a 12 km do centro da cidade.	Retirando-se as áreas verdes, as de uso institucional e as de abertura de ruas e avenidas, restou para loteamento 524.906, 16m ² que serão retalhados em módulos de 500 e 1000m ² perfazendo um total de 838 módulos. Esses módulos possibilitarão a composição de 2000 a 40.000 m ² para a venda de acordo com as necessidades da empresa.
Implantação do Mini-Distrito Integrado	Consta de uma área bruta de 254.137,52 m ² , na área denominada Canal 8, localizada na rodovia Estadual SP-310, na altura do Km 435; e numa área de 348.137,53 m ² na área denominada ``Fazenda Velha`` na avenida Marginal do rio Preto no lado Norte da cidade. O projeto foi subdividida em duas glebas, dada a dificuldade em encontrar áreas disponíveis na área urbana que atendessem às dimensões exigidas pelo Projeto.	Para permitir a composição de áreas em tamanhos adequados à cada empresa foram idealizados 3 (tamanhos básicos de módulos: 350m ² , 450m ² e 252,00 m ² este último utilizado para a construção dos galpões industriais que serão oferecidos num total de 25.881,00m ² de construção.
Apoio Técnico às Micro, Pequenas e Médias Empresas.	Instalação de um escritório CEAG-SP se justifica também pela necessidade detectada da existência de um órgão municipal facilitador de desenvolvimento econômico local especialmente em função das potencialidades do setor secundário.	Identificação dinâmica da situação real das MPME'S Desenvolvimento de planos de ação compatíveis com as necessidades e características das MPME'S Identificação e intermediação com potenciais agentes. Capacitação gerencial dos empresários de MPME'S participantes do projeto de realocização no Mini-Distrito e Distrito Industrial II.
Implantação das Centrais de Compras e Serviços	A montagem das Centrais de Compras e Serviços para três ramos da indústria tem como premissa básica a organização e fortalecimento das micro e pequenas empresas da cidade e da região.	1. Central de Marceneiros: Lote e módulos tipo ``B`` = 1000m Adaptações Internas = pequeno escritório (3x4m) Com instalações sanitárias 2. Central de Serralheiros: Lote e 2 módulos tipo ``B`` = 1000m Adaptações internas = pequeno escritório (3x4m)

		Com instalações Sanitárias 3. Central de Confeccionistas Lote e 1 módulo tipo ``B'' = 500m Adaptações Internas= pequeno escritório (3x4m) Instalações Sanitárias
Melhoria do Sistema de Limpeza Urbana	Assegurar a continuidade da execução de serviços de limpeza urbana através da aquisição de novos equipamentos; ampliação da área atualmente atendida pelo serviço de coleta domiciliar ordinária; limpeza do sistema de drenagem pluvial; implantação de um aterro sanitário com vida útil de 10 anos.	Varrição Manual Varrição Mecânica Limpeza de Feiras Livres
Implantação de Unidades de Medicina Social	Ampliação de oferta de atendimento médico-social e pronto atendimento de saúde, através das descentralização dos serviços básicos de medicina e odontologia. Executar ações integradas de saúde visando proporcionar condições favoráveis a adequada evolução do processo de crescimento da criança. Executar junto Executar junto às gestantes ações integradas de saúde visando proporcionar condições favoráveis e adequada evolução da gestação, do parto e do puerpério. Executar junto a população das áreas pobres ações integradas de saúde, visando reduzir os riscos de infecção, morbidade e mortalidade.	Propõe-se a construção e equipamento de 3 unidades de medicina social, nos Bairros de Eldorado, Vila Toninho e Anchieta. Prevê ainda , como apoio às atividades das unidades de medicina social, a implantação do trabalho de educação preventiva, a ser desenvolvido nos Centros Comunitários.
Implantação de Pré-escolas	Dotar a cidade de equipamentos capazes de minimizar o déficit atualmente verificado nas áreas pobres do município através do	Construção e equipamento de 4 pré-escolas para o atendimento de 1000 crianças, através de um projeto padrão, onde cada pré-escola possuirá uma área construída

	atendimento de 1000 crianças da faixa etária de 04 a 07 anos exclusivos.	de 385,00 m ² .
Implantação de creches	<p>Minimizar o déficit existente, que apresenta uma população de 7.087 crianças de 0 a 7 anos, sem qualquer tipo de atendimento sócio-educativo.</p> <p>Proporcionar aos menores locados nas áreas pobres, compreendidos na faixa etária de 0 a 7 anos exclusive, atendimento de índole curativa e preventiva de forma a satisfazer suas necessidades básicas.</p> <p>Permitir que as mães se ausentem do lar para trabalhar, elevando assim a renda familiar da população das áreas pobres.</p> <p>Possibilitar ao pré-escolar cuja mãe trabalha fora do lar, um ambiente afetivo e cuidados que supram, na medida do possível, esta ausência.</p> <p>Integrar a família e a comunidade no atendimento sócio-educativo da criança.</p>	<p>Propõe-se construir e equipar 5 creches, para o atendimento de 500 crianças de 3 meses a 4 anos e 250 crianças de 4 a 6 anos e 11 meses atendendo-se assim através do programa COM/BIRD 750 crianças.</p>
Implantação de Centros Comunitários	<p>Dotar os bairros pobres no município de equipamentos que propiciem condições aos seus moradores de participar e se integrar comunitariamente, buscando minimizar a deficiência existente nesse setor.</p> <p>Estimular o desenvolvimento de práticas comunitárias, culturais, esportivas e de lazer, propiciando condições da própria população assumir os recursos sociais, tomando decisões, e participando efetivamente, desenvolvendo assim atividades que venham ao encontro de</p>	<p>Propõe-se construir e equipar 6 centros comunitários, pretendendo-se atingir através de cada centro toda a população das áreas onde se localizarão.</p>

	suas próprias necessidades e aspirações.	
Implantação e Operação da UAS (Unidade de Administração do Subprojeto)	O papel básico da UAS é o de coordenar e supervisionar, á nível local, todas as atividades administrativas, técnicas e financeiras, necessárias à execução do Subprojeto São José do Rio Preto.	Basicamente, a UAS necessitará de uma equipe composta de 18 técnicos de nível superior, 10 técnicos de nível médio, 4 funcionários de apoio e 6 estagiários, distribuídos nas seguintes áreas: Coordenação Geral, Gerência de Infraestrutura Urbana, Gerência de Infraestrutura Comunitária, Gerência de Emprego e Renda, Gerência de Administração e Controle Financeiro.
Modernização Administrativa da Prefeitura	Redimensionamento da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal. Correção de disfunções e pontos de estrangulamento nos processos organizacionais internos. Proposição de uma nova concepção na administração de recursos humanos da Prefeitura. Implantação de manuais de organização.	Envolvimento da alta administração e criação de um clima propício à intervenção na organização. Produção de conhecimentos Análise dos conhecimentos Apresentação do diagnóstico ao Prefeito Elaboração de proposta preliminar Apresentação, discussão e aprovação da proposta de estrutura organizacional, métodos e processos de trabalho Teste da proposta; Elaboração de propostas quanto a administração de recursos humanos; Apresentação, discussão e aprovação da proposta quanto à administração de recursos humanos; Implantação Final; Controle (acompanhamento, avaliação e realimentação) Elaboração de documentos formais de trabalho Disseminação dos documentos formais.
Implantação do Sistema Cartográfico	Permitirá auxiliar a administração pública municipal nos aspectos voltados para o planejamento urbano, assim como apoiar a área dedicada ao conhecimento do uso imobiliário urbano.	Constará de: <ul style="list-style-type: none"> a) Um conjunto de plantas planialtimétricas na escala de 1:5000 com curvas de nível espaçadas de 2 metros, das áreas urbanas e de expansão urbana da cidade, com aproximadamente 90km²; b) Um conjunto de plantas planialtimétricas na escala de 1:10000 com curvas de nível espaçadas de 10 metros, das mesmas áreas citadas a cima, com

		<p>aproximadamente 90km² obtidas estas plantas pela redução e compilação das restituídas originariamente em 1:5000.</p> <p>c) Uma planta planialtimétrica na escala de 1:25000, com aproximadamente 90km².</p> <p>d) Um conjunto de Plantas planialtimétricas na escala de 1:1000, da área urbana, com aproximadamente 60km².</p>
Implantação de Cadastros do Município	Montagem de um Cadastro de serviços e Equipamentos, de um Cadastro Fiscal Imobiliário, de um Cadastro Fiscal Mobiliário e a Planta Genérica de Valores.	Racionalização da administração tributária, aperfeiçoamento das informações, relacionamento planejamento-orçamento, organização harmônica do espaço físico e estabelecimento de uma unidade de comando.
Implantação de Sistema de Informações Gerenciais	Provimento da administração de um fluxo de informações relevantes para o apoio de sua gestão. Racionalização e dinamização do trabalho desenvolvido pela municipalidade.	Envolvimento da alta administração e criação de um clima propício á obtenção do sistema; Levantamento e análise de dados; Apresentação, discussão e avaliação do diagnóstico. Concepção de sistemas alternativos de informações gerenciais; Escolhas de alternativas; Desenvolvimento da alternativa escolhida; Implantação do sistema de informações gerenciais planejado; Controle e coordenação (acompanhamento, avaliação e realimentação).
Implantação do Sistema de Avaliação de Eficácia	Mensuração, prioritariamente, dos impactos sociais resultantes da atuação dos demais componentes.	Dotar a administração pública municipal de um instrumento gerencial que permita não só a análise dos resultados obtidos após a execução dos serviços e obras, como também permita acompanhar o desenvolvimento dessa ação, de tal forma a validar não só o planejamento inicial, como toda a etapa de execução dos diversos componentes.

Quadro de reivindicações das regiões do OP

Reivindicações das plenárias						
<i>Reivindicação</i>	Ano/Região					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Conserto dos bancos da praça	1,2	-	-	-	-	-
Revitalização da Área Central	1	-	-	-	-	-
Abandono de praças	1,2,3,7,10	-	-	-	-	-
Reforma da Arprom	-	-	-	-	1	1
Reforma da praça frente ao Palestra	-	-	-	-	1	1
Manutenção praça atrás Austa	2	-	-	-	-	-
Construção de praça Fashion Center	2	-	-	-	-	-
Consertar pista cooper represa	2	-	-	-	-	-
Swift - abandono e matagal	2	-	-	-	-	-
Mal uso do campo de futebol	2	-	-	-	-	-
Manutenção creches e quadras esportivas	2	-	-	-	-	-
Limpeza Av. Nagib Gabriel	2	-	-	-	-	-
Limpeza nas ruas.	2	-	-	-	-	-
Reforma da EMEF Cenobelino de Barros Serra, na Vila Diniz	-	2	-	-	-	-
Reforma da EMEI Branca de Neve.	-	2	-	-	1	1
Manutenção da praça Adolfo Guimarães Corrêa, na Vila Diniz	-	2	-	-	-	-
Reforma da Praça Allan Kardec (Rua Cíntia esq. com a João Bassitt), no Jardim Soraya.	-	2	-	-	-	-
Revitalização da praça em frente a E. E. Jamil Khauan, no Jardim Estrela.	-	2	-	-	-	-
Revitalização da praça da igreja de São Benedito, no bairro Vitória Régia.	-	2	-	-	-	-
Reforma e reativação da construção do Parque Infantil que está abandonado, na Rua Cíntia esq. com a João Bassitt, no Jardim Soraya.	-	2	-	-	-	-
Reformas na escola Jamil Khauan	-	-	2	-	-	-
Limpeza da área livre em Frente ao CAIC	-	-	2	-	-	-
Reforma do Centro Comunitário, cobertura da quadra de esportes. Vitória Régia.	-	-	-	-	2	2
Praça de lazer deteriorada, convertida em "ponto de droga"	3	-	-	-	-	-
Cobertura na entrada do posto	3	-	-	-	-	-
Manutenção de Praças e Terrenos	3	-	-	-	-	-
Reforma da praça do Jd. Urano, na Rua Felipe Abrão Maluf com a Rua Luiz Figueiredo Filho, colocação de bancos, pavimentação, arborização.	-	3	-	-	-	-
Limpeza terrenos	4	-	-	-	-	-
Reforma praça Tarraf I	4	-	-	-	-	-
Lotes sem calçada sem muros	4	-	-	-	-	-
Praças pouco arborizadas no Jd. São Manoel	4	-	-	-	-	-
Calçamento e limpeza de lotes baldios	4	-	-	-	-	-
Praças nas áreas da prefeitura que estão abandonadas	4	-	-	-	-	-
Cortar o mato em terrenos baldios	4	-	-	-	-	-
Conservação das áreas pertencentes à prefeitura, principalmente a praça no bairro Parque dos Pássaros	-	-	-	-	4	4
Limpeza e capinação de terrenos vazios no Parque dos	-	-	-	-	4	4

Pássaros						
Melhorar a limpeza pública no Bairro Tarraf II	-	-	-	-	4	4
Reurbanização da praça do Colégio Ezequiel Ramos.	5	-	-	-	-	-
Muro e galerias cemitério	5	-	-	-	5	5
Mato escola	5	-	-	-	-	-
Revitalização praça Igreja	5	-	-	-	-	-
Reforma na Escola Humberto Jorge: muro está caindo, salas caiu o teto, consultório dentário caindo; faltam equipamentos tais como: TV, vídeo, computador e outros.	5	-	-	-	-	-
Colocação de alambrado no Campo de Futebol, na Rua São Benedito, em Gonzaga de Campos.	-	5	-	-	-	-
Construção de muros no cemitério São João Batista na Vila Itália	-	-	5	-	-	-
Recuperação do muro e calçada do Cemitério São João Batista junto à avenida Feliciano Sales Cunha entre a avenida Francisco Barbeta Júnior e avenida Otávio Luiz de Marchi.	-	-	-	-	5	5
Construção de cobertura na entrada da USF na Avenida Feliciano Sales Cunha.	-	-	-	-	5	5
Cuidar da praça Sta. Terezinha	6	6	-	-	-	-
Reforma da parte externa da EMES Prof. Ademir Dib, na Boa Vista.	-	6	-	-	-	-
Cobertura da quadra da EMEF Dep. Arlindo dos Santos, na Vila Curti.	-	6	-	-	-	-
Reurbanização da praça da Igreja Santuário das Almas, na Boa Vista.	-	6	-	-	-	-
Retirada da quadra, na Boa Vista	-	6	-	-	-	-
Reurbanização e reforma da praça ao lado da EMES Prof. Ademir Dib, na Boa Vista.	-	6	-	-	-	-
Retirada do matagal da Av. Presidente Roosevelt com a Rua Barretos.	-	6	-	-	-	-
Revitalização da Praça do Emes - São João e Campos Sales	-	-	6	-	-	-
Recuperação e reconstrução do espaço municipal do "Mangueirão" (área verde, piscina, área esportiva)	-	-	-	-	6	6
Reforma da Praça São João	-	-	-	-	6	6
Manutenção e cuidados das praças que forem reformadas	-	-	-	-	6	6
Limpeza de ruas e bueiros nas ruas dos bairros Boa Vista, Parque Industrial, Jardim Conceição	-	-	-	-	6	6
Mato alto, escorpiões	8		-	-	-	-
Reforma do ponto de apoio ao carroceiro no Jardim Ana Angélica.	-	8	-	-	-	-
Reforma de área de Esporte, na praça situada na Avenida Monte Aprazível, esquina da Rua Catanduva, no Jardim Vetorasso.	-	-	-	-	8	8
Habilitação e revitalização da Praça Esportiva no bairro São Jorge em frente à igreja, parte da infra-estrutura já existente	-	-	-	-	8	8
Limpeza de mato em terrenos baldios no Jardim Antonieta	-	-	-	-	8	8
Limpeza de terrenos vagos próximo da linha do trem	-	-	-	-	8	8
Retirada de entulhos acumulados nas áreas desocupadas do Bairro Parque da Cidadania	-	-	-	-	9	9
Limpeza do córrego Piedadinha.	-	-	-	-	9	9
Limpeza de terrenos vazios no Jardim Nunes.	-	-	-	-	10	10

Limpeza das ruas. (Jd do Bosque I)	11	-	-	-	-	-
Troca do telhado do pátio da escola Sesi (o prédio é de propriedade da Prefeitura), do João Paulo II, na Rua César Pupin, s/n.	-	11	-	-	-	-
Reforma da Praça do jardim Caparroz, reconstrução das quadras esportivas.	-	-	-	-	11	11
Limpeza nas praças	12		-	-	-	-
Parcerias para cuidar de praças	12		-	-	-	-
Reforma de praças	12	8	-	-	-	-
Reforma praça da Maceno	12		-	-	-	-
Limpeza das praças em geral (São Deocleciano)	12		-	-	-	-
Reforma e ampliação da quadra de esportes da Escola Municipal Antonio Teixeira Marques, no Parque Joaquim Nabuco.	-	12	-	-	-	-
Reforma do campo de bocha, localizado na Av. Philadelfo Gouveia Neto, Vila Novaes, entre a UBS Selma Nazareth e o Centro Comunitário Arnaldo Affini, possibilitando o atendimento de crianças, adolescentes e terceira idade.	-	12	-	-	-	-
Reforma da praça na Rua 9 de junho em frente ao nº 936, na Anchieta.	-	12	-	-	-	-
Reforma da Praça Luiz Antonio Gil Diego, na Anchieta (buração), com infra-estrutura para atividades de esporte e cultura, com monitores.	-	12	-	-	-	-
Reforma do Centro Comunitário Arnaldo Affini, transformando-o em espaço para atender as necessidades da Comunidade, nas áreas social, cultural e lazer.	-	-	-	-	12	12
Reforma da quadra poliesportiva	14	-	-	-	-	-
Reforma da creche Ida Tereza, na Vila Toninho.	-	14	-	-	-	-
Reforma do prédio do 7º Distrito Policial, na Vila Toninho	-	14	-	-	-	-
Reforma do Posto de Saúde	-	-	14	-	-	-
Reforma na cobertura do Espaço comunitário	-	-	14	-	-	-
Revitalização da praças da cidade, mediante programa de adoção	-	16	-	-	-	-
		-	-	-	-	-
Limpeza dos lotes baldios	1,7,10, 11,12	-	-	-	-	-
Lotes vagos	2	-	-	-	-	-
Terrenos abandonados	2,9,10, 14	-	-	-	-	-
Falta fiscalização nas ruas que têm matos, materiais de construção	2	-	-	-	-	-
Mato alto assédio sexual com crianças que vem da escola	3	-	-	-	-	-
Terrenos baldios da prefeitura cheio de mato, sujeira. (Jd Majó)	10	-	-	-	-	-
Reforma do muro e reposição de alambrado da Rua Joaquim Pereira Garcia	-	-	-	-	11	11
Limpeza de entulhos terrenos vazios (Jd. Primavera)	12	-	-	-		-
Campanha de formação e informação sobre procedimentos de limpeza de terrenos baldios, para evitar a queima de palha e resíduos vegetais	-	16	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Área de lazer e esporte para crianças	1	-	-	-	-	-
Centros de lazer	1	-	7	-	-	-
Estudo sobre a possibilidade de aproveitar as bacias de	-	1	-	-	-	-

retenção de águas pluviais (no final da Andaló, do lado sul). Deixar altura de água constante que permita atividades aquáticas de lazer, recreação e/ou lúdicas.						
Abertura, da piscina e quadra, da escola "Cachinhos de ouro", para uso dos moradores. Nomeação de monitores possibilitando o melhor uso do local.	-	-	-	-	1	1
Faltam quadras para lazer	2			-	-	-
Construção de 01 praça poliesportiva no Cristo Rei.	-	2	2	-	-	-
Construção de 01 praça no terreno vazio entre o Caic e Romano Calil.	-	2		-	-	-
Construção de Praça no Jd. Yolanda	-	-	2	-	-	-
Término da Praça Cristo Rei	-	-	2	-	-	-
Revitalização do espaço da CODASP, jardinagem e infraestrutura para ser utilizado em atividades de lazer e cultura.	-	-	-	-	2	2
Praças públicas	3	-	-	-	-	-
Centro esportivo, como foi feito no Eldorado, temos o local no Parque Estoril onde já temos dois campos de futebol e poucas atividades esportivas, no qual só assim tiraremos os jovens do caminho das drogas.	3	-	-	-	-	-
Parque arborizado ao final da rua Nuno Alvares Pereira com Chaim José Elias até a Romeu Strazzi. Conforme polícia florestal não é permitida a derrubada de tais árvores, porém, sorrateiramente além das derrubadas estão tirando a terra.	3	-	-	-	-	-
Reativação da escola de balé da Cidade Jardim.	-	3	-	-	-	-
Construção de campo de areia cercado, na Rua Luiz Figueiredo Filho com a Rua Itália, de propriedade da Prefeitura, com as seguintes dimensões 70 x 100m (está abandonado).	-	3	-	-	-	-
Centro de Treinamento de atletismo, aproveitando o espaço ao lado do campo de futebol, Rua Aeropago de Itambé, no Parque Estoril.	-	3	-	-	-	-
Construção de campo Poliesportivo, em área de propriedade da prefeitura, localizado na Rua Nuno Alvares Pereira com a Rua Algemiro Goulart, no Parque Estoril. Este local oferece facilidades para construção de arquibancadas.	-	3	-	-	-	-
Instalação de bancos na praça do Jardim Urano na Rua Capitão Lindolfo.	-	-	-	-	3	3
Demarcar área de Cooper, na Praça Salua Honsi, no Jardim Tarraf	-	-	-	-	4	4
Construção de praça de lazer na quadra 3 da Rua Miguel Haddad, entre das Ruas Ângelo Cal, Germano Sestini, Mario Clapier Urbinati	-	-	-	-	4	4
Construção de banheiros públicos no local de caminhadas, praça do Jardim Vivendas.	-	-	-	-	4	4
Cultura bairros	5	-	-	-	-	-
Quadras Justino nos fins de semana	5	-	-	-	-	-
Quadra poliesportiva	5	-	-	-	-	-
Construção de 01 mini-campo esportivo na Vila Itália, com serviço de terraplanagem, no terreno institucional localizado na Rua Pedro Góes, entre a Rua Chede Scaff.	-	5	5	-	5	5
Construção de 01 quadra poliesportiva na área da	-	5	-	-	-	-

Prefeitura na Rua São Bento, no bairro Gonzaga de Campos.						
Construção de 01 quadra poliesportiva com escolinha de esportes e centro social. Na rua ao lado da Rua Abla Calil Muanis (área institucional, 6000 m²).	-	5	-	-	-	-
Construção de arquibancadas, na quadra de futebol de Gonzaga de Campos, utilizando o degrau do barranco localizado em um dos lados da quadra.	-	-	-	-	5	5
Efetivação de programas de lazer para jovens, na região administrativa 06	-	-	-	-	6	6
Finalizar a construção de infra-estrutura do Parque Setorial	-	-	-	-	6	6
Falta esporte e lazer	7,9	-	-	-	-	-
Atividade esportiva para tirar crianças da rua, combate as drogas	7	-	-	-	-	-
Habilitação de praças com estrutura para atividade física, com programas desenvolvidos por monitores, quadra de areia, no Eldorado.	-	7	-	-	-	-
Pista de atletismo, caminhada e campo de futebol, na Rua Valentim Gentil com Av. Alberto Olivieri, no Solo Sagrado.	-	7	-	-	-	-
Habilitação de locais para atendimento mediante programa específico: lazer, ginástica e saúde para a 3ª idade, no Jambolão na Av. Rio Preto, próximo à creche, no Solo Sagrado.	-	7	-	-	-	-
Criação de Centro Comunitário	-	-	7	-	-	-
Construção de área de esporte e lazer entre a Rua Luiz Dias e a Rua Rogério Cozzi, Jardim Anielli.	-	-	-	-	7	7
Existe projeto de calçadão de areia para lazer não sai pela burocracia (Cecap)	8	-	-	-	-	-
Construção de 01 praça esportiva para atender os bairros: Gabriela, Monte Verde, Parque da Aroeiras, Antonieta e Nato Vettorazzo.	-	8	-	-	-	-
Construção de espaço esportivo no bairro Nato Vettorazzo	-	-	-	-	8	8
Construção de Centro esportivo para atender a região dos bairros Jardim Antonieta e Nato Vettorazzo	-	-	-	-	8	8
Áreas de lazer (Santo Antonio)	9	-	-	-	-	-
Clube de lazer (Duas Vendas)	9	-	-	-	-	-
Programa para tirar as crianças de rua, criar programação para crianças que saem da escola que ficam em casa meio período sozinhas.	9	-	-	-	-	-
Construção de 01 Centro Poliesportivo, na área atrás da Escola Darci Ribeiro, no Santo Antonio.	-	9	-	-	-	-
Criação de área verde, praça de lazer, no terreno destinado para isso, na Rua Josefa Voltareli Santelice na altura do nº 340, entre o Jardim Antunes e Ana Célia.	-	9	-	-	-	-
Construção de 01 centro comunitário na Rua Salim Elias com a Rua N.Sra Aparecida (buracão), no Jardim Antunes.	-	9	-	-	-	-
Construção de 01 Centro Comunitário, no Jardim Arroyo, em parceria com a Prefeitura.	-	9	-	-	-	-
Construção de 01 quadra de esporte na área de lazer no Jardim das Oliveiras.	-	9	-	-	-	-
Construção de Centro Poliesportivo	-	-	9,13	-	-	-
Construção de Centro Comunitário para os moradores do Bairro Solo Sagrado I.	-	-	-	-	9	9

Construção do Centro Comunitário, no bairro Maria Lúcia	-	-	-	-	9	9
Instalação de Centro Comunitário em área revertida ao município, na Rua 10 de Abril, onde funcionava igreja evangélica, para desenvolvimento de cursos profissionalizantes, palestra, etc.- Solo Sagrado	-	-	-	-	9	9
Construção de Centro Comunitário no Jardim Nunes, no local junto á quadra esportiva, como estava planejado em projeto original.	-	-	-	-	9	9
Realização de programas para crianças na área musical. Zona Norte.	-	-	-	-	9	9
Criação de programas de educação musical para jovens e adolescentes. Zona Norte.	-	-	-	-	9	9
Centro de Lazer no Jardim Arroyo	-	-	-	-	9	9
Construção de um Centro Integrado Esportivo e de Lazer, em área da municipalidade existentes na Rua 10 de Abril, ao lado do campo de futebol, Solo Sagrado.	-	-	-	-	9	9
Construção do Poliesportivo Jardim das Oliveiras	-	-	-	-	9	9
Pista de caminhada, no Solo Sagrado.	-	-	-	-	9	9
Construção de Pista de Caminhada em terreno da municipalidade, localizado na Rua 10 de Abril, entre ruas 80 e 74, no bairro Solo Sagrado.	-	-	-	-	9	9
Construção de calçadas para caminhadas e arborização em ambos lados do córrego Piedadinha.	-	-	-	-	9	9
Construção de praça arborizada no Bairro Maria Lúcia	-	-	-	-	9	9
Arborização de áreas verdes com infra-estrutura esportiva, na zona Norte.	-	-	-	-	9	9
Arborização e construção de área de lazer no espaço anexo à Escola Estadual Celso Abade Mourão, Solo Sagrado.	-	-	-	-	9	9
Lazer para tirar as crianças da rua e das drogas. (Dom Lafayete)	10	-	-	-	-	-
Construção de 01 área de lazer no Jardim Marajó.	-	10	-	-	-	-
Construção de conjunto poliesportivo com calçada para caminhada na área destinada a esporte e lazer, na margem do córrego São Pedro, no Jardim Nunes.	-	-	-	-	10	10
Construção de poliesportivo na área da prefeitura localizada do lado da Madeira Ripema entre os bairros Duas Vendas e jardim Nunes.	-	-	-	-	10	10
Complementação de infra-estrutura do campos esportivo localizado na Rua Professor Wagner do bairro Jardim Manoel Del Arco.	-	-	-	-	10	10
Construção de praça na Avenida Norte - Sul entre as ruas projetadas 17 e 38.	-	-	-	-	10	10
Falta de lazer esporte (Residencial Rio Preto)	11	-	-	-	-	-
Áreas de lazer (Bosque da Felicidade)	11	-	-	-	-	-
Implantação de escola de futebol no campo do João Paulo II, na Rua Aurélio Biscassi.	-	11	-	-	-	-
Construção de 01 complexo poliesportivo na região administrativa XI.	-	11	-	-	-	-
Construção de quadra poliesportiva na área localizada na Rua Julian Godi ao lado da caixa d'água, no bairro Jardim Felicidade.	-	-	-	-	11	11
Construção de poliesportivo no bairro Vila Clementina.	-	-	-	-	11	11
Construção de quadra e área de lazer para as crianças do Projeto Cidadão do bairro João Paulo II	-	-	-	-	11	11

Construção de uma praça no terreno localizado entre as Ruas Ernesto Alves, Rua Aparecido Bianchi e Rua Maria Helena Monteiro Najem, no bairro Jardim Felicidade.	-	-	-	-	11	11
Lazer (Jd. Yolanda)	12	-	-	-	-	-
Praças (Jd. São Vicente)	12	-	-	-	-	-
Centro Comunitário (Maceno)	12	-	-	-	-	-
Construção de um ginásio poliesportivo na área existente no prédio da Escola Guiomar Maia.	-	-	-	-	12	12
Construção de praça na Rua Colomba Masson Sumariva em frente ao Supermercado São Diocleciano.	-	-	-	-	12	12
Lazer (Talhado)	13	-	-	-	-	-
Construção de poliesportivo no Distrito de Talhado.	-	-	-	-	13	13
Construção de área de esporte e lazer na escola Joana Casagrande Vinha, Talhado	-	-	-	-	13	13
Lazer, campo para uso dos moradores. (Estância Jockey Club)	14	-	-	-	-	-
Melhor aproveitamento da Casa de Cultura, apresentação de bandas e grupos municipais, aulas de violão e demais instrumentos musicais, cursos de teatro e dança.	-	-	-	-	15	15
Construção de pólo esportivo no bairro Santo Antônio, que atenderia os bairros vizinhos	-	-	-	-	15	15
Festival de bandas estudantis com produção de CD para as melhores músicas.	-	17	-	-	-	-
Ampliação do espaço esportivo da escola Oscar de Barros Serra Dória.	-	17	-	-	-	-
Implantação de áreas desportivas na cidade, com programas permanentes de esporte e lazer.	-	17	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Arborização	1,5	-	-	-	-	-
Preservação de Mananciais	1	-	-	-	-	-
Áreas verdes.	1	-	-	-	-	-
Cuidando não poluir solo e ar.	1	-	-	-	-	-
Arborização das ruas da ilha (centrão).	-	1	-	-	-	-
Regulamentar mediante lei a obrigação de cuidar as árvores defronte as casas.	-	1	-	-	-	-
Arborização do centro da cidade.	-	-	-	-	1	1
Realização de jardinagem nas praças públicas da cidade, utilização de plantas ornamentais, flores.	-	-	-	-	1	1
Calçada/ arborização Av. Aniloel Nazareth e Ademar Pereira	2	-	-	-	-	-
Saneamento do córrego dos Macacos com troca de emissários	2	-	-	-	-	-
Limpezas das margens do córrego dos Macacos.	-	2	-	-	-	-
Agilidade na poda das árvores nas praças da região e ao redor da UBS do Jd. Elvira	-	-	2	-	-	-
Criação de área verde, através da compra ou permuta da área de 24.000 m², que está localizada atrás do Shopping Royal Plaza, na Av. Brasilusa, no Parque Estoril.	-	3	-	-	-	-
Plantação de árvores, grama, jardinagem, em terreno vazio, na Avenida Potirendaba frente ao Poço Profundo.	-	-	-	-	3	3
Drenagem e limpeza da nascente do Córrego Borá para acabar com o criadouro de pernilongos.	4	-	-	-	-	-
Área verde é ocupada por máquinas, barracas da prefeitura	4	-	-	-	-	-
Jardim no canteiro central da Av. da Luz	4	-	-	-	-	-

Drenagem e limpeza de córregos.	4	-	-	-	-	-
Ajardinamento do Linhão, no bairro Maracanã.	-	4	-	-	-	-
Canalização de córrego	5,9	-	-	-	-	-
Fiscalização da empresa Base de combustíveis e matadouro que poluem o córrego Piedade com vazamento de petróleo e curtime.	-	-	-	-	6	6
Arborização do Parque Setorial	-	-	-	-	6	6
Recuperação das margens do córrego Robertinho (entre a divisa do Eldorado e São Jorge)	-	7	-	-	-	-
Poda de árvores no Jardim Anielli.	-	-	-	-	7	7
Limpeza das margens do rio Piedade, iluminação dessa mesma Avenida	8	-	-	-	-	-
Limpeza da represa municipal	9	-	-	-	-	-
Urbanização do córrego " Piedadinha" desde a sua nascente próxima a Rua Leôncio Ferreira no Jardim das Oliveiras, até a ponte da Rua Leônidas da Cunha Viana, no Jardim Antunes.	-	-	-	-	9	9
Arborização de áreas verdes com infra-estrutura esportiva, na zona Norte.	-	-	-	-	9	9
Arborização e construção de área de lazer no espaço anexo à Escola Estadual Celso Abade Mourão, Solo Sagrado.	-	-	-	-	9	9
Limpeza do córrego Piedadinha.	-	-	-	-	9	9
Parte sem córrego da Avenida do Liutão, arborização precária	10	-	-	-	-	-
Canalização do rio no Jardim Simões, (conhecido como buracão), com área verde e calçada.	-	10	-	-	-	-
Canalização do rio, que fica na Rua Alberto Bechara Hage, no Jardim Simões, até o rio Preto.	-	10	-	-	-	-
Jardinagem e arborização do canteiro central das Avenidas Augusto Buffulin e Selmo Liso.	-	-	-	-	10	10
Recuperação da mata ciliar das margens do Rio Preto até a Av. Danilo Galeazzi, na Av. Solon Varginha, desenvolvendo projeto urbanístico.	-	12	-	-	-	-
Construção de gabiões no Rio Preto na entrada do córrego localizado abaixo da ponte do Jardim Conceição	-	12	-	-	-	-
Perigo de vazamento de esgoto para a represa	14	-	-	-	-	-
Distribuição de mudas de árvores nativas para a recuperação de nascente dando assessoria técnica para os proprietários de terras, que participem do programa.	-	-	-	-	14	14
Aquisição de 01 decibelímetro, para intensificar a fiscalização da poluição sonora no município.	-	16	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Buracos nos cruzamentos	1	-	-	-	-	-
Calçadas irregulares: R. Mirassol Abreu	1	-	-	-	-	-
Execução de chanfros nas calçadas facilitando a locomoção por cadeiras de rodas, no centro.	-	1	-	-	-	-
Asfalto das Ruas Casemiro de Abreu, iniciando na Rua Luís de Camões. A primeira quadra não tem asfalto, as duas seguintes são asfaltadas, não há asfalto até a Cirasa, na Redentora.	-	1	-	-	-	-
Recapeamento da Rua Paquetá, entre Ipiranga e a Avenida Bady Bassit	-	-	-	-	1	1
Tapar buracos Ruas Fco Sizenando e Elizabeth	2	-	-	-	-	-
Tapar buracos	2,5,10,	-	-	-	-	-

	11					
Recapeamento de asfalto	1,2,4,6, 7,8,11	-	-	-	-	-
Falta asfalto	2,4,5, 10,11, 12,14	-	-	-	-	-
Calçamento na continuação da Av. de Maio após o rio, no bairro Vitória Régia.	-	2	-	-	-	-
Calçamento e urbanização do trecho da Av. Nagib Gabriel, beirando a cerca da linha do trem.	-	2	-	-	-	-
Duplicação e calçada no trecho da CODASP, na Av. de Maio, no bairro Vitória Régia.	-	2	-	-	2	2
Reforma do calçamento do pontilhão da Rua Regente Feijó, no Jardim Estrela.	-	2	-	-	-	-
Construção de calçada Av. Loft João Bassit	-	-	2	-	-	-
Reparar as irregularidades da Avenida Marginal Lineu de Alcântara Gil, entre Laranjão e a Ponte da Linha Férrea.	-	-	-	-	2	2
Recapeamento ou tapa buracos nas Avenidas Lineu de Alcântara Gil entre a Avenida de Maio e a Avenida Major Léo Lerro.	-	-	-	-	2	2
Construção de calçadas na Avenida Lineu de Alcântara Gil, do lado da Rodovia BR 153, na Avenida Ademar Pereira de Barros, do lado da Rodovia BR 153 e Washington Luis.	-	-	-	-	2	2
Pavimentação no trecho compreendido entre a ponte sobre os trilhos do trem, no final da Avenida Major Léo Lerro, até a vicinal da rio Preto a Engenheiro Schmitt.	-	-	-	-	2	2
Calçadas na Rua Amélia Cury.	-	-	-	-	2	2
Calçada em torno da CODASP.	-	-	-	-	-	2
A Rua Chaim José não tem calçada. Rua Alves Pereira em péssimo estado; em dias de chuvas é impossível atravessar	3	-	-	-	-	-
Calçada do linhão	3	-	-	-	-	-
Os buracos na rua estão aumentando	3	-	-	-	-	-
Término das calçadas na Rua Nuno Alvares Ferreira	-	-	3	-	-	-
Recapeamento da Rua Souza Bastos - Vila Sinibaldi	-	-	3	-	-	-
Recapeamento e sinalização da Rua da Fc com a Rua José Musegante	-	-	3	-	-	-
Recapeamento da Rua Chain José Elias	-	-	3	-	-	-
Recapeamento da Rua Nuno Alves Pereira, entre as Ruas José Elias e Romeu Strazzi	-	-	-	-	3	3
Asfalto das rua que dão acesso à Vila Azul	-	-	-	-	3	3
Recapeamento das ruas Abrão Thomé, Gago Coutinho, Waldemar Sanches.	-	-	-	-	3	3
Recapeamento asfáltico da Rua Espanha, entre as Ruas Nuno Álvares Pereira até a Avenida Potirendaba	-	-	-	-	3	3
Recapeamento da Rua Centenário nos bairros V. Sinibaldi, São Joaquim e Novo Mundo.	-	-	-	-	3	3
Recapeamento de dois bairros...	4	-	-	-	-	-
Calçamento lateral Alarme	4	-	-	-	-	-
Recapeamento e iluminação Av. Juscelino Kubitchek	4	-	-	-	-	-
Calçada Av. José Munia	4	-	-	-	-	-
Os funcionários que tapam buracos abrem e deixam abertos por mais de 15 dias, perto edifício Mario Sanches	4	-	-	-	-	-
Rua principal da Coopen trecho harmonia seja asfaltada e	4	-	-	-	-	-

de uma mão só						
Calçadas Av J. Kubitschek.	4	-	-	-	-	-
Reavaliação, padronização e conservação dos passeios públicos em benefício dos pedestres.	4	-	-	-	-	-
Melhorar o estado das ruas, principal-mente da ruas de acesso a Coopen	4	-	-	-	-	-
Av. Juscelino Kubstchek, buracos no asfalto	4			-	-	-
Asfaltamento da Av. Coração de Jesus, instituindo uma via para tráfego e outra para estacionamento público, para usuários do Hospital de Base, na Nova Redentora.	-	4		-	-	-
Recapeamento Tarraf I	-	-	4	-	4	4
Recapeamento das ruas dos bairros Aclimação e Jd. Tarraf I	-	-	-	-	4	4
Recapeamento de todas as ruas dos Bairros Morumbi e Jardim Fernandes	-	-	-	-	4	4
Recapeamento das Ruas José Prudêncio Drigo da Silva, Juquiá e Praça Salua Honsi / Jamir Kenan	-	-	-	-	4	4
Tirar as rotatórias de cubos de concreto da Rua José Pinho Monteiro e instalar as tartarugas (tachões) de ferro para manter a redução de velocidade do trânsito.	-	-	-	-	4	4
Asfaltamento da Rua Tupi, na extensão de 02 (dois) quadras, localizada entre as Ruas Francisco Cal e Rua São Pedro.	-	-	-	-	4	4
Recapeamento asfáltico das ruas do bairro Nova Redentora compreendidas entre as Avenidas Faria Lima, José Munia, Arthur Nonato e Rua Roberto Simonsen.	-	-	-	-	4	4
Recuperar Asfalto no Parque dos Pássaros	-	-	-	-	4	4
Calçamento das praças públicas do Jardim Morumbi	-	-	-	-	4	4
Calçada da Av. Cenobelino até a R. Feliciano Sales Cunha	5	-	-	-	-	-
Recapear ruas Jd.Herculano	5	-	-	-	5	5
Calçamento rua atrás UNORP	5	-	-	-	-	-
Asfalto continuação Av. Piedade Macedo Leles até Clube Campo	5	-	-	-	-	-
Pavimentação da rua Isidoro Pupim no Bairro São José Operário	5	-	-	-	-	-
Asfalto na estrada municipal (cont. da Rua João Vicente Aiello), que liga o Jardim Gabriela, Antonieta e Gonzaga de Campos (ver nome da estrada)	-	5	-	-	-	-
Asfalto na vicinal que liga Gonzaga de Campos com o Jd. Anchieta	-	-	5	-	-	-
Asfalto na Rua Militar, em Gonzaga de Campos	-	-	5	-	-	-
Asfalto ao lado da Estrada de Ferro - Av. Marginal - Fepasa	-	-	5	-	-	-
Recapeamento na marginal do Rio Rio Preto - Jd Congonhas.	-	-	5	-	-	-
Recuperação do Asfalto na Rua Dr. João Lisboa, Jd. Herculano	-	-	5	-	-	-
Recuperação do asfalto da Rua Abla Calil Muanis, entre a Rua Santina Figliagi Ceccato e Avenida Rio Preto.	-	-	-	-	5	5
Recuperação do asfalto da Avenida Rio Preto	-	-	-	-	5	5
Asfaltar a continuação da Avenida Ernani Pires Domingues até a ponte do Distrito Industrial.	-	-	-	-	5	5
Recapeamento das ruas do bairro Gonzaga de Campos, São José Operário, Jardim Herculano.	-	-	-	-	5	5

Calçamento da Av. São José do Rio Preto, do lado da Ferronorte, no Jardim Canaã.	-	6	-	-	-	-
Nivelamento no cruzamento das Av. Cenobelino de Barros Serra com Av. João Bernardino de Seixas Ribeiro, do lado da igreja, no Jardim Canaã.	-	6	-	-	-	-
Recapeamento da Rua Victor Brito Bastos e instituição de mão única, na Boa Vista.	-	6	-	-	-	-
Construção de 3º faixa na Rua Capitão Faustino e Cenobelino de Barros Serra, no Parque Industrial. (Sentido Zona Norte).	-	6	-	-	-	-
Recapeamento da Rua Dom Pedro até a Rua General Osório, na Boa Vista.	-	6	-	-	-	-
Diminuição da largura do canteiro central da Av. João Bernardino de Seixas, no Jardim Canaã.	-	6	-	-	-	-
Recapeamento das ruas dos bairros, Vila Moreira, Parque Industrial, Esplanada e adjacências.	-	6	-	-	-	-
Calçamento da Av. Presidente Roosevelt na altura da Ponte Maria Benta até o pontilhão na Rua Boa Vista, bairro Boa Vista	-	6	-	-	-	-
Asfalto na Rua Nove de Junho	-	-	6	-	-	-
Construção de calçada na R. Presidente Roosevelt no setor que passa baixo os trilhos, até a ponte Maria Benta	-	-	-	-	6	6
Recapeamento das Ruas Vitor Brito Bastos, Fritz Jacobs, Consolação, Rosário, Av. Brasil	-	-	-	-	6	6
Asfalto R. Policarpo Soares e a R. Votuporanga e Sta. Fé e R. de por perto	7	-	-	-	-	-
Calçada dos terrenos envolta do linhão	7	-	-	-	-	-
Recapeamento da Rua Angelina Finelli.	-	-	-	-	7	7
Recapeamento de ruas do bairro Jardim Anielli.	-	-	-	-	7	7
Pavimentação de ruas 16,20,3	8	8	-	-	-	-
Calçamento, passeio público e praça	8	-	-	-	-	-
Asfalto nas Avenidas. Sucena R e Ernani Pires Domingues que já foi pago e foi desviado para obra particular, 50 mts. Abandonados por 2 anos. (Jd Belo Horizonte)	8	-	-	-	-	-
Asfalto das ruas que ligam os bairros Gabriela com Jardim Belo Horizonte (sobre o Córrego) e do Jardim Belo Horizonte com o Parque do Sol.	-	8	-	-	-	-
Calçamento da área central do jardim, onde está localizada a Igreja de Santo Expedito, no Jardim Gabriela.	-	8	-	-	-	-
Asfalto de 1 qualidade.	9	-	-	-	-	-
Asfalto no Santo Antônio	9	-	-	-	-	-
Asfalto (Duas Vendas)	9	-	-	-	-	-
Asfaltamento e iluminação adequada nas travessias Antônio Marques de Oliveira e Antônio Antunes Jr, no Jardim das Oliveiras.	-	9	-	-	-	-
Recapeamento da Av. Antonio Marcos de Oliveira, no Jardim Ana Célia.	-	9	-	-	-	-
Pavimentação asfáltica no trecho de 50 metros na Rua Antônio de Oliveira.	-	-	-	-	9	9
Tapa buracos na Avenida Américo Agrelli	-	-	-	-	9	9
Asfalto na rua José Mastriche	10	-	-	-	-	-
Buracos nas ruas (Jd das Oliveiras)	10	-	-	-	-	-
Buracos rua Amilde Tedeschi	10	10	-	-	-	-
Recapeamento das ruas do bairro do Dom Lafayette.	-	10	-	-	-	-

Asfalto do restante das ruas no bairro Duas Vendas F.	-	10	-	-	-	-
Asfalto das ruas principais (percurso dos ônibus), do bairro D. Lafaiete	-	-	-	-	10	10
Recapeamento e tapa buracos da Rua Projetada 8 - C - B, no bairro Duas Vendas F	-	-	-	-	10	10
Recapeamento da Rua Manoel Del Arco do Bairro Manoel Del Arco	-	-	-	-	10	10
Asfalto (Bosque da Felicidade)	11	-	-	-	-	-
Criar lei que obrigue o DAE a tampar os buracos que ela abre	11	-	-	-	-	-
Recapeamento em toda a extensão da Rua Emílio Trigo Alves, no bairro Bosque da Felicidade.	-	11	-	-	-	-
Calçamento em terreno da prefeitura, localizado na Rua Rosa Generosa Pinheiro, nas proximidades do Sesi, no João Paulo II.	-	11	-	-	-	-
Recapeamento das Ruas Aniz Ali Haidar, Maria Bustos Moreno, Lincoln José Nasser.	-	-	-	-	11	11
Construção de calçadas na Rua Bechara José Hage, desde as Ruas Oscar Botossi até a Rua Nelson da Veiga (Terreno institucional).	-	-	-	-	11	11
Construção de calçada entre os bairros São José do Rio Preto I e Bosque da Felicidade.	-	-	-	-	11	11
Construção de calçadas em terreno institucional no Jardim Sônia Ruas João A. Silva e Rua Itanhaém.	-	-	-	-	11	11
Recapeamento da Rua 1º Mestre, entre a Rua Cristóvão Colombo e Tenerife, na Anchieta .	-	12	-	-	-	-
Asfalto da estrada vicinal ligando o bairro São Deocleciano na margem da fazenda da Encalso, numa distância de mais ou menos 6 Km	-	12	-	-	-	-
Recapeamento da Rua Sergipe, na Vila Ipiranga	-	12	-	-	-	-
Regularização da calçada, para caminhada, na rua 1º Mestre esq. com Cristóvão Colombo, na Maceno	-	12	-	-	-	-
Recapeamento da Rua Marcolino Barreto, na Vila Angélica, em toda a sua extensão.	-	12	-	-	-	-
Recapeamento da Rua Colômbia entre a Rua Cristóvão Colombo e General Glicério.	-	-	-	-	12	12
Colocar sargetões e valetas na Rua Nelson Pelicer com Napoleão Laureano.	-	-	-	-	12	12
Recapeamento das ruas dos bairros Anchieta e Vila Angélica.	-	-	-	-	12	12
Recapeamento e sinalização de vicinais.	13	-	-	-	-	-
Recapeamento das ruas e melhoria da sinalização das ruas dos bairros da cidade.	13	-	-	-	-	-
Melhoria do prolongamento da Rua Liberdade (vicinal). Colocação de pedras para formação da base, construção de muretas, arrumação do entulho nas laterais nos primeiros 400 m, que interliga o Loteamento São Luiz e São Luiz I com Onda Verde.	-	13	-	-	-	-
Acostamento na rodovia vicinal que liga a BR 153 a Talhado	-	-	-	-	13	13
Nivelar ruas do loteamento Terras de São José, Talhado	-	-	-	-	13	13
Construção do Acostamento da vicinal de Talhado.	-	-	-	-	13	13
Colocação de pedra brita e lombada, na prolongação da Rua Ezequiel Pinto, Talhado	-	-	-	-	13	13

Asfaltamento da estrada vicinal que nasce no Km 50,5 da BR 153 ligando o Distrito de Talhado. Esta estrada serve ao produtores agropecuários de Talhado, loteamentos San Luiz I e II, Estância Raquel e loteamento São Judas Tadeu, beneficiando a mais de 200 produtores rurais.	-	-	-	-	13	13
Asfalto (Estância Jockey Club)	14	14	-	-	-	-
Pavimentação (Bela Vista entrada Eng.Schmidt)	14		-	-	-	-
Asfalto do Bairro Sta. Catarina (Schmidt)	14		-	-	-	-
Recapeamento da vicinal entre Engenheiro Schimidt e São José do Rio Preto.	-	14	-	-	-	-
Recapeamento das ruas de Engenheiro Schimidt	-	14	-	-	-	-
Recapeamento da Av. Alfredo Folchini, na Vila Toninho.	-	14	-	-	-	-
Asfalto da vicinal da Santa Catarina, em Eng. Schimidt.	-	14	-	-	-	-
Construção de passeio público no início e do lado das estradas vicinais	-	-	-	-	14	14
Implantação de Programa de manutenção das estradas rurais.	-	-	-	-	14	14
Construção de acostamento da vicinal de Engenheiro Schmitt	-	-	-	-	14	14
Pavimentação asfáltica da Rua São Sebastião	-	-	-	-	14	14
	-		-	-	-	-
Iluminação da Redentora	1		-	-	-	-
Iluminação da Rua Casemiro de Abreu, no bairro Redentora.	-	1	-	-	-	-
Iluminação do viaduto Mário Covas, no bairro Redentora	-	1	-	-	-	-
Melhoria e manutenção da iluminação do Centro Comercial (Calçadão), troca de lâmpadas.	-	-	-	-	1	1
Troca de lâmpadas da iluminação do bairro Nazareth	-	-	-	-	1	1
Iluminação da praça frente ao Palestra	-	-	-	-	1	1
Iluminação calçadas canteiro Av. Murchid Honsi	2	-	-	-	-	-
Iluminação bairro e Av. Waldomiro Daud	2	-	-	-	2	2
Iluminação	2,3,4,6,7,10,11,12,14	-	-	-	-	-
Iluminação no trecho da CODASP, na Av. de Maio, no bairro Vitória Régia.	-	2	-	-	-	-
Melhora da iluminação, troca de lâmpadas, na Av. Major Leo Lerro	-	2	-	-	-	-
Iluminação na Rua Casa Blanca	-	-	2	-	-	-
Iluminação da Rua 10 do bairro Cristo Rei para o Vitória Régia.	-	-	2	-	-	-
Iluminação pública, no trecho da Avenida Marginal Lineu de Alcântara Gil entre a CODASP e Tiririca.	-	-	-	-	2	2
Iluminação Av. Potirendaba	3	3	-	-	3	3
Iluminação nas imediações da EMEI Ana Mantovani, na Rua José Dias Arroyo, 205, na Cidade Jardim.	-	3	-	-	-	-
Iluminação da quadra poliesportiva do Jardim Viena	-	3	-	-	-	-
Iluminação das Ruas Antonio Bongiovani e Abner Gomide, na Cidade Jardim.	-	3	-	-	-	-
Iluminação da Av. José Munia até a Romeu Strazzi	-	-	3	-	-	-
Melhoria da iluminação, reposição de lâmpadas, da Avenida Potirendaba	-	-	-	-	3	3
Melhoramento da iluminação da Rua Otavio Pinto César, Gago Cautinho, Cidade Nova	-	-	-	-	3	3

Troca de lâmpadas de maior luminosidade nos bairros periféricos.	-	-	-	-	3	3
Iluminação Tarraf I	4	-	-	-	4	4
Iluminação de praças	4			-		
Iluminação vapor de mercúrio para vapor de sódio	4	4	-	-	4	4
Iluminação bairro Miguel Moisés Haddad	4	4	-	-	-	-
Iluminação nas ruas próximas a escolas noturnas	4	-	-	-	-	-
Iluminação aumentar o número de postes de luz	4	-	-	-	-	-
Troca da iluminação pública, de lâmpadas de mercúrio por lâmpadas de vapor, no bairro Moysés Miguel Haddad.	-	4	-	-	-	-
Troca da iluminação pública no Bosque da Saúde.	-	4	-	-	-	-
Troca de lâmpadas de mercúrio por sódio no Jardim Morumbi	-	-	-	-	4	4
Melhoramento da iluminação no bairro Tarraf II	-	-	-	-	4	4
Iluminação da Av. Jesus Vilanova é precária	5		-	-	-	-
Iluminação da Av. Cenobelino até a R. Feliciano Sales Cunha	5	-	-	-	-	-
Melhora iluminação no bairro	5	-	-	-	-	-
Iluminação no calçadão do aeroporto	5	-	-	-	-	-
Colocar iluminação na Rua Ana Lerno Solar	5	-	-	-	-	-
Iluminação dos arredores da Cirasa, até a Rua Casemiro de Abreu.	-	5	-	-	-	-
Iluminação na vicinal que liga Gonzaga de Campos com o Jd. Anchieta	-	-	5	-	-	-
Iluminação com lâmpadas de Sódio em Gonzaga de Campos	-	-	5	-	-	-
Iluminação Chacára Maria Vettorazzo	-	-	5	-	-	-
Troca de Iluminação na Avenida Feliciano Sales Cunha	-	-	5	-	-	-
Iluminação na Rua Militar, em Gonzaga de Campos	-	-	5	-	-	-
Substituição das lâmpadas de mercúrio por lâmpadas de vapor de sódio dos bairros da região administrativa 05 (Vila Itália, Gonzaga de Campos, São José Operário), que ficam na proximidade da linha de ferro.	-	-	-	-	5	5
Substituição das lâmpadas de mercúrio por vapor de sódio, na Avenida Francisco Barbeta Júnior, na proximidade do Cemitério São João Batista.	-	-	-	-	5	5
Instalação de luminárias com braços na Rua Elias Mafhuz - Distrito industrial Waldemar de Verdi	-	-	-	-	5	5
Troca de lâmpadas de mercúrio por lâmpadas de sódio de maior luminosidade, dos bairros Boa Vista, Jardim Conceição e Parque Industrial	-	-	-	-	6	6
Melhoria da iluminação no Jardim Aneilli	-	-	-	-	7	7
Iluminação fraca. (Cecap)	8	-	-	-	-	-
Iluminação do campo esportivo (Cecap)	8	-	-	-	-	-
Troca de lâmpadas de iluminação do Jardim Gabriela.	-	8	-	-	-	-
Iluminação pública da Av. Dr. Ernani Pires (marginal do Rio Piedade), no bairro São Jorge e adjacências.	-	8	-	-	-	-
Instalar postes do alumbrado público que faltam, incluindo, braços e luminárias, nas Ruas Auriflama e Santa Paula, nos tramos que ficam perto da Rua Angelina Fineli e a Avenida Fortunato Ernesto Vettorazzo.	-	-	-	-	8	8
Troca de lâmpadas no bairro Jardim Gabriela	-	-	-	-	8	8
Troca de lâmpadas das Ruas transversais à Avenida Luzia Cerazi waiteman.	-	-	-	-	8	8

Troca de Iluminação Pública, na Rua 10 de abril, Solo Sagrado	-	-	-	-	9	9
Troca de lâmpadas de mercúrio pelas de sódio - Solo Sagrado	-	-	-	-	9	9
Iluminação da avenida Marginal, continuação da Av. Philadelpho Gouveia Neto e Av. Nóe Gonçalves de Souza, no Jardim Marajó	-	10	-	-	-	-
Iluminação do trecho compreendido entre a continuação da Avenida Falavina e a rotatória do bairro Duas Vendas.	-	-	-	-	10	10
Iluminação da Ponte localizada entre a Vila Elmaz e o Jardim Simões.	-	-	-	-	10	10
Iluminação (Jd. São Vicente)	12	-	-	-	-	-
Iluminação com postes no canteiro central, do bairro Santa Rosa I, com parceria dos moradores.	-	12	-	-	-	-
Iluminação da Av. Solon Varginha, com construção de calçadas para caminhadas, no Jardim Nazareth.	-	12	-	-	-	-
Iluminação das Av. Solon Varginha e Maria da Silva Dória, no Jardim Santa Rosa.	-	12	-	-	-	-
Troca de lâmpadas na Rua Marcolino Barreto.	-	-	-	-	12	12
Iluminação pública (Estância Jockey Club)	14	-	-	-	-	-
Iluminação precária. (Vila Toninho)	14	-	-	-	-	-
Troca de lâmpadas na Vila Toninho.	-	14	-	-	-	-
Iluminação das duas estradas vicinais de Engenheiro Schmitt	-	-	-	-	14	14
	-	-	-	-	-	-
Sinalização	1,4,5,6,7,12	-	7	-	-	-
Implementação de programas de educação de trânsito para motorista e pedestres	-	-	-	-	1	1
Reorganização do trânsito da cidade incluindo faixas de pedestres	-	-	-	-	1	1
Sinalização de trânsito no bairro	2	-	-	-	-	-
Sinalização trânsito no solo	2,3	-	-	-	-	-
Sinalização trânsito Av. Maio	2	-	-	-	-	-
Nome de rua	2	-	-	-	-	-
Construção de estacionamento para carros e motos em frente a E. E. Jamil Khauan, no Jardim Estrela.	-	2	-	-	-	-
Colocação de radar na Av. de Maio e Loft João Bassitt, no bairro Vitória Régia.	-	2	-	-	-	-
Sinalização em Frente as escolas Cleofas Beltram	-	-	2	-	-	-
Instalação de placas de indicação na BR 153	-	-	2	-	-	-
Instalação de Placas de sinalização no Cristo Rei	-	-	2	-	-	-
Instalação de placas de sinalização nas ruas do Jd. Estrela	-	-	2	-	-	-
Emplacamento com nome das ruas da Zona Leste.	-	-	-	-	2	2
Remanejamento dos estacionamentos defronte ao Hospital Austa, autorizando estacionamento de urgência	-	-	-	-	2	2
Semáforo Av. Potirendaba	3	3	-	-	3	3
Instalação de semáforos Rua Nuno Alvares Ferreira	-	-	3	-	-	-
Colocação de placas de identificação de ruas no bairro Bom Jardim.	-	-	-	-	3	3
Reorganização do trânsito, na Rua Adolfo Pereira, tirar mão dupla e estabelece estacionamento de um só lado da rua.	-	-	-	-	3	3
Instalação de semáforo com temporizador na rotatória do	-	-	-	-	3	3

Parque Estoril, nas Ruas Potirendaba com a Getúlio Vargas.						
Sincronização de semáforos	-	-	-	-	3	3
Disciplinar trânsito	4	-	-	-	-	-
Ordenamento do trânsito	4	-	-	-	-	-
Aquisições de semáforos com luminosos temporizadores com objetivo de nortear a locomoção de pedestres	4	-	-	-	-	-
Sinalização e identificação das ruas do bairro Moysés Miguel Haddad.	-	4	-	-	-	-
Instalação de placas com nomes das ruas do Bairro Morumbi	-	-	-	-	4	4
Sinalização vertical e horizontal das ruas do bairro Nova Redentora, implantação de direção mão única.	-	-	-	-	4	4
Planificar, organizando o estacionamento dos ônibus que vêm das cidades vizinhas para trazer pacientes para o Hospital de Base.	-	-	-	-	4	4
Sinalizar as ruas onde não é permitido o trânsito de Caminhões nas regiões residenciais.	-	-	-	-	4	4
Melhoramento da sinalização nos bairros Aclimação e Tarraf I	-	-	-	-	4	4
Sinalização de trânsito na Rua José Prudêncio da Silva	-	-	-	-	4	4
Instalação de redutores de velocidades na Rua José Prudêncio Drigo da Silva.	-	-	-	-	4	4
Colocar mão única nas ruas internas do Bairro Morumbi	-	-	-	-	4	4
Melhorar o escoamento do trânsito para as Avenidas Anísio Haddad e Juscelino K. de Oliveira e Br 153	-	-	-	-	4	4
Melhorar a sinalização que estabelece a velocidade na região do Residencial Tarraf II	-	-	-	-	4	4
Supervisionar o trânsito pesado na Rua Antônio Evaristo Cabrera e nos bairros residenciais em geral.	-	-	-	-	4	4
Fiscalização do trânsito	5			-	-	-
Colocar placas da rua	5			-	-	-
Instalação de semáforo no cruzamento da Av. Dos Estudantes com a Av. Bartolomeu, no bairro Santos Dumont.	-	5	-	-	-	-
Colocação de placas de denominação de ruas, sinalização de serviços públicos, nos bairros Vila Itália Gonzaga de Campos, São José Operário, Jardim Herculano	-	-	-	-	5	5
Colocação de placas com os nomes das ruas, no Distrito Industrial Waldemar de Oliveira Verdi	-	-	-	-	5	5
Colocação de sargetões na esquina das Ruas São Benedito com a Rua São Bento.	-	-	-	-	5	5
Organização do trânsito nas Rua Izidoro Pupim até final da Rua São Benedito.	-	-	-	-	5	5
Placa de Sinalização Praça Anchieta	-	-	6	-	-	-
Retirar de lombada na Rua Moysés Miguel Haddad, próximo ao número 637	-	-	6	-	-	-
Emplacamento com nomes das ruas do Jardim Anielli.	-	-	-	-	7	7
Sinalização de trânsito no Jardim Aneilli.	-	-	-	-	7	7
Falta de 3 semáforos (Jd Vetorasso)	8			-	-	-
Sinalização da Avenida na região até a margem do Macedo Teles	8	-	-	-	-	-
Planejamento e sinalização do trânsito nos bairros com placas de identificação das ruas.	8	-	-	-	-	-

Emplacamento de ruas do bairro Aroeira II	-	-	-	-	8	8
Colocação de placas com nomes das ruas do Jardim Simões.	-	10	-	-	-	-
Sinalização das ruas no Jardim Marajó.	-	10	-	-	-	-
Reestruturação da sinalização de trânsito das ruas do bairro Dom Lafayette.	-	10	-	-	-	-
Sinalização de trânsito na Rua Américo Avelar e adjacências, no Dom Lafayette.	-	10	-	-	-	-
Retirada lombada para pôr radar, radar não foi posto, perigo de acidente (Jd. Jagraré)	11	-	-	-	-	-
Emplacamento da Rua Álvaro Lote e seus redondezas.	-	-	-	-	11	11
Instalação de semáforo, no cruzamento da Avenida Dr. Solon da Silva Varginha com Danilo Galeazzi.	-	-	-	-	11	11
Sinalização de trânsito. Ponte Maria Benta. (Jd. São Vicente)	12	-	-	-	-	-
Instalação de semáforo na confluência da Av. Solon Varginha e Danilo Galeazzi, na Vila Novaes.	-	12	-	-	-	-
Instalação de semáforo na confluência da Av. Maria da Silva Dória com Av. Danilo Galeazzi, na Vila Novaes.	-	12	-	-	-	-
Instalação de semáforo na confluência Av. Solon Varginha com Josina Teixeira de Carvalho, na Anchieta.	-	12	-	-	-	-
Instalação de semáforo na Rua José Nogueira de Carvalho com a Rua Bernardino de Campos, na Maceno.	-	12	-	-	-	-
Instalação de semáforo na Rua Cristóvão Colombo e Josina Teixeira de Carvalho, na Anchieta.	-	12	-	-	-	-
Instalação de semáforo na Rua 9 de Junho com a Rua Josina Teixeira de Carvalho, na Anchieta.	-	12	-	-	-	-
Instalação de semáforo na Rua São Paulo com a Rua México, na Maceno.	-	12	-	-	-	-
Reestruturação da sinalização das ruas da Vila Anchieta.	-	12	-	-	-	-
Instalação de semáforo na Avenida Nossa Senhora da Paz com a Avenida Fernão Dias Paes Leme.	-	-	-	-	12	12
Sinalização de trânsito de solo nos bairros Anchieta e Vila Angélica	-	-	-	-	12	12
Instalação de semáforo Avenida A.T.P Lima com Avenida Lino Seixas.	-	-	-	-	12	12
Cursos para a formação e orientação de motoristas	-	-	13	-	-	-
Melhoramento do trevo da entrada de Talhado, sinalização	-	-	-	-	13	13
Emplacamento das ruas do Jockey Club.	-	14	-	-	-	-
Controle da sincronização temporal dos semáforos, em função da velocidade permitida na via pública.	-	16	-	-	-	-
Estudo e execução de sinalização das ruas da cidade.	-	16	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Possibilitar abertura da Rua Rio Preto.	1	-	-	-	-	-
Impedimento da continuação da Rua Imperial	1	1	-	-	-	-
Continuação de ruas	1	-	-	-	-	1
Abertura da R. Mirassol entre o trecho Gal. Glicério e Cel. Spínola para facilitar o trânsito.	1	-	-	-	1	1
Abertura e prolongamento das Ruas: Mirassol, Arístides Coradine e Jamil Kauan, no bairro Imperial.	-	1	-	-	-	-
Projeto de construção de estacionamento na praça Dom José Marcondes.	-	-	-	-	1	1
Duplicação da Av. Maio	2	-	-	-	2	2
Duplicação da Avenida de Maio, por toda a extensão da	-	-	-	-	2	2

CODASP, iniciando na Avenida Marginal Lineu de Alcântara Gil e Rua José Bonifácio entre a Avenida Murchid Homsí e BR 153.						
Construção de uma ponte sobre a rodovia BR 153, continuação da Avenida Marginal Lineu de Alcântara Gil.	-	-	-	-	2	2
Instalação de barreiras de proteção na Rodovia BR 153, no trecho entre a CODASP e Tiririca (loja), prevenindo a possibilidade de invasão acidental da Avenida Marginal Lineu de Alcântara Gil, que se encontra em nível topográfico abaixo da Rodovia.	-	-	-	-	2	2
Rua de acesso José Munia, abertura de rua de acesso Luiz Figueiredo, Loribio A Valeio	3	3	-	-	-	
Abertura e prolongamento das Ruas Nuno Alvares Pereira, José Turíbíio Arroyo, da Av. Romeu Strazzi até Av. José Munia, no Parque Estoril.	-	3	-	-	-	-
Rotatória na entrada do bairro, sentido Av. Potirendaba com Getúlio Vargas, na Cidade Jardim.	-	3	-	-	-	-
Construção de passarela na Rodovia Washington Luiz, ligando o bairro São Marcos e Cristo Rei.	-	3	-	-	-	-
Abertura de Ruas - Joaquim Pinheiro de Castro / Loribio Arroio	-	-	3	-	-	-
Construção de rotatória na Avenida Romeu Strazzi com a Avenida Brasilusa.	-	-	-	-	3	3
Construção de ponte na continuação da Murchid de Homsí com a Rua Paulo de Oliveira e Silva	-	-	-	-	3	3
Alargamento da Rua Antônio Pinheiro, entre a Rua José Munia e a Rua Gilberto Lopes	-	-	-	-	3	3
Construção viaduto Jd. Maracanã/Maria Candida	4	-	-	-	-	-
Prolongação Av. J. Kubichek até Coopen	4	4	-	-	-	-
Ruas ao redor da escola	4		-	-	-	-
Construção de trevo ou rotatória na Av. Anísio Haddad para acesso ao bairro próximo ao Harmonia Tênis Clube e condomínio Bourgainville, no bairro Moysés Miguel Haddad.	-	4	-	-	-	-
Prolongamento da Av. Benedito Rodrigues Lisboa entre Av. Juscelino Kubitschek Oliveira e Anísio Haddad, no Jardim Vivendas.	-	4	-	-	-	-
Passarela na Av. Washington Luiz entre o Alto Rio Preto e o Jardim Maracanã.	-	4	-	-	-	-
Prolongamento e duplicação da Av. Juscelino Kubitschek Oliveira, do Green Valley até a BR 153, no bairro Moysés Miguel Haddad.	-	4	-	-	-	-
Abertura regular com pavimentação das Ruas Janete Galeazzi e Angelo Cal, no bairro Moysés Miguel Haddad.	-	4	-	-	-	-
Continuidade das obras de duplicação da Av. Presidente Jucelino Kubitschek até o bairro Moysés Haddad e instalação de semáforos em pontos de grande tráfego.	-	-	4	-	-	-
Abertura de Passagem da faculdade UNIP a Jucelino Kubitschek	-	-	4	-	-	-
Abertura de Av. Benedito Rodrigues Lisboa, após o linhão de frente as Ruas Rio Paranapanema e José Prudêncio D. Silva	-	-	-	-	4	4
Rotatória na Av. Cenobelino Barros Serra c/ Feliciano Sales Cunha	5	5	-	-	-	-

Abrir 100 mts na R. Pedro Goes liga a Vila Itália	5	5	-	-	-	-
Pontilhão da Ferrovia	5	-	-	-	-	-
Abertura total rua Feliciano Sales Cunha	5	-	-	-	-	-
Ligação das ruas Orsini Dias e São Bento com a Avenida dos Estudantes.	5	-	-	-	-	-
Duplicação do viaduto João Bernardino de Seixas Ribeiro	5	-	-	-	-	-
Abertura das ruas do Bairro Gonzaga de Campos para os outros bairros para facilitar o acesso de alunos da EMEF Roberto Jorge	-	5	-	-	-	-
Prolongamento da Av. Ernani Pires Domingues, sentido Gonzaga de Campos.	-	5	-	-	-	-
Alargamento da calçada na Av. Feliciano Sales Cunha e Cenobelino de Barros Serra (Unilago), no Jardim Aeroporto.	-	5	-	-	-	-
Prolongamento da Rua Santo Agostinho até a Av. dos Estudantes, no Jardim Congonhas.	-	5	-	-	-	-
Alargamento da Rua Isidoro Pupim - Gonzaga de Campos (próximo a Ultragás)	-	-	-	-	5	5
Abertura de entrada para o CEASA, no canteiro da avenida João Batista Vettorasso, no Distrito Industrial Waldemar de Verdi	-	-	-	-	5	5
Construção de rotatória na Avenida Feliciano Sales Cunha, frente à Indústria Fachini	-	-	-	-	5	5
Construção de passarelas	6	-	-	-	6	6
Majorar o acesso ao (Rua de terra) SESI do bairro Conceição	6	-	-	-		
Passarela sobre os trilhos da FEPASA no Jardim Conceição	-	-	-	-	6	6
Execução de obras de alargamento, na junção da R. São João com Capitão Faustino de Almeida	-	-	-	-	6	6
Construção de ponte na Avenida Tanabi ligando Eldorado 3 ao Eldorado I	-	-	-	-	7	7
Construção de Avenida na lateral da continuação do viaduto da Avenida Delegado Pinto de Toledo a Avenida do "Linhão"	-	-	-	-	7	7
Construção de ponte	8	-	-	-	-	-
Construção de viaduto para ligar Macedo Teles ao distrito industrial	8	-	-	-	-	-
Alargamento da Av. Vettorasso até o final dela.	8	-	-	-	-	-
Duplicação da Av. Ernesto Vettorazzo no trecho do Jardim Ana Angélica, até Etemp.	-	8	-	-	-	-
Construção de 01 ponte e asfalto, ligando Jardim Antonieta e Distrito Industrial.	-	8	-	-	-	-
Construção de viaduto na Avenida Fortunato Ernesto Vettorasso.	-	-	-	-	8	8
Abertura das Ruas Aureflama e Buritama para a Avenida Fortunato Ernesto Vettorasso	-	-	-	-	8	8
Duplicação da Avenida Fortunato Vettorasso	-	-	-	-	8	8
Ponte D. Lafaiete com Av. Antunes (Solo Sagrado)	9	-	-	-	-	-
Construção de 01 pontilhão que ligue o Jardim Ana Célia ao Dom Lafayete.	-	9	-	-	-	-
Construção de 01 rotatória na entrada do Jardim Simões.	-	10	-	-	-	-
Continuação da Rua Bento Justo. O proprietário do terreno fará a cessão, desde que a prefeitura faça a infra-estrutura.	-	10	-	-	-	-

Ligação das Ruas Antero Valente e Osvaldir Taranto, no Jardim Simões.	-	10	-	-	-	-
Abertura de rua para acesso do Jardim Marajó ao Juriti, até a UBS Renascer.	-	10	-	-	-	-
Construção de 01 rotatória na Rua Jacinto Scarpelli com Américo Avelar, Dom Lafayete-Jardim Marajó.	-	10	-	-	-	-
Terminar a construção da ponte que liga D. Lafaiete	-	-	-	-	10	10
Continuidade Av. Antonio Biszzini	11	-	-	-	-	-
Continuação da Av. Philadelpho,	11	-	-	-	-	-
Construção de 01 ponte na Av. Antônio Benjamin para ligação dos bairros Residencial Garcia e São José do Rio Preto I.	-	11	-	-	-	-
Construção de ponte na Avenida 25 de Janeiro unindo o Jardim Caparroz e Vila Novaes.	-	-	-	-	11	11
Continuação da Avenida Generosa Ceconi para juntar com a Avenida Antônio Buzzini, no bairro Residencial Garcia II.	-	-	-	-	11	11
Construção de uma ponte na Avenida 25 de janeiro, ligando Jardim Sônia à Vila Mossoró.	-	-	-	-	11	11
Passarela sobre a rodovia BR 153 nas proximidades do Tiro de Guerra.	12	-	-	-	-	-
Ponte sobre o rio Preto entre a rotatória do Jardim Conceição e a ponte Maria Benta.	12	-	-	-	-	-
Construção de 01 ponte na Av. 25 de Janeiro, ligando a Vila Novaes e Jardim Sônia.	-	12	-	-	-	-
Adequação das marginais à rodovia Assis Chateaubriant com sentido único de direção, no Jardim Yolanda.	-	12	-	-	-	-
Abertura da R. 20 a partir da R. 17 até a marginal da rodovia (Estância Jockey Club)	14	-	-	-	-	-
Ponte da R. 9 (Estância Jockey Club)	14	-	-	-	-	-
Passarela Washington Luis	14	-	-	-	-	-
Anel Viário	14	-	-	-	-	-
Abertura da Rua Idacir Zanelato e Rua João Zanardi, na Vila Toninho.	-	14	-	-	-	-
Abertura da Rua Maria Ceron Volpe, antiga estrada 02, até a Av. Marginal do Córrego do Macacos, na Vila Toninho.	-	14	-	-	-	-
Abertura da estrada 01, na região sul da Vila Toninho, divisa com o Cristo Rei.	-	14	-	-	-	-
Abertura da Av. Prof. Carlos Nunes de Mattos e Rua Odila Bueno Coppo (Marginal Direita do Córrego dos Macacos entre a Av. Marginal Percy Gandini da Rodovia W.L até a Av. Treze de Maio), na Vila Toninho.	-	14	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Segurança	1,3,4,6,10	-	-	-	-	-
Lote abandonado mato alto lugar de marginais	1	-	-	-	-	-
Segurança (grande número de mendigos)	1	-	-	-	-	-
Trocar a guarda municipal por guarda comunitária.	1	-	-	-	-	-
Projeto para Instalação de sistema de vigilância com câmaras de vídeo em circuito fechado, no Centro Comercial (Calçadão), em parcerias com comerciantes deste local.	-	-	-	-	1	-
Policiamento	2,4	-	-	-	-	-
Policiamento noturno	2,14	-	-	-	-	-

Praça Igreja São Benedito ponto de drogados - igreja assaltada 3 vezes	2	-	-	-	-	-
Segurança iluminação nas praças, escolas e ruas	2	-	-	-	-	-
Criação da polícia Comunitária	2,3	-	-	-	-	-
Policimento Cristo Rei	-	-	2	-	-	-
Segurança; tem acontecido inúmeros assaltos.	3	-	-	-	-	-
Segurança na saída da escola (polícia comunitária)	3	-	-	-	-	-
Segurança no bairro	3	-	-	-	-	-
Segurança nas ruas e quadras de esporte	3	-	-	-	-	-
Policimento nas escolas	3,5,14	-	-	-	-	-
Polícia Comunitária - projeto Anjos da Guarda	3,5	-	-	-	-	-
Base Comunitária Policial, móvel ou fixa, mas definitiva, na Cidade Jardim, Locais disponíveis: Praça poliesportiva da Cidade Jardim e Praça Pedro de Paula Campos (Parque infantil inativo).	-	3	-	-	-	-
Instalação posto policial, viatura rodando 24h	4	-	-	-	-	-
Instalação posto policial	4,6	-	-	-	-	-
Segurança e combate as drogas	4	-	-	-	-	-
Ronda policial na escola e ao redor durante a noite	4	-	-	-	-	-
Que haja policiamento à noite pelo problema dos ônibus e de seus motoristas que bebem e fazem algazarras	5	-	-	-	-	-
Guarda Municipal	6	-	-	-	-	-
Polícia Comunitária ou Guarda Municipal, no Alto da Boa Vista.	-	6	-	-	-	-
Efetivação do projeto Guarda Municipal	-	-	-	-	6	6
Posto policial dentro da zona meretrício	7	-	-	-	-	-
Recursos para efetivar parceria com a Polícia Militar na periferia do Solo Sagrado	-	7	-	-	-	-
Implantação do Projeto Anjos da Guarda no colégio Ivete Gabriel Atique, Bairro Eldorado	-	-	7	-	-	-
Policimento precário	8	-	-	-	-	-
Usuários de drogas e brigas perto da escola	8	-	-	-	-	-
Instalação de Base da Guarda Municipal, ao lado da escola Maria Galante Nora, em área da Prefeitura, no Jardim Belo Horizonte	-	8	-	-	-	-
Criação da Guarda Municipal	8,11,13	-	-	-	-	-
Posto policial e comunitário (Jd Antunes)	9	-	-	-	-	-
Completar o posto policial	9	-	-	-	-	-
Parceria com a Polícia Estadual para a construção de um posto policial	-	-	-	-	9	9
Segurança (Dom Lafayete)	10	-	-	-	-	-
Delegacia de polícia. (João Paulo II)	11	-	-	-	-	-
Delegacia de polícia (Vila Elmaz)	11	-	-	-	-	-
Apoio da Polícia Comunitária e Guarda Municipal na Escola Maria de Lourdes Murad, no João Paulo II.	-	11	-	-	-	-
Segurança (Jd Paulista)	12	-	-	-	-	-
Segurança (Maceno)	12	-	-	-	-	-
Segurança. (Vila Anchieta)	12	-	-	-	-	-
Construção dos postos de guarda comunitária. Segurança para a cidade para comunidade em geral e escolas.	12	-	-	-	-	-
Segurança (Talhado)	13	-	-	-	-	-
Segurança, intensificar o número de viaturas e patrulhas	-	--	13	-	-	-
Policimento (Estância Jockey Club)	14	-	-	-	-	-

Reforma 7ª Delegacia de polícia	14	-	-	-	-	-
Solicitar da polícia militar fazer o policiamento nas portas das escolas no Distrito de Engenheiro Schmitt	-	-	-	-	14	14
Solicitar o replanejamento dos horários das rondas policiais no Distrito de Engenheiro Schmitt	-	-	-	-	14	14
Implantação da Guarda Municipal para evitar a venda de drogas nas portas das escolas	-	-	-	-	15	15
Pedir a cooperação da polícia para vigilância na hora da saída das escolas na zona Norte	-	-	-	-	15	15
	-	-	-	-	-	-
Ambulantes	1	-	-	-	-	-
Carros de cachorro quente atrapalham	1	-	-	-	-	-
Transferência do ferro velho do Roncato para área distrital, melhorando saúde	1	-	-	-	-	-
Estabelecer limites dos bairros	1	-	-	-	-	-
Retirada da rodoviária com abrigo para ônibus	1,2,14	1	-	-	-	-
Retirada da feira da Benjamim	1	1	-	-	-	-
Construir e implantar Crematório, com administração direta ou concessão.	-	-	-	-	1	1
Replanejamento do calçadão.	-	-	-	-	1	1
Construção de quiosques comerciais no calçadão.	-	-	-	-	1	-
Elaboração e execução de projeto Urbanístico Moderno para a Av Murchid de Honsi, com Galerias Pluviais, Vegetação nos canteiros padronizadas, novas pontes.	-	-	-	-	1	1
Construção de nova rodoviária, localizada em setor fora do centro da cidade	-	-	-	-	1	1
Reforma do Centro Comercial (Calçadão), criação de bulevar, espaços para atividades artísticas	-	-	-	-	1	1
Estudo e implementação de um plano urbanístico moderno para o centro da cidade.	-	-	-	-	1	1
Planejamento de horário de abertura e fechamento do comércio, na base de estudo incluindo o criação e uso de bulevar, abertura de ruas, espaços para atividades artísticos	-	-	-	-	1	1
Estudo para a criação de centros comerciais nos bairros	-	-	-	-	1	1
Organização de feiras livres, separando por especificidade de produtos. Criar espaços de lazer junto ao funcionamento das feiras.	-	-	-	-	-	1
Uso indevido de estacionamento do Hospital Austa	2	-	-	-	-	-
Avenida Murchid Honsi: bares invadem calçadas	2	-	-	-	-	-
Tirar os bares da calçada Av. Murchid	2	-	-	-	-	-
Remoção da Ferrovia	2,14	-	-	-	-	-
Remoção da linha férrea transformando em avenida.	2	-	-	-	-	-
Construção de 01 posto do Corpo de Bombeiros próximo ao Cristo Rei.	-	2	-	-	-	-
Construção de 01 unidade de resgate do Corpo de Bombeiros, no Parque Estoril.	-	3	-	-	-	-
Construção de posto de bombeiros - unidade de resgate, na avenida Getúlio Vargas	-	-	-	-	3	3
Regulamentação Lei Bolsões Residenciais (7974/00 de 12/6/00) Cumprimento legislação	4	-	-	-	-	-
Desocupação de imóveis em atividade irregular	4	-	-	-	-	-
Planificação urbanística	4	-	-	-	-	-
Casas comerciais invadem área residencial	4	-	-	-	-	-
Prefeitura autoriza atividade comercial que utiliza som	4	-	-	-	-	-

alto, famílias são obrigadas retirar-se de suas casa os finais de semana						
Áreas foram doadas a associações privadas	4	-	-	-	-	-
Apreensão pela possibilidade da instalação do presídio na região	4	-	-	-	-	-
Impedimento da construção do CPD e similares na área do IPA.	4	-	-	-	-	-
Mudança empresa Concret para Distrito Industrial	4	-	-	-	-	-
Controle de especulação imobiliária, plano macro de urbanização em benefício de toda a cidade.	4	-	-	-	-	-
Implantação do zoneamento rural em toda a área do município, disciplinando as futuras áreas de expansão do zoneamento urbano.	4	-	-	-	-	-
Construção de estrutura de reurbanização da chácara Maria Vitorasso.	-	-	-	-	5	5
Descentralização do ARE	6	-	-	-	-	-
Remoção do Curtume e Frigorífico do Jardim Conceição.	-	6	-	-	6	6
O bairro Nossa Senhora da Penha necessita terreno para Igreja	7	-	-	-	-	-
Solução para o cadeião	7	-	-	-	-	-
Mudar cadeião	7	-	-	-	-	-
Casa abandonada semi destruída, usada por marginais, na R. Alberto Oliveri altura do 2455	7	-	-	-	-	-
A zona Norte necessita de hospital, correio, agência bancária	7	-	-	-	-	-
Dotação orçamentária para facilitar a legalização dos loteamentos clandestinos da Zona Norte.	-	7	-	-	-	-
Agência bancária	8	-	-	-	-	-
Posto de correio	8	-	-	-	-	-
Urbanização	9	-	-	-	-	-
Equipamento municipal	9	-	-	-	-	-
Isenção dos IPTU para moradores dos loteamentos irregulares.	-	-	-	-	9	9
Problema da zona de meretriz	10	10	-	-	-	-
No mini-distrito Romano Calil tem prazo para construção mas não tem infraestrutura. (Maria Lucia)	10	-	-	-	-	-
Doação da Prefeitura do terreno na Rua José Mastriche com a Rua Silvio Benito para a construção da Assoc. de Moradores do Jardim Marajó.	-	10	-	-	-	-
Construção de Centro Social, na área institucional, na Avenida Marginal 1, para atendimento dos moradores dos bairros, jardim Nunes, residencial Caetano e Chácaras.	-	-	-	-	10	10
Estudo para criação de Mini-distrito Industrial, na área institucional, localizada na lateral do córrego São Pedro, entre o bairro Jardim Nunes e a Estância São Pedro.	-	-	-	-	10	10
Cobrança de IPTU urbano numa zona rural (Jd Juliana)	11	-	-	-	-	-
Construção de um Centro Comunitário para os moradores Jardim Caparroz.	-	-	-	-	11	11
Construção de 01 centro comunitário com salas adequadas para cursos profissionalizantes e espaço para atividades de ginástica, no São Deocleciano.	-	12	-	-	-	-
Construção de 01 centro comunitário no Jardim Suzano	-	12	-	-	-	-
Desapropriação do terreno da esquina da Av. Fernando Costa com Antônio Tavares e Luciano Liso, possibilitando	-	12	-	-	-	-

a passagem dos veículos que vem da rodovia Assis Chateaubriand, evitando a passagem pela represa e facilitando o acesso à região nordeste, via Lu						
Definição do papel de Talhado dentro do município	13	-	-	-	-	-
Legalização dos loteamentos irregulares	13	-	-	-	-	-
Agilizar o atendimento dos loteamentos irregulares (Talhado)	13	-	-	-	-	-
Contra a possibilidade de por o cadeião perto de Talhado.	13	-	-	-	-	-
Aluguel de 01 casa para funcionamento de Centro Social em Talhado, para o atendimento a crianças, adolescentes e adultos, mediante ministração de cursos, por voluntários, de informática, costura, artesanato e atividades de lazer.	-	13	-	-	-	-
Construção de Centro Comunitário em Talhado	-	-	-	-	13	13
Construção de conjunto habitacional para moradores do Distrito de Talhado.	-	-	-	-	13	13
Dotar de infra-estrutura os loteamentos: nossa Senhora do Líbano, terras de São José, Terra de São Lucas, São Luiz I e II	-	-	-	-	13	13
Estudo para a instalação de Mini-distrito Industrial em Talhado.	-	-	-	-	13	13
Zona rural abandonada, falta saneamento e outros serviços. (Engenheiro Shimidt)	14		-	-	-	-
Construção de velório na Vila Toninho	14	14	-	-	-	-
Recuo de 01 m da cerca da Ceagesp em Engenheiro Schimidt	-	14	-	-	-	-
Doação de 01 área para construção da sede da Associação de Moradores da Vila Toninho.	-	14	-	-	-	-
Implantação de agencia bancária em parceria com entidade financeira.	-	-	-	-	14	14
Agilizar a regularização dos loteamentos irregulares	-	-	-	-	14	14
Retirada das mesas e cadeiras de comércio exercido em via pública.	-	16	-	-	-	-
Implantação de programa para revisão de cobrança do IPTU.	-	16	-	-	-	-
Reformulação da divisão da cidade em regiões, colocando nomes de identificação e não números, tendo em vista os espaços territoriais, acidentes geográficos, vias de acesso, costumes e tradições.	-	16	-	-	-	-
Construção de 01 centro comunitário em terreno da Prefeitura, ao lado da escola Maria Galante Nora.	-	17	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Atendimento médico	1,11,13	-	-	-	-	-
Posto saúde Jardim. Soraya, Vitória Régia e CAIC	2	-	-	-	-	-
Intensificar Campanha da Dengue próximo ao SESI	-	-	2	-	-	-
Instalação de UBS no Bairro Cristo Rei	-	-	2	-	-	-
Continuidade na implantação de cartão cidadão, para agilizar o atendimento de consultas médicas	-	-	-	-	2	2
Construção da UBS do bairro CAIC	-	-	-	-	2	2
Contratação de mais médicos especialistas para os postos de Saúde.	-	-	-	-	2	2
Posto de saúde	3,7,8,11,14	-	-	-	-	-
Casos de dengue	3	-	-	-	-	-
O posto de saúde se possível atender 24h	3,7,14	-	7	-	-	-

Realizar mutirão contra dengue	3	-	-	-	-	-
Dar fim nos pombos na E.M.E.I. Cidade Jardim	3	-	-	-	-	-
Construção de UBS na Rua Luiz Figueiredo Filho com a Rua Itália, terreno de propriedade da prefeitura, com as seguintes dimensões 70 x100m.	-	3	3	-	3	3
Construção de UBS na Cidade Jardim.	-	3	-	-	-	-
Ampliação da UBS do São Francisco.	-	3	-	-	-	-
Modernização e Ampliação para a UBS - Unidade Básica de Saúde -	-	-	3	-	-	-
Ter uma Unidade de Pronto Atendimento em Gonzaga de Campos	5	-	-	-	-	-
Saúde preventiva (esportes à noite)	5	-	-	-	-	-
Sala de reunião no posto	5	-	-	-	-	-
Readequação da UBS de Gonzaga de Campos, com construção de consultório para enfermagem, sala de medicação e inalação. Construção de cerca em volta da UBS.	-	5	-	-	-	-
Reforma e ampliação do PSF - Gonzaga de Campos	-	-	-	-	5	5
Pombos na praça Rui Barbosa	6	-	-	-	-	-
Atendimento a idosos	6	-	-	-	-	-
Construção de 01 UBS no Parque Industrial.	-	6	-	-	-	-
Implementação de parceria com o Hospital Bezerra de Meneses	-	-	-	-	6	6
Posto de saúde com atendimento 24 horas na região administrativa 06.	-	-	-	-	6	6
Ampliação do Centro de Referência - Atendimento a mulheres vítimas de violência	-	-	-	-	6	6
Mal atendimento no posto de saúde	7	-	-	-	-	-
Faltam médicos e remédios nos postos de saúde	7,14	-	-	-	-	-
Atendimento a 3ra. Idade	7,12	-	-	-	-	-
Mais convênios com o SUS e Hospitais Gerais além do HB	7	-	-	-	-	-
Hospital público na Zona Norte	7,8,10,11,12	-	-	-	8,11	8,11
Ampliação da UBS do Eldorado.	-	7	-	-	-	-
Construção de 01 UBS na área da prefeitura de 11.000 m ² localizada ente as Ruas José Elias Abraão, Profª. Aureliana Ferrari e as Ruas Jorge Arakawa e Walter Poletti.	-	8	-	-	-	-
Construção de 01 UBS no Bairro Nato Vettorazzo.	-	8	-	-	-	-
Construção de 01 Centro de Diagnóstico Médico para atendimento da região norte/oeste da cidade.	-	8	-	-	-	-
Construção de postos de saúde para atender os bairro Nato Vettorazzo, implantação do Programa Saúde Família	-	-	-	-	8	8
Designação de médico pediatra na UBS do Belo Horizonte.	-	-	-	-	8	8
Clínica pediátrica	9	-	-	-	-	-
Posto de saúde (Duas Vendas)	9	-	-	-	-	-
Postos de saúde 24 horas em lugares de difícil acesso.	9	-	-	-	-	-
Construção de 01 UBS no Jardim Maria Lúcia.	-	9	-	-	-	-
Construção de 01 UBS, no Jardim das Oliveiras.	-	9	-	-	-	-
Melhorar o Atendimento do Posto de Saúde no Bairro Parque da Cidadania	-	-	-	-	9	9
Falta de medicamentos no posto de saúde Vila Maior	10	-	-	-	-	-
Foco de dengue depósito de ferro velho	10	-	-	-	-	-

Remédios posto Ana Célia	10	-	-	-	-	-
Melhor Atendimento e mais hospitais atendendo pelo SUS	10	-	-	-	-	-
Construção de prédio próprio para a UBS Renascer, na Rua Alberto Bechara Hage, ao lado da creche Silvia Covas, no Jardim Simões.	-	10	-	-	-	-
Construção de 01 UBS na Vila Maior	-	10	-	-	-	-
Construção de posto de Saúde no Jardim Nunes, na área institucional da Avenida Marginal 1.	-	-	-	-	10	10
Saúde (Jd Tayon)	11	-	-	-	-	-
Abertura do posto de saúde da Vila Elmaz	11	-	-	-	-	-
Ampliação e reforma da Unidade de Saúde do Jardim Novais	-	-	-	-	11	11
Construção de novo posto de Saúde, no Jaguaré, em localização diferente à existente, com maior capacidade e infra-estrutura. Utilização do espaço atual para uso da população.	-	-	-	-	11	11
Construção de um hospital municipal da Zona Norte, nos arredores da Avenida Philadelpho Manoel Gouveia Neto.	-	-	-	-	11	11
Ampliação e reforma da Unidade de Saúde do João Paulo II	-	-	-	-	11	11
Posto de saúde (Jd. Yolanda)	12	-	-	-	-	-
Unidade básica de saúde (São Deocleciano)	12	-	-	-	12	12
Contratação de médicos geriatras e cardiologistas para a UBS do Jaguaré.	-	12	-	-	-	-
Construção de uma nova UBS no bairro Anchieta, já que reformar a existente seria mais oneroso.	-	-	-	-	12	12
Posto de saúde (Talhado)	13	13	-	-	-	-
Ampliação do atendimento do posto de Saúde de Talhado, com atendimento de médicos pediatras e ginecologistas	-	13	-	-	-	-
Incrementar o programa contra a dengue em Talhado.	-	-	-	-	13	13
Hospital Plantão 24 horas. (Engenheiro Shimidt)	14	-	-	-	-	-
Saúde.	14	-	-	-	-	-
Construção de 01 UBS em Engenheiro Schimidt.	-	14	-	-	-	-
Ampliação do atendimento dentário na Escola Municipal de Eng. Schimidt	-	14	-	-	-	-
Contratação de mais médicos e profissionais para o Posto de saúde	-	-	14	-	-	-
Construção de posto de Saúde em Engenheiro Schmitt	-	-	-	-	14	14
Programa de assistência médica específico para a atenção à mulher.	-	15	-	-	-	-
Programa de saúde da mulher, educação sexual, nas escolas.	-	15	-	-	-	-
Aquisição de equipamentos para implantação de pólos de saúde integral.	-	16	-	-	-	-
Investimento no aperfeiçoamento dos profissionais da saúde.	-	16	-	-	-	-
Remapeamento territorial, do serviço de saúde, na designação do uso das UBS.	-	16	-	-	-	-
Curso de aperfeiçoamento dos profissionais das UBS.	-	16	-	-	-	-
		-	-	-	-	-
Creches	1,2,9	-	-	-	-	-
Escola	2	-	-	-	-	-
Construção de salas e implementação de bibliotecas nas escolas	2	-	-	-	-	-

Creche Cidade Jardim e São Marcos	2	-	-	-	-	-
Falta de creche impossibilita que mães trabalhem	3	-	-	-	-	-
Falta de materiais escolares, a escola pede tudo	3	-	-	-	-	-
Falta de bebedouros novos na escola.	3	-	-	-	-	-
Ensino profissionalizante p/ alunos E.M.E.I. ou bolsa escola para possível faculdade	3	-	-	-	-	-
Bolsa Escola	3	-	-	-	-	-
Instalação de um curso Supletivo	-	-	3	-	-	-
Construção de uma creche na Rua Luiz Figueiredo Filho com a Rua Itália, no bairro Novo Mundo	-	-	-	-	3	3
Construção de Escola fundamental e ensino meio, em parceria com o Estado, na Cidade Jardim	-	-	-	-	3	3
Instituir colegial no Bairro	5	-	-	-	-	-
Ver possibilidade de trocar o período do ensino fundamental e educação infantil	5	-	-	-	-	-
Creche no Bairro Cidadania	5	-	-	-	-	-
Aumentar o número de supletivos.	6	-	-	-	-	-
Municipalização do ensino	6	-	-	-	-	-
Educação - mais escolas de 1º e 2º graus	6,9	-	-	-	-	-
Reativação da creche do piscinão na Rua Fritz Jacob com a Rua Rosário, no Parque Industrial.	-	6	-	-	-	-
Aumento de vagas nas creches nos bairros da região 06	-	-	-	-	6	6
Alunos de escolas de 2º Grau tem que deslocar longe de seus lares	7	-	-	-	-	-
Estudo da redistribuição dos estudantes da Zona Norte do ensino fundamental, para escolas perto de suas residências.	-	7	-	-	-	-
Implantação do Ensino Supletivo - EJA	-	-	7	-	-	-
Construção de creche, favorecendo os bairros Floresta Park, Vista Bonita, Alvorada, Bela Vista, Pousada dos Pássaros, Todos os Santos e Sta. Edwirges	-	-	7	-	-	-
Construção de creche entre os bairros Jambolão e o bairro Solo Sagrado.	-	-	-	-	7	7
Escola, creche (Jardim Gabriela)	8	-	-	-	-	-
Creche da igreja está pronta e não funciona	8	-	-	-	-	-
Escola de educação. infantil, não há vagas. (Cecap)	8	-	-	-	-	-
Construção de 01 EMEF no bairro Monte Verde, na Rua Nº 01, em área da prefeitura.	-	8	-	-	-	-
Construção de 01 EMEF e Creche, no Jardim Gabriela ao lado da Igreja Santo Expedito, entre as Ruas José Elias Abarão, Profª. Aureliana Ferrari, Jorge Arakawa e Rua Walter Poletti, área de propriedade da prefeitura, de 11.000 m².	-	8	-	-	-	-
Criação de Curso Supletivo próximo ao bairro Nato Vetorazzo	-	8	-	-	-	-
Construção de 01 creche no bairro Nato Vetorazzo.	-	8	-	-	-	-
Construção de 01 EMEI no bairro Nato Vetorazzo.	-	8	-	-	-	-
Construção de creche, para atender os bairros Nato Vettorasso, Aroeira II e Aroeira I.	-	-	-	-	8	8
Construção de Escola de ensino fundamental e educação meia em parceria com o Estado, para atender os bairros de Nato Vettorasso, Aroeira I e II.	-	-	-	-	8	8
Abertura de sala do programa de alfabetização de adultos, no bairro Nato Vetorasso	-	-	-	-	8	8
Escola de ensino fundamental, e médio. (Santo Antonio)	9	-	-	-	-	-

Escola (Duas Vendas)	9	-	-	-	-	-
Construção de salas de aula para a 4º Série nas Escolas Julio de Faria e Darci Ribeiro	-	-	9	-	-	-
Pré-Escola entre os Bairros Maria Lúcia e Jardim das Oliveiras	-	-	-	-	9	9
Construção de creche no Jardim Arroyo	-	-	-	-	9	9
Ampliação de turmas de Supletivos na Escola Ricieri Berto, no Bairro Solo Sagrado	-	-	-	-	9	9
Construção de creche para atendimento dos bairros: Floresta Park, Vista Bonita, Alvorada, Bela Vista, Pousada dos Pássaros, Todos os Santos e Santa Edwiges	-	-	-	-	9	9
Construção de creches nas mediações da Rua Jesus Cristo, próximo a Av. Mirassolândia (em frente ao salão de festas São Pedro)	-	-	-	-	9	9
Construção de uma creche no Jd. Antunes	-	-	-	-	9	9
Inclusão de programas de informática nas escolas da Zona Norte.	-	-	-	-	9	9
Estudar forma de parceria com o estado para construção de Escola de Ensino Médio no Jardim Arroyo	-	-	-	-	9	9
Construção de escola de ensino fundamental e creche, na área institucional localizada nas ruas 30, 16 e 37	-	-	-	-	9	9
Bolsas de estudos	10	-	-	-	-	-
Escola de ensino fundamental. (Dom Lafayete)	10	-	-	-	-	-
Mais escolas, EMEI e EMEF	10	-	-	-	-	-
Escola Profissionalizante na zona norte	10	-	-	-	-	-
Aumento das vagas no Lar Beatriz, no Dom Lafayete	-	10	-	-	-	-
Construção de creche e Pré-escola, no mesmo local da escola Olga Mallouk	-	-	-	-	10	10
Colégio para o segundo grau nas regiões	11	-	-	-	-	-
Creche (Residencial Rio Preto)	11	-	-	-	-	-
Programas Educativos visando o exercício da cidadania sentindo responsável pela higienização da cidade	11	-	-	-	-	-
Construção de 01 creche no Jardim Bosque da Felicidade	-	11	-	-	-	-
Construção de 01 EMEF, no terreno localizado na praça Castelo do Bosque, no Borque da Felicidade.	-	11	-	-	-	-
Construção de creche no bairro Bosque Verde.	-	-	-	-	11	11
Construção de uma creche no bairro jardim Felicidade, na área já reservada localizada em frente ao clube de campo do Banespinha, para servir os bairros Residencial Rio Preto I, Jardim Santa Clara e Jardim Felicidade.	-	-	-	-	11	11
Escolas de 1º grau. Terminou ensino 1ª séries. (Anchieta)	12	-	-	-	-	-
Escolas (Maceno)	12	-	-	-	-	-
Creches com horários mais longos (Jd. São Vicente)	12	-	-	-	-	-
Creche (São Deocleciano)	12	-	-	-	-	-
Construção de 01 creche no Solo Sagrado, na Rua Jesus Cristo com a Rua Mirassolândia, no Solo Sagrado	-	12	-	-	-	-
Construção de 01 creche para atendimento da Vila Novaes, Vânia Marta, Mossoró, Progresso, Nabuco, Rosely e bairros limítrofes	-	12	-	-	-	-
Ampliação e reforma da mini biblioteca da Vila Anchieta, localizada na rua Aimorés, 510.	-	12	-	-	-	-
Ampliação da creche Amor da Vila Anchieta.	-	-	-	-	12	12
Ampliação de vagas na creche e pré-escola do bairro São Deocleciano, visando atender os novos habitantes das 208	-	-	-	-	12	12

novas moradias a serem entregue no bairro.						
Ensino fundamental. (Talhado)	13	-	-	-	-	-
Construção de escola municipal de ensino fundamental, de primeira a quarta série, no Distrito de Talhado	-	-	-	-	13	13
Ampliação da creche Ana Luiza Vilela no Distrito de Talhado, construção de sala para atividades, sala dormitório, sala de aulas, sala brinquedoteca, sala biblioteca e vídeo. Construção de quiosque, construção de banheiros, ampliação do Parque.	-	-	-	-	13	13
Ampliação da escola Joana Casagrande Vinha, Talhado.	-	-	-	-	13	13
Aumentar o benefício da Bolsa Escola e revisão dos cadastros, em Talhado.	-	-	-	-	13	13
Escola, creche (Estância Jockey Club)	14	-	-	-	-	-
Salas de aulas superlotadas, mistura criança com adultos	14	-	-	-	-	-
Construção de 1 (uma) escola de 1ª à 4ª série	14	-	-	-	-	-
Aumentar 3 classes	14	-	-	-	-	-
Construção de 01 creche no bairro Cambuí.	-	14	-	-	-	-
Aumentar a merenda escolar na escola estadual de Engenheiro Schimidt.	-	14	-	-	-	-
Ampliação do prédio da EMEI Vera, em Engenheiro Schimidt.	-	14	-	-	-	-
Construção 01 creche em Engenheiro Schimidt.	-	14	-	-	-	-
Possibilitar o empréstimo de funcionário para servir na biblioteca da Escola Estadual Clemente Segura	-	-	-	-	14	14
Treinamento de babás e profissionais de creches.	-	15	-	-	-	-
Locais na cidade para ministrar aulas de alfabetização, ensino de corte e costura.	-	15	-	-	-	-
Construção de 01 creche para as crianças das mães que estudam à noite, no Jardim Maria Lúcia.	-	15	-	-	-	-
Criação de espaço ecológico e agrícola da juventude que possibilite cultivos de hortaliça e legumes. A colheita seria empregada na merenda escolar.	-	-	-	-	15	15
Abertura da Biblioteca Municipal, aos sábados e domingos, com a prestação de serviços do voluntariado estudantil.	-	-	-	-	15	15
Ampliar a merenda escolar para o horário noturno.	-	-	-	-	15	15
Criação de cursinhos pré-vestibular na zona norte e sul	-	-	-	-	15	15
Melhoria na variedade da merenda escolar	-	-	-	-	15	15
Aumento de vagas nas creches da cidade.	-	-	-	-	15	15
Aula de ginástica nos cursos noturnos	-	-	-	-	15	15
Realização de Olimpíadas dos estudantes de São José do Rio Preto	-	-	-	-	15	15
Criação da casa da juventude, com biblioteca estudantil, aulas de informática, cursos de línguas e artes plásticas.	-	-	-	-	15	15
Criação de creches noturnas na cidade, para atendimento de crianças de mães que estudam à noite.	-	17	-	-	-	-
Criação de núcleo de estudo de línguas na cidade	-	17	-	-	-	-
Ampliação do apoio aos cursinhos pré-vestibulares populares	-	17	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Organização de feiras livres, separando por especificidade de produtos. Criar espaços de lazer junto ao funcionamento das feiras	-	-	-	-	1	1
Construção de quiosques comerciais	-	-	-	-	-	1

Cursos profissionalizantes, informática	6,7,8	-	-	-	-	-
Abertura de novas firmas e incentivo para as existentes para geração de empregos. cursos profissionalizantes	6	-	-	-	-	-
Apoio a programas de cooperativa de costura, na Vila Esplanada, facilitar a aquisição de máquinas de costura.	-	-	-	-	6	6
Criação de programas de formação profissionalizante e programas em parcerias com empresas e governo estadual e federal, para criação de vagas de trabalho	-	-	-	-	6	6
Cursos de profissionalizantes dos jovens do Solo Sagrado	7	-	-	-	-	-
Incentivo à instalação de Indústrias de médio e grande porte para geração de empregos	7,9,10,13	-	-	-	-	-
Formação de novos cursos profissionalizantes do Serviço Social do Eldorado.	-	7	-	-	-	-
Criação de escola Profissionalizante	-	-	7	-	-	-
Criação de programas de apoio para Micros, pequenas empresas e cooperativas	-	-	7	-	-	-
Facilitar infra-estrutura para as feiras livres do bairro Solo Sagrado	-	-	-	-	7	7
Implantação de cursos profissionalizantes para atender jovens que terminam o ensino fundamental, na cidade.	-	-	-	-	7	7
Empregos, incentivo a micro e media empresa; cooperativismo.	8	-	-	-	-	-
Implantação de cursos profissionalizantes no Centro Comunitário Nações Unidas, no Cecap.	-	8	-	-	-	-
Incentivo às cooperativas de trabalho, geração de renda. (Santo Antonio)	9	-	-	-	-	-
Plano geração de renda	9	-	-	-	-	-
Implantação de projeto com cursos profissionalizantes, incluindo computação. Para o atendimento dos bairros: Jardim Antunes, Maria Lúcia, Parque da Cidadania e Santo Antônio.	-	9	-	-	-	-
Cursos de computação que prepare membros da comunidade para área ocupacional, Zona Norte.	-	-	-	-	9	9
Criação de Escola Profissionalizante, no solo Sagrado.	-	-	-	-	9	9
Criação de Cursos Profissionalizantes para jovens, Zona Norte	-	-	-	-	9	9
Criação de programas de artesanatos para mulheres. Ensino, fabricação e distribuição.	-	-	-	-	9	9
Implantação de escola profissionalizante no bairro São Deocleciano	-	12	-	-	-	-
Divulgação de concursos públicos locais (Talhado)	13	-	-	-	-	-
Mini industria. (Talhado)	13	-	-	-	-	-
Fortalecimento do trabalho agrícola	13	-	-	-	-	-
Incentivo ao cultivo e elaboração do café. (Talhado)	13	-	-	-	-	-
Criação de cursos profissionalizantes	13	-	-	-	-	-
Capacitação profissionalizante, para o melhoramento de vida das mulheres de baixa renda.	-	-	-	-	13	13
Implantação de Núcleos Rurais de produção.	-	-	-	-	14	14
Box ou local, no HB, para comercialização dos produtos elaboradas pelas presidiárias.	-	-	-	-	14	14
Cursos profissionalizantes para jovens de poucos recursos	-	-	-	-	15	15
Criação de programa para facilitar o primeiro emprego dos jovens	-	16	-	-	-	-
Criação de loja solidária para vender e expor tudo o que	-	16	-	-	-	-

for produzido pelos movimentos cooperativos e associativos populares da cidade.						
Criação de programa para apoiar as cooperativas da cidade.	-	16	-	-	-	-
Criação de novos cursos técnicos, inclusive de informática.	-	17	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Enchentes nas avenidas	1	-	-	-	-	-
Galeria da Av. A. Andaló	1	-	-	-	-	-
Enchentes	1	-	-	-	-	-
Construção de piscinões	1	-	-	-	-	-
Intervir perante a concessionária Triângulo do Sol a contenção para executar obras de contenção das águas pluviais drenadas ao longo da Rodovia Washington Luis no perímetro Urbano de São José do Rio Preto. De maneira que não seja jogada como é hoje direto nas ruas e avenidas, principalmente nas Av. Murchid, Andaló e Bady Bassit.	-	-	-	-	1	1
Limpeza de boca de lobos	2,7,10	-	-	-	-	-
Boca lobo cruzamento R. Alberto Nafhat e R. Fernando Gomes	2	-	2	-	-	-
Melhoria galeria R. Antônio C. Montanhês e outras	2	-	2	-	-	-
Galerias mal conservadas.	2	-	-	-	-	-
Boca de lobo entope na Faria Lima, por sujeira jogada na rua, educação da população.	4	-	-	-	-	-
Construção de Galerias Pluviais no cemitério São João Batista na Vila Itália	-	-	5	-	-	-
Reforma da galeria existente no final da Rua Abla Calil Muanis junto à linha de ferro.	-	-	-	-	5	5
Construção de galerias para captação das águas pluviais do Cemitério São João Batista, nas ruas Guiomar Assad Calil, Abla Calil Muanis, Danilo José Fernandes e avenida Feliciano Sales Cunha.	-	-	-	-	5	5
Aumento das galerias de água na Rua Nove de Junho.	-	-	6	-	-	-
Ligação das casas a galeria pluvial	-	-	6	-	-	-
Melhorias das galerias de água pluviais desde a Rua Osvaldo Aranha até a Rua Ipiranga.	-	-	-	-	6	6
Limpeza de bueiros Rua São João esquina Friz Jacob	-	-	-	-	6	6
Reforma nas canaletas de escoamento de água entre as ruas 65 e 51	-	-	7	-	-	-
Construção de boca de lobo	8	-	-	-	-	-
Reforma nas canaletas de escoamento de água entre as ruas 65 e 51, no Solo Sagrado	-	-	-	-	9	9
Boca de lobo tampados - entupidos, quando chove ruas ficam intransitáveis (Dom Lafayete)	10	-	-	-	-	-
Construção de bueiros nas ruas do bairro do Dom Lafayete.	-	10	-	-	-	-
Reparação nas galerias fluviais, entre a Rua Manoel Francisco Raposeiro e Dário Rafael Gali, no Jardim Simões.	-	10	-	-	-	-
Galeria (Maceno)	12	-	-	-	-	-
Construção de galerias pluviais, na Rua 9 de Junho e Rua Cristóvão Colombo, na Anchieta.	-	12	-	-	-	-
Construção de boca de lobo na Avenida Nossa Senhora da Paz com a Rua Borba Gato.	-	-	-	-	12	12

Construção de galerias nos bairros antigos da cidade	-	-	-	-	12	12
Canalização água de chuva (Talhado)	13	-	-	-	-	-
Instalação de tubos de concreto de 40 centímetros de diâmetro nas entradas das chácaras situadas nas ruas 2 e 3, para a circulação das águas pluviais, do Loteamento Terras de São José, Talhado.	-	-	-	-	13	13
Instalação de caixa de captação de água pluviais na confluência da Rua 2 com a Avenida Projetada A. Talhado	-	-	-	-	13	13
Bocas de lobos entupidas	14	-	-	-	-	-
Limpeza periódica das bocas de lobo e bueiros da cidade.	-	16	-	-	-	-
		-	-	-	-	-
Instalação subterrânea de fios elétricos	1	-	-	-	-	-
Modernização da rede elétrica da Avenida Feliciano Sales Cunha, entre as Ruas Amaro da Silva e Rua Guiomar Assad Calil	-	-	-	-	5	5
Programa de educação de economia de energia, em parceria com o CPFL.	-	16	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Saneamento básico	1,3,14	-	-	-	-	-
Meio ambiente - água e esgoto	1,9	-	-	-	-	-
Falta de água	2,3,5,6,14	-	-	-	-	-
Esgoto	2,14	-	-	-	-	-
Água	2,3	-	-	-	-	-
Barro na água	2	-	-	-	-	-
Coleta seletiva de lixo para a região administrativa 02	-	-	-	-	2	2
Reformar: redes esgoto	3	-	-	-		
Troca da tubulação de esgoto na Rua Gago Coutinho entre a Rua Nuno Alvares Pereira e Rua Praia do Rastelo, no Parque Estoril	-	3	-	-	-	-
Perfuração de 01 poço profundo na Cidade Jardim.	-	3	-	-	-	-
Regularidade distribuição de água	4	-	-	-	-	-
Estabelecer coleta de lixo seletiva na conservação do ecossistema	4	-	-	-	-	-
Entulho de construção	4	-	-	-	-	-
Implantação de coleta de lixo pré-seletiva com colocação de lixeiras e adoção de políticas de educação do cidadão.	4	-	-	-	-	-
Criação de rede de esgoto no Parque dos Pássaros	-	-	-	-	4	4
No bairro falta coleta de lixo	5	-	-	-		
Canalizar os esgotos a céu aberto	5	-	5	-	5	5
Tirar os animais da rua	5	-	-	-	-	-
Canalização de esgoto do bairro São José Operário.	5	-	-	-	-	-
Canalizar o esgoto que corre a céu aberto até o Rio Piedade, que fica a beira da estrada de ferro, no prolongamento da Rua Abla Calil Muanis.	-	-	-	-	5	5
Construção de esgoto no Distrito Industrial Waldemar de Verdi	-	-	-	-	5	5
Água e Esgoto, limpeza e tratamento	6,11,14	-	-	-	-	-
Manutenção da rede de distribuição da água potável na Vila Moreira, apresenta vazamentos na rua.	-	6	-	-	-	-
Canalização de aproximadamente 40 m de tubulação de esgoto, na Av. São José do Rio Preto esq. com a Rua Catanduva, no Jardim Canaã.	-	6	-	-	-	-
Agilizar o processo de saneamento nos loteamentos	7	-	-	-	-	-

irregulares						
Organizar horário de corte de água	7	-	-	-	-	-
Água - melhorar administração e serviços.	7	-	-	-	-	-
Instalação de cestos de coleta seletiva de lixo, Jardim Anielli.	-	-	-	-	7	7
Poço semi-artesiano e reservatório no local	8	-	-	-	-	-
Foi jogado entulho com lixo nas ruas (Duas Vendas)	9	-	-	-	-	-
Mudança de local da Usina de Reciclagem	-	-	9	-	-	-
Estação de Tratamento de esgoto	-	-	9	-	-	-
Construção de infra-estrutura para atender a demanda de serviços básicos, no Floresta Park.	-	-	-	-	9	9
Retirada de entulhos acumulados na áreas desocupadas do Bairro Parque da Cidadania	-	-	-	-	9	9
Lixo na via pública e áreas municipais, carroceiros jogam entulho nos terrenos, sugere placas para carroças (Ana Célia II)	10	-	-	-	-	-
Canalização do esgoto que fica na Rua Alberto Bechara Hage, no Jardim Simões, até o rio Preto.	-	10	-	-	-	-
Canalização de esgoto no bairro das Duas Vendas.	-	10	-	-	-	-
Água, consertar posto artesiano	11	-	-	-	-	-
Saneamento básico (Jd Tayon)	11	-	-	-	-	-
Saneamento básico (JD Juliana)	11	-	-	-	-	-
Tratamento de esgoto com mini estação de tratamento em toda a cidade.	12	-	-	-	-	-
Troca da adutora do poço da Vila Angélica	-	-	-	-	12	12
Saneamento básico (Talhado)	13	-	-	-	-	-
Saneamento básico com construção de estação de tratamento de esgoto, em Talhado.	-	-	-	-	13	13
Estação de tratamento de esgoto em Talhado	-	-	-	-	13	13
Esgoto. (Engenheiro Shimidt)	14	-	-	-	-	-
Esgoto do asilo (Engenheiro Schmidt)	14	-	-	-	-	-
Interligação dos Poços Artesianos de toda a cidade.	14	-	-	-	-	-
Criação de ponto de apoio para depósito de entulho, na Vila Toninho.	-	14	-	-	-	-
Esgoto na Rua Voluntários da Pátria, em Engenheiro Schimidt.	-	14	-	-	-	-
Instalação de contêiner para depósito de lixo transitório, nos loteamentos do Distrito de Engenheiro Schmitt	-	-	-	-	14	14
Programa que facilite a aquisição de fossas sépticas com o objetivo de eliminar as fossas negras.	-	-	-	-	14	14
Fiscalização de propriedade e residências que usam a rede de água sem hidrômetro, em Engenheiro Schmitt	-	-	-	-	14	14
Coleta Seletiva de lixo.	-	16	-	-	-	-
Manutenção e desratização da rede de esgoto com uma frequência adequada, evitando a proliferação dos ratos.	-	16	-	-	-	-
Aumento da capacidade da rede de esgoto do centro, desconectando-as das galerias de águas pluviais.	-	16	-	-	-	-
Implantação do Plano Macro de tratamento de esgoto do município.	-	16	-	-	-	-
Campanha de formação e informação para boa utilização de água e a utilização da água de chuva.	-	16	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Centro Social	1	-	-	-	-	-
Cemitério, onde as pessoas de menor poder aquisitivo	3	-	-	-	-	-

possam enterrar seus mortos com dignidade sem serem enterrados como indigentes.						
Instalação de posto de distribuição de leite no bairro Jardim Urano	-	-	-	-	3	3
Ampliação do programa "Casa Abrigo"	-	-	-	-	5	5
Criação de Núcleo de Atendimento de Assistência Social no bairro Boa Vista	-	-	-	-	6	6
Criação de um Centro de Integração para os menores de rua em período integral	7	-	-	-	-	-
Distribuição de passes para alunos de baixa renda	-	-	7	-	-	-
Tratamento a criança	9	-	-	-	-	-
Combate ao uso de drogas	9	-	-	-	-	-
Atenção a idosos (Santo Antonio)	9	-	-	-	-	-
Bolsa de material de construção para completar as construções das casas do BID do Parque da Cidadania	-	9	-	-	-	-
Implantação de programas para atendimento a crianças e adolescentes, no Solo Sagrado	-	-	-	-	9	9
Apoio as Entidades existentes na implementação de Projetos que atende crianças e adolescentes.	-	-	-	-	9	9
Retirada das famílias faveladas da Rua José Mastiche, no Dom Lafayete	-	10	-	-	-	-
Continuar a implantação do cartão cidadão.	-	-	-	-	10	10
Implantação de programas/projetos sócio-educativos e fortalecimento de políticas públicas para o atendimento de crianças e adolescentes	11	-	-	-	-	-
Implantação de escola de artes no bairro João Paulo II, próximo ao Sesi, respeitando a realidade da população.	-	11	-	-	-	-
Ampliação do programa PETI.	-	-	-	-	13	13
Criação de núcleo de reflexão, para as detentas no CRP, com profissionais especializados	-	-	-	-	14	14
Acompanhamento e monitoramento de famílias da periferia da cidade por voluntárias, nas áreas da saúde e assistência social.	-	15	-	-	-	-
Curso de formação na área jurídica específica das assistentes sociais.	-	15	-	-	-	-
Criação de programas de atendimento de assistência social na zona de meretrício.	-	15	-	-	-	-
Implantação de programa de divulgação, orientação e atendimento da Coordenadoria dos Direitos da Mulher na cidade.	-	15	-	-	-	-
Reforço do trabalho na zona de meretrício, levando assistência médica específica, atendimento psicológico.	-	15	-	-	-	-
Criação de programas de acompanhamento que ajude na discussão, do planejamento familiar, da saúde da mulher, do problema de adolescentes grávidas.	-	15	-	-	-	-
Implantar o Parlamento da Juventude para incentivar a participação cidadã dos jovens	-	-	-	-	15	15
Criação de Fundo Municipal, para outorgar bolsas de estudo para estudantes carentes.	-	16	-	-	-	-
Ampliação do centro de triagem e ressocialização para pedintes.	-	16	-	-	-	-
Ampliação do quadro de Assistentes Sociais.	-	16	-	-	-	-
Criação de Centro de Referência e Casa Abrigo, para mães e crianças vítimas de violências doméstica.	-	16	-	-	-	-

	-	-	-	-	-	-
Intervir junto à empresa de transportes Circular Santa Luzia, para a reabilitação do ponto de ônibus na Rua 15 de novembro na altura do número 3080, para atender o fluxo de usuários do Mercado Municipal, Prefeitura Municipal, Casa do Cidadão, Caixa Econômica, Câmara Municipal, SEMAE.	-	-	-	-	1	1
Ônibus	2	-	-	-	-	-
Problema da Chácara São Pedro, estrada vicinal em mau estado, ônibus não consegue encostar para crianças atravessar a estrada	3	-	-	-	-	-
Intervalo de 40 minutos dos ônibus (Higienópolis) dificulta o horário de trabalho	3	-	-	-	-	-
Instalação de um Ponto de ônibus perto da Unimed - Bady Bassit	-	-	3	-	-	-
Transporte para crianças para escolas E.M.E.I.	3	-	-	-	-	-
Proteção para chuva e sol ponto de ônibus	4	-	-	-	-	-
Ônibus com mais frequência, que passe na prolongação da Faria Lima	4	-	-	-	-	-
Ônibus com intervalos menores, melhoraria as condições de transporte dos alunos que moram nas cidades vizinhas	4	-	-	-	-	-
Ônibus com mais frequência e com cobrador, ponto de ônibus com cobertura nas proximidades das escolas	4	-	-	-	-	-
Mudar o estacionamento dos ônibus que trazem estudantes para a UNORP	5	-	-	-	-	-
Tirar ônibus	5	-	-	-	-	-
Tirar ônibus marginal aeroporto	5	-	-	-	-	-
Certificado segurança aeroporto	5	-	-	-	-	-
Tirar os carros velhos das ruas	5	-	-	-	-	-
Infra-estrutura e dotação orçamentária para a Secretaria Especial dos Direitos e Políticas para Mulheres.	-	-	-	-	5	5
Transporte coletivo está nas mãos de um monopólio	6	-	-	-	-	-
Facilitar a licitação para os moto-taxistas.	6	-	-	-	-	-
Confecção e implantação de cartão de passe livre, no ônibus urbanos, para os idosos, com identificação, que seja lido pelo leitor eletrônico da catraca dos ônibus, evitando discrimina e constrangimento ao ter que mostrar o REG ou outro documento, ou ser avisado a gritos para subir pela porta de atrás.	-	-	-	-	6	6
Mudança do ponto de ônibus que fica na lateral do campo de futebol no Jardim Conceição.	-	-	-	-	6	6
Interligação de ônibus entre bairros	7	-	-	-	-	-
Interceder perante a Circular Santa Luzia para ampliar os recorridos e horários dos ônibus, no Jardim Antonieta e bairros adjacentes	-	-	-	-	8	8
Nova rodoviária para ônibus interestadual e "atuais" com anel viário.	12	-	-	-	-	-
Instalação de cobertura nos pontos de ônibus nas Ruas Napoleão Laureano, Marcolino Barreto e Tenerife.	-	-	-	-	12	12
Transporte coletivo de alunos (Talhado)	13	-	-	-	-	-
Equiparação dos preços dos transportes coletivos (Talhado)	13	-	-	-	-	-
Horário dos ônibus (Talhado)	13	-	-	-	-	-
Passe escolar para 2º grau	13	-	-	-	-	-

Estender o número de linhas e horários de ônibus	-	-	13	-	-	-
Construção de Mini Rodoviária com estrutura de serviços básicos em Talhado	-	-	-	-	13	13
Melhoria no horário dos ônibus definir itinerário (Estância Jockey Club)	14	-	-	-	-	-
Abrigo de ônibus (Bela Vista entrada Eng.Schmidt)	14	-	-	-	-	-
Transporte escolar para crianças da creche, no Jardim Santa Catarina.	-	14	-	-	-	-
Instalação e estendimento de rotas para linhas de ônibus nos loteamentos mais distantes	-	-	14	-	-	-
Planejamento do transporte escolar nomeando inspetores ou guardas que acompanhem permanentemente as viagens.	-	-	-	-	14	14
Discutir com a empresa de ônibus a manutenção dos ônibus noturnos para atender os alunos do Distrito de Engenheiro Schmitt	-	-	-	-	14	14
Transporte Escolar para crianças em idade pré-escolar, que moram na periferia, em loteamento irregulares.	-	15	-	-	-	-
Designação de monitores no transporte escolar gratuito, com estudantes voluntários cadastrados.	-	-	-	-	15	15
Estabelecer o passe livre estudantil	-	-	-	-	15	15
Transporte noturno para estudantes do 1º Grau.	-	17	-	-	-	-
			-	-	-	-
Informatização dos serviços municipais, SEMAE, dívida ativa, IPTU	-	-	-	-	1	1
Fiscalização nas imediações do Austa	2	-	-	-	-	-
Fiscalização da prefeitura	4,9	-	-	-	-	-
Fiscalização da instalação irregular de comércio, na zona residencial 01	-	-	-	-	4	4
Fiscalização eficiente nos imóveis ocupados com atividades irregulares, contrariando à legislação vigente.	-	-	-	-	4	4
Criar sub-prefeitura	5	-	-	-	-	-
Fiscalização das áreas desocupadas, de propriedade de particulares e manutenção de áreas da prefeitura	-	-	-	-	6	6
Fiscalização no atendimento - Saúde	7	-	-	-	-	-
Cortar gastos na câmara (Jd. Americano)	12	-	-	-	-	-
Estabelecer planejamento com calendário de execução de reivindicações prioritárias	-	-	-	-	14	14
Recursos para estrutura física da Coordenadoria dos Direitos da Mulher.	-	16	-	-	-	-
Destinação de recursos para a Programa do Orçamento Participativo.	-	16	-	-	-	-
Aquisição de equipamento e material permanente para o Programa do Orçamento Participativo.	-	16	-	-	-	-
Destinação de recursos para a estrutura do Conselho Municipal do Orçamento Participativo.	-	16	-	-	-	-
Destinação de recursos para aumentar a dotação de pessoal do Programa do Orçamento Participativo.	-	16	-	-	-	-
Aquisição de 01 veículo apropriado para o Programa do Orçamento Participativo.	-	16	-	-	-	-
Programa de intensificação de fiscalização de terrenos baldios particulares da cidade.	-	16	-	-	-	-
Ampliação da participação das mulheres nos cargos de gerencia na administração, administração	-	-	-	-	16	16

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
PROJETO DE LEI DE ZONEAMENTO
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O Zoneamento foi aplicado, pela primeira vez na Inglaterra, em 1.909, com a promulgação da lei denominada "Town Planning", aceita mais tarde, após a conferência realizada em 1.911 na própria Inglaterra, por diversos países, entre os quais os Estados Unidos; já em 1.918 era o Zoneamento usado nessa Nação, com grande êxito; em 1.924, trinta estados e mais de cento e vinte cidades já possuíam o dispositivo legal em vigor e em funcionamento.

O Zoneamento foi aplicado, também, com real e grande utilidade na Alemanha, França, Bélgica e nas cidades novas da África, Malaya e Austrália. Nas Américas, além dos Estados Unidos, já é aplicado em várias cidades, das quais se destacam Porto Rico, Buenos Aires, Caracas e Manágua.

A definição de Zoneamento de Morris Knowle pôde ser assim traduzida: "Zoneamento é a criação, por lei, de distritos nos quais regulamentos diferentes impedem construções impróprias ou prejudiciais e também o uso inadequado de prédios e terrenos".

Segundo Robert Auselle, professor do Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, "o Zoneamento atual não se baseia exclusivamente em considerações puramente técnicas ou materiais; sua finalidade essencial é assegurar aos habitantes melhores condições de salubridade física e tranquilidade moral".

José Paz Maroto, Engenheiro Chefe da Seção de Engenharia Sanitária e Engenheiro Diretor de Obras Sanitárias do Agrupamento de Madrid, assim se expressa sobre o zoneamento: "A divisão do Município em zonas de usos diferentes da terra, torna-se indispensável porque ajuda a estabelecer as necessárias condições de higiene de modo permanente; porque evita a especulação escandalosa dos terrenos, e que, não raras vezes permite colocar os interesses particulares acima dos interesses coletivos".

Desnecessário será nos alongarmos em outras considerações sobre a utilidade do zoneamento; as três referências transcritas, de urbanistas de renome mundial, sintetizam os benefícios que o zoneamento traz às cidades, sob diversos pontos de vista.

—III—

Para a urbanização de São José do Rio Preto, o Zoneamento é um dos elementos de maior importância, porque constitui a disciplina dos usos e da ocupação do solo e estabelece normas gerais para uma melhor e mais adequada localização das indústrias.

Fls.-2-

Na elaboração do presente projeto de lei de zoneamento foram observados princípios urbanísticos que serviram de base aos zoneamentos das grandes cidades, ou seja, a divisão do município em distritos residenciais, comerciais e industriais, de conformidade com a atual utilização dos terrenos urbanos.

Esse sistema de zoneamento, se bem não seja polinuclear, é o indicado para São José do Rio Preto, que ainda não conta com o seu Plano Diretor. A futura criação de unidades de vizinhança ou distritos se processará naturalmente com a evolução dos núcleos comerciais previstos e novos serviços públicos descentralizados.

Consideramos de caráter urgente a decretação da presente lei, no sentido de amparar o crescimento da cidade, que, nêstes últimos tempos, está se expandindo desordenadamente, o que poderá trazer graves consequências para a saúde e tranquilidade da população, se não houver uma legislação racional.

Para que o presente zoneamento possa se transformar em realidade sem ferir o direito da propriedade particular, - foi baseado nas condições atuais, respeitando os usos e localizações vigentes, somente os alterando em último caso, quando prejudiciais aos interesses coletivos.

A lei ora proposta é racional e deverá ser posta em prática o mais breve possível, a fim de evitar os males oriundos da exagerada concentração humana em certos bairros, de tão nocivos resultados à saúde pública; da má localização das indústrias, em zonas residenciais e, sobretudo, dos inconvenientes da expansão desordenada da cidade.

Há ainda que considerar um dos maiores benefícios do zoneamento: proteger os cidadãos contra a exploração imobiliária, que já se acentua nêste município. Estabelecendo restrições, visando limitar a ocupação dos terrenos, com o intuito de não privar o homem da cidade dos elementos da natureza, - o ar, o sol e a vegetação -, o zoneamento proposto contribuirá para valorizar o terreno urbano, dando-lhe o seu verdadeiro valor, porque definirá a sua destinação e a sua utilização, de acôrdo com a zona onde se localize.

Atualmente, pequena é a diferença entre os lotes de terrenos, localizados nas várias partes da cidade, porque todos êles podem ser construídos e ocupados à vontade dos respectivos proprietários, sem a menor preocupação se as construções ali levantadas irão ou não prejudicar os vizinhos. Um imóvel bem situado, em bairro estritamente residencial, poderá sofrer depreciação com a proximidade de uma indústria, comércio ou mesmo de prédios de apartamentos.

Sob êsse ponto de vista, o Zoneamento é providência inadiável, que deverá ser efetivada urgentemente.

Fig. 3

O Zonamento é a forma que a legislação pátria facultou de prever uma distribuição racional da população através do município, no intuito de impedir o adensamento demográfico comprometedor da tranquilidade, comodidade e saúde dos habitantes. Essa distribuição se realizará com a aplicação dos índices fixados nesta lei, que são liberados e obedecem ao critério seguido em zonamentos já em aplicação em várias partes do mundo. Foram estabelecidos índices de aproveitamento que constituem limite aconselhável para que as habitações recebam o sol e disponham da terra viva indispensável à vegetação; se diante tais índices, obter-se-á a aconselhável ocupação humana dos edifícios, evitando-se altas densidades de população, podendo os cidadãos gozar de ambiente digno e salubre.

O Zonamento, longe de ser uma restrição ao direito da propriedade particular, visa assegurá-lo no sentido mais amplo de seu significado. Já o Código Civil Brasileiro reza, com referência ao direito de propriedade: "O proprietário poderá levantar, em seu terreno as construções que lhe aprouver, respeitando os direitos dos vizinhos e as regulamentações administrativas". A Constituição Federal assim se expressa: "O uso da propriedade está condicionado ao bem estar social".

Indiscutivelmente, não tem esta lei o caráter estético das leis em geral. O Zonamento é a espinha dorsal da urbanização planejada e consciente da cidade e essa urbanização, aplicação de uma ciência que tende a evoluir. Tal sucedeu em todos os grandes centros, e continuará forçosamente a acontecer. Poderíamos mesmo apontar falhas em planos como os de New York, que contavam na sua elaboração com pesquisas e estatísticas precisas; não houve falha de previsão, mas sim mudança de quadro, o que se deu pelo simples fato de ser o Urbanismo ciência evolutiva. Infelizmente não possuímos um serviço amplo de pesquisas urbanísticas, o que nos feroceceria, com dúvida, dados mais precisos para a elaboração do Plano Diretor da Cidade. Pelos estudos feitos ficou estabelecido que a presente lei valerá até a aprovação do Plano Diretor da Cidade, que virá a ser elaborado em dia, baseado nas pesquisas e estatísticas já referidas, quando então será o Zonamento revisado e alterado no que for necessário.

Se é verdade que não possuímos dados pesquisados que forneçam com exatidão elementos para um planejamento correto não é menos verdade que já se torna necessária uma regulamentação de usos e ocupação dos terrenos urbanos. A presente regulamentação foi organizada depois das indispensáveis e prolongadas vistorias dos locais, estudos dos elementos constantes nos arquivos municipais e de acordo com os usos existentes atualmente.

Dessa forma, o Zonamento ora proposto se baseia principalmente nas condições presentes da cidade, nas tendências que se acentuam quanto aos usos e ocupação dos terrenos urbanos do Município, tendências essas que não podem deixar de influir em estudos desta natureza, por serem consagradas por ser longo espaço.

Fls.--4--

Foi estabelecido um perímetro que se aproxima do actual perímetro urbano, dentro do qual foram distribuídas as diversas zonas e onde deverá se desenvolver a cidade propriamente dita. A área contida no perímetro referido já é bastante grande, fato determinado pelo elevado número de arruamentos que têm sido executados ou aprovados ultimamente; tais arruamentos não são providos de nenhum melhoramento público por parte de seus proprietários, tendo que arcar com essa responsabilidade a Prefeitura, que não dispõe de verbas necessárias para acompanhar a iniciativa particular. Existem loteamentos bastante distantes dos atuais melhoramentos públicos; muitos deles têm grande parte de seus lotes vendidos sem que nêles sejam feitas construções, prestando-se apenas a especulações imobiliárias. Tal fato tendo a se agravar, à vista da facilidade que encontram os arruadores, por falta de uma legislação mais rigorosa, referente ao processo de arrear e lotear terrenos; dessa forma não tardará a desaparecer, quase que completamente a zona rural do município, rotulada que vem sendo em lotes com as dimensões mínimas exigidas pelo Código Sanitário do Estado, à espera de futuras valorizações e consequente comércio terrenoista. Não é esta a destinação da zona rural, que deverá exercer preponderante função no que diz respeito ao abastecimento da cidade.

O perímetro estabelecido visa definir os limites de expansão da área urbana e suburbana do Município, fóra de qual a zona é considerada agrícola ou rural, com legislação adequada.

---XXX---

Como já foi referido, faltam-nos elementos de estatística para que possamos estabelecer mesmo as diretrizes, o plano diretor da cidade, o qual, quando fôr feito deverá entrar-se com planos de âmbito regional, para os quais concorrem fatores que fogem da alçada municipal. Não poderíamos, no momento, entrar em considerações de problemas que ainda nem sequer foram pesquisados.

Formulamos estas considerações, tendo em vista a localização adotada para a Zona Industrial, junto ao córrego Piedade e os Armazéns da S.P.A..

Para que pudéssemos estabelecer a extensão da área industrial com relativa precisão, tornar-se-ia necessária uma longa pesquisa, de caráter regional, impossível no momento. Por outro lado, não podemos nos basear no quadro actual da indústria de São José do Rio Preto; cremos que a indústria aqui se desenvolverá com relativa rapidez, em virtude de vários fatores, dentre os quais a descentralização industrial que toma vulto na Capital do Estado, as novas usinas eléctricas que o governo estadual se propõe construir, a melhoria de transportes, a maior facilidade de mão de obra e outras circunstâncias que contribuirão para tal desenvolvimento.

Quanto à localização escolhida, propriamente dita, não nos é dado deter em considerações sobre a possibilidade-

Fls.-5-

ou não, de um dia, serem transferidos os trilhos da estrada - de ferro, por ser obra de elevado custo, de difícil efetivação. Presentemente, a localização é a mais adequada.

Pelo exposto, conclue-se o seguinte: a localização da Zona Industrial deveria ser tal, que satisfizesse as condições atuais e não prejudicasse soluções futuras. Ademais, como já ficou esclarecido, o presente zoneamento deverá vigorar até a aprovação do Plano Diretor da Cidade, quando poderão ser introduzidas modificações e melhorias na Zona Industrial.

A área escolhida se situa junto ao pátio de triagem da E.F.A. e seus armazéns, matadouro municipal e o córrego Fiedade. A conexão com a Rodovia Estadual se processará pelas avenidas projetadas ao longo do córrego Fiedade, junto à divisa do Parque Industrial e junto ao novo Aeroporto; a ligação com a Rodovia Federal se efetuará pelas avenidas projetadas marginais ao córrego Fiedade, Rio Preto e junto ao limite da zona rural até a rua Bernardino de Campos.

Podará ser previsto o aproveitamento do córrego Fiedade como abastecedor de água para a zona, com captação à montante, funcionando o trecho restante que margeia a área, como esgoto.

---XXX---

A lei ora proposta, disciplinando os usos e ocupação do solo, será de reais vantagens para o bem estar, higiene e segurança da coletividade de São José do Rio Preto, porque controlará o crescimento da cidade enquanto não fôr aprovado o plano em vigor o respectivo Plano Diretor.

Cumpro-nos ainda salientar que o presente projeto de lei cujo estudo iniciou-se em agosto de 1.956, somente agora foi concluído, após meticoloso exame, após as reuniões levadas a efeito com os engenheiros radicados na cidade.--

A/T.--



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Justificativa - Lei Comp. 19/92 - Plano Diretor

PROTOKOL
Fls. N.º 13
178
Visto

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

PRESIDENTE,

SENHORES VEREADORES,

me preceitua a Constituição Federal de 1.988, Artigo 182 -
 afo Primeiro, que visa estabelecer a política de desenvolvimento
 a ser executada pelo Poder Público Municipal, combinado com o
 186 da Lei Orgânica do Município, apresentamos à apreciação de
 Excelências o PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO PLANO DIRETOR DO
 MPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO.

O DIRETOR, surge num momento peculiar da Conjuntura Nacional, onde
 s busca novos caminhos para trilhar os rumos do desenvolvimento
 ico e social.

contexto, a preparação do município para o próximo século, é sem
 uma tarefa fundamental para toda a sociedade.

forma, a elaboração do Plano Diretor procura definir um novo e
 amplo "Padrão de Desenvolvimento" para o município, o qual passa
 impetuoso programa de modernização de nossa economia e preparo da
 física e territorial para absorver o crescimento populacional dele
 do, cujo objetivo maior é proporcionar melhores condições de vida
 os seus cidadãos, desta e das próximas gerações.

Instrumento gerador do processo permanente de planejamento, o PLANO
 busca promover e direcionar o desenvolvimento integral e
 do de todos os aspectos: econômicos, financeiros,
 ionais, culturais, esportivos, recreativos, de lazer, sanitários,
 de e promoção social, consubstanciado nos volumes do P.D.D -
 estico" - Caracterização Econômica e Social e P.D.D - Estratégia
 envolvimento para São José do Rio Preto, e que subsidiaram a
 ação do presente Projeto de Lei Complementar.

omo instrumento ordenador do crescimento do município, orienta as
 s atividades compatibilizando as funções urbanas, através de
 ações específicas, constituída pelas Leis: de Zoneamento, Uso
 ação do Solo, do Sistema Viário, do Parcelamento do Solo, do
 de Posturas, que embora apresentadas separadamente, neste ato,
 perfeita unidade entre si.

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO, procura normatizar esse conjunto de
 de forma a garantir que esse crescimento, promova o
 vimento e preserve a qualidade de vida dos cidadãos num ambiente
 camente equilibrado.

O DIRETOR, ao instituir o processo permanente de planejamento
 do na administração municipal, objetiva também disciplinar e
 toda a ação do Poder Público no Município.

garantir esse caráter de permanente atualização, institui o

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

 PROTOCO
 DE N.º 114
 Visto

Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento, o qual reflete na sua composição as diversas formas de organização da comunidade.

Na área econômica, a implantação do Polo de Alta Tecnologia trará inovações tecnológicas na produção, estabelecendo uma nova ordem do processo produtivo, alterando não só o perfil de nossa indústria como o plano de obra especializada, fruto de transformações e geração de novas riquezas, o que abrirá perspectivas para a implantação de um Parque Industrial arrojado e moderno.

Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, delimita, organiza e disciplina a ocupação do solo urbano, fazendo com que as atividades industriais, de comércio, de serviços, de recreação e lazer convivam harmoniosamente com as residenciais.

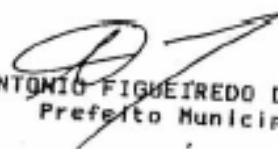
Lei do Parcelamento do Solo, determina as normas para a subdivisão de áreas dentro do território do município, exercendo um controle efetivo sobre os loteamentos, de forma a eliminar as irregularidades e a inadequação dos loteamentos e a buscar o melhor uso social do solo. Lei do Sistema Viário, preocupa-se com o tratamento da malha viária de um elemento de estruturação e integração das diversas áreas de uso da cidade.

Lei de hierarquização através de vias principais ou de interligação entre vias secundárias, de âmbito local e de pedestres, permitindo o melhor volume de tratamento prioritário para aquelas destinadas a receber maior volume de tráfego, (principalmente para transportes coletivos) proporcionando deslocamentos mais rápidos.

Lei complementar do Código de Posturas, cujo teor abrange todas as matérias de postura a serem seguidas pelos municípios, abordando assuntos mais variados, com a caracterização de ramos de atividades, deveres, direitos, penalidades entre outras.

Lei que prevêemos que as Leis das Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e o Orçamento Anual, também intrinsecamente relacionadas com as Leis mencionadas acima, estão sendo elaborados e seguirão a essa Casa dentro do prazo estabelecido pela Lei Orgânica.

Lei da Organização Administrativa da Prefeitura Municipal e a Lei de Proteção ao Meio Ambiente, a serem elaboradas em harmonia com o P.D.O., serão oportunamente.



DR. ANTONIO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA
 Prefeito Municipal

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

SENHOR PRESIDENTE

SENHORES VEREADORES

Encaminhamos à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei Complementar que aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de São José do Rio Preto e dá outras providências.

Conforme a Constituição Federal Brasileira de 1988, no Capítulo II, artigos 182 e 183, os municípios tiveram atribuições ampliadas, tornando-se obrigatória a elaboração do Plano Diretor, com aprovação da Câmara Municipal, sendo este considerado o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

A Constituição também estabeleceu diretrizes a serem observadas pelos Estados e Municípios, como o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, a garantia do bem-estar de seus habitantes, a participação popular, a proteção ao meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural.

A mesma linha inserida na Constituição Estadual de São Paulo, de 1989, impôs a obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor a todos os municípios do Estado e ampliou sua abrangência a todo o território municipal.

O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamentou diversos instrumentos de planejamento urbano que já vinham sendo aplicados por alguns municípios, mas careciam de regulamentação específica, transformando-se num marco para a política urbana brasileira.

A Lei Orgânica de São José do Rio Preto, reafirma a competência do Município na elaboração e execução do Plano Diretor.

As bases metodológicas em que se assentaram as discussões e a elaboração deste Plano, fundamentaram-se inicialmente na Agenda 21, que se constituiu no arcabouço

global para a busca de um mundo cada vez melhor. São estas as diretrizes sugeridas pela Agenda 21 e incorporadas neste Plano:

- 1) Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável;
- 2) Redução das Desigualdades Sociais;
- 3) Gestão dos Recursos Naturais;
- 4) Infra-estrutura e Integração Regional;
- 5) Cidades sustentáveis
- 6) Agricultura sustentável;

A leitura técnica recomendada pelo Ministério das Cidades foi feita obedecendo à seguinte agenda:

- 1) Revisão dos conceitos das políticas públicas e econômicas desenvolvidas até então, naquilo em que fosse concernente ao Plano Diretor;
- 2) Análise de documentos técnicos, em especial a legislação em vigor;
- 3) Organização de reuniões para coleta de sugestões, onde ocorreram mais de trinta eventos;
- 4) Levantamentos estatísticos básicos, tendo como foco principal a demografia e como documento básico as edições da Conjuntura Econômica.

Desde 2001 a Prefeitura vem trabalhando documentos técnicos sob a forma de planos técnicos setoriais como PDGE, PDE, Estudo de Macro-Drenagem, entre outros, e em especial o Plano do Sistema Viário aprovado em 2002 que se constituiu em um dos maiores indutores do desenvolvimento econômico local, criando novos pólos de geração de negócios e emprego.

A leitura comunitária desta realidade ocorreu ao longo de cerca de trinta encontros sendo catorze audiências públicas realizadas em bairros nas regiões em que se divide o Orçamento Participativo.

Este Projeto, resultado dessa ampla participação, entre os quais audiências públicas na forma da lei, contempla todos os novos instrumentos criados pelo Estatuto da Cidade e ora disponibilizados através de adequação à legislação municipal para incremento do desenvolvimento sócio-econômico de São José do Rio Preto.

Assim conforme impõe o Estatuto da cidade, São José do Rio Preto incorpora em seu plano diretor os seguintes instrumentos de planejamento:

- 1 - Dos meios funcionais;
- 2 - Do fundo municipal de desenvolvimento sustentável;
- 3 - Do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- 4 - Do IPTU progressivo no tempo;
- 5 - Da desapropriação com pagamento em títulos;
- 6 - Do direito de superfície;
- 7 - Do direito de preempção;
- 8 - Da outorga onerosa do direito de construir;
- 9 - Da transferência do direito de construir;
- 10 - Das operações urbanas consorciadas;
- 11 - Do estudo de impacto de vizinhança;
- 12 - Da desapropriação;
- 13 - Da contribuição de melhoria.

É importante ressaltar que estes instrumentos dependerão de ações de regulamentação, que vão acontecer, como ocorre em plano estratégico desta magnitude no médio e longo prazo. Ressalte-se ainda que há instrumentos que não necessariamente serão aplicados.

Foram criadas cinco áreas de especial interesse:

- 1 - Área de especial interesse ambiental;
- 2 - Área de especial interesse urbanístico;
- 3 - Área de especial interesse histórico
- 4 - Área de especial interesse para utilização pública
- 5 - Área de especial interesse social.

Como podem observar foi elaborado um projeto de lei que tem como característica ser sintético, estendendo-se apenas no que pode ser considerado relevante para o futuro da cidade.

Assim, dada a relevância da matéria solicitamos que a mesma seja apreciada no prazo estabelecido pela Lei nº 10.257/2001.

PREFEITO EDINHO ARAÚJO